

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

BRUNA IARA LORIAN CHAGAS

GEOGRAFIAS DO ACONTECER: AS TÁTICAS ESPACIAIS DE MOBILIZAÇÃO DO(S)
MOVIMENTO(S) LGBT+ EM PONTA GROSSA – PARANÁ

PONTA GROSSA
2025

BRUNA IARA LORIAN CHAGAS

GEOGRAFIAS DO ACONTECER: AS TÁTICAS ESPACIAIS DE MOBILIZAÇÃO DO(S)
MOVIMENTO(S) LGBT+ EM PONTA GROSSA – PARANÁ

Tese de doutoramento apresentada para obtenção do título de doutora em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na Área de concentração: Gestão do Território: sociedade e natureza – Linha II - Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas.

Orientação: Prof. Dr. Almir Nabozny

PONTA GROSSA
2025

C433 Chagas, Bruna Iara Lorian
Geografias do acontecer: as táticas espaciais de mobilização do(s) movimento(s) LGBTQ+ em Ponta Grossa - Paraná / Bruna Iara Lorian Chagas. Ponta Grossa, 2025.
210 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Almir Nabozny.

1. Geografias do acontecer. 2. Ponta Grossa. 3. Espaço geográfico. 4. Movimento LGBTQ+. 5. Teorias não-representacionais. I. Nabozny, Almir. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910.01



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

BRUNA IARA LORIAN CHAGAS

“ GEOGRAFIAS DO ACONTECER: AS TÁTICAS ESPACIAIS DE MOBILIZAÇÃO DO(S) MOVIMENTO(S) LGBT+ EM PONTA GROSSA - PARANÁ”

Ponta Grossa, 17 de fevereiro de 2025

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Almir Nabozny - UEPG

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich - UFRGS

Prof. Dr. Igor Martins Medeiros Robaina - UFES

Prof. Dr. Nicolas Floriani - UEPG

Prof. Dr. Nilton Abranches Júnior- UERJ



Documento assinado eletronicamente por **Almir Nabozny, Professor(a)**, em 17/02/2025, às 18:01, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NILTON ABRANCHES JÚNIOR, Usuário Externo**, em 17/02/2025, às 21:50, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nicolas Floriani, Professor(a)**, em 17/02/2025, às 23:10, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALVARO LUIZ HEIDRICH, Usuário Externo**, em 19/02/2025, às 07:27, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador
2419067 e o código CRC **210A0C22**.

24.000078839-4

2419067v4

MARTINS
MEDEIROS
ROBAINA
IGOR -
Y9226959
V

Firmado
digitalmente
por MARTINS
MEDEIROS
ROBAINA IGOR -
Y9226959V
Fecha:
2025.03.28[®]
18:38:49 +01'00'

Dedico essa tese à todas aquelas pessoas que me colocam em movimento e me possibilitam o vislumbre de que entre o banal e o ordinário há um multiverso de possíveis viveres

AGRADECIMENTOS

À minha filha, mãe e irmão agradeço pela paciência, apoio, amor, carinho e cuidado, mesmo diante dos momentos perdidos no entrecruzar das minhas trajetórias.

Aos meus amigos, pelos encontros, pelo suporte, pelos risos e reflexões, e acima de tudo, pela compreensão com meus períodos de clausura e sumiço inerentes aos “corres” da vida hodierna.

Agradeço as pessoas que me apoiaram durante estes anos de pesquisa, seja com orientações, com parcerias em trabalho e participação em projetos súbitos e aleatórios.

Agradeço ao meu orientador, pela confiança, direcionamentos e pela liberdade de possibilitar o florescimento de um trabalho com a minha “cara” – para bem ou para o mal.

Agradeço ao movimento LGBTQ+ ponta-grossense pela acolhida, pelas aventuras, desventuras e aprendizados que me permitiram vislumbrar que a vida pode ser mais.

Nominalmente, agradeço à Ayumi, Ana, Almir, Daniel, Douglas, Elózia, Gustavo, Joseline, Laura, Maria, Márcia, Murilo, Roseli, Samira, Samuel, Simone, Thaís e Thomas. Cada um sabe exatamente sua importância e relevância ao meu viver.

Agradeço a sorte de ser amada e ao meu amor tranquilo.

Como decidir se você fez uma coisa que deu errado ou outra coisa que deu certo?
Toda minha vida me levou até este momento.

Odyr Bernardi

RESUMO

Esta tese tem por objetivo investigar como se constituem as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná, a partir da articulação entre pesquisa e ativismo, integrando a perspectiva etnogeográfica às teorias não-representacionais. Considerando a relevância do cotidiano e das performances no espaço como dimensões centrais da Geografia, buscou-se compreender as dinâmicas temporais e espaciais que configuram as ações do movimento LGBTQ+. Em alinhamento às teorias não-representacionais na Geografia (Anderson & Harrison, 2010) e na concepção relacional e multidimensional do espaço (Massey, 2008), buscou-se compreender às seguintes questões específicas: (i) Quais são os elementos materiais e imateriais que constituem as práticas do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa? (ii) Como ocorrem as táticas espaciais desse movimento em termos de produção, manutenção e transformação do espaço? (iii) De que maneira a temporalidade influencia essas táticas? A pesquisa utilizou uma abordagem autoetnográfica (Heidrich, 2016; Costa, 2016), fundamentada em observação participante e na elaboração de diários de campo, realizados em quatro grupos-chave nosdo movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, a constar, Associação Flor de Lis LGBTQ, Fórum Municipal dos Direitos LGBTQ+, Parada Cultural LGBTQIA+ e Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-Ponta Grossa. Para as interpretações, as perspectivas teóricas que enfatizam a processualidade e a relacionalidade, incorporando conceitos como performatividade (Butler, 2003) e a indissociabilidade entre espaço e tempo, considerando o espaço como co-produzido por práticas corporificadas, materialidades e afetos, em constante fluxo e transformação. A interpretação proposta destaca que o movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa opera em múltiplas escalas e temporalidades, articulando táticas que vão desde grandes eventos públicos, como manifestações e paradas, até práticas cotidianas aparentemente efêmeras, como encontros informais, mobilizações virtuais e postagens em redes sociais. Essas ações destacam o caráter dinâmico e processual do movimento, cuja força política reside na capacidade de delinear espaços de resistência e contestação. As análises também propõem que o movimento atua em arranjos provisórios, efêmeros e fluídos, refletindo a complexidade e a heterogeneidade do grupo, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios impostos por estruturas normativas hegemônicas. De um ponto de vista não-representacional foram privilegiados o acontecimento, o movimento e a experiência vivida, este referencial permite compreender as práticas como acontecimentos emergentes. Por meio das imersões em campo, apreende-se que o movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa opera por meio de táticas que vão desde grandes mobilizações públicas e ações institucionais até interações cotidianas aparentemente banais, como encontros em cafés e mobilizações virtuais. Essas práticas destacam um caráter dinâmico e processual, evidenciando a capacidade do movimento de resistir e se adaptar frente a estruturas hegemônicas que buscam restringir a pluralidade e a diversidade. Além disso, o movimento é marcado ações criativas que ressignificam tanto os espaços públicos quanto os privados, desafiando as normas hegemônicas e contestando por novas configurações políticas e culturais. A tese conclui que as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa são ações criativas e relacionais, operando simultaneamente em múltiplas escalas e temporalidades, reforçando a importância de compreender o espaço como uma dimensão performativa e relacional, em que corpos, significantes e materialidades se entrelaçam para contestar hegemonias e promover resistências.

Palavras-chave: Espaço Geográfico; Movimento LGBTQ+; Teorias não-representacionais; Geografias do acontecer; Ponta Grossa.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate how the spatial tactics of the LGBT+ movement in Ponta Grossa, Paraná, are constituted through the integration of research and activism, combining the ethnogeographic perspective with non-representational theories. Considering the relevance of daily life and performances in space as central dimensions of Geography, the research sought to understand the temporal and spatial dynamics that shape the actions of the LGBT+ movement. Aligned with non-representational theories in Geography (Anderson & Harrison, 2010) and the relational and multidimensional conception of space (Massey, 2008), the study addressed the following specific questions: (i) What are the material and immaterial elements that constitute the practices of the LGBT+ movement in Ponta Grossa? (ii) How are the spatial tactics of this movement carried out in terms of production, maintenance, and transformation of space? (iii) How does temporality influence these tactics? The research adopted an autoethnographic approach (Heidrich, 2016; Costa, 2016), grounded in participant observation and the creation of field diaries, conducted within four key groups of the LGBT+ movement in Ponta Grossa: Associação Flor de Lis LGBT, Fórum Municipal dos Direitos LGBT+, Parada Cultural LGBTQIA+, and Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-Ponta Grossa. For interpretations, theoretical perspectives emphasizing processuality and relationality were incorporated, employing concepts such as performativity (Butler, 2003) and the inseparability of space and time, considering space as co-produced by embodied practices, materialities, and affects in constant flux and transformation. The proposed interpretation highlights that the LGBT+ movement in Ponta Grossa operates across multiple scales and temporalities, articulating tactics ranging from large public events, such as demonstrations and parades, to seemingly ephemeral everyday practices, such as informal gatherings, virtual mobilizations, and social media posts. These actions underline the dynamic and processual nature of the movement, whose political strength lies in its ability to delineate spaces of resistance and contestation. The analyses also suggest that the movement operates through provisional, ephemeral, and fluid arrangements, reflecting the complexity and heterogeneity of the group while facing challenges imposed by hegemonic normative structures. From a non-representational perspective, the focus was on events, movement, and lived experience, allowing the understanding of practices as emerging phenomena. Through field immersions, it became evident that the LGBT+ movement in Ponta Grossa operates via tactics ranging from large public mobilizations and institutional actions to seemingly mundane everyday interactions, such as café meetings and virtual mobilizations. These practices demonstrate a dynamic and processual character, highlighting the movement's ability to resist and adapt in the face of hegemonic structures that seek to restrict plurality and diversity. Furthermore, the movement is marked by creative actions that re-signify both public and private spaces, challenging hegemonic norms and advocating for new political and cultural configurations. The thesis concludes that the spatial tactics of the LGBT+ movement in Ponta Grossa are creative and relational actions, simultaneously operating across multiple scales and temporalities, emphasizing the importance of understanding space as a performative and relational dimension where bodies, meanings, and materialities intertwine to contest hegemonies and foster resistances.

Keywords: Geographical Space; LGBT+ Movement; Non-representational Theories; Geographies of Becoming; Ponta Grossa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS.....	20
1.1 MULTIPLICIDADES EM MOVIMENTOS.....	30
CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES.....	56
2.1 IMERSÃO 1 - FLOR DE LIS LGBT.....	61
2.2 IMERSÃO 2 - COMISSÃO DE DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SUBSEÇÃO PONTA GROSSA (CDSG — OAB/PG).....	76
2.3 IMERSÃO 3 - FÓRUM MUNICIPAL DE DIREITOS DE PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS.....	92
2.4 IMERSÃO 4 - PARADA CULTURAL DE PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, QUEER, INTERSEXUAIS, ASSEXUAIS + (LGBTQIA+).....	99
CAPÍTULO 3 – [RE]IMAGINAÇÕES.....	108
3.1 DAS REDES “INDISCIPLINADAS”.....	111
3.2 IMAGINAÇÕES – OUTRAS FORMAÇÕES GEOGRÁFICAS.....	129
3.2.1 Das Organizações Espaciais Provisórias.....	132
CAPÍTULO 4 - TÁTICAS.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	194
APÊNDICE A – PERSPECTIVAS SOBRE O MOVIMENTO LGBT+ PONTA- GROSSENSE.....	205

INTRODUÇÃO

Compreendendo que a escrita da tese, isto é, o registro textual das pesquisas não se restringem há uma relação fria e neutra entre a pesquisadora, as teorias e suas fontes de pesquisas, inicio essa reflexão ponderando — o texto é também uma edição da memória — parafraseando o poeta Wally Salomão (1943-2003).

Se elaboro exercício reflexivo, penso no processo e nos movimentos de pesquisa que me trouxeram até “o aqui e o agora”. Do ano de 2025, pensar na trajetória de pesquisa implica em refletir sobre o passado.

Logo nos primeiros meses do isolamento social no ano de 2020, enquanto tomava café-da-manhã, os jornais noticiavam os boletins da COVID-19 e as progressivas restrições de circulação e distanciamento social.

Eu participava das minhas aulas do doutorado a partir de um computador montado na cozinha de minha casa, enquanto o Google Meet já estava aberto. Em um dos quartos, as aulas de minha filha aconteciam pelo aplicativo Microsoft Teams. Algo absolutamente humano à educação, neste momento era invadida pela mediação de softwares e afins de propriedade de empresas de capital estrangeiro. O mundo não estava propriamente parado, dado exemplo em que se acentuava a transferência de capitais dos países periféricos para os países que controlam a produção da tecnologia informacional.

A vida seguia em um ritmo estranho, ou foi apenas naquele momento que me havia dado conta? A necessidade de [re]apreender os movimentos da cidade era latente. Da janela, eu ouvia latidos de cães, pássaros cantando, mas naquela sinfonia, alguma coisa faltava. Onde é que estava o ronco dos motores dos carros? O barulho de portas e portões das nas casas nos horários de saída e de chegada? A vida não era a mesma.

Será?

Corpo e mente lutavam para conter-se, para restringir-se em um momento em que o *lockdown* representava uma fronteira rígida para a ação. Mas o **intento**, como essência animadora, não permitiu o corpo restrito a conter-se. O corpo incessante, não cessou. Em meio a exposição da fragilidade da vida, o seu contrário, a pulsão de sobrevivência.

Neste momento, o que pode parecer deslocado da pesquisa da tese revela, na verdade, uma oportunidade para refletir novamente: a vida das pessoas LGBTQ+ não seria vivenciada precisamente por meio dessa tensão cotidiana, transcendendo os períodos de exceção narrados?

A realidade pungente exigia novas perspectivas, ultrapassando aquelas com as quais já estávamos habituados a lidar. A casa transformou-se no espaço do "tudo em todo lugar ao mesmo tempo".

Considerando o espaço geográfico como um conceito central desta tese, inspirado principalmente pela leitura de D. Massey, destaca-se sua natureza relacional. Contudo, é importante lembrar que os conceitos são também históricos e geográficos, o que permite uma inflexão: o equilíbrio entre o aparato teórico e as transformações do espaço vivenciadas no cotidiano ao longo da elaboração desta pesquisa.

Durante o contexto global da pandemia, tornou-se fundamental, especialmente para esta tese, refletir sobre possíveis “outros espaços”, “outras relações” e “outros existires” que moldaram as análises aqui apresentadas sobre as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa. Essas reflexões indicam que tais “outras” dimensões de ser e estar no mundo alteraram, de maneira permanente, as formas de ação desse movimento.

Ainda que esta pesquisa dialogue com categorias analíticas — como a inter-relacionalidade, a produção do espaço, as opressões, as hegemonias, as contestações e as ações políticas —, os atravessamentos violentos de tempos e impermanências inseriram novas camadas de complexidade a este contexto reflexivo de pesquisa que resultaram neste texto.

Diante desse contexto, ainda no meu primeiro ano de pesquisa, em 2020, eu me questionava: como seria possível, em meio à impermanência daquele tempo estranho — que contrastava a velocidade do contemporâneo com a aparente lentidão do cenário pandêmico —, acompanhar e compreender as ações do movimento LGBTQ+? Tudo o que podíamos acessar materialmente era o nosso próprio corpo, confinado ao espaço restrito da casa.

A internet, com sua dimensão virtual, ofereceria força suficiente para a mobilização em meio a bilhões de *terabytes* de informações, ou seríamos apenas dissolvidos entre algoritmos e a saturação de dados? O dilema residia em como tornar nossas práticas conhecidas e próximas àqueles que, muito provavelmente, jamais presenciariam os espaços nos quais estávamos “confinados”.

Naquele momento, o movimento LGBTQ+ que eu integrava fazia um rico arranjo entre as ideias de Massey, Hiernaux e Le-Moigne, conduzindo-me a refletir sobre como o enlace da multidimensionalidade daquele espaço-tempo, aliado à intenção de agir em favor de uma causa, revelava uma robustez singular. Aqueles corpos, irrevogavelmente inseridos no mundo, produziram, por meio de suas densas práticas, mais do que uma reação; deram origem a um verdadeiro leque de táticas que me permitiram pensar em geografias como processos em constante movimento, apreendidos em seus acontecimentos e formações espaciais.

Foi deste contexto que pude apreender “que modo acontecem as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná”, questão central deste trabalho, considerando (i) o contexto da cidade de Ponta Grossa, Paraná; (ii) os grupos aos quais estive inserida e que constituem o movimento social LGBTQ+ da cidade.

A cidade de Ponta Grossa, localizada no estado do Paraná (ver mapa, p. 39), é analisada nesta tese como um lugar de tensões entre forças hegemônicas e práticas de resistência. “Nascida sob a hegemonia das fazendas”, a cidade conta atualmente com aproximadamente 358.371 habitantes, conforme o censo de 2022, sendo o quarto maior município do estado. Situada na região dos Campos Gerais, sua identidade histórica e cultural está profundamente vinculada ao tropeirismo, já que a cidade era uma rota estratégica, beneficiada por campos naturais com pastos e água em abundância.

Nesta pesquisa, Ponta Grossa é abordada como um espaço de conflito entre um conservadorismo histórico e as crescentes demandas por diversidade e inclusão. Marcada por uma forte influência religiosa e política conservadora, essa conjuntura impacta diretamente as práticas do movimento LGBTQ+. Assim, a cidade torna-se um espaço performativo, onde as ações cotidianas do movimento desafiam normas, reconfigurando os usos dos espaços públicos e privados.

Para responder à provocação imposta a esta pesquisa, bem como aos questionamentos específicos, a constar (a) quais são os significantes materiais e imateriais que constituem o(s) movimento(s) LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná? (b) quais são as táticas espaciais do(s) movimento(s) LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná?; (c) como se dá o acontecer das táticas espaciais do(s) movimento(s) LGBTQ+ de Ponta Grossa, Paraná em termos temporais?, a prática da pesquisa se deu pela inserção direta no campo.

Para tanto a metodologia da tese foi fundamentada em uma abordagem qualitativa, que priorizou a complexidade, relacionalidade e multidimensionalidade das práticas do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa por meio do emprego da etnografia, da observação participante e a análise de práticas cotidianas por meio do registro de diários de campo.

A pesquisa realizada *in situ* por meio da imersão em quatro grupos do movimento LGBTQ+ da cidade de Ponta Grossa, a constar, (i) Associação Flor de Lis LGBTQ; (II) Fórum Municipal dos Direitos LGBTQ+; (iii) Parada Cultural LGBTQIA+; (iv) Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-Ponta Grossa, possibilitou a apreensão das práticas, histórias e interações, revelando a complexidade e a potência do movimento por meio da interpretação das ações voltadas a resistência e criação de novos significados no espaço urbano e político. No processo de escrita, optei por realizar a troca dos nomes das pessoas inseridas no cotidiano

destes grupos, preservando suas identidades ao não expor seus nomes registraes — sejam eles retificados ou não. Tal escolha vem de encontro a proposta deste trabalho, concentrando as interpretações nas ações sociais e performances corporificadas, sem rotular tendências de ação a uma ou outra identidade de gênero e orientação sexual de forma determinista. Os nomes das pessoas que compuseram meu trabalho de campo como sujeitos centrais à dinâmica dos grupos, foram substituídos pelos de corpos celestes, se referem a afeição particular pela astronomia, que me fascina por sua complexidade, do mesmo modo que o movimento LGBTQ+ ponta-grossense.

O trabalho aqui apresentado articula uma compreensão de **espaço** e **tempo** como dimensões dinâmicas e relacionais, que emergem no encontro entre práticas sociais, performances corporificadas e significados que atravessam as táticas do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa. Esses conceitos são trabalhados com base em autores como Massey, Fabian e Butler, enfatizando a multidimensionalidade e a processualidade como fundamentos centrais.

Como um dos conceitos centrais da tese, a multidimensionalidade foi explorada como meio de integração e análise de múltiplos aspectos e escalas das práticas sociais, espaciais e temporais do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa, sendo princípio teórico-metodológico que melhor permitiu a apreensão e o delineamento das complexidades, atravessamentos e a pluralidade das relações abordadas ao longo do texto.

A **multidimensionalidade** trabalhada no texto é apresentada como uma perspectiva relacional, que compreende que os fenômenos sociais não podem ser reduzidos a uma única dimensão ou lógica explicativa. Com base em Massey (2008), compreende-se que o espaço, o tempo e as práticas sociais são co-produzidos por múltiplas forças, trajetórias e relações em entrelaçamentos de trajetórias e práticas, revelando a pluralidade de relações que constituem as dinâmicas do movimento LGBTQ+ ponta-grossense.

Considerando que essas dinâmicas são produzidas por múltiplas interações, a busca foi pela apreensão e reconhecimento de como os atravessamentos de subjetividades políticas, trajetórias pessoais-profissionais e de ativismo constituíram as formas de ser, fazer e saber inerentes às táticas espaciais do(s) movimento(s) LGBTQ+ de Ponta Grossa.

Desta forma, a multidimensionalidade foi empregada em respeito à compreensão de que as práticas do movimento LGBTQ+ são constituídas por ações complexas, que operam em diversas escalas (local, regional, global) e articulam dimensões políticas, culturais e afetivas. Destacando como as práticas do movimento são simultaneamente situadas e conectadas a dinâmicas mais amplas, articulando questões locais e globais em um movimento de resistência e transformação.

A multidimensionalidade empregada na análise do espaço-tempo, sustentada especialmente em relação ao argumentando por Massey (2008), acerca do devir e dar multiplicidade, promove uma forma de compreender o espaço e o tempo como dimensões inter-relacionadas e plurais, dinamizadas por entrelaçamentos de trajetórias, coevas e dinâmicas. Neste sentido considera-se haver uma co-implicação e influência mútua entre temporalidades que passaram (memórias históricas, reflexibilidade) e horizontes futuros no presente de modo que a coetaneidade promove a integração entre passado, presente e futuro como dimensões interdependentes.

Articulando os conceitos de performatividade, ação, prática e movimento a multiplicidade dos atores sociais e significantes relacionados à pesquisa foi essencial para a compreensão do caráter processual e relacional do movimento. A performatividade, conceito basilar da tese, foi abordado a partir da perspectiva de Butler (2003), que o define como o "ato de enunciação" que constitui identidades e desafia normas preexistentes. Para a autora, a performatividade vai além do plano individual, estendendo-se para o coletivo, em que as performances do(s) movimento(s) LGBTQ+ criam espaços de contestação e visibilidade.

A performatividade foi base explicativa para as práticas que visavam a desestabilização de normas por meio do rompimento com as lógicas binárias e normativas de gênero e sexualidade de modo que a relação com as identidades não ocorreu por meio de um exame da representação especificada das vivências individuais das pessoas que integram este movimento social na cidade. Paralelamente, não se negaram as diferenças. A relação com as identidades e subjetividades foi demarcada na diferenciação dos mergulhos em cada um dos grupos do(s) movimento(s) LGBTQ+, destacando a não homogeneização das performances em meio à sigla ou a agenda, embora houvesse, paradoxalmente, unidade relativa aos direcionamentos comuns ao 'ser' LGBTQ+.

Isso, pois se compreende o simples viver como ato político, inscrito por aqueles corpos e suas performances que são simultaneamente práticas de existência e resistência. No entrecruzamento de trajetórias pessoais-profissionais e de ativismo social, a **ação** no/do movimento LGBTQ+ emerge por meio das **intencionalidades** entremeadas nas práticas do cotidiano.

As práticas, portanto, são articulações cotidianas que integram pensamento e ação por meio da associação com materialidades e imaterialidades que compõem os espaços. O cotidiano é base para as análises aqui apresentadas, de modo que as ações efêmeras naturalmente realizadas no cotidiano convertem-se em performances por meio da intencionalidade, revelando dinâmicas espaciais e políticas apreendidas em seus movimentos.

Fala-se em movimentos, de modo que a teoria adota uma perspectiva multidimensional compreendendo o "movimento" em suas variadas e diversas facetas, incluindo o movimento

como grupo social (movimento LGBTQ+), enquanto dinâmica espacial (ocupação de espaços) e como ação processual (transformação e resistência). Por isso a análise destaca os “movimentos” — considerando a multidimensionalidade que integra o agir intencional com as práticas políticas e de pesquisa e os significantes materiais e imateriais.

A proposta é de enlace entre a performatividade, a ação, a prática e o(s) movimento(s), sendo que a performatividade dá forma às ações, que se concretizam em práticas cotidianas e que, por sua vez, sustentam o movimento como um processo dinâmico e contingente. Novamente, o cotidiano emerge como base para as análises visto que é na microescala do cotidiano que as práticas do movimento LGBTQ+ revelam-se em atos simples e cotidianos, como reuniões em cafés, encontros informais e postagens em redes sociais, que, apesar de efêmeros, possuem potencial de transformação política e social.

Assim, a noção de **microescala do cotidiano** ocupa uma posição central na tese como lugar em que as práticas, performances e táticas do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa são materializadas. Neste nível os corpos, os afetos e as ações performativas criam sentidos e transformam tanto os atores quanto os espaços. A microescala do cotidiano se desenrola nos lugares em que o simples viver do dia a dia acontece em meio a aparente banalidade ou funcionalidade do desempenho de funções, como casas, ruas, escolas e instituições, de modo que o fazer político emerge, entre práticas concretas e sutis com intencionalidade política.

Na microescala, as práticas cotidianas adquirem um caráter tático, desafiando estruturas de poder e normas estabelecidas por meio da improvisação e criatividade, utilizando espaços cotidianos para ressignificar as normas e resistir às opressões. Ou seja, caracteriza-se pelo uso criativo de espaços e situações cotidianas para ações políticas com reverberações efetivas para a manutenção da pauta LGBTQ+ em Ponta Grossa.

A microescala do acontecer e do presente (coevo) é simultaneamente efêmera e conectada às dinâmicas (e desejos) mais amplas, integrando o presente imediato com o passado e o futuro, bem como às redes e práticas em outras escalas.

Foi a partir dos acontecimentos da microescala do cotidiano que foram elaboradas interpretações situadas e reflexivas, *in situ*, por meio da inserção posicionada no cotidiano inerente à constituição do movimento LGBTQ+, para captar dinâmicas e significados. Assim, o trabalho aqui apresentado articula uma compreensão de espaço e tempo como dimensões dinâmicas e relacionais, que emergem no encontro entre práticas sociais, performances corporificadas e significados que atravessam as táticas do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa, enfatizando a multidimensionalidade e a processualidade como fundamentos centrais.

O espaço como dimensão relacional e performativa não é meramente considerado como substrato em que práticas sociais acontecem, mas como algo que emerge das interações e relações entre os atores sociais, os significantes e as materialidades envolvidas. De acordo com Massey (2008), o espaço é compreendido como uma condição da coetaneidade, configurando-se como um emaranhado de trajetórias que incluem performances, interações e afetos. Essa abordagem rejeita dicotomias como local/global ou dentro/fora, em favor de uma visão de espaço fluido e transformativo. Em articulação à teoria não-representacional, o espaço é visto como “co-produzido” pelas práticas corporificadas e dinâmicas cotidianas e sua relação com materialidades e imaterialidades — bandeiras LGBTQ+, corpos em movimento, redes sociais e interações institucionais formam conjuntos de significantes que promovem apreensão de forma/formações no/do espaço.

O tempo apresentado na tese é amalgamado à noção de espaço (propondo a indissociabilidade entre ambos) de modo que o tempo é compreendido em consonância com o espaço, como dimensão não linear e relacional. O entendimento de Fabian (2013) e Massey (2008) norteiam o emprego do tempo coevo como chave interpretativa, integrando passado, presente e futuro. Sobre a indissociabilidade do tempo em relação ao espaço, este é compreendido como elemento constitutivo das práticas cotidianas, sendo que os tempos das práticas do movimento LGBTQ+ são simultaneamente efêmeros (café-reunião, postagens online) e de longo prazo (conquistas institucionais, memórias de militância). Ambos, espaço e tempo são considerados produtos de inter-relações sociais e políticas.

Entende-se a **relacionalidade como fundamento transversal**, que atravessa e enlaça espacialidades e temporalidades que permeiam as práticas de pesquisa necessárias à elaboração da tese e as táticas do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa. Como fundamento, a relacionalidade é elemento essencial para compreender como as práticas sociais emergem das interações entre atores, materialidades e significantes.

Os principais aspectos apreendidos por meio da noção da relacionalidade se referem a potencialidade como aspecto de co-produção e transformação processual do espaço através de relações sociais e da interação com significantes materiais e imateriais, não havendo uma única lógica ou narrativa possível, mas uma multiplicidade de relações que se cruzam e se entrelaçam - perspectiva adotada na montagem desta tese em relação à organização dos capítulos que podem ser lidos em qualquer ordem, sem que reste prejudicada a apreensão do conteúdo, ou mesmo em relação às temporalidades apresentadas, que em muitos momentos não se restringiram ao recorte estabelecido ao trabalho de campo.

Considerando o espaço, por meio de sua inter-relacionalidade dinâmica, como imanente às práticas sociais e das trajetórias que se encontram e divergem, propõem-se que a relacionabilidade seja fundamental às táticas espaciais do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, ao passo que potencializa a articulação de alianças, redes e significantes por meio de relações interpessoais e institucionais, sustentando tanto as práticas de contestação, quanto a busca por avanços, transformações sociais e garantias de direitos.

A relacionabilidade como fundamento das ações do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa implica na responsabilidade compartilhada em criar condições de reconhecimento e transformação em um contexto de cidade que remete à opressão e desigualdade, de modo que o reconhecimento das diferenças é fundamental para o fazer político deste movimento social.

A política, inerentemente manifestada na luta do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, está enraizada nas práticas cotidianas e nas performances que desafiam normas e hegemonias, não se restringindo às macroestruturas, mas emergindo na microescala do cotidiano, onde as relações diretas e as práticas no/do lugar configuram resistências e disputas. A força política deste movimento social se manifesta nas táticas de sobrevivência, organização e contestação, de modo que **poder** e **política** despontam como aspectos indissociáveis.

Interpreta-se então que as táticas de resistência desenvolvidas na microescala são formas de poder político que desafiam as lógicas hegemônicas. Expressam-se como força relacional e rizomática, que não está centralizada em instituições, mas dispersa por meio de práticas, discursos e relações cotidianas. De acordo com Foucault (2017) e Massey (2008), considera-se que o poder opera em correlações de força, que tanto estruturam como são contestadas pelas práticas sociais, funcionando de forma rizomática e assimétrica.

Deste modo, as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ ponta-grossense são mediadas por tensões, disputas, coalizões entre diferentes grupos e identidades no movimento. Compreende-se que a intencionalidade relacionada, a necessidade de contestar às normas hegemônicas e pela criação de novos espaços de existência e visibilidade desestabilizam estruturas de poder e as normas hegemônicas que regulam o gênero, a sexualidade e os usos do espaço público.

O movimento LGBTQ+ busca desconstruir discursos normativos por meio de performances e práticas que desafiam as expectativas sociais em que práticas ordinárias e os encontros interpessoais se tornam ferramentas de subversão e resistência, de modo que a contestação ocorre não apenas em grandes eventos, mas também em gestos cotidianos, interações rotineiras e de resignificação do espaço sendo que os espaços públicos são transformadas em palcos de manifestações e celebrações da diversidade, os espaços privados como casas e associações se

tornam locais de organização política e acolhimento e espacialidades virtuais são arenas para a construção de narrativas e mobilizações.

Deste modo, o conceito de táticas ocupa um papel fundamental na tese, sendo explorado como práticas criativas, situadas e contextuais utilizadas pelo movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa para resistir e contestar estruturas hegemônicas de poder. As **táticas** são compreendidas como ações de oportunidade e improvisadas, que operam a partir das condições do cotidiano. No contexto de pesquisa, as táticas observadas foram aquelas desenvolvidas, por aqueles que não possuem uma posição de poder institucionalizada, mas que criam estratégias temporárias e criativas para resistir.

Seus principais aspectos tangem o **acontecimento**, aquele momento que emerge do cotidiano e pode ser apreendido pela imanente criatividade de improvisar e adaptar-se às oportunidades do momento. Não é mera eventualidade. Difere-se do ordinário e do banal ao passo está paradoxalmente entremeado ao cotidiano.

As táticas do movimento LGBTQ+ são apresentadas como práticas que ressignificam o cotidiano, transformando atividades e espaços aparentemente ordinários em formas de resistência e expressão política.

Interpretadas por meio da teoria não-representacional, a análise das táticas do movimento LGBTQ+ ponta-grossense não se limitaram a representações fixas baseadas apenas pelo sentido do olhar, adotando uma abordagem que prioriza o acontecimento, o movimento e a experiência corporal nos espaços-tempos. A abordagem não-representacional empregada destaca aquilo que é vivido por meio da apreensão dos acontecimentos em que se destacam os processos emergentes e dinâmicos compreendidos como formas vivas de resistência e transformação por meio de entrelaçamento de corpos, materialidades e temporalidades, em constante fluxo.

Com fundamento na teoria não-representacional e a concepção do espaço como relacional e dinâmico, essas formas vivas de resistência foram analisadas como organizações temporárias e fluidas, explorando como o espaço é produzido, negociado e transformado pelas ações do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa.

As formas espaciais apreendidas abordam tanto os significantes materiais, ou seja, materialidades concretas (como corpos, praças, ruas, casas e espaços institucionais) quanto significantes imateriais - subjetividades políticas, percepções, posicionamentos, afetos, energias, aspectos simbólicos (discursos, redes digitais e significados culturais) para demonstrar como este espaço é simultaneamente vivido, contestado e ressignificado no contexto deste movimento social.

Por meio dos conceitos de redes e de organizações espaciais provisórias procurou-se demonstrar (i) como sujeitos, materialidades e significados são conectados em múltiplas escalas, operando por meio de fluxos relacionais, que permitem a circulação de informações, afetos e recursos; (ii) como elementos materiais, discursivos, humanos e não-humanos são organizados em arranjos relacionais, efêmeros, em processos de constante reconfiguração, para responder às demandas e desafios do movimento.

Para tanto, o texto foi organizado em quatro capítulos, a constar – (1) Movimentos; (2) Relações; (3) (Re)imaginações; (4) Táticas. A divisão em quatro capítulos embora necessária formalmente para a estrutura de um trabalho acadêmico, possui autonomia em sua montagem, de modo que podem ser lidos individualmente, ou em diferentes ordens sem que prejudiquem a compreensão de quem porventura acesse seus escritos. Cada um deles possui um tema central relacionado ao objetivo geral e aos específicos estabelecidos para a pesquisa.

Em “movimentos”, são expressados os delineamentos teórico-metodológicos empregados para elaboração da tese. Já em “relações”, são apresentadas as imersões nos grupos LGBTQ+, bem como os principais diálogos com autores da literatura geográfica, sociológica e filosófica emergidos durante o período de observação participante.

“(Re)imaginações” elabora, com base nos diários de campo e na experiência com o movimento LGBTQ+ ponta-grossense, interpretações relacionadas aos conceitos emergidos como os basilares para o entendimento das táticas espaciais dos movimentos LGBTQ+ de Ponta Grossa, argumentando acerca das redes e das organizações espaciais provisórias.

Já o último capítulo da tese promove um mergulho às táticas do movimento LGBTQ+, destacando no cotidiano, aparentemente banal, as ações que sustentam este movimento social urbano na cidade de Ponta Grossa, considerando que o arremate às geografias do acontecer se refere, portanto, às formas espaciais que emergem no momento, nas interações entre corpos, materialidades e significados. Ele não se limita ao evento em si, mas inclui as potencialidades e reverberações, promovendo uma abertura ao devir e à produção de novas realidades sociais e espaciais.

CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS

Partindo da noção de movimento, o trabalho aqui apresentado resulta de uma simbiose de práticas. Como empreendimento coletivo e relacional, esta tese, não é uma reflexão elaborada de um ponto de vista único e definitivo sobre o que seriam as táticas espaciais do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais¹ (LGBT+) de Ponta Grossa.

O desafio proposto é de enlaçar as dimensões investigativas e ações políticas da pesquisadora para produzir interpretações e reflexões sobre as relações dos atores sociais e dos significantes que constituem as práticas de pesquisa e de ativismo no movimento LGBT+ como dimensões indissociáveis, na contramão de uma proposta monocromática ou de um ponto de vista objetivo e absoluto sobre as táticas do movimento LGBT+ de Ponta Grossa.

Também se propõe a apresentar compreensões sobre as nuances das articulações políticas, institucionais e pessoais de LGBT+ para atingir objetivos comuns à pauta, bem como as dinâmicas de atravessamentos de espaços e tempos, associando a dimensão política referente a conquista de direitos, espaços de representação e as relações de pessoalidade como política de reconhecimento e fortalecimento existencial para além das identificações de identidades de gênero e sexualidade.

Se a proposta parece abstrata, recorro a Morin e Le-Moigne (2007) para guiar inicialmente minha argumentação a essa busca. Para os autores, a produção de inteligibilidades sobre o real remete a produção de um conhecimento que é processual, ou seja, permanentemente aberto, assumindo uma dimensão imprevisível em seus processos explicativos. Esta postura a que Morin e Le-Moigne (2007) denominam como sendo uma “inteligência da complexidade” visa imbricar o conhecimento e a ação, ou seja, o “fazer” e o “compreender” arrematados por meio de uma práxis complexa.

Le-Moigne (2007) aprofunda essa noção ao argumentar que a produção de interpretações e inteligibilidades é resultado de um desígnio, sendo, portanto, inerente a um propósito para agir. Desta forma, o conhecimento produzido está ligado ao intento de questionar e interpretar a realidade em suas nuances de relações e finalidades, projetos e contextos. Nesse ínterim, a ênfase metodológica da tese são os movimentos de organização apreendidos por meio de performances relacionais dos atores e significantes do movimento LGBT+ ponta-grossense

¹Utilizo a variável da sigla que adiciona o ‘+’ em seu final, buscando contemplar sem rotular as mais diversas e fluídas práticas sexuais e performances de gênero, tomando como base as reflexões de Butler (2003, 2018). Essa discussão é melhor elaborada no capítulo 2 deste trabalho.

compreendendo que as relações sociais não são estáticas/imutáveis, constituindo sentidos do/no mundo, sem a pretensão de ser uma narrativa absoluta.

O argumento de Le-Moigne (2007) implica no entendimento que a produção de conhecimento é uma representação mental², reflexiva, um constructo intencional que considera os elementos significantes e simbólicos específicos que constituem uma realidade observada/vivenciada. Esta interpretação é complementada por McCormack (2013) ao compreender que o conhecimento científico não é meramente inerte e passível de ser descoberto, **destacando a prática investigativa *in loco* como central**³ para a elaboração de interpretações tomando como base o real em seus espaços, relações, materialidades, imaterialidades e temporalidades.

Então, começo propondo para esta discussão sobre o “fazer” investigativo, uma inversão à perspectiva de neutralidade da prática científica, de forma que, em primeira pessoa, narrarei as minhas movimentações no trabalho de campo. Como parece, tal proposta remete a minha posicionalidade enquanto pesquisadora e sobre como minha trajetória de vida atravessou e foi atravessada pela inserção teórico-empírica em relação às ações sociais do movimento LGBTQ+ e resultou nas possibilidades interpretativas e discussões apresentadas no *corpus* do texto.

Trabalhar com o movimento LGBTQ+ exigiu que eu adotasse abordagens que permitissem acompanhar e integrar as diversas dinâmicas de práticas sociais e relações inerentes às ações das pessoas e instituições envolvidas no movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa. A ‘abertura ao campo’ neste caso, foi viabilizada pelo meu envolvimento direto com grupos do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, em que minha participação ativa viabilizou o acesso a espacialidades e relações que restariam impossibilitadas estando alheia à agenda e mobilizações. Portanto, o conhecimento produzido nesta tese é também reverberado de um reconhecimento mútuo no trabalho de campo, visto que não seria possível atuar no movimento LGBTQ+ sem a aceitação social dos grupos.

O movimento LGBTQ+ da cidade, ainda que constituído por múltiplos atores sociais⁴, compreendidos nesta reflexão como as pessoas, grupos organizados, instituições, partidos políticos, sindicatos, associações e demais indivíduos e coletividades que compõem o movimento LGBTQ+ (em maior ou menor intensidade de envolvimento e performances), possui

2 O autor ainda trata de modelizações de sistemas explicativos e interpretação de símbolos na produção de inteligibilidades (Le-Moigne, 2007).

3 Interpretação proveniente do conhecimento construído (também) em relação com o grupo de pesquisa a que pertencem e desenvolvo este trabalho em conjunto com o professor Dr. Almir Nabozny — o Grupo de Práticas de Pesquisas Qualitativas em Geografia (UEPG).

4 Noção aproximada inicialmente a partir de Delanda (2016) sobre atores humanos e inumanos e delineada em relação ao entendimento ampliado de “atores sociais” em Heidrich (2009), Costa e Stürmer (2017).

uma lógica política imanente da qual reverberam não apenas os avanços e as parcerias, mas também as tensões, as disputas e as desconfianças. **Multivalentemente**, as associações, organizações, agrupamentos, bem como tensionamentos, desconfianças e assimetrias de **poder** no âmbito deste movimento estão atrelados a manutenção da agenda LGBTQ+. É pela/na prática que se fez o movimento. E foi no movimento processual e transformativo que se constituíram as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa.

Em um cenário de constantes embates contra um contexto opressor, violento e segregador contra as vidas de pessoas LGBTQ+, a política inerente ao movimento LGBTQ+ foi dinamizada pela emergência de variadas performances e táticas que visavam alterar as estruturas políticas. Assim, o tensionamento do movimento LGBTQ+ contra estruturas organizadas na **macroescala** (do global, da modernidade, das estruturas) - mecanismos de hegemonização⁵ e coerção social que reverberam em interdições e constrangimentos de livre expressão espacial e de participação sociopolítica, promove na **microescala** (do cotidiano, do local, do presente) organizações e tensionamentos específicos ao lugar, apreendidos na vivência *in situ* no movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa.

Neste cenário, houve uma simbiose que coadunou as práticas de pesquisa e ações políticas da pesquisadora, de modo que a operacionalização desta tese é fundamentada no **trabalho de campo** realizado através de imersões em grupos do movimento LGBTQ+ da cidade de Ponta Grossa. A necessidade da minha participação verbalizada pelos atores dos grupos em que estive inserida, condicionou a partilha de informações a uma lógica de contraprestação, em que minha performance foi demandada na composição do movimento LGBTQ+ e no desenvolvimento de ações como condição (implícita e ética) de desenvolvimento da pesquisa. Estar em relação nesta lógica significava estar inserida nos processos inerentes à microescala do cotidiano político deste movimento social.

Vale destacar, que os debates aqui apresentados neste movimento imersivo se referem a entendimentos elaborados em relação, isso, pois não quero esbarrar no destacado por Sousa (2014), sobre a lógica de discursos autocentrados e violentos epistemologicamente, em que os sujeitos pesquisadores acabam falando sobre/pelas outras pessoas e reproduzindo padrões colonizadores de fazer científico.

5 Conforme Bobbio, Mateucci e Pasquino (1983), a hegemonia está relacionada, em sentido geral, com uma forma de poder proeminente. A hegemonia também pode ser compreendida como potência de inspiração e condicionamento por força de prestígio, intimidação ou coerção. Em outras palavras, é uma forma de poder que exerce influência e/ou domínio.

Em realidade, o propósito desta abordagem segue o movimento político e de pesquisa posicionado, também consoante a afirmação de Sousa (2014), a respeito do enlace entre posicionalidade, alteridade e presença. Neste sentido o autor destaca que -

No caso da pesquisa, trata-se de assumir que nela estamos presentes. Que as ideias que elegemos como fundamentais para a reflexão e a seleção de autores e autoras que nos sustentam fazem sim parte de **escolhas políticas e de posicionamentos existenciais**. Que as metodologias que escolhemos dizem, tanto quanto a teoria, sobre as nossas intenções científicas e estratégicas. Enfim, que somos parte da pesquisa e que por ela nos responsabilizamos e que nela nos implicamos (Souza, 2014, p.241 — sem grifos no original).

Dessa maneira, compreendo que o meu trabalho de campo se enlaça ao objetivo geral da tese, partindo de um plano de pensamento e de práticas de pesquisa conduzido no/pelo cotidiano e pelas multiplicidades performativas *para compreender de que modo acontecem as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná*.

Este trabalho se faz no encontro entre as multiplicidades inerentes às rotinas de organização (e desorganização) de grupos relacionados às pautas LGBTQ+, negociações de maior ou menor proporção (desde os acordos sobre datas para o acontecimento de uma reunião, até reuniões com setores do poder público), a realização de eventos (palestras, *lives*, paradas, manifestações, etc.), acordos táticos para tomadas de decisões e a produção de reflexões e interpretações sobre como todas essas performances constituem um emaranhado de táticas, um espectro de práticas do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa.

Depreende-se disso, que a **prática de campo** não se delineou por modelos enumerados de procedimentos e técnicas aplicados ‘passo a passo’, mas ao invés — se alinhou ao pontuado por Heidrich (2016), no que trata de práticas de estudo e pesquisa que funcionam em paralelo à condução do pensamento (uma “prática pensante”), bem como ao postulado por Morin e Le-Moigne (2007) sobre a imprevisibilidade investigativa.

Baseando-me em uma abordagem ‘etnogeográfica’, considero o exposto por Heidrich (2016) em relação ao afastamento de uma postura neutra de flexibilidade e, conforme minha posicionalidade, realizo pensamento e ação, estando integrada na situação da pesquisa e da prática política. Costa (2016) argumenta que a perspectiva da etnogeografia se conecta à problematização de como as “[...] espacialidades cotidianas produzem as interações, as reações, as continuidades e as discontinuidades de atitudes, costumes e expressões dos sujeitos em trânsito constante” (Costa, 2016, p.142).

Portanto, o trabalho investigativo aqui indicado corresponde ao que consideram Heidrich (2016) e Costa (2016) acerca da condução da ação metodológica etnogeográfica, em que Heidrich (2016) argumenta que os enfoques etnogeográficos também constituem a pesquisadora como pessoa participante — subjetiva e reflexivamente.

Articulada a metodologias qualitativas de coleta de dados, o autor explica que a prática etnogeográfica foca em aspectos como subjetividade, significados, cotidiano, práticas espaciais e sua dimensão humana e social em suas particularidades (Heidrich, 2016). Paralelamente, Costa (2016) considera que a proximidade do pesquisador, como parte integrante da realidade observada, possibilita imersão e o encontro com o inesperado, para buscar compreender os movimentos e transformações processuais das negociações, funcionamentos, condições, imbricações e criatividade encontradas na diversidade dos sujeitos e nas interpretações de suas ações com ênfase nas dinâmicas espaciais.

Os autores concordam no entendimento que a etnogeografia articula o eixo teórico-prático através do arranjo ‘encontro-alteridade’, a ser realizado por meio de interpretações sobre o cotidiano dos lugares, viabilizado pela presença, experiências e registros. Deste modo, consideram que a etnogeografia é imbuída por práticas metodológicas que qualificam os contatos cotidianos. Partindo deste entendimento, realizei interpretações sobre as táticas desenvolvidas pelo movimento LGBTQ+ por meio de observação participante.

Heidrich (2016) argumenta que a observação participante, quando relacionada à etnogeografia, demanda o registro constante de uma diversidade de aspectos relevantes à produção de interpretações, de forma que as ações metodológicas constituam possibilidades táticas de pesquisa – viabilizando o uso de imagens, escuta, entrevista, diários de campo, relatos, grupos focais, e demais procedimentos que possibilitem a viabilização de ideias, apontamentos de percepções e destacamento de potencialidades interpretativas.

Deste modo, o que é discutido no presente texto é fundamentado em minha participação, seja na pesquisa ou nas ações desenvolvidas pelo movimento LGBTQ+, assim como na produção de registros — especialmente diários de campo e relatórios descritivos — sobre as iniciativas sociais e as dinâmicas de organização e mobilização que permeiam e constituem as táticas espaciais dessas pessoas em suas performances (de ser e estar no mundo).

Por meio da perspectiva etnogeográfica, a aproximação realizada pela minha inserção nestes grupos, principalmente através da técnica de observação participante durante o trabalho de campo, me permitiu elencar possibilidades interpretativas sobre as táticas do movimento LGBTQ+ ponta-grossense. Com base no apontado por Costa (2016), durante minha participação nos processos cotidianos desses atores sociais, elenquei algumas guias de reflexão pelas quais

procurei compreender as relações neste movimento social: — como as pessoas se organizavam e se reuniam? O que garante que, mesmo diante da diversidade identitária dos integrantes, o movimento LGBT+ consiga agir coletivamente, respeitando e integrando sua inerente heterogeneidade? Tratava-se, portanto, de um mergulho no cotidiano, sem desconsiderar as narrativas do 'tempo longo', o que possibilitou construir uma escala geográfica onde as diferenças espaciais se tornam fundamentos para o reconhecimento, a pessoalidade, o acolhimento e as formas de vida cujas existências demandam, constantemente, a luta e a resistência de seus sujeitos.

Se a sobrevivência da vida humana e a relação com as desigualdades sociais são temas recorrentes na pesquisa geográfica, no presente trabalho destaca-se uma dupla implicação: a luta pela sobrevivência, acompanhada dos esforços para existir conforme a autodeterminação dos sujeitos, em relação às múltiplas possibilidades de performances corporais no espaço. Simultaneamente, para além da excepcionalidade e do essencialismo, existe um mundo banal que é diverso e, ao mesmo tempo, semelhante ao cotidiano de pessoas que compreendem a vida a partir de experiências marcadas por uma perspectiva heteronormativa.

Reitero que não se trata de falar pelo outro, ou tomar o local de enunciação do rol de atores que constituem o movimento LGBT+; o foco dos debates etnogeográficos empregados neste trabalho conforme destaca Costa (2016), visam a refletir sobre os sentidos das ações sociais apresentadas cotidianamente, suas especificidades e elementos intrínsecos. Estes elementos constituem um universo de significação que pode ser interpretado, possibilitando apreensões sobre as táticas espaciais associadas e caracterizadas como pertencentes às formas de contestação do movimento LGBT+ de Ponta Grossa, em um repertório de ação política constituído pelas performances e pelo cotidiano.

Consoante o entendimento de Paiva (2017), esta reflexão emerge de um ímpeto iniciado na prática de pesquisa, compreendendo que esta não se dissocia da prática política e que, em última instância, também não se separa da pessoa pesquisadora/ativista, em uma dimensão indissociável de “ser” no percurso de construção de conhecimentos.

Em articulação à Minayo (2017), esta ideia foi reforçada para elaborar uma ponderação entre a pesquisadora e os outros participantes da pesquisa — pessoas que contribuem direta e/ou indiretamente à produção de inteligibilidade a respeito de um processo de busca. Ponderou-se então, de encontro com os pensamentos de Butler (2003), que a produção de sentido não se refere apenas a um aparelho conceitual que ‘flutua’ sobre a humanidade, mas a um projeto localizado e posicionado e que se articula a contextos, dispositivos e discursos hegemônicos.

O desejo de observar as nuances, o que estava nos bastidores do fato dado, das “organizações”, me aproximou também dos argumentos de Nogué e Romero (2006), ou seja, de compreender que na Ciência Geográfica existem dimensões marginalizadas de discussões, tais como, a invisibilidade, a intangibilidade e a efemeridade. As provocações inerentes aos argumentos de Nogué e Romero (2006) chamaram atenção diante do fato que o pensamento geográfico privilegia aspectos tangíveis, tempos duráveis dos elementos visíveis em detrimento das nuances, das alianças incomuns, dos interesses de difícil compreensão.

Paralelamente, os autores alertam para a constatação de que estas separações imprimem e repercutem posturas cartesianas de divisões e privilégios na produção de conhecimentos geográficos, posição esta acompanhada por Paiva (2017). Para o autor, as posturas cartesianas e positivistas resultam no sequenciamento do trabalho acadêmico em que “[...] se formam as teorias como representações abstractas, e que é possível depois recolher-se dados reais que nos permitem confirmar ou falsear as teorias” (Paiva, 2017, p.161).

Na contrapartida desta vertente separatista, encontrei na teoria não-representacional possibilidade reflexiva interessante de reimaginação das noções do que seriam trabalhos de campo na prática de pesquisa em Geografia. Partindo da noção de processualidade e relacionalidade, Paiva (2017) advoga sobre uma noção alargada do “trabalho de campo” no âmbito das teorias não-representacionais. McCormack (2010) reforça essa perspectiva ao afirmar que a lógica relacional não é elaborada por meio de exercícios posteriores de retrospectão ou contemplação em relação a um acontecimento.

Essa concepção *a posteriori*, para McCormack (2010), corrobora a noção de ‘objeto observado’ e ‘produção de conhecimento **sobre** o objeto’, ao passo que traça linhas entre o passado observado e a apreensão no presente estático. Na contramão, o foco das teorias não-representacionais destacam abordagens e produções de significado e significações elaborados **nos processos, relações, interações e acontecimentos**.

Anderson e Harrison (2010) são enfáticos ao indicar a vida cotidiana como foco das teorias não-representacionais, bem como, as práticas corporificadas e as ações intencionais, de modo que a produção de sentido é realizada quando “[...] conhecemos e vivenciamos um mundo ao habitá-lo, ao nos sintonizarmos com suas diferenças, posições e justaposições, por meio do treinamento de nossos sentidos, disposições e expectativas e ao sermos capazes de iniciar, imitar e elaborar linhas de ação habilidosas (Anderson; Harrison, 2010, p. 09, tradução nossa). As reflexões de Heidrich (2016) se coadunam a este entendimento ao posicionar a pessoa investigadora como participante, sujeita e produtora de afetações promovidas pela experiência e prática geográfica com enfoque no cotidiano. Elencando a descrição explicativa das

processualidades inerentes aos cotidianos (as relações, os movimentos das coisas, suas reverberações e resultados) como possibilidade metodológica, ambos autores destacam a etnogeografia como possibilidade de articular o eixo teórico-prático ligado, principalmente (mas não somente), à experiência geográfica mediada pelo corpo.

Nesta perspectiva, o tecer ativo é o mote que anima a indissociabilidade entre o pensamento e a ação propostos e explorados nessa reflexão. Desta forma, optei pela abertura às diversas formas de temporalidades e espacialidades que atravessaram minha prática de pesquisa. A preocupação pela não padronização/fixação de **um** tempo e de **uma dimensão do espaço**, embora de nuance anárquica contra “o método” e os recortes, refere-se às reflexões de Fabian (2013) acerca dos conhecimentos elaborados em relação e a desorganização do uso do “Tempo” e as provocações de Massey (2008) acerca da multidimensionalidade do espaço.

Segundo o Fabian (2013) o tempo, bem como suas abordagens e usos, são uma dimensão constitutiva da realidade. O autor argumenta que o “Tempo”, como dimensão, vem sendo utilizado para manutenção de lógicas de poderes e discursos científicos hegemônicos⁶ por meio de práticas de isolamento de “objetos de estudos” em um recorte enclausurado em um presente eterno, imutável, capturado e passível de ser analisado.

Fabian (2013) e Massey (2008) concordam em considerar que o uso do tempo para manutenção de estruturas de condicionamento de práticas científicas, vêm negando sua constituição inerentemente relacional pelo destacamento do sujeito pesquisador da realidade apreendida, **negando a coetaneidade**, e, por conseguinte, a sua processualidade e relacionalidade. Logo, a abordagem adotada para a tese acompanha a crítica de Massey (2008) e de Fabian (2013) considerando que o tempo, assim como o espaço, são produtos de inter-relações estabelecidas **no mesmo tempo**, o tempo coevo.

Assumindo a coetaneidade do tempo e do espaço, reitero que as interpretações elaboradas ao longo do trabalho são produtos relacionais e, que a escolha pelo tempo verbal no pretérito foi adotada considerando que:

- (1) O passado experienciado, seja durante a elaboração dos diários de campo, seja na realização de outros trabalhos, integra tanto o presente (por meio da reflexividade) quanto o futuro (por meio do devir e das possibilidades) (Massey, 2008; Fabian, 2013);
- (2) O fato é inevitavelmente passado em relação à reflexividade (bem como aos registros e interpretações), mas não se descola do presente, de modo que as interpretações

⁶ Fabian (2013) ainda argumenta sobre discursos de “atraso” pelos quais o tempo é utilizado como estratégia para subjugação de espaços que estariam atrasados, subdesenvolvidos e, portanto, deslocados, ou passíveis de aplicação de projetos de desenvolvimento (de cunho colonialista).

elaboradas não se referem a captura ou descrição de uma lembrança estática, mas de suas imbricações com o presente e suas possíveis reverberações com o futuro (esfera da propensão e do vir a ser) (Fabian, 2013; Massey, 2008);

(3) O tempo e suas diferenciações adotadas no texto referem-se ao vivenciado *in situ*, de modo que a presenticidade inerente ao processo de escrita, ainda que enunciada no pretérito em decorrência da reflexibilidade necessária para a elaboração de interpretações, enlaçam obrigatoriamente a pesquisadora e a práxis científica à realidade vivenciada durante a produção de interpretações — o tempo da tese (2020-2024).

(4) A coetaneidade de espaços e tempos vivenciados é constituída por atravessamentos, de modo que a “simultaneidade dinâmica” (Massey, 2008) implica em um emaranhamento, não apenas de presente-passado-futuro, mas também de formas/formações espaciais e temporais.

Em meu trabalho de campo, em muitos momentos, essa perspectiva reverberou na apreensão de atravessamentos que poderiam passar despercebidos em meio ao cotidiano e que por certa ótica podem até ser consideradas efêmeras. Observando os diários que movimentam essa discussão, verificam-se diversos acontecimentos neste sentido — o café da tarde que virou uma discussão de pautas e demandas urgentes, uma postagem em uma rede social institucional que para além do engajamento, visava chamar a atenção de figuras públicas importantes para o ativismo LGBTQ+, a cobrança de favores prestados na pessoalidade para favorecimento da pauta e demais achados que na microescala do fazer e do presente, sustentam um movimento LGBTQ+ de grandes dimensões.

Deste modo, observar as pessoas, escutar, registrar, perceber as nuances e os bastidores destas mobilizações despertou uma necessidade latente de dissertar acerca do eixo “espaço-cotidiano-performances”. A aproximação com as teorias não-representacionais confirmou o que antes eu acreditara ser uma impressão — a de que minha prática de pesquisa, enquanto posicionada no mesmo contexto de atuação das pessoas que compartilhavam suas experiências, se aproximava do que Butler (2003) denomina de performance enunciada.

Ainda que Butler (2003) não seja uma autora que aborda as teorias não-representacionais, foram os seus debates em “Problemas de Gênero” que me aproximaram da perspectiva das coalizões argumentada por ela em trabalhos posteriores. Se por um lado, o conceito de “coalizão” não é exatamente o único escolhido para a abordagem proposta por essa tese, foram suas inquietações acerca das práticas organizadas que me fizeram questionar mais profundamente sobre a lógica da ‘unidade’.

Nesta perspectiva, compreendi que pensar no movimento LGBTQ+ como um uníssono, organizado ideal e espontaneamente ou a partir de solidariedade irrestrita, poderia prejudicar as interpretações sobre os movimentos deste grupo. Inadvertidamente, em 2018, durante a elaboração da minha dissertação (Chagas, 2020), meu primeiro questionamento a duas ativistas do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa foi: “como funciona a rede de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa?”. O choque, pessoal e de pesquisa, foi enorme quando Saturno e Júpiter⁷ simultaneamente responderam: “que rede?”.

Encontrei na teoria de Butler (2003) uma perspectiva explicativa que colocava em cheque tal percepção — de uníssono, contiguidade imutável e, em última instância, coesão permanente. Sua teoria me introduziu a pensar nessas práticas, me ajudando a mergulhar neste intento que anima as ações através e na lógica de pertencer ao campo e não apenas ‘fazer’ o campo, bem como sobre a disruptividade implicada no fazer científico posicionado — política e existencialmente. Neste caso, para entender as práticas, eu tive que estar na prática, remetendo à máxima de Mercúrio⁸: “porque eu penso que movimento é aquele que faz o movimento”.

O fazer do movimento, na perspectiva Butler (2003) se refere ao “ato”, sendo ele tanto intencional, como performativo. Para a autora, é a performance que desestabiliza as noções idealizadas de alianças estáveis e coesas. Visto que a intencionalidade estaria relacionada ao campo do desejo (individual) e da manifestação do “eu” (subjetivo), a definição da identidade e da forma do fazer, se daria através e durante o ato. Butler (2003) destaca justamente a variabilidade e contingência relativa à construção de sentido sobre os atos.

Ao adicionar as características não positivas (ideais) ao pensar em um primeiro momento sobre debates que permeiam o tema da organização, isto é, as rupturas, os desentendimentos, as divergências e as fragmentações no/do diálogo (justamente por remeterem à desorganização), a autora coloca em cheque a separação epistemológica entre eu/outro, sujeito/objeto, afirmando haver uma tradição discursiva que decide previamente o ‘passo-a-passo’ respectivo à produção de inteligibilidades sobre a ação. Butler (2003) provoca

⁷ Desde a dissertação de mestrado (Chagas, 2020) os nomes, sejam eles sociais ou registraes, foram substituídos pelas denominações de corpos celestes. Sempre imaginei o movimento LGBTQ+ como conglomerados, agrupamentos mais ou menos organizados, mais ou menos misteriosos e espectrais pelos quais eu poderia apreender, pela observação de seus corpos, elementos, pistas que, em universo de significação me permitissem produzir interpretações sobre este ‘movimento’ em sua multidimensionalidade. O apreço pela complexidade e a paixão pessoal pela astronomia, como parece, influenciaram na escolha, embora, a metáfora dos corpos celestes se ancore apenas na atribuição elogiosa de nomes, já que a perspectiva de ‘corpo’ não seja a adotada para a tese. Mesmo com o emprego de Deleuze e Guattari (1995) no trabalho, a teoria não-representacional me levou a argumentar mais sobre atores sociais e significantes e menos sobre corpos sociais no sentido exposto pelos autores.

⁸ Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de março de 2018. Consultar apêndices para acessar a versão estendida do trecho da entrevista que trata da gênese do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa.

justamente o ponto de vista daquele que fala/idealiza a ação sem se perceber como um ser também atuante, também afetado por discursos e mecanismos hegemonicamente condicionantes. O desafio proposto por Butler (2003) é almejado em parte por essa tese, e reside justamente na busca por perceber o ato de pesquisa, como um ato também político de subsistência/existência e da percepção de que essa performance enunciada liberta também a prática da escrita e da comunicação deste saber apreendido na ação. Quiçá produza um processo de leitura livre dos amálgamas pré-discursivos.

Isso não significa uma recusa irrestrita às formas de produção de conhecimento e aos ritos formais e associações teórico-metodológicas estruturantes. Inclusive, as explicações que sustentam esse debate, por mais abstratas que pareçam, respondem a esse intento — o de respeitar o conhecimento apreendido na ação, sendo que a trajetória de pesquisa, de atuação no campo é que instrumentaliza e capacita esse argumento.

Desta forma, a proposta não é um ‘resgate’ do outro, da fala do outro, do campo, do sujeito observado. É a demarcação de posicionalidade e pertença, de afirmar ‘eu estive lá’, em relação, na ação, fazendo o movimento, junto com Mercúrio e como todos os demais atores e significantes envolvidos, e não apenas mostrando como este movimento foi feito pelo outro. Apesar deste debate seguir a propedêutica de explicar o movimento inerente à prática de pesquisa, o foco por hora está em compreender **a prática liberta de rótulos, sendo ela, inclusive, a proposta inicial que embasa essa tese**. Portanto, é diante destas considerações e do percurso de pesquisa apresentado que este trabalho se organiza para além da estrutura. Assim, os encontros, os movimentos, as processualidades e as afetações constituem e dão a tônica das teorias, práticas e análises apresentadas nas seções subsequentes.

1.1 MULTIPLICIDADES EM MOVIMENTOS

Os últimos anos, não apenas os que constituem “o tempo da tese” (acompanhados de seus recortes e imposições), constituíram um período em que pude acompanhar, no âmbito do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa-PR, uma multiplicidade de acontecimentos — a começar por eventos acadêmicos sistematicamente organizados em seus cronogramas e planejamentos, até os atos e manifestações organizados “do dia para a noite”, cafés, conversas de *WhatsApp*, efusividades instantâneas motivadas por algum tema, com força avassaladora que promovia reuniões, manifestações e demais formas de ação.

Enquanto observava que as ações planejadas e desenvolvidas em Ponta Grossa estão relacionadas às agendas de longo prazo inerentes às vulnerabilidades e buscas por direitos para pessoas LGBTQ+, sendo estas com diversas escalas de atuação e longa temporalidade; de outra perspectiva observava que estas ações, apesar de atreladas a um macro-contexto de “agenda”, em Ponta Grossa, se sustentavam por ações efêmeras, que atravessavam os cotidianos dos atores e significantes envolvidos neste movimento.

Desenhava-se, então, um problema de pesquisa que me acompanha desde, pelo menos, o trabalho que precedeu esta tese. O “movimento” sempre esteve no centro dos debates. Na verdade, a multidimensionalidade do termo "movimento" é o que sempre orientou esta reflexão. Aqui, "movimento" define, simultaneamente, o “movimento LGBTQ+” como grupo, o agir intencional amalgamado à prática de pesquisa, e as trajetórias que se entrelaçam nas ações táticas. Além disso, o termo carrega uma dimensão espaço-temporal, referindo-se ao que atravessa o cotidiano, ao "acontecer em processo".

Na busca por uma interpretação que desenvolvesse, no âmbito da Geografia e a partir das teorias não-representacionais, essas múltiplas facetas do movimento, encontrei nas/pelas práticas uma boa forma de sugerir explicações para essa “simultaneidade dinâmica” (Massey, 2008) de interpretações possivelmente válidas. No âmbito das teorias não-representacionais, Anderson e Harrison (2010, p.07, tradução nossa) ponderam:

As multiplicidades de ação e interação”; o que isso significa? Uma maneira de pensar sobre isso é como um “pano de fundo”. Embora não o percebamos conscientemente, estamos sempre envolvidos e envolvidas em uma ampla variedade de atividades e práticas. Nossas reflexões conscientes, pensamentos e intenções surgem e se movem nesse “zumbido” de atividade contínua.

Com respaldo nos autores, expando a ponderação. Acolhendo a multidimensionalidade do “movimento”, é válido questionar-se: podemos empregar este movimento como “pano de fundo”, ou trata-se, ao contrário, de enfatizar os contextos nos quais se movimentam as práticas? O que significa este fazer consciente no âmbito de um “movimento” heterogêneo, como o movimento LGBTQ+? Que “movimento LGBTQ+” é este? Estas perguntas que conferem a multidimensionalidade do movimento na reflexão serão desenvolvidas ao longo do trabalho através da discussão sobre as particularidades manifestadas nestes movimentos, a saber, (1) movimento LGBTQ+; (2) movimentos de pesquisa; (3) movimentos de enlaces; (4) movimentos que atravessam o cotidiano.

Considero que estas dimensões do movimento, quando amalgamadas, **constituem as táticas do movimento LGBTQ+**. Então, o trabalho não discute isoladamente estes movimentos como fragmentos ou pontos de vista sobre essas táticas, mas em um contexto de pesquisa, estes movimentos se entrelaçam e permitem a elaboração de bases/guias para a produção de interpretações sobre a constituição e organização das ações do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, revelando suas particularidades e significantes.

Tomando a multidimensionalidade do movimento como ponto de partida, início as discussões com o caleidoscópio de falas da Figura 1 para buscar uma interpretação que se aproxime a refletir sobre “que movimento LGBTQ+ é esse?”.

Partindo estritamente do conteúdo do caleidoscópio que constitui a Figura 1, composto por falas de pessoas que dão vida ao movimento LGBTQ+ ponta-grossense e de minhas observações registradas nos diários de campo [propositalmente não identificadas, para se misturarem], penso não poder responder de apenas uma maneira “o que é”, ou mesmo “qual” é o movimento LGBTQ+ nesta cidade. Se por um lado ele é feito por atos, intervenções, relações, ocupações e lutas, de outro, ele também é formado de dificuldades, percalços, disputas, interesses e percepções divergentes e diversas.

Uma saída possível para a pergunta posta, vai de encontro à provocação de Deleuze (2001) sobre a necessidade de se pensar, no que tange a relacionalidade, para além das definições que determinam o que alguma coisa “é”. Quando se fala em relações, encontros, enlaces (no plural), acolhe-se também o reverberar de diversas propensões e possibilidades para essas relações. Logo, a pergunta se transforma, ou, ao menos, a forma de respondê-la precisa considerar a pluralidade de elementos e significantes que delineiam este movimento, ou seja, quem são as pessoas que participam, quais são as táticas desenvolvidas e desempenhadas, quais trajetórias remontam e formam a sua história.

Figura 1: Caleidoscópio de falas

Fonte: Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.; Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018; Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019; 2023; Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019; Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018; Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018; Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019. Org: A autora A autora, 2023.

Minha relação com o movimento LGBTQ+ da cidade de Ponta Grossa não é recente. Se fosse para fazer um memorial descritivo, como aqueles que fazemos quando prestamos seleções

aos editais de programas de pós-graduação, eu poderia remontar essa trajetória começando há dez anos. Obviamente, como ora mencionado, que esta tese é produto autônomo e possui seus recortes, afinal, condensar dez anos de ação sem direcionamentos e limitações seria não apenas infernal, como inexequível. Além de que provavelmente não atenderia às qualidades de uma tese, especialmente no que tange a tentativa de produzir algum avanço para o campo de estudo. Nesta década, encontrei nas relações estabelecidas no/pelo movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, preciosidades e especificidades que me trouxeram até a questão que delinea (e delimita) essa reflexão.

Se o intuito é falar das “táticas espaciais do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa”, o processo criativo (pelo menos no que se refere às minhas possibilidades e limitações de repertório teórico metodológico) se desvelava de duas possíveis abordagens: a primeira, seria abordar padrões de interações e categorizações (catalogações?) destas estratégias e as possíveis correlações com as estruturas hegemônicas; a segunda seria explorar na microescala do acontecer cotidiano como estas estratégias se organizam e se desvelam.

Em trabalhos anteriores, a abordagem escolhida foi a primeira. Não vou me dedicar a fazer uma cansativa lembrança do que já foi feito, mas acredito ser importante orientar o sentido relacional aqui empregado, especialmente por essa orientação guiar o arcabouço teórico empregado às interpretações.

O estudo de relações baseadas em práticas cotidianas, conforme o estabelecido para esta tese, corresponde ao tratado pelas teorias não-representacionais no campo da ciência geográfica. Conforme Anderson e Harrison (2010), a teoria não-representacional desponta neste campo sob a influência (e impacto) das reflexões pós-estruturalistas e da latente necessidade de pensar o cotidiano e as práticas corporificadas na Geografia. Não havendo uma ‘gênese’ ou característica única, a teoria não-representacional também se destaca na Geografia pelo desejo de encontrar novas compreensões sobre as dinâmicas espaciais.

Os autores ressaltam que a teoria não-representacional incentiva a reflexão menos centrada em estruturas e mais voltada para os contextos práticos e performances. Nessa perspectiva, as relações estabelecidas por ações recíprocas constituem a base para a compreensão dessas noções, nas quais a relacionalidade é mediada pelos contextos. Paiva (2017) argumenta que os aspectos processuais e cotidianos, os quais a teoria não-representacional possui como mote, partem da performatividade e da ‘banalidade’ para apreender e produzir inteligibilidades sobre o que acontece, contemplando seus aspectos transformativos e contingentes na produção de sentidos sobre “[...] como os espaços, estruturas,

práticas, identidades e relações sociais produzem experiências e afetações no dia a dia que potenciam ou são geradas pelos acontecimentos mundanos” (Paiva, 2017, p. 160).

A teoria não-representacional coaduna-se a argumentação sobre o espaço relacional pensado por Massey (2008) como uma possibilidade interpretativa a respeito da performatividade e das práticas cotidianas, especialmente pela compreensão da autora sobre o espaço como dimensão e condição da ‘coetaneidade’, promovendo formas espaço-temporais, arranjos, encontros, que podem ser apreendidos através das geografias que se debruçam sobre o cotidiano.

Neste caminho, o espaço geográfico torna-se o articulador de simultaneidades dinâmicas, dando contorno às diversas formas de conquistas, alianças, invasões, inscrições, investimentos, revoltas e recusas entre o discursivo, o fantasiado e o corporificado. Isso implica considerar que por trás das ações descritas, prontas, formatadas, existem aspectos processuais, transformativos, propositivos, combativos e que estes não existem a esmo. Estão envoltos em sistemas de produção (adequação) do ser, a discursos e mecanismos hegemônicos. Estes sistemas, por sua vez, resultam em formas de (mal)estar no mundo, afetando cotidianos, acontecimentos e práticas.

Extrapolando as interpretações quanto a pluralidade e a multiplicidade do espaço geográfico para a prática política e de pesquisa (que afinal, não ocorrem dissociadas do espaço), a escolha da variável da sigla que utilizo neste trabalho (e que será melhor elaborada no próximo capítulo) vem de encontro a essa premissa. A adição do ‘+’ em seu final, busca a contemplar sem rotular as mais diversas e fluídas práticas sexuais e performances de gênero, tomando como base as reflexões de Butler (2003, 2018). Considero essa uma escolha pertinente por me permitir se referir à multiplicidade complexa e difusa relacionada à gama de possibilidades e devires nas formas de pensar e agir sobre desejos, orientações sexuais e identidades de gênero, contemplando àquelas já nomeadas e representadas pela sigla ‘LGBT’ (e suas variantes), e àquelas cujas lógicas hegemônicas, baseadas em padrões de representação binários não permitem que se tornem inteligíveis, contornando o debate das representações, que embora sejam de extrema importância para a política LGBTQ+, não são o foco principal desta reflexão.

Nesta argumentação fundamentada no debate de Butler (2003, 2018), destaca-se o papel central do ‘gênero’ como um mecanismo que hegemonicamente condiciona a constituição de representações identitárias e de existência, por meio formas de performance relacionadas à tríade entre sexo, gênero e desejo. Segundo a autora, este mecanismo de gênero categoriza as performances em binômios de normalidade/anormalidade, utilizando uma lógica

compulsoriamente heterossexual, que determina como padrão a linearidade performativa entre sexo biológico, identidade de gênero e expressões de desejo.

Butler (2003) argumenta que esse mecanismo, ao dividir a sociedade em padrões de existência ‘normais’ e ‘abjetos’, também é responsável pela dicotomia analítico-interpretativa presentes nas categorias do eixo identidade-representação-pertença, em contraste com as formas difusas de performances de sexo-gênero-desejo que não se encaixam em rótulos predefinidos. Por essa razão, os debates sobre expansões, adequações e utilização da sigla LGBTQ+ são recorrentes e significativos no contexto da realização existencial e da representação política dos corpos enunciados pela sigla.

Assim, compreendo que o uso da sigla em sua forma flexionada ‘LGBT+’ é pertinente para o argumento deste trabalho⁹, visto que compreende as diversas possibilidades das enunciações de identidade do ‘ser’ respeitando a singularidade inerente a cada uma das múltiplas formas de existir e performar sexualidades e afetividades.

Voltando ao caleidoscópio, em se tratando de pensar o movimento LGBTQ+, me pareceu restritivo tratar inicialmente apenas dos conteúdos dos diários de campo, especialmente considerando os pressupostos teóricos e metodológicos que sustentam este trabalho. Não pareceu produtivo delinear os contornos deste movimento apenas de meu ponto de vista e, por isso, utilizo de algumas falas de pessoas que compartilharam comigo suas experiências e posicionamentos em anos passados, especificamente para a condução do trabalho que antecede a essa tese, a dissertação intitulada “As assemblage de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná” (Chagas, 2020).

Demoro a me acostumar com a perspectiva de ‘fala morta’ ou ‘campo morto’, enterrado com o trabalho que passou como se a ele pertencesse exclusivamente. Não desconsiderando que o trabalho de campo utilizado se refere a um tempo de pesquisa específico e visou a responder uma questão que conduzia as interpretações naquele momento, entretanto, penso ser legítima a escolha pelo emprego destas falas como estratégia importante para as interpretações iniciais aqui elaboradas.

Ademais, creio ser importante destacar que, apesar da presente pesquisa possuir seus próprios recortes espaciais e temporais — sendo “produto” autônomo, constituído de um movimento de campo relacionado a um conjunto de questões individuais inerentes ao

⁹ Em minha prática no movimento LGBTQ+ já utilizei, estrategicamente, várias flexões da sigla - LGBTQ, LGBTQI+, LGBTQIAPN+ e, mesmo a sigla GLS, a depender do contexto de fala, do objetivo proposto, da abordagem definida, dos interlocutores acessados, não havendo preconceitos ou posicionamentos políticos, ou pessoais que pudessem influenciar a escolha da sigla, para além das expostas no texto.

desenvolvimento da tese de doutorado e, que até poderia ser construído ‘descolado’ ou, ‘individualizado’ em relação a uma trajetória de pesquisa e de vida — não é este o caso!

Se tratando de uma proposta que não se descola das trajetórias de pessoas e organizações do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, isentar-me de minha própria trajetória de pesquisa e dos diálogos já construídos em movimentos anteriores de encontros e pesquisa, pareceu contraproducente. Inclusive, pareceu contraproducente com o referencial teórico-metodológico que sustenta essa reflexão, afinal, temos em Souza (2014) e Heidrich (2016) que as ideias, autores e metodologia eleitos fazem parte de posicionamentos políticos e existenciais integrados na situação de pesquisa intencional e estrategicamente.

Portanto, optei por construir memórias, primeiro, de observações que me trouxeram até este trabalho e, depois, dos ricos diálogos realizados com lideranças do movimento LGBTQ+ e que contribuíram para o delineamento da faceta até então¹⁰ não documentada do movimento LGBTQ+ da cidade, ou de outros trechos de fala que podem ser úteis para as questões impostas a este trabalho, não colocando uma data de validade nas falas destes sujeitos que colaboraram com minha trajetória de pesquisa em outras temporalidades.

Como já mencionado, ao longo dos últimos dez anos estive inserida no movimento LGBTQ+ ponta-grossense. Inicialmente, a predominância investigativa pautava-se no campo ‘técnico’, ‘empírico’, ou até mecânico de sistematização e análises quanti-qualitativas de legislações e políticas específicas às pessoas LGBTQ+ no Brasil¹¹, por meio da pesquisa documental e alocação destes em um banco de dados.

Decorreu deste momento, que não me bastava mais entender as pautas escritas e formatadas. Passei a conjecturar que os resultados encontrados naqueles documentos, no que tange a definição de pautas e necessidades, pertenciam a uma dinâmica complexa, a uma arena de embates que perpassava e congregava pessoas e instituições na busca por transformações de condições de existência para pessoas LGBTQ+.

No decorrer dos processos de pesquisa, essa transferência de foco para as ações de pessoas exigiu uma recondução de movimentos de investigação e as dinâmicas que eu acompanhava na cidade de Ponta Grossa sempre me chamavam atenção.

Neste percurso, eu estive inserida em um grupo de pesquisa, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG) desde o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

10 “Até então” se refere à elaboração da dissertação de mestrado intitulada “As assemblages de garantias de direitos de pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa, Paraná”.

11 A pesquisa inicial intitulada “A configuração das políticas sociais LGBTT no Brasil” foi desenvolvida no ano de 2014 através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, sob orientação do professor Dr. Marcio José Ornat, no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais - GETE.

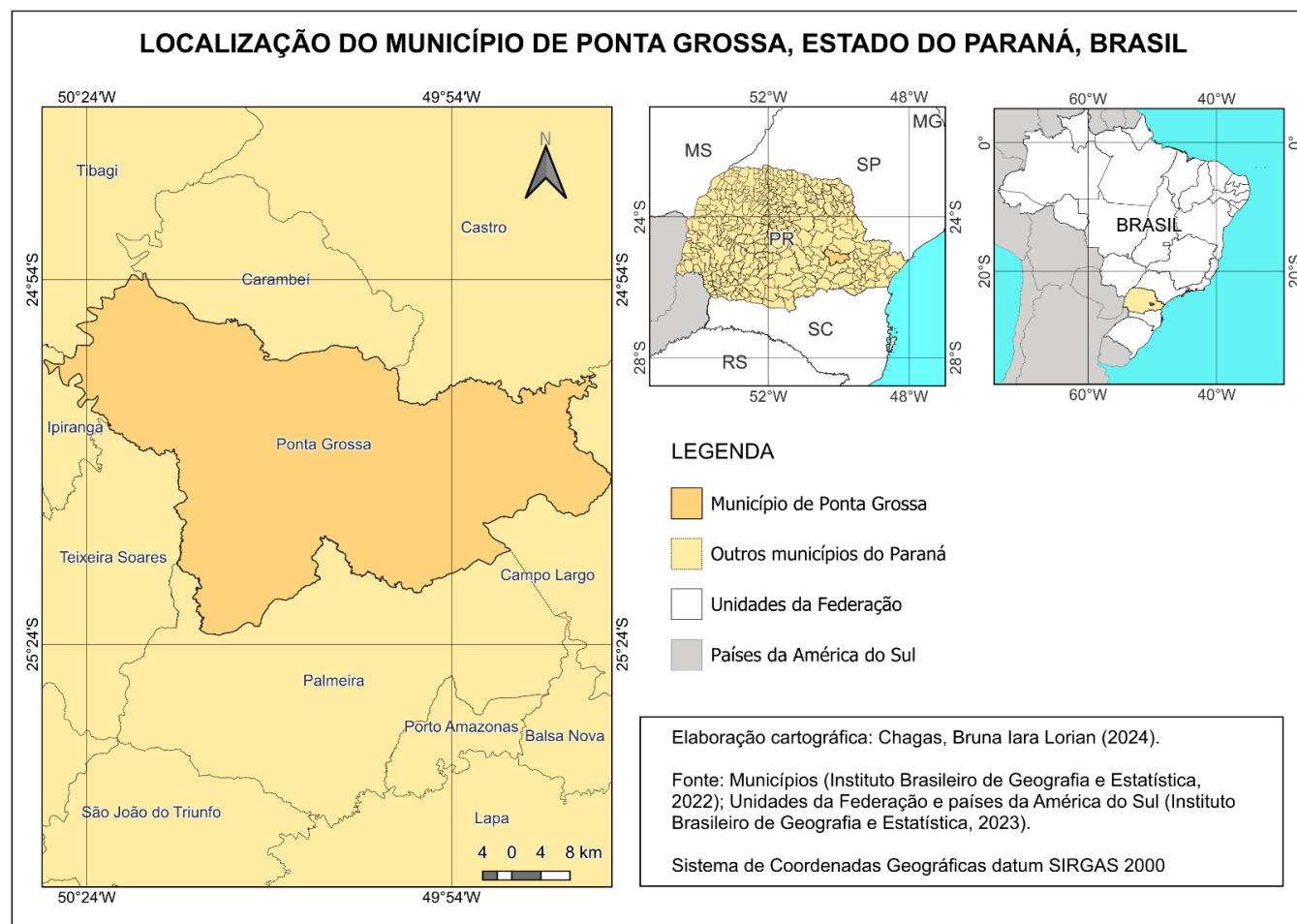
(PIBIC/CNPq). Neste grupo, vários dos trabalhos tinham relação direta ou indireta com o movimento LGBTQ+ e, tanto as leituras de livros subversivos desenvolvidos no âmbito do grupo, como o “Geografias Malditas” (Silva; Ornat, Júnior, 2013), em que travestis da cidade narram suas histórias de vida como autoras, ou mesmo os relatos dos colegas do grupo sobre seus trabalhos de campo, despertaram uma inquietação (em muito ligada a minha primeira formação como Assistente Social) em perceber como funcionam as organizações e ativismos sociais, discursos e poderes ligados às ações destas pessoas.

Neste caso, para além da posicionalidade que me permitia observar de perto várias dimensões de um movimento LGBTQ+ localizado no mesmo lugar em que resido, a cidade em si, figurava um aspecto singular, uma lógica espacial específica¹² ligada às características da cidade e de sua formação histórico-cultural, de modo que isso refletia nos processos de mobilização e articulação política e tática, assunto ao qual me debruço até o presente momento.

No senso comum, cresci ouvindo que Ponta Grossa é uma cidade conservadora. “Nascida sob a hegemonia das fazendas”, a cidade conta atualmente com aproximadamente 358.371 habitantes, conforme o censo de 2022, sendo o quarto maior município do estado. Situada na região dos Campos Gerais no estado do Paraná (mapa 1), sua identidade histórica e cultural está profundamente vinculada ao tropeirismo, já que a cidade era uma rota estratégica, beneficiada por campos naturais com pastos e água em abundância

12 Notas de pesquisa: percepção corroborada quando trabalhei com o movimento social LGBTQ+ maringense.

Mapa 1: Mapa de localização de Ponta Grossa, Paraná

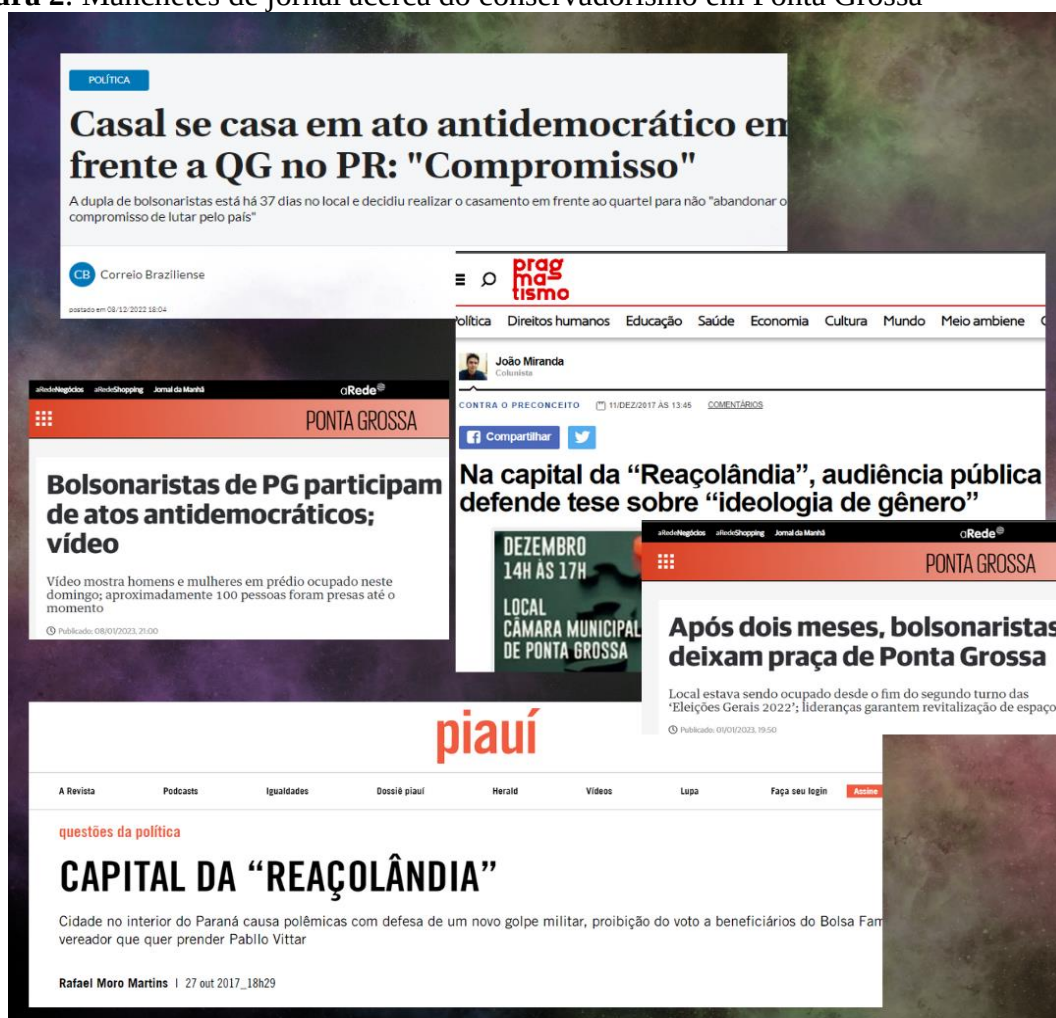


Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Malha Municipal, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>>. Acesso em 10 jan. 2025; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Unidades da Federação, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>>. Acesso em 10 jan. 2025. Org: A autora, 2024.

Nesta pesquisa, Ponta Grossa é abordada como um espaço de conflito entre um conservadorismo histórico e as crescentes demandas por diversidade e inclusão. Marcada por uma forte influência religiosa e política conservadora, essa conjuntura impacta diretamente as práticas do movimento LGBT+.

Uma breve pesquisa na chave de busca do Google oferece um retrato da situação da cidade em relação a este estigma, conforme ilustra a figura 2:

Figura 2: Manchetes de jornal acerca do conservadorismo em Ponta Grossa



Fonte: (i) CORREIO BRASILIENSE. **Casal se casa em ato antidemocrático em frente a QG no PR: "Compromisso"**. Brasil, 08 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/12/5057720-casal-se-casa-em-ato-antidemocratico-em-frente-a-qg-no-pr-compromisso.html>>. Acesso em 10 jan. 2025. (ii) MIRANDA, José. João Miranda. **Na capital da "Reaçolândia", audiência pública defende tese sobre "ideologia de gênero"**. Brasil, Pragmatismo Político, 11 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/12/reacolandia-audiencia-publica-defende-ideologia-de-genero.html>>. Acesso em 10 jan. 2025. (iii) A REDE. **Bolsonaristas de PG participam de atos antidemocráticos**. Ponta Grossa, 08 jan. 2023. Disponível em: <<https://arede.info/ponta-grossa/453810/bolsonaristas-de-pg-participam-de-atos-antidemocraticos-video>>. Acesso em 13 jan. 2025. MARTINS, Rafael Moro. **Capital da "Reaçolândia"**. Brasil, 27, out. 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/capital-da-reacolandia/>>. Acesso em 10 jan. 2025. Org: A autora, 2023.

Não são apenas as manchetes que expõem o caráter conservador da cidade. Em sua argumentação, Shimanski (2007) destaca que Ponta Grossa é uma cidade interiorana conservadora e tradicionalista, em que o poder é centralizado nas mãos de famílias de políticos ligados à atividade tropeira e de donos de grandes propriedades rurais, desde o período de sua fundação em 1855. A autora afirma que este histórico reverberou no desenvolvimento de uma elite conservadora, estruturando seu rótulo de cidade “[...] ordeira, acolhedora, sem conflitos e sem contradições” (Shimanski, 2007, p. 102), rótulo fortalecido pela associação dos códigos de conduta e coesão do ‘ser’ ponta-grossense às instituições religiosas. Considero, com respaldo em Le-Moigne (2007), a indissociabilidade da representação dos contextos na produção de interpretações sobre uma realidade, de modo que os fatores simbólicos e identitários que caracterizam a cidade, e o ‘ser’ ponta-grossense afetam diretamente as vidas de pessoas LGBT+.

Então, que compreender o contexto de formação e mobilização do movimento LGBT+ em Ponta Grossa se tornou necessidade pungente, especialmente porque aqui manifestam-se diferentes formas não apenas de práticas, mas de idades, identidades e gerações que influenciam diretamente na forma de se organizar politicamente, nos modos de constituir as táticas e mais — ainda produzem, no âmago deste espectro de práticas, lógicas de pessoalidades, prestações e contraprestações baseadas na legitimidade que as gerações mais antigas cravaram ao estabelecer a agenda no município e as formas com que se conectam com este ideal de ser ponta-grossense.

Se a política é irrevogavelmente a análise da diferença em suas formas de tentar organizar a sociedade como afirmado por Saldanha (2010), no âmbito das teorias não-representacionais essas diferenças significam/implicam em formas diversas de fazer política, ou seja, a multiplicidade existente na politização das diferenças. Nesta perspectiva, o autor argumenta haver, na macroescala, dimensões mais duradouras e abrangentes da política, conectadas às matrizes hegemônicas e sustentadas por processos discursivos, subjetivos, e pelo desejo. Ao mesmo tempo, o autor alega que no cotidiano, nem todas as pessoas se envolvem nesta política da mesma maneira.

Conforme Saldanha (2010), as matrizes hegemônicas dificultam o envolvimento político na microescala, estabelecendo entraves e resistências bastantes eficazes baseadas no estabelecimento de uma linha rígida pautada em oposições que determinam aqueles que estão dentro, ou em conformidade aos padrões sociais de normalidade, e que aqueles que não correspondem aos estabelecidos hegemonicamente. Esta discussão se torna menos abstrata ao retomar o argumento ora elaborado acerca do gênero e da sexualidade amplamente discutido

por Butler (2003) no que tange a exclusão e perseguição sistemática de pessoas que performam sua identidade de gênero e orientação sexual não linearmente em relação ao sexo biológico, a identidade de gênero e ao desejo.

No entanto, por mais ubíquas que sejam essas matrizes hegemônicas, na microescala dos corpos em movimento e do cotidiano, as relações de binarizações e oposições reverberam de variadas formas. Seja no que McCormack (2013) denomina de “desestabilização dos corpos”, ao afirmar que estes corpos não são inertes, e podem não aceitar a fixação de identidades passivamente. Seja no que Tarrow (2011) chama de ‘*small-politics*’ [em referência as políticas de microescala] para tratar de como as pessoas podem se organizar e desenvolver estratégias buscando por mudanças no cenário político e cultural — especialmente contra aqueles elementos identificados como ameaçadores e repressores justamente por estarem vinculados a mecanismos hegemônicos e as figuras e discursos de autoridade socialmente estruturantes e que, segundo o autor, possuem maior capacidade coercitiva contra os “insurgentes”.

Dado o exposto, não me prolongarei mais para responder à pergunta central delineada nesta seção de discussão: 'Que movimento LGBTQ+ é esse?'. Para oferecer uma resposta abrangente, levei em consideração não apenas os eventos ocorridos nos últimos quatro anos, que coincidem com o período do meu doutorado, mas também as conversas realizadas com as lideranças do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa em momentos anteriores.

Visando a considerar a pluralidade dos atores sociais e significantes envolvidos, bem como visando considerar os desafios enfrentados por esse movimento social, adotei uma abordagem *metodológica de bricolagem*¹³. Essa abordagem envolveu a combinação de duas estratégias distintas (montagem) para coletar informações sobre o contexto de Ponta Grossa, conforme apresentado nesta seção. Com isso, busco demonstrar que o contexto não é simplesmente um pano de fundo inerte ou um substrato sobre o qual o movimento se desenrola, mas sim um elemento significativo do que Anderson e Harrison (2010) chamam de 'tecer ativo, produtivo e contínuo', que é moldado e interpretado pelas relações, práticas e tendências estabelecidas em Ponta Grossa.

Ao integrar as contribuições das pessoas que colaboraram com minha pesquisa de dissertação (entre os anos de 2018 e 2020¹⁴), os diários de campo que elaborei durante as

13 Não confundir com o pensamento mitológico qualificado por Claude Lévi-Strauss (1908-2009).

14 Toda a explicação de como estas entrevistas foram realizadas e sistematizadas é parte integrante do trabalho intitulado “As assemblages de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná”. Disponível em: <“https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_3822f32ed350ace1c47be0049a288e64”>. Acesso em 13 fev. 2023.

observações participantes realizadas durante o trabalho de campo do doutorado e os marcos normativos que delineiam pautas e conquistas importantes para o movimento LGBTQ+ local, provenientes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, meu objetivo foi enfatizar o contexto sociopolítico da cidade em relação ao movimento LGBTQ+.

Neste intuito, colaboraram com suas falas as seguintes pessoas que integram o movimento LGBTQ+ da cidade (Figura 3):

Figura 3: Integrantes do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa



Fonte: Informação fornecida por Saturno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de Abril de 2018.; Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018; Informação fornecida por Marte durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2019; 2023; Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de Junho de 2019; Informação fornecida por Vênus durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 03 de Maio de 2018; Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de Março de 2018; Informação fornecida por Netuno durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 30 de Maio de 2019. Org: A autora, 2023.

Assumindo que os avanços da agenda LGBTQ+ são adquiridos em uma lógica de disputas entre aqueles interessados em promover uma sociedade que caminhe em direção ao respeito e inclusão à diversidade e aqueles que buscam combater as pautas deste grupo com base em

práticas e discursos violentos e preconceituosos, optei também pela inclusão das principais ações de combate ao avanço da pauta LGBTQ+ lideradas pelas figuras políticas da cidade ligadas ao fundamentalismo religioso, enfatizando os tensionamentos e opressões sofridos neste percurso. Para isso, elaborei uma síntese, valendo-me da pesquisa documental¹⁵.

A história do movimento LGBTQ+ ponta-grossense remete a um contexto de sofrimento, invisibilidade, luta e resistência. Este contexto é particularmente bem retratado pela “velha-guarda” do movimento LGBTQ+, especialmente nas perspectivas dessas lideranças do movimento ainda em atividade.

Na perspectiva de Mercúrio (informação verbal¹⁶) um marco na constituição de um movimento organizado na cidade foi a Epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX. Mercúrio narra que a assistência a saúde naquele momento era precária, visto que muitas travestis apenas procuravam os serviços de saúde nos casos em que a doença estava em estágio terminal. Ela afirma que somado ao contexto de alta mortalidade decorrente da doença, havia um panorama de medo relacionado a um crescente número de assassinatos. Neste contexto, muitas travestis eram sepultadas como indigentes por não serem identificadas — ou por não possuírem uma rede de apoio interpessoal, ou mesmo por não portarem de identificação formal correspondente a identidade de gênero. Ela narra que no início de sua atuação, a prática de ir aos estabelecimentos de saúde para fazer o reconhecimento de corpos LGBTQ+ desfalecidos, bem como a realização do sepultamento era comum. Para Mercúrio, estas foram as causas iniciais que a motivaram no desenvolvimento de estratégias organizadas para enfrentar este cenário.

Júpiter (informação verbal¹⁷) narra que no final dos anos 80 do Século XX as pessoas LGBTQ+ eram marginalizadas e se concentravam no que ela chama de ‘becos da cidade’ de Ponta Grossa. Ela relata que todo mundo que de alguma forma era excluído socialmente acabava se concentrando no Núcleo Habitacional 31 de Março¹⁸. Neste período, ela recorda que

15 A noção de pesquisa documental empregada é a que considera como pesquisa documental a coleta e utilização de “[...] fontes diversificadas e sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, relatórios” (Fonseca, 2002, p. 32).

16 Informação fornecida por Mercúrio durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 28 de março de 2018. Consultar apêndices para acessar a versão estendida do trecho da entrevista que trata da gênese do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa.

17 Informação fornecida por Júpiter durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 25 de abril de 2018. Consultar apêndices para acessar a versão estendida do trecho da entrevista que trata da gênese do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa.

18 Segundo Oliveira e Demeneck (2016) o núcleo habitacional “31 de Março” foi criado durante a ditadura militar (1967). Seu nome “coincide” com a data do golpe militar que depôs o então presidente João Goulart. Ademais, o núcleo habitacional foi financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação da ditadura (por meio da Companhia de Habitação do Paraná).

sofria discriminação e violência física no seu núcleo familiar primário, mesmo não sendo ainda “assumida” (como mulher, cisgênero¹⁹, lésbica). A interação com o movimento LGBTQ+ ocorreu pela busca de um espaço em que não houvesse discriminação. Então, ela começou a frequentar bares da cidade em que se congregavam pessoas LGBTQ+ e foi em um destes locais que conheceu Toni Reis, que naquela época, no início dos anos 90, vinha à Ponta Grossa para divulgar a Parada Gay²⁰ de Curitiba. Júpiter afirma que desde então atua principalmente em Conselhos (comissão consultiva e de deliberação), na busca por garantias de direitos, visto ter percebido a importância da existência de instâncias representativas para a busca de direitos e exercício da militância.

A partir deste contexto evocado nas falas de Mercúrio e Júpiter se delineiam (ainda que naquele momento fosse incipientemente) as frentes de ação do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa. A primeira delas, relativa à acolhida e acompanhamento de pessoas LGBTQ+ em serviços de saúde e assistência social em decorrência da conjuntura de vulnerabilidade biopsicossocial reverberada da epidemia de HIV/AIDS.

Em paralelo, a luta por políticas públicas em instâncias de participação e controle social formaram outra frente de ação, constituindo os principais pilares de atuação dos atores sociais que desempenham atividades de promoção e lutas por direitos para LGBTQ+ em Ponta Grossa hodiernamente. A criação de instituições e a elaboração de normativas municipais, resultantes de diálogos de lideranças do movimento LGBTQ+ com as gestões do poder executivo, resultaram em uma conjuntura frutífera que, a partir dos anos 2000, expandiu-se significativamente em termos de definição de agendas.

Compreendo que há reverberações neste estabelecimento de agendas voltadas as pessoas LGBTQ+ de Ponta Grossa relacionados aos progressos estabelecidos em âmbito federal. Ocorre que a partir dos anos 2000 verifica-se uma gradual intensificação do panorama de avanço institucional do ativismo LGBTQ+ brasileiro no Governo Federal. Segundo Chagas, Santos e Ornat (2023), este avanço se deu em consonância com as ampliações das possibilidades de participação e controle social introduzidas pela Constituição Federal de 1988, a qual impulsionou os debates sobre a 'cidadanização'. Nesse contexto, surgiram espaços dentro do Governo Federal voltados para o planejamento, avaliação e implementação de políticas públicas destinadas à população LGBTQ+.

19 Conforme o Manual de comunicação LGBTQI+, cisgêneras são pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascer, “termo utilizado para descrever pessoas que não são transgênero” (Reis, 2018, p. 27).

20 Segundo a Câmara Municipal de Curitiba, em 31 de janeiro de 1995, mais de 500 pessoas fizeram parte em Curitiba da pioneira Parada Gay do estado do Paraná, uma das primeiras do Brasil. (Garcia, 2024).

Segundo os autores, estes espaços foram organizados para promover o planejamento, a avaliação e a tentativa de implementação de políticas públicas voltadas para a população LGBT+. Já a materialização da constituição de uma agenda específica no âmbito do Estado despontou com a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2000–2003. Esse plano previa a destinação de serviços jurídicos e a apuração de violações de direitos humanos contra afrodescendentes, “homossexuais” (terminologia adotada na época pelo documento) e idosos. Também previa a realização de ações no âmbito do Poder Judiciário para promoção de respeito e de uma cultura de paz em relação a pessoas LGBT+, em práticas sustentadas pelo pressuposto de que o Brasil possui uma cultura de machismo e violência contra essas pessoas (Chagas, Santos e Ornat, 2023).

Continuamente, Chagas, Santos e Ornat (2023) argumentam que a implementação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) em 2001, inicialmente vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança, representou o tímido início de efetivação das propostas de ação do Plano Plurianual do período (2000–2003), no que consta na proposta para esse triênio, que tratava sobre ações de combate/apuração de violação de direitos humanos, visto que mediou, por meio dessa instância de participação e controle social, possibilidades de diálogos sobre a destinação e uso de recursos, bem como os percursos operacionais de aplicação de ciclos orçamentários que poderiam ser utilizados para avanços da agenda do movimento LGBT+. Ademais, os autores indicam que o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-II) lançado no ano de 2002 manteve o ritmo de ampliações daquela época, com destaque ao enfrentamento a desigualdades sociais, especialmente pela formulação de políticas públicas e participação social. Direcionadas as pessoas LGBT (sigla empregada no documento) havia a previsão da formulação descentralizada de programas e políticas, bem como a criação de comissões, estudos e indicadores sociais sobre pessoas LGBT.

No âmbito municipal, o trabalho do Grupo Renascer exemplificava a concretização da agenda LGBT+ no município, assemelhando-se aos avanços observados na escala federal por meio de uma parceria estabelecida com o poder executivo local. Segundo Martins (2019), desde a sua fundação nos anos 2000 a instituição recebe verba do Poder Executivo, por meio da Secretaria de Saúde, para desempenhar ações preventivas vinculadas a projetos de combate ao HIV/AIDS específicos às pessoas LGBT+ na rede municipal de saúde. Nesta conjuntura, a iniciativa governamental para as pessoas LGBT+ ficou atrelada à execução de serviços pelo Grupo Renascer, que expandiu suas ações a partir do desenvolvimento de serviços também no âmbito da política de assistência social, tendo projetos vinculados à respectiva secretaria, com repasse de verbas ‘fundo a fundo’, sem concorrência com outras instituições.

Se o ponto de vista de Júpiter e Mercúrio despontam como o “pontapé inicial” da organização do movimento LGBT + em Ponta Grossa, a observação participante revelou as variadas formas pelas quais as táticas do movimento LGBTQ+ são desenvolvidas em ações que extrapolam as ora institucionalizadas frentes iniciais, focando no presenciado entre os anos de 2020 e 2024. Parcerias interinstitucionais, ativismos, voluntariados, intervenções, palestras, textos acadêmicos, exposições de imagéticas diversas, ações em redes sociais, abordagens sociais, diálogos cotidianos de sensibilização em locais públicos diversos, festas, paradas, atos de rua, exposições e apresentações artísticas, negociações, burocracias, alianças, reuniões, cafés foram apenas algumas das táticas evocadas em suas falas e que também compõem muitos dos textos dos diários de campo (que serão melhor discutidos nas seções vindouras).

Múltiplas são as formas de resistência, de cunho subversivo, produzidas no âmbito do movimento LGBTQ+. O escopo dessa tese permite observar aquelas nas quais estive inserida *in situ*, mas por certo que não se encerram nelas. Há, indiscutivelmente, no âmbito deste movimento social uma pluralidade de ações que, dicotomicamente, ao adensar a luta por direitos para pessoas LGBTQ+, intensifica tensionamentos, sejam eles imanentes ao próprio movimento LGBTQ+, sejam eles entre correntes e contracorrentes relacionadas a formas de fazer e desfazer os mecanismos de gênero e por ele de seus condicionamentos e normatizações. Então, se como afirmado por Saldanha (2010) a política é irrevogavelmente a análise da diferença em suas formas de organizar a sociedade, é justamente da pluralidade e da diferença que produzem as nuances e tensões nas quais a sua inteligibilidade científica perpassa por entender as suas geografias.

Em Ponta Grossa, as lógicas espaciais eram permeadas e conectadas às características histórico-culturais deste espaço, de modo que as táticas do movimento LGBTQ+ impactam e são impactadas por este contexto. Há uma forte ênfase em costumes compreendidos como “tradicionais”, que priorizam, romantizam e reproduzem uma visão heteronormativa de família, com constituição “padrão” — mãe, pai, filhos, sendo que a centralidade do núcleo familiar é estabelecida na figura do homem (cisgênero). A associação com o fundamentalismo religioso, especialmente quando também conectado a política, confere um entendimento negativo e reativo à pauta LGBTQ+. Com apoio na retórica da “ideologia de gênero”, as demandas do movimento LGBTQ+ são erroneamente associadas a ameaças a família nos moldes tradicionais, justamente pelo tensionamento e desafio aos valores tradicionais arraigados e as formas hegemônicas de “ser” consideradas “normais”.

Os trabalhos de Junqueira (2018), Lionço et al. (2018) e Parternotte e Kuhar (2018)²¹ realizam uma retomada histórica e contextualizam o *modus operandi* da base de atuação político-religiosa pautada na retórica da ideologia de gênero. Os autores concordam ao afirmar que a expressão “ideologia de gênero” foi criada por autoridades católicas na década de 1990 com o objetivo de combater o “feminismo de gênero” e a suposta “desconstrução da família tradicional” sob os argumentos que a “ideologia de gênero” seria uma conspiração para abolir o sexo biológico e promover a homossexualidade. Segundo este entendimento, essa agenda seria promovida por “feministas radicais” e “ativistas LGBT” com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da promoção de políticas públicas que atuassem para o avanço relacionado a direitos sexuais, a saúde reprodutiva, o aborto legal, a pluralidade familiar e a livre expressão sexual e de gênero.

Depreende-se do compêndio realizado pelos autores que as estratégias adotadas por este grupo se apoiavam fortemente na manutenção da heteronormatividade, com foco na reprodução de papéis de gênero. Posicionamentos violentos e opressores contra mulheres (lésbicas ou heterossexuais, cisgênero ou transexuais) e pessoas homossexuais/homoafetivas e queers constituíam a miríade de formas de atuação deste grupo, que discursivamente reduzia o feminismo a uma visão que contempla a “especificidade do gênio feminino” (pejorativamente associando a uma visão deturpada e negativa do ativismo feminista a neuroses). Também produziam documentos e discursos que propagavam o pânico moral contra a “ideologia de gênero”, utilizando da mobilização política e religiosa para influenciar debates sobre políticas públicas.

No Brasil, a ideologia de gênero vem complexificando a pauta e o repertório de ações do movimento LGBTQ+ pelo alinhamento político e religioso que vêm adotando, em âmbito nacional, a ‘ideologia de gênero’ como o eixo de disputa com os grupos políticos envolvidos às agendas que tratam de gênero e sexualidade. Machado e Elias (2020) afirmam que desde as eleições de 2010 grupos organizados adeptos ao neoconservadorismo foram ganhando força e visibilidade em suas plataformas políticas baseadas em uma concepção heteronormativa e restritiva a respeito da família. Na perspectiva de Junqueira (2018) isso se desenvolveu a partir do pânico moral relacionado aos ‘perigos’ que a discussão em torno do gênero representaria ao remeter à ‘propagação’ da homossexualidade e à ‘aniquilação do sexo biológico’, e que por isso

21 Trabalhos desenvolvidos para o volume n. 18 da Revista Psicologia Política focado em conservadorismos, autoritarismos e ameaças à democracia com ênfase nas cruzadas antigênero, vide: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1519-549X20180003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 21 fev. 2024.

deveria ser rechaçado em favor da defesa da família em seus moldes tradicionais, seguindo os padrões heteronormativos.

Dessa forma, os tensionamentos reverberados da cruzada “anti-ideologia de gênero” vêm desafiando os avanços e a manutenção da agenda LGBTQ+, conjuntura observada em Ponta Grossa de forma particularmente incisiva desde o ano de 2015, quando o alinhamento ideológico com o cenário nacional passou de discurso e plataforma política utilizada em contexto eleitoral, para um ativismo combativo.

Ocorre que desde o ano de 2010 a pauta do movimento LGBTQ+ ponta-grossense vinha avançando na ampliação da sua agenda. Embora o Grupo Renascer ainda desempenhasse ações na área da saúde, ampliando sua atuação para a prevenção e busca ativa relacionada a Infecções Sexuais Transmissíveis — ISTs (Martins, 2019).

O Poder Executivo municipal ampliou o escopo relacionado às questões de gênero e sexualidade, lançando normativas que buscavam pensar sobre o respeito à diversidade de gênero e à orientação sexual no Sistema Municipal de Ensino, como a lei n.º 10.387/2010, que estabelecia a ‘semana de conscientização e orientação sexual’ por meio de parcerias entre Poder Executivo e sociedade civil organizada (Ponta Grossa, 2010); no mesmo sentido, o decreto municipal n.º 5.590/2011 que aprovou o regimento interno do Conselho municipal de educação contendo em seu texto diretrizes voltadas ao respeito à diversidade de gênero e a orientação sexual no Sistema Municipal de Ensino (Ponta Grossa, 2011).

No que tange aos avanços da agenda LGBTQ+ na cidade, também houve em 2013 a fundação da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Ponta Grossa e do Grupo Universitário de Diversidade Sexual e Identidades de Gênero da Universidade Estadual de Ponta Grossa em 2014.

A partir do ano de 2015 o cenário do avanço de pautas LGBTQ+ se complexificou no município. Ao passo que a agenda e as instâncias de representação de LGBTQ+ tiveram importantes progressos, como é o caso da criação do Conselho Municipal LGBTQ+ — o primeiro do estado do Paraná, estabelecido pela Lei n.º 12.180/2015; e a realização da I Conferência Regional LGBTQ+ no mesmo ano, os setores fundamentalistas religiosos da cidade passaram a contestar as ações desenvolvidas em âmbito do Poder Executivo e Legislativo, principalmente àquelas relacionadas à educação, sob a justificativa de uma suposta propagação da ‘ideologia de gênero’.

A implantação do Conselho por si já foi acontecimento que causou intenso frisson. Desde o ano de 2014 a criação dessa instância representativa vinha sendo debatida na política

ponta-grossense. Diria, inclusive, que este é um dos marcos da história LGBTQ+ no município em termos de militância.

As notícias da época retratam o tom do ativismo contrário ao Conselho LGBTQ+, vide o quadro 1 -

Quadro 1: Manchetes contrárias à criação do Conselho Municipal LGBTQ+

Sobre o Conselho — 1	Sobre o Conselho — 2	Sobre o Conselho — 3
<i>“Líder da bancada evangélica da casa, Pastor Ezequiel (PRB) disse que ‘defende a família’. Ezequiel citou uma passagem bíblica para explicar o posicionamento. ‘Deus teve que acabar com duas cidades chamadas Sodoma e Gomorra devido ao pecado’, argumentou Ezequiel. Logo depois, o vereador amenizou a situação: ‘Nosso Deus é o mesmo’, disse.</i> <i>O vereador Professor Careca (PT) também afirmou que ‘defende a família’ e se mostrou contrário a criação do Conselho em PG”.</i> (1) Jornal aRede Ponta Grossa (2014)	<i>“A Bancada Cristã, que tem como principal expoente o vereador Pastor Ezequiel Bueno (PRB) já se declarou contrário à matéria, inclusive influenciando para que fosse exarado o parecer contrário da Comissão de Direitos Humanos da Câmara à aprovação da matéria”</i> (2) Jornal Ponta Grossa em Destaque (2015)	<i>“De autoria do vereador Pastor Ezequiel Bueno (PRB), o parecer da CDH considerava o CMLGBT ilegal e pedia o arquivamento da proposta. A manifestação do pastor gerou críticas e discussão entre os vereadores, que apontaram ‘motivações religiosas’ no parecer da CDH.</i> <i>Ezequiel negou ter motivações religiosas no parecer da CDH. ‘Estou num posicionamento técnico, não estou num posicionamento religioso’, disse. O vereador afirmou, ainda, que a criação de conselhos ‘traz mais discriminação ainda’ e foi vaiado por membros da Rede de Cidadania LGBTQ+ que acompanharam a votação nas galerias”.</i> Jornal aRede Ponta Grossa (2015)

Fonte: (1) A REDE. **Evangélicos causam polêmica ao criticar conselho LGBTQ+**. Ponta Grossa, 05 nov. 2014 Disponível em: <<https://arede.info/ponta-grossa/21211/evangelicos-causam-polemica-ao-criticar-conselho-lgbt?d=1>>. Acesso em 10 jan. 2025; (2) PG EM DESTAQUE. **Projeto que cria o Conselho Municipal LGBTQ+ está na Ordem do Dia**. Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <<https://pontagrossaemdestaque.com.br/2015/05/projeto-que-cria-o-conselho-municipal-lgbt-esta-na-ordem-do-dia/>>. Acesso em 10 jan. 2025; (3) A REDE. **Câmara de PG aprova criação do ‘Conselho LGBTQ+’**. Ponta Grossa, 19 mai. 2015. Disponível em: <<https://arede.info/ponta-grossa/28981/camara-de-pg-aprova-criacao-do-conselho-lgbt?d=1>> Acesso em 10 jan. 2025. Org. A autora.

Novas ofensivas vieram ainda no mesmo ano, quando os vereadores de Ponta Grossa aprovaram uma emenda que visava excluir os termos “LGBT”, “educação de gênero” e “direitos LGBTQs” das diretrizes escolares do Plano Municipal de Educação²². Essa ação também não foi concretizada, devido à alta pressão realizada pelo movimento LGBTQ+ da

22 SISMMAC. **Câmara de Ponta Grossa rejeita emenda contra direitos LGBTQs no Plano Municipal de Educação**. Ponta Grossa, 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://sismmac.org.br/na-midia-camara-de-ponta-grossa-rejeita-emenda-contra-direitos-lgbts-no-plano-municipal-de-educacao/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

cidade. Em 2017, nova ação amplamente divulgada²³ foi a ameaça de prender a cantora Pablo Vittar ao fazer sua performance na cidade, sob a justificativa (baseada em *fakenews*) de que ela ensinaria sobre diversidade sexual nas escolas da cidade.

Continuamente, as ações deste ativismo político utilizou do aparato do Estado para propagar e divulgar em uma maior abrangência e capilaridade as suas agendas. Lionço (et al., 2018) afirmam que visando a atacar os direitos sexuais e as produções sobre gênero e sexualidade no âmbito acadêmico, o ativismo pautado no fundamentalismo religioso promove ações coordenadas que focam principalmente em proposições legislativas e em políticas públicas, especialmente no campo da saúde e da educação.

Tendo como suporte o aparelho do Estado, constituem uma agenda sólida baseada em preconceitos e em uma cruzada em favor da “família”, da “moral” e dos “bons costumes”. Também, uma abrangência massiva em muito relacionada aos locais de prática religiosa nos quais agenda e espiritualidade se coadunam e reúnem inúmeras pessoas.

O ativismo pautado no combate a suposta ideologia de gênero se manteve a frente dos tensionamentos em relação ao avanço das pautas LGBTQ+ em Ponta Grossa. Novas estratégias, como abaixo-assinados²⁴ contra ‘doutrinação de gênero’, emendas a legislações proibindo matérias relacionadas a questões de gênero²⁵, engessamentos de projetos e ataques constituem o seu *modus operandi*.

Nesta conjuntura, o movimento LGBTQ+ foi desafiado a produzir táticas de manutenção e avanço de agendas. Assim, “resistência”, “movimento contra-hegemônico”, “luta organizada para fazer revolução”²⁶ também respondem o que é este movimento. Ora, se o argumento estruturado para esta tese foca no fazer cotidiano, ele não abdica do contexto opressor em relação à existência de pessoas LGBTQ+ como dimensão basilar de mobilização.

23 ESTADÃO. Vereador de Ponta Grossa, no Paraná, ameaça prender Pablo Vittar. Ponta Grossa, 18 out. 2017. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/emails/gente/vereador-de-ponta-grossa-no-parana-ameaca-prender-pablo-vittar/>>. Acesso em 14 out. 2023.

CIPRIANI, Juliana. Vereador ameaça prender Pablo Vittar se drag pisar em Ponta Grossa. Brasil, 18 out. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/10/18/interna_politica,909530/vereador-ameaca-prender-pablo-vittar-se-drag-pisar-em-ponta-grossa.shtml>. Acesso em 14 out. 2023.

24MIRANDA, José. João Miranda. Na capital da “Reacolândia”, audiência pública defende tese sobre “ideologia de gênero”. Brasil, Pragmatismo Político, 11 dez. 2027. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/12/reacolandia-audiencia-publica-defende-ideologia-de-genero.html>>. Acesso em 10 jan. 2025.

25 A REDE. Vinicius Camargo quer proibir ‘ideologia de gênero’ em PG. Disponível em: <<https://arede.info/ponta-grossa/233984/vinicius-camargo-quer-proibir-ideologia-de-genero-em-pg?d=1>>. Acesso em 10 jan. 2025.

26Remetendo ao tradicional canto do movimento LGBTQ+: “As Gay, as Bi, as Trans e as Sapatão, tão tudo organizada pra fazer revolução”.

Ocorre que em determinados contextos, o ser não é inerte, passivo, apenas recebendo e reagindo a estímulos e normas externas. Tarrow (2011) argumenta que as práticas ligadas a movimentos sociais são intencionais e se conectam ao intento de desafiar e contrapor a reprodução de normas e imposições sociais de mecanismos de hegemonização social — sejam eles relativos a padrões comportamentais, formas de ser, formas de produzir inteligibilidades ou demais dispositivos de regulação em sociedade e suas consequentes contestações.

No entanto, considero com respaldo em Butler (2003), que falar em ‘mecanismos hegemônicos’ como um aparato conceitual que meramente flutua/atua sobre a realidade pode deslocar o eixo reflexivo proposto neste trabalho de seu fio condutor. A ênfase do argumento proposto está na realidade materialmente constituída, que em uma interpretação baseada nas teorias não-representacionais, entende as táticas do movimento LGBTQ+ como ações ético-políticas diversas e complexas que, com base nas palavras de Rose (2010), envolvem observar variados significantes da vida, da política e da prática, expandindo a noção de ‘cotidiano’ para incluir na transitoriedade da vida, a preocupação com os projetos de sociedade e as narrativas da construção social da realidade.

Então, que outra faceta que responde ‘o que é’ o movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, remete à vivência LGBTQ+ em um contexto de violências, vulnerabilidade e hostilidade. O contexto de tensionamento político ora demonstrado no âmbito do poder legislativo local não acontece a esmo. A interpretação aqui proposta ressalta que as diversas ações do movimento LGBTQ+ correspondem responsivamente a esse panorama de violências, vulnerabilidade e hostilidade estabelecida à vida destes sujeitos.

A materialidade dessa realidade pode ser observada, para além da escala local, nos levantamentos realizados pelos principais grupos de ativistas LGBTQ+ do Brasil, notadamente, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Aliança Nacional LGBTQI+, que demonstram que as lógicas que mediam as práticas e interações da sociedade brasileira em relação às pessoas LGBTQ+ são estruturalmente permeadas por medo ou ódio irracional — o que atualmente denomina-se ‘LGBTfobia’.

Segundo o panorama realizado pela Aliança LGBTQI+ (IBDSEX, 2021), as violências cometidas contra LGBTQ+ são desencadeadas por motivações que permeiam o desejo de eliminação da existência destas pessoas. O Relatório sobre violência homofóbica no Brasil (Brasil, 2012) e o Disque 100 de denúncias de violações de direitos humanos (Brasil, 2018) indicam a predominância de violações através de expressões de violência física, moral e

psicológica, em que os homicídios motivados por LGBTfobia se destacam como práticas extremas destas ações.

Estas informações se agregam com o exposto nos mais recentes relatórios de violências LGBTfóbicas. Segundo o Relatório de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil, realizado pelo Grupo Gay da Bahia (2021), o Brasil é o país de maior ocorrência de assassinatos de pessoas LGBT+ em números gerais. A ocorrência é de uma morte a cada 29 horas, sendo que em 2021 ocorreram mais de 300 mortes. O relatório do Grupo Gay da Bahia (2021) afirma que este número é subestimado, conclusão corroborada pelo indicado no Atlas da Violência do ano de 2021 (Cerqueira, 2021) que aponta uma problemática subnotificação nas denúncias de crimes de violências LGBTfóbicas no ‘Disque 100’, cuja explicação sugerida pelo relatório, se alinha a falta de credibilidade da gestão de Jair Bolsonaro (38.º presidente do Brasil, de 1.º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022) do governo federal na apuração dos casos denunciados no equipamento público – o que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Cerqueira, 2021), corrobora com o aumento da invisibilidade desta população em dados oficiais, de modo que a sistematização e encaminhamentos de denúncias de crimes contra LGBT+ ficam a cargo de ativistas e grupos organizados da sociedade civil.

O Atlas da Violência (Cerqueira, 2021), também destaca uma crescente nas denúncias de violências na área da saúde realizadas através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, aumentando de 4.855 registros de violências LGBTfóbicas em 2018, para 5.330 em 2019. O IPEA (Cerqueira, 2021) atribui este ostensivo aumento a noção neoconservadora articulada a retórica da ‘ideologia de gênero²⁷’ e seus efeitos na operacionalização de políticas públicas, bem como à dificuldade de preenchimento de dados nos formulários do sistema de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), em que a barreira de preconceito limita os operadores da política pública durante a realização das anamneses e preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero, contribuindo para invisibilidade da realidade de LGBT+ no acesso aos serviços de saúde pública.

Demais relatórios, como o Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 (Benevides, 2022), o Dossiê ‘A carne mais barata do mercado’

27A noção de ‘ideologia de gênero’ tem sido absorvida pelo senso comum e largamente utilizada nas polêmicas morais em torno de pautas políticas relacionadas a gênero e sexualidade. É uma construção retórica utilizada para atacar os direitos sexuais e a produção sobre gênero e sexualidade no âmbito acadêmico. A presunção de que o mundo assiste à propagação de uma ‘ideologia de gênero’ foi originalmente acionada por autoridades eclesiais católicas para promover um clima de pânico moral em torno a uma iminente ruína moral da civilização humana, tendo sido, em seguida, apropriada por fundamentalistas religiosos/as neopentecostais. Dessa confluência resultou uma ação coordenada dessas/es atrizes/atores para incidir em debates sobre proposições legislativas e de políticas públicas no campo da educação pública (Lionço *et al.*, 2018, p. 601).

(Observatório Trans, 2018) e o Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017 (Peres, 2018), também explicitam o anual aumento e persistência de crimes LGBTfóbicos no país.

Os estudos apresentados nestes relatórios apontam (e reforçam) aspectos conjunturais sobre a estrutura de violência que permeia a vida de pessoas LGBTQ+, em que o discurso da ideologia de gênero, articulado a heterossexualidade compulsória que atravessa a sociedade ocidental como estrutura ‘de ser’ (Butler, 2003), refletem em um panorama de vulnerabilidades e violências para a existência destas pessoas.

As conclusões dos relatórios supracitados são unânimes em apontar que este cenário hegemonicamente hostil, é reforçado pela falta de campanhas de sensibilização do combate à discriminação LGBTfóbica; pela impunidade e subnotificações de crimes violentos cometidos contra estas pessoas.

Por um lado, intensificavam-se os ataques que buscavam criminalizar e proibir as discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas, reforçando um cenário de censura e conservadorismo. Por outro, evidenciava-se a ausência de dados populacionais e estatísticos sobre a população LGBTQ+, além das dificuldades enfrentadas por essas pessoas para inserção e permanência no mercado de trabalho. Essa precariedade foi agravada pela dificuldade de acesso e permanência em políticas públicas de saúde, previdência, assistência social e educação, criando um quadro de exclusão sistemática.

Compreendo que este panorama de vulnerabilidades e violências opera como fator de ligação e intento para mobilizações que visam buscar por mudanças neste cenário. Ademais, destaco que o repertório de mobilizações de contestação política opera complexamente na imbricação entre as estruturas e as ações sociais, não em uma linearidade ‘causa-efeito’, mas em movimentos correntes e contracorrentes de manutenção das estruturas homogênicas e coercitivas, e de contestação, por ações sociais (coletivas e individuais) combativas às estruturas opressoras condicionantes.

Esta intenção consciente de agir se destaca como essência da associação, da necessidade de coordenação e do enlace, que constitui a finalidade das mobilizações organizadas, isso, pois, de acordo com Tarrow (2011), as pessoas não agem guiadas apenas por um espontaneísmo despropositado, mas precisam de um denominador comum ou referente para integrarem ações coletivas, ou seja, elementos comuns que congregam pessoas, produzindo reconhecimento que articula formas de ação que ultrapassam apenas a uma apologia do altruísmo.

Deste modo, o debate desenvolvido neste trabalho conduzido através do enlace reflexivo que parte de um contexto condicionado pelas estruturas sociais que reverberam em cenários de opressão, vulnerabilidade e violências LGBTfobicas, para focar na manifestação dos sujeitos,

lidas como ‘táticas’, frente a tais dispositivos. Nesse ínterim, além da multidimensionalidade espaço temporal dos dados de pesquisa (convivência e pessoalidades, memórias, institucionalização, políticas públicas, etc.), ressalta-se igualmente a multiplicidade dos atores que constitui o que se denomina de movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa-PR.

Disso posto, através da proximidade, das rotinas, e mormente do enfoque cotidiano, é que serão discutidas nas próximas seções as táticas que compõem as ações sociais do movimento LGBTQ+, cujo destaque analítico reside nos processos, os movimentos, e na multiplicidade transformativa das dinâmicas espaciais locais. Considero que essa plasticidade compõe o pensar deste trabalho que, de forma propositiva, busca indicar o *acontecer cotidiano* como possibilidade interpretativa central para o entendimento das ações sociais e a estruturação de repertórios de contestação política.

CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES

As reflexões tecidas nesta seção correspondem aos registros da minha prática de campo, momento em que estive inserida em quatro grupos do movimento LGBTQ+ da cidade de Ponta Grossa, Paraná, durante o ano de 2021. De uma década de militância no movimento, perpassando pelos quatro anos de pesquisas na presente tese e, ainda considerando o tempo longo mencionados nas falas de nossos entrevistados e na síntese dos marcos políticos apresentadas no capítulo 1 – agora enfatiza-se um ano de dados sistematizados em termos propositais, isto é, promover o aparecimento no cotidiano, o acontecer e as afetações que marcam as espacialidades coetâneas e a acentuam a espiral do tempo coevo. Os diários de pesquisas em termos interpretativos projetam uma espécie de abertura, de janela para se olhar em perspectivas para essas diferentes formas não lineares em que o “tempo” se apresenta na construção do argumento de tese.

Através da observação participante e com um direcionamento etnogeográfico, elaborei registros em forma de diários de campo sistematizando as atividades e os eventos realizados e também as sutilezas das relações sociais, os acontecimentos e as mobilizações desenvolvidas nos grupos do movimento LGBTQ+ ponta-grossense em que estive inserida.

Seguindo estes parâmetros que, por meio de minha prática posicionada nestes grupos, visei compreender as lógicas afetivas, espaciais, temporais, interpessoais, incluindo aspectos de amizades, alianças, arranjos e desarranjos e suas reverberações. Somente então, pude elaborar interpretações sobre a questão central deste trabalho — ou seja, de entender como acontecem as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa.

A elaboração destes diários permitiu-me conceber, através da vivência *in situ* e dos encontros realizados neste percurso, interpretações para as demais questões estruturantes deste trabalho, ou seja, compreender quais são as táticas do movimento LGBTQ+ ponta-grossense e como essas táticas acontecem em termos espaço-temporais.

Os elementos centrais de interpretação relacionados aos lugares nos quais estive inserida e às suas práticas estão descritos nas imersões correspondentes a cada um dos grupos e instituições, sendo que os detalhamentos, bem como os textos integrais dos diários, podem ser consultados nos apêndices desta tese. Essas imersões possibilitaram ressaltar aspectos essenciais sobre a constituição dos grupos, além de permitir reflexões sobre temas que se destacaram durante a observação participante.

Para a elaboração dos diários, minha atuação nestes grupos se estendeu por aproximadamente um ano, seguindo a forma apresentada na Figura 3.

Figura 4 Grupos e instituições nas quais a autora esteve inserida em 2021



Fonte: A autora (2023)

Neste período de imersão nos grupos do movimento LGBTQ+ no decorrer do ano de 2021, elaborei diários de campo, contendo registros e reflexões sobre os dias de atividades, reuniões e demandas, explorando tanto as factuais²⁸ quanto as subjetividades dos eventos do cotidiano. A escrita dos diários exigiu uma cuidadosa articulação entre subjetividades e a exploração dos eventos do dia a dia, buscando produzir relatos narrativos que transmitissem a noção dos *acontecimentos*, distinguindo e destacando os fatos objetivamente realizados e suas particularidades e nuances.

Cachado (2021) desenvolve uma reflexão interessante no que tange o tema do trabalho de campo e da utilização de diários como forma de registros. Como antropóloga, a autora argumenta sobre a etnografia sem se aprofundar na dimensão geográfica; a qual é aprofundada nesta tese por meio da ‘etnogeografia’ pensada no texto de Heidrich (2016). No entanto, encontrei em Cachado (2021) uma inquietação semelhante àquela que permeou a elaboração deste trabalho, isto é, sobre a dificuldade em delimitar, de maneira precisa na escrita, as

28 Segundo Fabian (2013, p. 101) “Dos antropólogos, como de outros cientistas, espera-se que produzam um discurso sobre fatos e não sobre ficções. O *factum* é o que foi feito ou concluído, algo que, inevitavelmente, é passado em relação aos atos de escrita”. Na perspectiva do autor, o espaço-tempo é coevo, ou seja, coaduna passado (por meio da reflexividade), presente (pelo ato da escrita, ainda que verbalizada no tempo verbal pretérito) e futuro em “projeto” — devir e compreensão da processualidade inerente a realidade.

imersões nos grupos, bem como da complexidade inerente na transposição da experiência vivenciada em linguagem escrita, atividade que exige um considerável esforço no intuito de produzir sentidos em relação ao que foi vivido e ao que foi transposto no texto.

Portanto, as trajetórias de pesquisas e militâncias narradas no primeiro capítulo são condições *sine qua non* para a escrita dos diários, isto é, saber reconhecer os acontecimentos em campo, bem como, a utilização dos conteúdos dos diários para a escrita da tese em tela. Dito de outra forma, trata-se de uma pesquisa posicionada e autoral em que o axioma positivista da replicabilidade²⁹ não é possível.

Para a autora é importante destacar que embora a etnografia defina abordagens imersivas em relação à coleta de dados (experiência e empiria), não é sinônimo de observação participante. A observação participante é uma parte da etnografia. Trata-se, então, de uma pesquisa qualitativa. Cachado (2021) explica que a observação participante, como instrumento da pesquisa qualitativa, pode ser realizada por dois caminhos. Em um deles, a observação participante acontece alheia ao caderno de registros retomado apenas no final do dia, possibilitando maior autonomia para a observação liberta da necessidade instantânea de registro. De outra maneira, o caderno/computador (adiciono também os *smartphones*) pode ser levado para a observação participante, para a produção de registros e de suporte para a posterior realização dos diários de campo.

Desta forma, quando afirmo, no primeiro capítulo, com base em Heidrich (2016), que a observação participante demanda registro constante, estou alinhada com a abordagem explorada por Cachado (2021). Neste trabalho, os conteúdos não foram registrados à medida que aconteciam, uma vez que o foco da observação recaía sobre as interações, as relações e os eventos inesperados e interessantes que possibilitaram a produção de interpretações sobre o estudo proposto.

Assim, as perspectivas desses dois autores convergem. A abordagem etnogeográfica de Heidrich (2016), que engloba a utilização de imagens, escuta, entrevistas, relatos, grupos focais e outros procedimentos para se problematizar ideias, percepções e potencialidades interpretativas³⁰, está alinhada ao entendimento de Cachado (2021). Ou seja, o uso consciente

29 De outra forma, pode-se afirmar que há também um caráter experimental no exercício investigativo da tese. Tal perspectiva fica mais evidente em outro texto do Grupo de Práticas de Pesquisas Qualitativas em Geografia (UEPG): SASSI, Bruna da Silva; NABOZNY, Almir; CHAGAS, Bruna Iara Lorian. O corpo-sujeito, interconexões entre paisagem, assemblage e a rua - um exercício metodológico propositivo. **PERCURSOS** (FLORIANÓPOLIS. ONLINE), v. 22, p.456-483, 2021.

30 Duas observações são importantes em relação as origens e os conteúdos dos diários: ainda que não se trate de um trabalho de Representações Sociais e que as formas de organizações nas quatro inserções no campo perpassem por uma racionalidade institucional; no limite são registros do conhecimento cotidiano, isto é, “(...) o bom senso representa o mundo como um mundo familiar, que todos podem e devem reconhecer; e onde todos são, ou

e sistemático desses instrumentais de pesquisa constitui o universo de dados (atos comunicados) registrados nos diários de campo.

Na perspectiva de Michell (2016), os instrumentais de pesquisa podem ser utilizados taticamente e reunidos em formas de registros em diários de campo, servindo como fonte para diversos pontos de vista, reflexões e interpretações teórico-conceituais. Neste entendimento, os diários de campo são considerados uma ferramenta de pesquisa. Sem discordar dessa perspectiva, mas expandindo a reflexão, considero que os diários de campo também são, conforme definido por Cachado (2021), uma dimensão de registros variados que constitui uma base sólida para a interpretação. No limite a natureza do diário já é em si uma analogia simbólica na construção da objetividade científica, em contraposição as analogias físicas, das provas factuais (Geertz, 1998).

A obra de Cachado (2021) é importante para o delineamento da estrutura e entendimento do emprego dos diários de campo neste trabalho. A partir dela, estabelece-se que (i) o diário de campo é um procedimento da observação participante, sendo a etapa de sistematização e registro realizado posteriormente à observação; (ii) nos diários de campo são registrados o cotidiano de um universo populacional, no qual são observadas as recorrências, imprevisibilidades, as singularidades e demais elementos significantes da realidade experienciada; (iii) nos diários, para além dos registros, são realizadas reflexões sobre temas ou acontecimentos percebidos, avanços ou percalços de pesquisa e interligações teórico-conceituais.

Diante do exposto, a escrita dos diários que sustentam este trabalho seguem os pressupostos teórico-metodológicos ora estabelecidos. Sua estrutura obedeceu a seguinte configuração: (i) local e data; (ii) número de registro e entidade [optou-se por não usar vocativo usual nas chamadas de diários]; (iii) desenvolvimento com o relato geral do dia; e (iv) relato pessoal, empregando uma perspectiva mais introspectiva e reflexiva, explorando a ambivalência do ser e sentir *versus* o compreender e o observar.

Destaco que os registros foram realizados posteriormente às vivências da observação participante. Adicionalmente, acrescentei aos diários registros documentais e imagéticos (que no ano de 2021 foram, predominantemente, *printscreens* de telas devido às restrições de contato

deveriam ser independentes” (Geertz, 1998. p 139). Entretanto, não existe uma estrutura lógica no conhecimento do bom senso cotidiano. Portanto, a natureza da redação da tese é a interpretação intertextual e ao mesmo tempo é pelo texto que se faz uma dotação de sentidos das relações entre as diferentes inserções da pesquisadora no movimento.

presencial respectivos a COVID-19), links de acesso para vídeos, manchetes de jornais e demais elementos que enriquecem a experiência partilhada através destes textos.

A intenção desta bricolagem é a de proporcionar ao leitor a exposição de diferentes pontos de vista e representações, ou ainda, enriquecer minhas percepções por meio da interação com esses conteúdos. Dessa forma, cada pessoa poderá, a partir de sua experiência com o conteúdo apresentado nos diários, desenvolver novas perspectivas em relação aos acontecimentos narrados.

Ao longo do ano de 2021, foram elaborados 54 registros diários, sendo que nem todos se limitam ao período de um dia. Alguns correspondem ao tempo de um mês, outros conglomeram meses e dias, e alguns se referem a dias específicos. Ocorre que não optei por privilegiar o volume de dados registrando todos os acontecimentos, mecanicamente e sem flexibilidade. O conteúdo dos diários engloba os acontecimentos que julguei mais relevantes em termos de ação, negociações, ponderações e nuances interessantes para as interpretações associadas ao problema de pesquisa. Portanto, a elaboração do trabalho de pesquisa por meio dos diários remetem a *escrita como forma de pensar* e constituem um ato consciente da pesquisadora em termos de produção do conhecimento científico.

No processo de escrita, optei por realizar a troca dos nomes das pessoas inseridas no cotidiano destes grupos, preservando suas identidades ao não expor seus nomes registraes — sejam eles retificados ou não. Tal escolha vem de encontro a proposta deste trabalho, concentrando as interpretações nas ações sociais e performances corporificadas, sem rotular tendências de ação a uma ou outra identidade de gênero e orientação sexual de forma determinista³¹.

Ao final do processo de escrita respectivo ao ano de 2021, os diários foram organizados juntos em um único arquivo, resultando em um documento de 135 páginas que pode ser consultado nos apêndices deste trabalho. Este conteúdo subsidiou a maioria das reflexões, interpretações e diálogos estabelecidos, sendo que as interações e as vivências das práticas de campo estão descritas nas imersões individuais realizadas no cotidiano de cada instituição.

31 Como já afirmado, não decorre disso, uma separação cartesiana de prática x sujeito, pelo contrário. As práticas destas pessoas no ativismo LGBT+ estão emaranhadas nas outras trajetórias que estas pessoas performam em outros espaços e tempos – nos seus trabalhos, com suas famílias e amigos, etc. Assim, assumindo a indissociabilidade do ser em uma práxis complexa.

2.1 IMERSÃO 1 - FLOR DE LIS LGBT

A Associação Flor de Lis LGBT — “Pela cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros” é uma instituição da cidade de Ponta Grossa, criada no ano de 2015. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e organizada na forma de associação. Segundo consta no estatuto da instituição³² elaborado no ano de 2015, a finalidade da Associação Flor de Lis é atuar na defesa e promoção da livre orientação sexual e dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Minha aproximação com a atuação da Associação Flor de Lis aconteceu mediante indicação realizada por uma pessoa central do movimento LGBTQ+ no ano de 2018, período em que eu realizava o campo exploratório para a elaboração de minha dissertação de mestrado (Chagas, 2020). Amplamente reconhecidas no ativismo LGBTQ+ da cidade de Ponta Grossa, Júpiter e Saturno foram o meu primeiro contato com uma ‘forma’ de militância completamente diferente do que eu concebia ‘de senso comum’.

Apesar de já trabalhar com o movimento LGBTQ+ em uma perspectiva teórica no trabalho intitulado “O panorama das políticas sociais para pessoas LGBTQ no Brasil - 2000–2015” (Chagas, 2017) e de conhecer o contexto geral de atuação do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, o encontro com Júpiter e Saturno foi, de fato, um “divisor de águas”.

Inseridas em uma lógica de disputas em escalas que extrapolam a cidade de Ponta Grossa e se estendem aos âmbitos estadual e nacional, as pautas, o vocabulário e mesmo as reivindicações me surpreenderam devido à sua complexidade. A busca pelo simples viver era a maior bandeira da Flor de Lis. Assuntos como o tratamento respeitoso por parte de profissionais de saúde, o respeito ao corpo da mulher lésbica frente à médicos homens cis, a necessidade pensar em IST’s em relação a mulheres cis e trans, a desmistificação da vivência afetiva de mulheres lésbicas frente a uma sociedade fetichista e a situação de extrema vulnerabilidade de pessoas LGBTQ+ expulsas de casa por suas famílias de origem versavam os assuntos da instituição e de suas representantes.

Já no campo exploratório, naquele momento, no ano de 2018, me deparei com diferentes camadas e nuances das pautas que anteriormente apenas conhecia mediante a análise documental dos textos e relatórios das conferências, leis e demais normativas e compilados de demandas LGBTQ+ do país, do estado e da cidade de Ponta Grossa. O motivo de eu rememorar

32 Documento que integra a base documental da instituição, não constando publicamente.

esta aproximação com a Flor de Lis, ou melhor, com Júpiter e Saturno e, por elas, a Associação Flor de Lis, foi o que reverberou deste encontro -

Diário de tese n.01 — Associação Flor de Lis
Ponta Grossa, 2 de março de 2021

“Meu contato com a Associação Flor de Lis foi iniciado durante o primeiro ano da elaboração de minha dissertação de mestrado, em 2018. Naquele momento, foram realizadas séries de entrevistas com ativistas centrais do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa.

Neste contexto, recebi, por indicação de Terra³³, o contato de Saturno e de Júpiter, ambas fundadoras da Associação Flor de Lis LGBTQ, um casal de mulheres lésbicas da dita “velha guarda” do movimento na cidade e amplamente reconhecidas como ativistas-chave³⁴ dessa pauta.

Definitivamente penso que meu trabalho não seria o mesmo sem elas. Nunca me esqueço que ao perguntar³⁵ para Saturno [e Júpiter que também estava presente na ocasião] sobre a existência de uma rede de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa, tive como resposta, no tom mais direto e seco possível, um sonoro ‘que rede?’” (CHAGAS, 2022, p. 1-2).

A surpresa, naquele momento, era a constatação da [suposta] não existência de uma rede. Minha percepção como pesquisadora em momento de campo exploratório ainda no início de um percurso de pesquisa me levava a crer que as ações do movimento LGBTQ+ funcionavam em um fluxo estável e coeso, já que para articular um grupo tão difuso e múltiplo se fazia necessária alguma coordenação. A resposta em tom incisivo proferida por Júpiter e Saturno foi uma quebra de expectativa que colocara a prova o meu próprio entendimento acerca de coesão, organização e mesmo do que entendia por redes, como será melhor trabalhado nos capítulos 3 e 4 desta tese.

Ademais, partindo de um plano de pesquisa em muito ligado ao meu trabalho de pesquisa anterior que tratava do panorama das políticas sociais para pessoas LGBTQ+ no Brasil, guiei meu entendimento pelos fluxos formais de referência e contra-referência inerentes à organização de políticas sociais, especialmente aquelas do tripé da seguridade social – a constar, assistência social, saúde e previdência social, como **modelo** de fluxo que eu buscava identificar

33 Indicação recebida de Terra, a primeira entrevistada para a elaboração de minha dissertação de mestrado no dia 20 de março de 2018, em resposta a questão: “você conhece pessoas envolvidas com instituições do movimento LGBTQ que você poderia indicar, que fortalecem esta rede?”.

34 Para Cumbers et al. (2007), ativistas-chave são pessoas com maior poder, influência e legitimidade em movimentos sociais. Estas características revelam facilitações no acesso a recursos (materiais e imateriais) e domínio de informações importantes para estabelecer posicionamentos políticos e conhecimentos de causa.

35 Questionamento realizado em minha terceira entrevista para a realização do trabalho de mestrado com Saturno e Júpiter no dia 25 de abril de 2018. A questão em comento foi a seguinte: “Você acha que Ponta Grossa possui uma rede de garantia de direitos?”

também nas instituições do movimento LGBTQ+. Por fim não havia nem coesão contínua, nem fluxo estável e o grau de institucionalização (formal) deste grupo era baixo e eu apreenderia, naquele momento o mais importante – a potencialidade do movimento LGBTQ+ ponta-grossense residia nas intencionalidades, percepções e posicionamentos políticos de seus integrantes.

Em uma espaçosa casa localizada no centro da cidade de Ponta Grossa, um grupo de pessoas se reunia no segundo andar. Na mesa, em meio a pães, garrafas térmicas com café, “recheios” para colocar nos pães, refrigerantes, copos, talheres e pratos, havia cadernetas, folhas de papel A4 e canetas. Júpiter chamava para o ‘café-reunião’, como minha mãe costuma chamar na hora do almoço. “Venham para a mesa, temos muito o que conversar, mas de barriga vazia ninguém faz nada”. A alusão à “figura maternal” de modo algum pretende a retomar ou reiterar a papéis de gênero estereotipados, ao contrário é uma memória de um convite e uma forma de afeto que significava minha aceitação no grupo e a reflexão intrínseca ao primeiro dia de registro nos diários, marcando o início da imersão na Associação Flor de Lis. Partilhar a mesa é efetivamente estar juntas para além do efeito da reunião em torno de um “assunto”.

A mesa, que estava posta, servia ao propósito de nutrir. Mas exatamente o quê?

Não tenho dúvida que a longa mesa posta em frente aquela varanda que nos revelava a cidade de Ponta Grossa do alto, era parte basilar das táticas da Associação Flor de Lis em relação ao movimento LGBTQ+.

Aos poucos, a longa conversa estabelecida naquele café, sem objetivas pretensões de trabalho, tornou-se uma pauta. Pensávamos sobre **trajetórias de vida**. Saturno me contava sobre a importância de registrarmos a história de Júpiter como ativista lésbica, e o quanto a vida de mulheres lésbicas é invisibilizada³⁶ no movimento LGBTQ+. Naquele momento, ela me estimulava a instigar Júpiter a registrar uma biografia por algum meio³⁷. Disse a Saturno que

36 A invisibilização de mulheres lésbicas é um tema recorrente no âmbito do movimento LGBTQ+. Problematizações a respeito de machismo e da cisheteronormatividade, bem como das interseccionalidades que mulheres (cis e trans) possuem nas lógicas de estabelecimentos de relações e mesmo de poderes no movimento LGBTQ+ e na sociedade refletem diretamente nas formas de definições táticas no movimento LGBTQ+ e na vida dessas mulheres para além do ativismo LGBTQ+. A este respeito e demais temas relevantes sobre a realidade ‘L’ foi elaborado pela Revista Latino Americana de Geografia e Gênero um volume (v. 9) dedicado à realidade lésbica que pode ser consultado em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rflagg/issue/view/657>>. Acesso em 06 fev. 2024.

37 A produção de locais de visibilidade é assunto central dos movimentos sociais LGBTQ+ em que estive inserida e que eram menos institucionalizados no sentido formal. Compreendo que o esvaziamento de dados e de presença de LGBTQ+ na estrutura formal da administração pública e na precária possibilidade de ocupação e performance pelo espaço devido a séries de fatores, predominantemente ligados a violência e a condição de ininteligibilidade e negação ao direito à livre movimentação e manifestação identidades de gênero, orientação sexual e afetos homoafetivos tensiona o espaço em múltiplas escalas, sendo que a contestação acontece mediante a criação de táticas políticas desenvolvidas pelo movimento LGBTQ+ por ações definidas desde o acaso do cotidiano, até as grandes redes de mobilização LGBTQ+ nacionais e internacionais.

pensaria em como fazer³⁸, e a conversa acabou quando Júpiter chegou com o café e uma agenda me pedindo informações sobre como poderíamos **reestabelecer as atividades da Flor de Lis**.

Mas o que significava de fato ‘reestabelecer’ as atividades da Flor de Lis? Discutimos sobre a finalização do processo de emissão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Associação e da necessidade de montarmos um plano de atuação, que, em um primeiro momento, partiria da reestruturação da equipe diretiva. Posteriormente, a demanda seria a de redigir um projeto de atuação, e um portfólio institucional sistematizando todas as ações desenvolvidas. Júpiter, devido a sua ampla rede de contatos, ficou responsável por estabelecer os diálogos com pessoas ligadas ao movimento LGBTQ+ ou aliadas³⁹, sendo que o portfólio e demais aspectos ficaram definidos como assuntos para posteridade.

A prática desta entidade era caracterizada por diálogos interpessoais, reuniões institucionais em configurações inesperadas que iam desde cafés até encontros formais, estabelecimentos de redes e parcerias para atendimento de violações de direitos e vulnerabilidades de pessoas LGBTQ+, publicações acadêmicas, acolhimento de demanda espontânea de pessoas LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade, suporte jurídico para denúncias realizadas, participação em eventos acadêmicos e similares.

A variabilidade das práticas neste grupo interessa pelo seu amplo leque de possibilidades. As ações da associação Flor de Lis abrangem um espectro de práticas cujo limite está no alcance e potencial de seus associados. O que quer que eles façam sob o nome da Flor de Lis, **é de fato uma ação da Associação Flor de Lis**.

Oficialmente, essas práticas acabaram conectadas a principal demanda de estabelecê-la no âmbito do *advocacy*, sendo que a delimitação desta forma de atuação era importante para a reestruturação institucional da Associação Flor de Lis. Sob a alcunha do *advocacy* todas essas práticas foram assimiladas a um objetivo comum, orientado a levar as pautas da agenda LGBTQ+ aos mais variados públicos e instituições através da interlocução das demandas nos mais variados espaços. Com isso, Júpiter destacou que deveríamos ampliar as atividades da Flor de Lis, especialmente em sua abrangência interinstitucional.

38 No ensejo, realizamos um trabalho de auto enunciação submetido, aprovado e apresentado ao VII Simpósio Internacional de Educação Sexual — “O que podem os corpos, os direitos e os possíveis contra os fascismos atuais” realizado no ano de 2021. O trabalho foi elaborado, narrando a história do ativismo lésbico de Júpiter. Para tanto, solicitei que ela escrevesse, como preferisse (a mão, ou com alguma ferramenta de documento no computador) a sua história livremente. Meu papel foi apenas o de mediar o conteúdo produzido por Júpiter colocando no formato exigido pelo evento, argumentando sobre a auto enunciação e submetendo o texto.

39 Aliadas do movimento LGBTQ+ são aquelas pessoas com “[...] diferentes orientações sexuais, filiações políticas ou posições religiosas que juntam-se no combate à homofobia e heteronormatividade” (Santos, 2005, p. 07), apoiando publicamente a conquista de direitos LGBTQ+.

Conforme o Manual de *advocacy*, litigância estratégica, controle social e *accountability* LGBTI+ do Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual — IBDSEX (2021) as práticas de *advocacy* **não partem de uma lógica de confrontação** e que o *advocacy* comporta em seu interior diversos modos de atuar. Considera-se como “*advocacy*” todas as práticas realizadas individual ou coletivamente que **possuem a intenção** de influenciar e sensibilizar pessoas do movimento LGBT+ ou de fora dele, sobre as decisões políticas, percepções sociais, envolvimento e apoio para esta causa.

Nesse ínterim, ressalto outro aspecto do campo que é consoante com as opções teóricas da tese, isto é, as práticas da Associação Flor de Lis tipicamente não são lastreadas por ideias de causa e efeito, mas próximas da ideia de propensão. A “contrapelo” os registros nos diários não buscam também afirmar um quantitativo de ações (resultados) baseando o movimento em uma relação de causa e efeito. O detalhamento dos encontros, da cordialidade, entre outros aspectos banais, evidenciam também o aspecto da propensão, isto é, o devir e o sentido que as coisas, os processos *estão para uma mudança*. De acordo com Jullien (2021) a **propensão** difere da relação de **causa e efeito** que isola os fenômenos da sua globalidade a partir de uma “escolha racional” e, que aposta em uma explicação determinista da construção social da realidade.

No cotidiano institucional, as ações de *advocacy* **na sede** da Associação Flor de Lis observadas durante as imersões foram, predominantemente, na mediação e acolhimento de demanda espontânea de pessoas em situação de vulnerabilidade social que procuravam a sede da Flor de Lis em busca de suporte e encaminhamento das mais diversas situações: violências, fome, desabrigo por expulsão de casa (predominantemente relacionadas a questões de identidade de gênero e orientação sexual), pedidos de informação e quaisquer outras demandas que pudessem se apresentar em relação a pessoas LGBT+.

Neste campo de atuação, o amplo conhecimento na identificação das situações problemas apresentadas e as possíveis alternativas para a solução dos diferentes casos fazem da Flor de Lis um lugar estratégico de acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade. Em razão da sua estreita relação com a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Ponta Grossa (CDSG - OAB/PG), e com pessoas ligadas a espaços de tomadas de decisão (especialmente de conselhos de direitos) as demandas poderiam ser devidamente encaminhadas.

O acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social na sede da Flor de Lis, ainda que coerente com as dinâmicas de atuação no campo do *advocacy*, reverberava em

problemas importantes que interferiram na regularização da instituição, conforme o observado no diário de campo n. 09:

Diário de tese n. 09 — Associação Flor de Lis
Ponta Grossa, 16 de outubro de 2021

“Na ocasião, Júpiter entrou em contato comigo via WhatsApp informando haver problema com o CNPJ da Associação. Neste momento, houve a necessidade de comprovação de atuações da Flor de Lis, que teve o processo de regularização embargado por inatividade. Desta forma, Júpiter solicitou algum documento comprovando minha participação em atividades de cunho público e governamental, citando diretamente a participação na Comissão Eleitoral do Fórum Municipal LGBTQ+ como representante da Sociedade Civil pela Flor de Lis para que ela pudesse recorrer. Enviei os diários oficiais de publicização e oficialização de minha nomeação como participante do Fórum”.

“O ‘fantasma’ da comprovação de práticas sempre foi um problema na Associação Flor de Lis. Como muitos dos trabalhos realizados pela instituição se mesclam com as obras de caridade desempenhadas pelo terreiro⁴⁰ de umbanda que Júpiter e Saturno coordenam, muitos dos acolhimentos acabam não sendo registrados ou comprovados. Muitas das práticas de encaminhamento e advocacy também não são registradas. Como não há um protocolo de referência e contra-referência de acolhimento de pessoas LGBTQ+ em serviços públicos em Ponta Grossa, o encaminhamento ou condução à determinada instituição não é formalizado, bem como a anamnese social e acolhimento por parte da Associação Flor de Lis não é reconhecido, senão, como trabalho de assistencialismo” (Chagas, 2022, p.08).

O excerto em comento se alinha à já assumida necessidade de estruturação da Associação Flor de Lis em um cenário formal de atuação. Com missão, estatuto e abordagem de atuação claramente definidas, um plano estratégico que inseriria a instituição em dinâmicas governamentais era necessidade latente, especialmente para o angariamento de recursos financeiros que permitissem a sua emancipação das lógicas que poderiam ser compreendidas como de caridade e assistencialismo que se mesclavam aos encaminhamentos da Flor de Lis em relação às demandas espontâneas de vulnerabilidades atendidas.

Apesar de evidenciar uma faceta na qual essas práticas poderiam ser compreendidas como caridade e assistencialismo, não me detenho em tecer críticas sobre elas, embora destaque e compreenda a problemática inerente. A caridade e o assistencialismo podem ser interpretados,

40 A respeito dos terreiros, Junqueira e Brustolim (2021, p. 24) explicam sua localização na estrutura da Umbanda: “Os rituais da Umbanda têm por objetivo toda sua hierarquia e fazer a prática da caridade por meio de curas e ritos. Pessoas que frequentam como assistentes vão em busca dos conselhos dos espíritos, bem como de remédios e alívios para suas aflições. Esses rituais, as chamadas giras, não têm um formato único, pois variam de casa para casa e estão sob as decisões de cada pai de santo e cada entidade protetora do terreiro. O local onde acontecem as celebrações e o atendimento ao público é geralmente uma casa chamada de tenda, que contém um terreiro e um salão apropriado para sessões”. No ano de 2021 o terreiro coordenado por Júpiter funcionava no mesmo espaço que a Associação Flor de Lis e a casa de Júpiter e Saturno. Júpiter é a “Mãe de Santo”, sendo assessorada por Saturno, a “Mãe Menor”. Segundo Campos (2011), a “Mãe de Santo” em alguns terreiros (a depender da vertente da religião, algumas possuem o Pai de Santo nesta posição, mesmo que haja a presença de Mãe de Santo na casa), ocupa o cargo mais alto na hierarquia da casa, se encarregando da organização da estrutura interna, material e imaterial do terreiro, bem como pela orientação dos “filhos”.

especialmente no campo de estudo e atuação das políticas sociais, pela natureza das ações, como vinculados a um percurso histórico de atuação religiosa e/ou clientelista, no qual a “ajuda” era percebida como benesse intimamente relacionada à pobreza e a discursos preconceituosos em relação às pessoas que viviam em contextos de extremo pauperismo, conforme argumentação de Losurdo (2015). Nesse sentido, a mediação das demandas não ocorreria visando à equidade e à justiça social, contrapondo a estruturada lógica de direitos sociais assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro. De outra perspectiva, compreendo que a mediação das demandas espontâneas que aparecem (e não a negação ou o mero encaminhamento) também funciona como tática da Associação Flor de Lis, assim como as demais ações desempenhadas pela instituição.

Não considero produtivo caracterizar as práticas de caridade e assistencialismo, **neste caso**, como ‘apenas’ afiliadas a uma histórica prática clientelista, ou ‘apenas’ como tática, considerando especialmente a trajetória de Saturno e de Júpiter com o terreiro de Umbanda e a importância da caridade como pilar dessa prática religiosa. Embora as diferenciações estejam conectadas, como ora mencionado, há amplos debates acerca das políticas sociais e até do Liberalismo e das práticas de condicionamento social, como aprofundado em Losurdo (2015), insisto no argumento de que as “coisas” não funcionam em binômios, mas são multidimensionais e complexas, no sentido argumentado por Morin e Le-Moigne (2007).

O afastamento desta perspectiva dual é que me permitiu identificar no cotidiano da instituição uma multiplicidade de ações de contestação amealhadas pelo *advocacy* como noção orientadora, e de compreendê-las como **táticas** no sentido argumentado por Certeau (1998). De acordo com autor, as táticas são movimentos, brechas de atuação, intervenções intencionais dedicadas a promover um revés nas lógicas de poder. Ao criar contextos favoráveis, essas táticas, consideradas por Certeau (1998) como “a arte do fraco”, são formas de ação que proporcionam permeabilidade às pessoas e instituições desfavorecidas em relação às lógicas hegemônicas e estruturantes.

Para a perspectiva de Certeau (1998) adiciono duas ponderações importantes para esta tese. Certeau (1998) ao delinear o conceito de tática afirma que é “[...] tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um poder próprio” (Certeau, 1998, p. 100). Em sua argumentação o autor estabelece *insiders* e *outsiders*, **aqueles com e aqueles sem poder**, afirmação em muito sustentada pela lógica de embates dos fortes contra os fracos que Certeau (1998) elabora em sua obra. Apesar de extremamente importante para a diferenciação das formas de ação presentes neste trabalho, delineando as diferenças entre as ações mais ou menos

institucionalizadas sob a alcunha de ‘estratégias’ e de ‘táticas’, tal abordagem apresenta arestas que precisam ser amenizadas.

Ao considerar o espaço como dimensão complexa, produzida **em relações** compostas de multiplicidades de trajetórias, de interações e de afetações, como propõe a argumentação de Massey (2007), anulam-se as lógicas de interioridade e exterioridade, daqueles com ou daqueles sem poder. Para a autora, o que existem são lógicas de poder assimétricas articuladas por meio de feixes mutáveis e dinamizadas pelas relações, constituindo constelações (igualmente mutáveis) pelas quais podemos interpretá-las a partir de seus contextos.

Partindo do contexto, como o estabelecido por Massey (2008), compreendo que as táticas desenvolvidas no movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa correspondem as precariedades no sentido estabelecido em Butler (2011), ou seja, de que há condições políticas (não indissociáveis do/no espaço) pelas quais populações são assimetricamente expostas a crimes, morte, pobreza e demais aspectos de vulnerabilidade social⁴¹.

Para a autora, esta assimetria é estabelecida por meio de regimes de “verdade” hegemônicos pelos quais as vidas de pessoas possuiriam diferentes valores na sociedade em referência a um padrão definido por lógicas de poder e de conhecimentos estruturantes (mecanismos de hegemonização, como os jurídicos, médicos, biológicos e, entendo que no âmbito do movimento LGBTQ+ também acrescentam-se os fundamentalistas religiosos) traduzidos às conjunturas políticas.

Ainda que a tangibilidade da conjuntura brasileira acerca da violência LGBTQfóbica praticada no país já tenha sido realizada no capítulo 1 visando a demonstrar o cenário do Brasil em relação à vida de pessoas LGBTQ+, os dados de violências, de mortes, de falta de acesso a serviços de saúde evidenciam apenas uma faceta (a mais trágica e que permeia as agendas de políticas públicas).

Estas lógicas de poder produzem efeitos **no cotidiano**, prejudicando o simples/livre viver, materializando uma lógica espacial de interdições⁴² (de acesso e permanência em lugares

41 Tem ocorrido, inclusive, mobilizações no movimento LGBTQ+ ponta-grossense pela realização de um Censo Municipal LGBTQ+ para obtermos informações mais precisas sobre a realidade de pessoas LGBTQ+ na cidade. As articulações iniciadas no ano de 2021 ainda não lograram êxito, mas foram pauta emergencial da última reunião do Conselho Municipal LGBTQ+ de Ponta Grossa no ano de 2023, sendo uma das ações de destaque para implementação, junto do Fórum LGBTQ+ (2024) e da definição do protocolo de atendimento do vândulo “Ambulatório Trans”, projeto que vem sendo desenvolvido no âmbito do CMLGBTQ+ em parcerias com a prefeitura da cidade e no Ministério da Saúde, através da interlocução com Alícia Krüger, ponta-grossense que atualmente é assessora de Políticas de Inclusão, Diversidade e Equidade em Saúde/SVSA — do Ministério da Saúde.

42 Trabalhos como “Espaços Interditos e a Constituição das Identidades Travestis através da Prostituição no Sul do Brasil (Ornat, 2012); “Espaços de Morte e Representações Sociais de Travestis na Cidade de Ponta Grossa – Paraná” (Cabral, Silva, Ornat, 2013); “A Cidade dos Corpos Transgressores da Heteronormatividade” (Silva,

públicos e privados e mesmo em lugares de convivência como casas e igrejas, especialmente de pessoas que rompem com a linearidade entre sexo biológico e identidade de gênero), constrangimentos (ofensas, *bullying*, violências múltiplas) e estigmatizações sociais (demonizações, alcunhas pejorativas, percepções negativas ligadas predominantemente ao entendimento fundamentalista religioso sobre a “ideologia de gênero”, associações equivocadas a doenças de cunho sexual e demais formas de discriminações).

Com apoio em Butler (2011) compreendo que estes processos de interdições, constrangimentos e estigmatizações ocorrem justamente pela binarização que diferencia e afasta o “nós” e os “outros”. Se procuro negar as binariedades ao longo deste trabalho é justamente pelo seu caráter moralizante, cuja linha que define a relação nós/outros, também define padrões de certo/errado e de normalidade/anormalidade, conforme afirmado em Butler (2011, p. 27):

O rosto que está lá, no entanto, aquele cujo significado é retratado como a forma do mal, é precisamente aquele que não é humano, não no sentido levinasiano. O “eu” que vê o rosto não se identifica com ele: o rosto representa algo com o que nenhuma identificação é possível, uma realização da desumanização e uma condição para a violência.

Tarrow (2011) e Butler (2015) argumentam em uma mesma direção quando afirmam que opressões e violências, especialmente quando se relacionam direta ou indiretamente ao Estado, impulsionam para a ação. Para Butler (2015) isso ocorre por meio de questionamentos negativos - “porque não me reconhecem/me reconheço?/por que não posso/poderia?”. Ora, se ao longo do texto fala-se em “contestação de conjunturas” e se destaca que a relacionalidade e a perspectiva do **espaço geográfico como relacional** amalgamam estruturas e discursos articulados desde a macroescala, até a microescala dos cotidianos, é esta própria conjuntura que inflama às contestações.

Afinal, onde há poder, há resistência? A pergunta, apesar de retórica, serve ao propósito de elucidar a que se refere a assimetria de poder na perspectiva relacional. Embora ao longo da tese a influência de Foucault esteja entremeadada às perspectivas de Butler (2003; 2009; 2015; 2018) e, em certa medida a Massey (2008), não constituindo **diretamente** centralidade na linha teórica estabelecida para a reflexão, os contornos específicos ao poder na perspectiva do autor se fazem importantes. A partir de Foucault (2017), é possível compreender que o “poder” opera

2008) tem discutido este assunto em profundidade, argumentando sobre a vivência de pessoas LGBTQ+ em relação à movimentação no espaço urbano e os principais espaços de violências e vulnerabilidades relacionadas às pessoas LGBTQ+ com ênfase nas pessoas travestis e transexuais.

em múltiplos lugares através de feixes de relações mais ou menos organizados. Para o autor, o “poder⁴³”, não opera em um sentido centralizado de sujeição, nem em um sistema geral de dominação, mas em multiplicidades “[...] de correlações força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização [...]” (Foucault, 2017, p. 88).

Nesta perspectiva o poder seria rizomático, capilarizado, dinamizado por contestações, afrontamentos, transformações, se alinhando a perspectiva de Tarrow (2011) e de Massey (2008). Isso, pois, o poder, tanto em sua faceta de contestação, quanto em sua faceta de cristalização das hegemonias, possui uma instabilidade inerente, sendo estabelecido em dinâmicas assimétricas e móveis. Logo, a resistência seria imanente ao poder, bem como a cristalização de hegemonias, ainda que provisórias, também o seria. Se negam as oposições binárias (como proposto em Butler e em Massey acerca de ‘dentro/fora’, nós/eles, local/global) e adotam-se os atravessamentos e as aglutinações organizadas por intencionalidades e objetivos comuns (Foucault, 2017). Nesta linha argumentativa de Foucault (2017, p. 90) “[...] a racionalidade do poder e das táticas muitas vezes bem explícitas no nível limitado em que se inscrevem — cinismo local do poder — que, encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto”.

Conclui-se, conforme Foucault (2017), que os “pontos” de resistência existem em toda a “rede” de poder. Massey (2008), apesar de utilizar metáforas diferentes (geometrias e constelações), argumenta que o espaço relacional é aberto à política e às diversas formas de poder. O poder neste caminho reflexivo é produzido, mas não como subproduto de uma linearidade de causa e efeito. São, em realidade, o “outro lado da moeda”. E é nesta dinâmica de correlações de forças que se inscrevem os mecanismos, hegemonizações e os pontos de resistências táticas.

Inserida nesta lógica, a imersão na Flor de Lis evidenciou uma complexa organização tática na qual a relacionalidade, especialmente a interpessoal, era força central que movimentava o fazer da instituição. A partir das performances de seus associados, a instituição mantinha-se “viva e operante”. O espaço sede da Associação Flor de Lis era multidimensional e caracterizado pelas práticas estabelecidas em momentos. Há naquele espaço um ‘jogo de

43 Em “História da Sexualidade: Vontade de Saber I”, Foucault elabora a diferenciação entre “Poder” e “poder”: “Dizendo poder, não quero significar ‘o Poder’, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra [...] A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais” (Foucault, 2017, p. 88).

espaço-tempo’ bastante curioso, e que em sua intangibilidade me confundiu, provocando as minhas ‘imaginações geográficas’ — para remeter a Massey (2008).

Ora, a **instituição Associação Flor de Lis** ocupava o mesmo espaço que a **casa** de Júpiter e Saturno. Ao mesmo tempo, abrigava o **terreiro de umbanda**. Ou seria ao contrário? A **casa** era multidimensional. Aquele espaço que se arranjava e desarranjava me chamava muita atenção. Tudo se transformava constantemente por meio dos aconteceres do cotidiano. Não apenas a casa, já que ela mesmo, encerrada em sua estrutura de concreto e madeira, não fazia nada sozinha, isso é óbvio! Mas a **casa** transformada em instituição agia. A instituição, por sua vez, era reconhecida, principalmente, pela potência de Júpiter que mesmo que não ocupasse cargo (formal) na presidência da Associação Flor de Lis, articulava diversos atores em torno das reivindicações de LGBTQ+. Mas, em última instância, a casa era apenas o centro que ancorava minhas imaginações geográficas **sobre as formas de organização do espaço**. Nesta ancoragem, pude perceber alguns pressupostos sobre as práticas e táticas na Associação Flor de Lis:

(1) Fortes facetas de personalidade marcaram a atuação da Flor de Lis, se misturando com a institucionalidade. Favores pessoais, confianças, amizades, proximidades marcavam as relações que constituíam aquela associação. A casa, o café, o terreiro, a aconchego do lar, adensavam as percepções sobre/naquele cotidiano institucional. Mesclava-se materialidade e imaterialidade. Bandeiras LGBTQ+, estátuas de figuras religiosas, cadernos e intenções davam lugar a um reimaginado espaço institucional não funcionalizado/formatado aos moldes da modernidade⁴⁴. Não havia, na Flor de Lis, distinções binárias entre atores e lugares, materialidades e imaterialidades. Havia multiplicidades de ações, relações e de interações transformativas que se manifestam e podiam ser vislumbradas em suas formações. Anderson e Harrison (2010) denominam essas formas de mundos/contextos; Hinchiciff (2010) denomina de ordenações, já Massey (2008) provoca o trânsito das ‘imaginações’ para as ‘formas’. A partir da reflexão destes autores, compreendo serem **formas emergentes**, mais ou menos estáveis, pelas quais podem ser observadas práticas, relações, possibilidades...

Ademais, é no cotidiano, nas variadas e subsequentes atividades do dia-a-dia que as performances — que não se deslocam dos lugares (e os lugares não são meros substratos-palcos para acontecimentos) produzem “organizações” (no sentido argumentado por Morin e melhor elaborado no capítulo 3 desta tese) pelas quais podem ser apreendidos os atores mais óbvios (e

44 A este respeito, Harvey (2008) disserta sobre a funcionalização de espaços e a sua relação com a ‘condição da modernidade’ - otimização do espaço em função da produtividade estreitamente ligada à manutenção do capitalismo, mas não se reduzindo a ela, visto que seus efeitos reverberam na organização da sociedade.

tangíveis) — as pessoas, os agrupamentos humanos, as instituições, bem como a potência dos significantes intangíveis (Bennett, 2005) — a casa, as bandeiras do movimento LGBTQ+, as palavras de ordem, as publicações em redes sociais que as integram, os sentimentos, as intenções, as propensões etc.

(2) As práticas da Associação Flor de Lis eram viabilizadas pelas ligações pessoais e institucionais (considerando o enlace simultâneo de institucionalidade e pessoalidade, reservadas às suas especificidades). Sejam atendimentos pontuais motivados por demanda espontânea, como nos casos em que a sede da instituição era procurada para mediar alguma situação de vulnerabilidade social, seja na manutenção do portfólio institucional através da realização de diversas ações pelas quais a influência institucional da Associação Flor de Lis era utilizada taticamente pelos seus associados para acessar espaços, estabelecer parcerias e desempenhar atividades (ambivalentemente constituindo o “fazer” da instituição). Estas ligações extrapolam os recortes temporais estabelecidos para esta tese. Remontam às trajetórias pessoais e institucionais pelas quais estes atores constituíram relações de longa duração, conexões que, embora não constituam um *continuum* determinado (impassível de desfazer-se), congelado, imutável, **constituíam, na realidade observada, considerando os recortes estabelecidos**, um histórico de parcerias de longa data com a Associação Flor de Lis LGBTQI+.

Esta dinâmica pode ser melhor percebida “na prática”. Pelas conexões estabelecidas com a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/PG desde a sua fundação, foram viabilizadas as mediações jurídicas necessárias para casos de demanda espontânea de violências, bem como para questões relacionadas a retificação de nome social. Mesmo com o distanciamento da parceria com a CDSG OAB/PG devido à reestruturação da comissão no final do ano de 2021, Vênus continuou realizando este trabalho voluntariamente, até se juntar ao corpo institucional da Associação Flor de Lis. Logo, enfraqueceram-se as conexões institucionais, mas elas se remodelaram em uma relação entre Vênus e Associação Flor de Lis estabelecida devido a laços de amizade e de confiança com Júpiter e com o interesse profissional e pessoal de atuar na militância LGBTQ+ mesclando ativismo, pessoalidade e prática profissional **àquela** relação.

A “Flor de Lis” (instituição/associação) se relacionava na cidade de Ponta Grossa com a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB, subseção de Ponta Grossa, com a Parada LGBTQIA⁴⁵⁺ dos Campos Gerais, e no estado do Paraná, com o Comitê Estadual LGBTQI+-PR. Os votos nas reuniões deliberativas do Comitê eram contabilizados como

45 Sigla usada no ano de 2021.

“Associação Flor de Lis”. Na Parada LGBTQIA⁴⁶ dos Campos Gerais o apoio formal estampado nas artes promocionais é da “Associação Flor de Lis”; a parceria firmada entre a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/PG era com a “Associação Flor de Lis”. Em uma escala de percepção, no contexto geral de mobilização do movimento LGBTQ+, **a instituição é reconhecida e ratificada pela sua atuação**. Simultaneamente, nestas dinâmicas, Júpiter manteve-se como importante pessoa de referência. Por ela é que foram estabelecidas as parcerias institucionais. Seu contato prévio⁴⁷ com o Conselho Estadual de Direitos Humanos do estado do Paraná (COPEDH-PR) colocou a instituição no “radar” da militância em âmbito estadual. Ademais, era por meio das suas relações interpessoais que o corpo institucional da Flor de Lis foi constituído — todas as pessoas da associação pertenciam de alguma forma a personalidade de Júpiter. Complementarmente, os laços de amizade, relações profissionais e parcerias de outros integrantes da Flor de Lis adensavam o *corpus* institucional, bem como suas ações e seu potencial de reconhecimento como instituição relevante ao movimento LGBTQ+ ponta-grossense.

(3) No que tange aos significantes, considero, diante ao exposto, que todos — atores, estruturas materiais, afetações, intencionalidades, lugares, desejos, o poder, a política, o espaço e o tempo, são organizados pelas práticas relacionais. A transformatividade e a simultaneidade são nada mais que a expressão dos movimentos pelos quais as relações e os acontecimentos se fazem e se desfazem, emergem e se encerram em suas diversas temporalidades. Pensamento e ação, indissociáveis — nem um ou nem outro ‘veio primeiro’. Ambos imbuídos, permeados e condicionados pelas tensões entre poder(es), resistências, sobrevivências — afinal, como existir em mundo cujos contornos (desde os mais tangíveis até aqueles mais sutis) impõem limites até ao mais banal sentido do ‘poder’, como aquele contido na questão “o que é que eu **posso**, como LGBTQ+ nesta sociedade?”.

(4) Silva (2009) já apontava a existência de “espaços de múltiplos usos”, ressignificados pelas práticas em lógicas compostas por muitos ‘eixos de significação’ que poderiam ser apreendidas e interpretadas acerca das dinâmicas sociais. Hinchliffe (2010) em perspectiva aproximada, partindo das teorias não-representacionais, afirma haver a existência de sobreposições pelas quais o mesmo espaço pode ser mais de uma coisa ao mesmo tempo.

Já foi argumentado ao longo do texto sobre os atravessamentos de espaços-tempos, mas, a sua apreensão para além da ‘imaginação’ proposta em Massey (2008) prova-se complexa.

46 Sigla usada no ano de 2021.

47 Júpiter presidiu o Conselho Estadual de Direitos Humanos — (COPEDH) do Paraná entre os anos de 2017 e 2019.

Para tanto, insisto na Associação Flor de Lis para tal empreitada (explorada em profundidade no capítulo 3). Se conduzisse os leitores deste trabalho por um passeio na casa⁴⁸ de Júpiter e Saturno com fins de uma ‘saída de campo’, o primeiro espaço adentrado seria um vasto cômodo — uma garagem retangular na qual caberiam uns quatro carros que ficava no primeiro andar da casa localizada em uma rua bastante movimentada no centro da cidade de Ponta Grossa.

Reuniões do movimento LGBTQ+ e as giras de umbanda eram realizadas naquele espaço. Em mesas e armários no canto esquerdo deste cômodo ficavam livros, velas, bandeiras LGBTQ+, imagens e quadros de santas e santos, caixas de adereços de entidades, também havia cadeiras e mesas utilizadas. Paradoxalmente ao imaginado, a mera disposição dos objetos em ou outro momento do dia não é o que define a multidimensionalidade deste espaço. A multidimensionalidade ficava por conta das formações, das ordenações, dos acontecimentos. Ora, aquele endereço, aquele mesmo prédio era associado e procurado pelo ‘desempenho de funções’ (associação e terreiro) e isso poderia bastar para uma explicação superficial, ainda que funcionalizada, de ordenação espacial. Mas, buscando me afastar desta perspectiva, considero com apoio em Hinchliffe (2010) que a própria casa já é por si própria inerentemente múltipla, constituindo-se um **significante táctico** do movimento LGBTQ+ nesta reflexão. Extrapolando a casa para os conceitos basilares desta tese, considero que as atores (pessoas, grupos, instituições) e os significantes (não humanos, materiais ou imateriais) envolvidos não são reduzíveis a **uma significação**, são inerentemente complexos e multifacetados (Le-Moigne, 2007).

Deste entendimento, concluo que as performances e as práticas é que organizam o espaço no sentido argumentado por Morin (2007), ou seja, como uma descoerência na qual a associação de princípios opostos como construção-desconstrução, arranjo-desarranjo, territorialização-desterritorialização resulta em **formas de organizar** elementos de **uma mesma realidade**. Assim, este espaço é tensionado, moldado de várias maneiras, amalgamando diferentes histórias, memórias e significados que se entrelaçam e se confrontam devido às atividades e fluxos, pelos quais relações de poder, negociação, amizades, celebrações e demais formas de afetações se desenrolam pelo espaço.

(5) A observação participante na Associação Flor de Lis orienta, especialmente a partir de sua atuação notadamente ‘descoordenada’, ao aspecto da teoria não-representacional que

48 Jamais sequer ousei cogitar registrar em imagens — o vislumbre da sede da Associação Flor de Lis ficará restrito as descrições. Embora aberta ao público para as giras do terreiro ou para atendimentos relacionados a população LGBTQ+ a organização daquele espaço sobrepunha a casa de ambas, espaço que apesar de coadunar o “público e o privado” de maneira extremamente provocativa, não deixa de ser “lar”, espaço de afetos que não cabem a esta tese e nem ao movimento LGBTQ+.

acolhe a imprevisibilidade que permeia o cotidiano, libertando a aproximação com este campo da necessária ligação causal que **determinaria** as ações em um planejamento. Isso não implica afirmar que não havia ações coordenadas, nem sugere a ausência de um referente de ação. Mas quer dizer que, conforme indica Hinchliffe (2010), nas realidades institucionais, por vezes as práticas não são inerentemente estruturadas ou preestabelecidas, e nem o precisam ser.

Esta **forma de mobilizar, ainda que tenha legitimidade, mesmo que sem uma estrutura formal, não excluía os desejos e planejamentos**. A realidade experienciada na Flor de Lis me permitiu compreender que para além do desejo de atuar em benefício de LGBT+, havia também a necessidade de um planejamento tático que viabilizasse a permeabilidade em espaços formais de atuação e que a ausência deste tipo formal de trabalho institucional resultava em interdições, especialmente sobre a vinculação com políticas sociais e relacionadas a recebimentos de verbas governamentais.

Da mesma forma, a vivência *in situ* na Associação Flor de Lis também me possibilitou a perceber que nem sempre a urgência das demandas permitia ou esperava por alguma estruturação formal da instituição. Estas demandas internas não chegavam a público e mesmo que chegassem, as parcerias e suportes, ainda que fossem realizados emergencialmente ou com cunho assistencialista, continuavam a ser desenvolvidos.

Desta forma, muitas das ações foram desenvolvidas por lógicas de conveniência, necessidade e oportunidade, ou seja, para além da demanda e dos planejamentos formais. A própria **realidade** pressionava estas pessoas para ação, isto é, a propensão para o movimento. Não obstante, o movimento não é linear e/ou progressivo; há uma ênfase interpretativa sobre a imersão de pesquisa no sentido de salientar as sutilezas e as belezas das relações humanas, as quais não reféns das agendas institucionais e/ou das verbas públicas. Como antítese, não se quer de modo algum romantizar as vidas das pessoas LGBT+ e/ou escamotear que as suas existências (em um sociedade violenta e LGBTIfóbica) são frágeis, nos limites do risco; por sua vez a intenção é demonstrar o movimento como parte da existência que não condena essas pessoas a semear uma revolução imperada por uma lógica do sacrifício e envolvida por uma teleologia moderna. O tempo coevo e a coetaneidade espacial são as escolhas teóricas para dar visibilidade ao pulsar pleno da vida em corpos cuja a existência são em si uma contestação a ordem estrutural.

2.2 IMERSÃO 2 - COMISSÃO DE DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SUBSEÇÃO PONTA GROSSA (CDSG — OAB/PG)

A Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil — Subseção Ponta Grossa, é uma entidade que realizava ações, majoritariamente, de apoio institucional às práticas das organizações da sociedade civil na cidade de Ponta Grossa, direcionadas a pauta LGBTQ+. Também realizava palestras, eventos comemorativos, projetos de promoção de visibilidade às pessoas LGBTQ+ e aliados, premiações simbólicas pelo comprometimento com a pauta e a sensibilização de advogados a respeito da pauta LGBTQ+.

Ainda que sua ênfase estivesse situada predominantemente no suporte para as mobilizações da causa, a entidade também organizava e realizava eventos de discussão relativos à advocacia, direitos e políticas públicas de LGBTQ+ e ações de mobilização, como encontros temáticos para comemorações de datas, eventos *online* de debates sobre temas correlatos à pauta LGBTQ+, premiações, como o Selo Social voltado a pessoas e empresas que contribuem com melhoria da realidade de LGBTQ+ e a realização de moções e notas públicas de aplauso ou de repúdio sobre acontecimentos relacionados ao contexto de pessoas LGBTQ+. A entidade também era componente do Conselho Municipal de Direitos LGBTQ+ de Ponta Grossa.

Diários de tese CDSG/PG

*****Notas reflexivas**

“Minha atuação na assessoria da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero (CDSG) da Ordem dos Advogados do Brasil — Subseção Ponta Grossa (OAB/PG) não é tão recente — ela acontece desde o ano de 2019. Neste mesmo ano, ainda escrevendo minha dissertação de mestrado, conheci a Vênus, pessoa indicada por Saturno e Júpiter para realização de entrevistas sobre a organização do movimento LGBTQ+ na cidade. Em um momento posterior, ainda em decorrência do mestrado, precisei de uma nova rodada de entrevistas. Neste contexto, Vênus afirmou ceder sua fala quantas vezes fossem necessárias, desde que eu integrasse a Comissão como contrapartida — especialmente por ela estar precisando de uma Assistente Social e de uma pesquisadora para ocupar o lugar da Netuno — que estava afastada escrevendo sua própria tese.

Não tive como negar, eu precisava de abertura de campo, ela de trabalho, então minha trajetória neste grupo começou — momento em que primeiro compreendi que o ato de pesquisar no movimento poderia [deveria?] se manifestar também como atitude política do conhecimento científico” (Chagas, 2022, p. 65–66).

Em um café localizado no centro da cidade, na avenida Vicente Machado, estávamos eu, Vênus e Temisto. O prédio era antigo e abrigava uma chocolataria em seu primeiro andar e o café ficava no segundo piso. Naquele momento, em 2019, relatado no excerto que abre essa imersão, conversávamos sobre o contexto da cidade de Ponta Grossa em relação ao movimento LGBTQ+. A ocasião, era uma segunda entrevista que havia solicitado para a elaboração de minha

dissertação de mestrado em Gestão do Território. Não fomos direto ao ponto, primeiro conversamos sobre assuntos alheios a pauta LGBTQ+ e aparentemente banais no que tange a presente tese de doutorado em Geografia.

O fato de eu posicionar o gravador indicou o ‘momento’ do encontro em que trataríamos do assunto que motivava a reunião. Curioso foi perceber a mudança no tom da conversa. O medo de sermos percebidos ao tratar o assunto. O lugar estava lotado e os olhares incomodavam, já que por ser pequeno o espaço do café, muitas vezes não passava despercebida das mesas vizinhas a temática sobre a qual falávamos. De antemão, esse relato banal é um indicador que valida o próprio trabalho da CDSG — OAB/PG, em termos de promoção de visibilidade da população LGBTQ. Claramente o assunto da conversa era recepcionado pelos clientes do café como algo exótico, polêmico, entre outros qualitativos possivelmente reveladores da ignorância social em relação a existência das pessoas LGBTQ, isto é, como se fossem seres humanos incompletos, os gêneros anômalos, tal qual as críticas já elaboradas pelos teóricos da “teoria *queer*”.

Essa memória, aparentemente tão banal quanto os assuntos correlatos eram para aquele momento de entrevista, revela uma dimensão interessante e importante para a minha imersão na CDSG — OAB/PG. Aquele encontro marcado fora do espaço institucional da OAB foi requerido pela própria Vênus.

Apesar de possuir uma sala a disposição para a realização de reuniões, havia fatores complicadores, como horários específicos e que nem sempre correspondiam a disponibilidade das pessoas da comissão; depois, pela localização não muito estratégica da sede da OAB, em um lugar relativamente afastado do centro da cidade. Nesta comissão, grande parte dos trabalhos e das imersões elaboradas em 2021 não aconteciam no espaço sede da OAB/PG.

No meu engajamento com a CSDG, alguns elementos me chamavam a atenção, todos eles vinculados predominantemente à dimensão espacial como noção fundamental para compreensão das dinâmicas estabelecidas naquele grupo. Primeiramente, destaco o intenso fluxo e negociações com CSDGs de outros municípios, especialmente com Maringá, Curitiba e Paranavaí. Além disso, saliento o envolvimento com instâncias representativas, como conselhos e comitês estaduais e nacionais, bem como a repercussão de decisões, principalmente aquelas advindas do Poder Judiciário. Continuamente, chamo atenção para as formas organizações. Diferentemente do que observava na Associação Flor de Lis, em que as reuniões eram todas feitas na casa/instituição, as reuniões da CDSG eram realizadas integralmente online, via Google Meet naquele ano.

Esta descrição de imersão engloba, evidentemente, um período marcado pelos acontecimentos da pandemia de COVID-19, um fenômeno que demandou manobras e adaptações nas práticas da instituição e possibilitou uma interpretação mais aprofundada sobre o espaço virtual.

No que tange os registros dos diários de campo, estes remontam o ano de 2021, um momento delicado para essa comissão em vários aspectos. O grupo vinha de um período de hiato de atividades do ano de 2020 decorrente, predominantemente, da evasão de membros por motivos pessoais e profissionais. Também, enfrentávamos a pandemia de COVID-19, uma fatalidade que pressionou massivamente a recondução das práticas, das formas de mobilização e da criação de táticas, não apenas na CDSG, mas em todo o movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa. Apesar deste fato extremamente relevante, vale ressaltar que as reuniões e a organização das ações da CDSG já ocorriam predominantemente por meio do espaço virtual anteriormente a pandemia.

Antes da pandemia de COVID-19, esta Comissão realizava eventos presenciais, mesmo que todo o processo de organização fosse feito mediante grupos de WhatsApp e chamadas via Google Meet. Durante a pandemia, não enfrentamos dificuldades para estabelecer novas táticas, adaptando-nos ainda mais às dinâmicas específicas do espaço virtual:

Diário de tese n.40 - CDSG/PG
Ponta Grossa, 16 de março de 2021

“As reuniões estavam sendo realizadas via Google Meet. A pandemia de COVID-19 impôs limites para encontros presenciais, mas, de modo geral, as reuniões já estavam sendo feitas via Meet, ainda mesmo antes da pandemia, fato atribuído a isso devido às rotinas atribuladas de todos os integrantes. No geral, a pauta do encontro foi a definição do calendário das reuniões — definido à época para acontecer toda primeira quinta-feira de todos os meses do mês via Google Meet [...]” (Chagas, p. 69, 2022).

A subutilização da estrutura da sede física da CDSG, que já não era impeditivo para nossa atuação, acabou servindo de expertise prévia para o que enfrentaríamos neste contexto pandêmico. Aliás, a maior exploração do espaço virtual nos permitiu desenvolver outras facetas de atuação. Uma preocupação enorme com o distanciamento social permeava e condicionava as práticas. A necessidade de nos aproximarmos de outras CDSGs parecia ainda “mais gritante” e, ao mesmo tempo, facilitada pela maior presença virtual.

Ocorre que neste contexto, a utilização do grupo institucional da CDSG/OAB, que era mediado pela instituição, foi extrapolado, e outros grupos, sejam eles de trabalho ou grupos pessoais, foram criados para negociar trabalhos e socializar.

Diário de tese n.40 - CDSG/PG
Ponta Grossa, 16 de março de 2021

[...] “Ainda foi debatida a necessidade de articulação da CDSG/PG com as demais CDSG do Paraná — necessidade que já estava sendo dialogada por mim e pela Vênus com os colegas das seccionais (Curitiba, Maringá e Paranavaí). Neste dia resolvemos criar um grupo separado do grupo principal para tratar do andamento das pautas de forma mais pessoal, tendo em vista o monitoramento do grupo principal realizado pela empresa de gestão contratada pela OAB/PG. O grupo criado contava apenas comigo, Vênus, Temisto, Calisto e Júpiter. Neste grupo discutíamos especialmente sobre o andamento da Cartilha voltada ao público dos advogados, problematizando sobre a pauta de direito LGBT+ e que havia sido proposta como crossover entre as seccionais. Também discutimos a realização do evento do dia 17 de maio (dia internacional de combate à LGBTfobia).

[...] Tínhamos ciência de que este seria um ano atípico e mais lento de atividades no geral, mas seguimos adiante. Enfim, o dia foi marcado por uma grata surpresa — decidimos nesta reunião criar um grupo ‘pessoal’ da CDSG para nossos debates e, além de útil, foi bastante divertido. Acontece que poder falar sobre as coisas do movimento LGBT+ de forma ‘íntima’ é muito importante. [...] É curioso perceber que mesmo na grande extensão do estado do Paraná, as pessoas que lideram este movimento se conhecem de alguma forma - tanto é que o nome do grupo corresponde a um desafeto coincidentemente conhecido por nós - fato em questão que ninguém sabia e foi sendo descoberto na medida em que as fofocas aconteciam na reunião. Eu poderia até ‘maquiar’ e dizer que se tratava apenas de diálogo pessoal ou troca de informações, mas a realidade pungente é que fofocamos e por isso ganhamos um patrono ao grupo. No geral, entre diálogos animados (pessoais) e pautas sobre eventos, nada foi deliberado neste dia, apenas foram apontadas as necessidades relativas às nossas próximas ações (CHAGAS, p. 69, 2022).

Alguns aspectos chamavam particular atenção naquela conjuntura. Apesar de termos os grupos institucionais das CDSGs, tínhamos uma mistura de novas e antigas demandas. Não era atual a necessidade de estabelecermos maior contato com as outras seccionais do Estado do Paraná. Almejávamos continuidade, mas nos contentávamos com o estabelecimento de fluxos, ainda que contingentes. Ademais, a simultaneidade naquele momento alcançou o patamar literal. Muita coisa acontecia ao mesmo tempo. A necessidade de estar online tornou-se uma imperativa condição pela qual se faziam aqueles fluxos. Tínhamos vários grupos de WhatsApp operantes naquele momento — destacam-se para essa interpretação três deles — o grupo informal da CDSG-PG, o grupo Geral das cartilhas e “o grupinho secreto” da cartilha. Apesar da suposta banalidade da descrição, o cotidiano institucional adquiriu contornos interessantes por esses elementos.

Não há novidade na perspectiva de que no dia a dia, seja em relações de trabalho, amizade, parcerias pontuais e demais relações, o desejo e/ou a necessidade de conexão são pré-requisitos para as relações. Entretanto, as parcerias estabelecidas no ano de 2021 (que não se mantiveram após este ano) tinham intencionalmente um propósito tático, já que unir forças não

implicava apenas uma colaboração solidária. Mesmo que fosse o caso, a solidariedade, quando inserida em lógicas de poder, não seria uma ferramenta poderosa?

Assim como a realidade explorada é diversa, multifacetada e simultânea, conforme os parâmetros estabelecidos para esta tese, o cotidiano avançava em resposta à sua complexidade, manifestada através dos sinais mais sutis. As fofocas, os momentos de descontração, os projetos conjuntos e as interações no trabalho, apesar de corriqueiras, revelavam-se versáteis. Enfrentávamos conflitos de perspectiva, disputas internas, conflitos interpessoais, atrasos e desafios relacionados a temas diversos, o que reverberava em tensionamentos. Paralelamente, questões como visibilidade em determinados espaços, experiências no movimento LGBTQ+ e conexões importantes com pessoas ou instituições eram “postas a mesa” como habilidades especiais que conferiam maior legitimidade em determinadas situações. Essa dinâmica estabelecia o cerne da interseção das várias dinâmicas de organização apreendidas naquelas/daquelas relações.

Deste contexto decorre a percepção de que havia pelo menos duas formas de organização espacial dessas parcerias. Uma, em rede, caracterizava-se por fluxos mais ou menos estáveis — aquelas ligações que demandavam menor coordenação e cujo principal objetivo tratava-se das trocas de informação, das participações em eventos parceiros e demais atividades que poderiam reverberar no fortalecimento de vínculo entre grupos. Tratava-se do acesso a facilitado a atores e significantes, a recursos materiais e imateriais pelo alcance promovido em rede.

Compreendo ao observar essas formações que é pelas tensões e pelas intenções que as lógicas de poder eram estabelecidas nessas formações. Se o conhecimento interpessoal (estendido à esfera institucional) articulava pessoas de diferentes lugares em uma rede e viabilizava o acontecimento de organizações espaciais provisórias (*assemblage*) — todas relacionadas ao intento dedicado a agenda LGBTQ, os tensionamentos garantiam a instabilidade dessas formações. Isso foi melhor evidenciado no cotidiano na CDSG-PG em relação aos contatos que extrapolavam o “nosso grupo”. Na comissão ponta-grossense portávamos nossos modos de organizar as ações e de nos relacionar. Tínhamos conhecimento de longa data em relação aos posicionamentos, capacidades para trabalhos e parcerias, locais conhecidos de encontro na cidade, temas comuns de conversa e fácil acesso à rede local do movimento LGBTQ+ e de apoiadores. O “saber quem faz o que e como faz” era importantíssimo, já que conferia coesão ao nosso grupo. Não haviam tensionamentos na CDSG/P, as lógicas do grupo já estavam arranjadas. Vênus ocupava a presidência e a coordenava sem disputas internas e sabia encaminhar as demandas de acordo com nossas possibilidades de realização. O fato de não

haver disputas internas, naquele momento, era provisório — a comissão vinha de um hiato e quem ficou e tinha condições para permanecer ativo no grupo, estava lá pelo convite/apelo de Vênus, de modo que os laços de afeto, amizade, companheirismo e parceria profissional imperavam. O potencial de trabalho da comissão não passava despercebida e ainda no ano de 2021 a CDSG/PG foi desmantelada⁴⁹.

No período que esteve ativa em 2021, entre os meses de março e outubro, maiores agitações relacionadas a tensionamentos vieram do estabelecimento da parceria com as outras CDSGs. Eu estive em contato direto com duas das comissões — a de Ponta Grossa e a de Maringá. As parcerias estabelecidas com Curitiba, Maringá e Paranavaí reverberavam das parcerias e conhecimento prévio de Vênus e Helene. Nestas relações, diferentes formas de atuar no movimento LGBTQ+ foram justapostas. Se no grupo ponta-grossense possuímos uma composição pequena — quatro advogados, dois assistentes sociais e Júpiter como referência de liderança no movimento LGBTQ+, em Maringá o grupo era maior, possuindo pelo menos o dobro de pessoas, predominantemente formado por advogados fortemente ligados a grupos de pesquisas universitários. O debate descolonial era bastante enfático. As formas de atuação possuíam uma propensão diferente naquela percebida em Ponta Grossa.

Se as ações na CDSG/MGA fogem um tanto ao escopo dos diários que sustentam essa tese, com toda certeza me fornecem como pesquisadora algumas noções interessantes sobre mobilizações em tempo de crise ou em tempo de estruturação; as pessoas que compunham a CDSG/MGA, naquele momento, estavam todas animadas, enérgicas e extremamente mobilizadas em torno da pauta LGBTQ+ naquele município. Naquele grupo, as pessoas não apenas trabalhavam juntas, mas saíam juntas, divertiam-se juntas. A personalidade, seja pelos ditos ‘personal beliefs’ - conhecimento de causa, indicação de personalidade, legitimidade e centralidade política, como argumentado por Delanda (2016), seja pelos vínculos amistosos e afetivos, era uma faceta predominante no potencial mobilizador.

Se a relacionalidade era desejada — para fins de estabelecimento/ampliação para outros locais da tão almejada rede do movimento LGBTQ+, também proporcionava em sua lógica de constituição outras disputas — por lideranças, pelo estabelecimento de formas de conduzir, por

49 A este respeito, o excerto do último registro de diário de campo na CDSG/PG esclarece: “O grau de desmobilização foi tamanho que as próximas mensagens sobre a CDSG/PG trocadas foram apenas em janeiro do próximo ano. Ocorre que a Vênus foi impossibilitada de se reeleger presidente por uma decisão vinda diretamente a pedido da presidente da OAB/PG. A grande questão é que este pedido foi direcionado e tinha por objetivo colocar na presidência da Comissão pessoas alinhadas ideologicamente com a nova gestão da OAB recém eleita, predominantemente mais conservadora. Como retaliação, o pedido de Vênus foi o de que todos nós revogássemos nossa filiação à Comissão como boicote - pedido acatado por todos nós, claro, por apoio pessoal e também pela imposição injusta sofrida não apenas à Vênus, mas a todos nós da Comissão (Chagas, 2022, p. 84).

centralidades na condução das pautas. Aquilo que já tínhamos definido na CDSG-PG não mais bastava. Por mais que Helene conhecesse alguns aspectos do meu trabalho, os demais membros da CDSG/MGA não o conheciam, o mesmo vale para todos aqueles postos em relação naqueles fluxos. Não nos conhecíamos pessoalmente, o que sabíamos dos trabalhos no movimento LGBTQ+ era o conteúdo exposto nos portfólios institucionais de ambos grupos, nas informações dispostas em redes sociais e currículos vitae *modelo lattes*. Nos movimentos de nos constituirmos como rede, as centralidades foram definidas no cotidiano. Afinidades eram definidas por similitudes — simpatias, espontaneidades, perspectivas semelhantes de trabalho, respeito mútuo, solidariedades. Já os tensionamentos, eles aconteciam predominantemente por dissonâncias. Não tínhamos dúvidas a respeito da centralidade de Helene e Vênus na coordenação das ações — elas que realizavam contatos com as demais seccionais, que encaminhavam os projetos para a estrutura formal da OAB, que marcavam e coordenam as reuniões. Isso não isentava esses ‘poderes estabelecidos’ (ainda que provisoriamente) de contestação e conflitos entre ambas. O mesmo acontecia entre os demais integrantes. Os acadêmicos implicavam-se entre si sobre nomes, siglas, teorias, formas de conduzir uma ou outra discussão. A “universidade” conferia um adicional legitimador já contestado ao longo desta tese. Para mim, havia uma faceta indigesta contida no paradoxo entre falar sobre descolonialidade e, ao mesmo tempo, utilizar a universidade (ou melhor, o “ser” pesquisador, “estar” na universidade”) como sinônimo de ratificação/legitimação de **um** posicionamento pessoal/político. Mas, no fim das contas, não seria esse um movimento normal naquelas lógicas de definição de poderes entre/nas relações daquele movimento LGBTQ+?!

Ademais, essa era apenas uma das múltiplas formas de expressão de poderes imanentes a essas relações. A busca aqui não é por categorizações/representações de como essas formas se manifestaram, mas demonstrar como no cotidiano é que se constituíram as coerências e descoerências importantes para as táticas do movimento LGBTQ+, afinal, se tudo fosse apenas descoerência, não haveria coordenação tática, ao passo que se tudo fosse uma eterna coesão fixa e estável, não haveria possibilidades de transformações criativas necessárias às novas táticas. É sabido pela presente pesquisadora que o trabalho intelectual de Henri Lefebvre pertence a uma genealogia epistemológica diferente das bases teóricas presentes na tese. Todavia, na Introdução da obra “A vida cotidiana no mundo moderno”, ao comentar sobre o romance “Ulisses” (James Joyce), Lefebvre é categórico em relação ao cotidiano:

O cotidiano se compõe de ciclos e entra em ciclos mais largos. Os começos são recomeços e renascimentos. Esse grande rio, o vir-a-ser heraclítico, nos reserva surpresas. Não há nada linear. As correspondências desvendadas pelos

símbolos e pelas palavras (e suas reaparições) têm um alcance ontológico. Eles se fundem no Ser. As horas, os dias, os meses, os anos, os períodos e os séculos se implicam. Repetição, evocação, ressurreição categorias da mágica, do imaginário e também do real dissimulado sob a aparência (Lefebvre, 1991, p.11)

Ademais, Massey (2007) afirma que o espaço enquanto constituído no/pelo processo de inter-relações é aberto à política e as diversas formas de poder que se relacionam a identidade de cada elemento e de cada lugar, enquanto “[...] produto de negociação, conflito, contenda, entre grupos distintos, grupos com interesses materiais e posições sociais e políticas diferenciadas” (Massey, 2007, p. 152). Entendo que foi por meio das relações estabelecidas no cotidiano e na constituição daquele trabalho em rede que simultaneamente foram promovidos os laços de amizade e confiança, potencializando o ativismo, mas que também geraram desvalorizações, críticas, queixas, desconfianças e ostracismos. A interação entre diferentes perspectivas, trajetórias e poderes promoveu alianças e/ou discordâncias, sendo tanto um motivo para a união quanto para a falta dela. Assim, os *movimentos* destacados no capítulo um (da tese) ganham formas no cotidiano e se expressam no espaço das *relações*.

E quando esse cotidiano é afetado por restrições, imposições e cerceamentos, sendo condicionado ao virtual? Não se pode negar que as reflexões feitas até agora têm uma outra dimensão extremamente importante — o espaço virtual. A constituição de grupos de WhatsApp viabilizava condições para o andamento simultâneo de comissões paralelas; os *printscreens* “documentais” eram utilizados como barganhas, fofocas, delações e comprovações de atuações. Elementos comuns específicos a atividade em redes sociais adensavam as relações daquele cotidiano de movimento social e isso não passava despercebido.

A importância da internet para as mobilizações do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa não é um aspecto que me surpreendeu. Já havia registrado anteriormente em Chagas (2020), ainda que superficialmente, sobre a utilização, especialmente das redes sociais, como ferramenta de mobilização. Naquele momento eu não interpretava as tecnologias, ou mesmo a virtualidade como elementos profundamente arraigados às definições táticas deste movimento social. Essa percepção transformou-se com a observação participante.

Ocorre que não é atual, espontâneo ou aleatório o uso destas tecnologias. Anterior a pandemia essas ferramentas vinham sendo utilizadas como meio de organizar ações e se relacionar no cotidiano. Para Ulrich (2017), essas ‘ferramentas’ não são meras estruturas cibernéticas/técnicas. São, em realidade, elementos que, no âmbito de movimentos sociais, compõe as estratégias e táticas de coordenação e mobilização de práticas.

Mais que a promoção de uma rede de sociabilidade articulada pelos dispositivos tecnológicos, as tecnologias associadas ao movimento LGBTQ+ em evidência, demonstram uma articulação espacial de específicas demandas sociais. Também permitem observar como se organizam e espacializam os espaços específicos de atuação dos grupos. Isso, pois, naquele momento, abrangíamos uma conexão, um arranjo de quatro grupos, de quatro lugares diferentes distribuídos pelo estado do Paraná, mas isso não isolava a rede ou seus integrantes destes arranjos de seus contextos - ocorria uma simultaneidade; também não se desfaziam as demandas e condicionantes dos locais - a própria ação no tal arranjo, ou mesmo nos movimentos LGBTQ+ destes locais era implicada pela conjuntura das cidades de cada um dos grupos.

A projeção em forma de rede mais ou menos estável de parcerias (naquele tempo, 2021), atualmente já desfeita (2024) não fazia desaparecer a violência e os tensionamentos do fundamentalismo religioso de Ponta Grossa, não nos isolava da pandemia de COVID-19, não sinonimizava uma força irrestrita e homogênea, não se livrava das mazelas relacionadas a desigualdade social da sociedade de mercado e não passava livre das amarras do discurso da modernidade e das noções de trama global (unidimensional) como definidora de padrões de espaço, tempo, velocidade, atraso e progresso. Portanto, o trabalho em rede não se desagregava do lugar.

As demandas de Ponta Grossa em relação ao movimento LGBTQ+ local não se desfazia com a constituição da rede; o mesmo vale para Maringá e as demais seccionais. Em Maringá, estabeleciam-se lutas pelo estabelecimento de um inédito Conselho Municipal LGBTQ+, demanda que inclusive não conseguimos estabelecer naquele ano, visto que a votação do projeto de lei não logrou êxito em decorrência da forte oposição fundamentalista religiosa. Paralelamente, em Ponta Grossa, reestruturávamos o retorno do Conselho Municipal LGBTQ+ de seu hiato por meio do Fórum LGBTQ+. O exemplo é pontual e específico ao tema de ‘conselhos’, mas já basta para questionar o ‘porque em um local houve implantação do conselho e em outro não? O que diferenciaria ambos lugares, se os condicionantes políticos ligados ao fundamentalismo religioso são semelhantes? Apesar do cerne da argumentação não corresponder aos conselhos ou a uma análise comparativa entre lugares, destaca a importância do lugar e sua indissociabilidade no/pelo espaço geográfico, seja ele virtual ou não. Ademais, depreende-se disso uma obviedade — apesar de termos similitudes que atribuíam uma faceta tática que pôde ser apreendida pela formação em rede, não éramos assimilados e definidos pela rede; possuíamos autonomia e mesmo nossa atuação em rede não era descolada das realidades e das especificidades dos lugares a que pertencíamos. Logo, o cotidiano em rede, bem como as

práticas estabelecidas no espaço geográfico, sem distinções entre real e virtual, não se descolam do lugar e muito menos do cotidiano.

Muito do estabelecido ao longo deste trabalho advoga contra as divisões, especialmente as binárias por oposições, insistindo na indissociabilidade promovida pelas relações. Em contraste, o argumento que acolhe a virtualidade aproxima-se, em termos gerais, do suposto a partir discursos da modernidade que considera o mundo como um “todo” integrado — integração essa por vezes problematizada em termos de atraso ou avanço de um, ou outro lugar, mas sempre a luz da modernidade como régua medidora de tempo e mesmo de espaço, resultando em formas de homogeneização baseadas em um referente.

Argumentar sobre o “espaço virtual” como sendo dissociado ou separado do “espaço material” pode se assemelhar à tal homogeneização pautada nos discursos da modernidade. Por mais que seja possível realizar uma diferenciação das formas de atuar nos diferentes espaços isso não foi realizado nesta tese, como se o espaço virtual fosse uma dimensão deslocada da realidade e das nuances políticas dos locais.

Além disso, seria simplista afirmar que as postagens, mensagens e comunidades virtuais surgiam do nada; elas foram criadas por corpos materialmente existentes. Mesmo em uma era de efusividade quanto a inteligências artificiais, *bots*, *chatbots* e automatização de tarefas humanas, o fazer político, dotado de intencionalidades e expressividades é que tornou essas tecnologias em ferramentas táticas indissociáveis das lutas, dos desejos, das paixões e das revoltas inerentes aos atores sociais, que, em última instância, são indivisíveis de seus contextos e lugares. Saliento, que não quero aqui abrir um leque que demande uma conceituação teórica do lugar, mas em outras palavras afirmar: “A Geografia importa!”.

Ora, no período pandêmico este aspecto era gritante. Não podíamos nos articular presencialmente e estávamos contidos nas nossas casas. Como articularíamos as ações senão pelo espaço virtual? O isolamento social não significava um exílio, muito menos engessamento obrigatório das pautas LGBTQ+. De minha casa, por meio do meu notebook e do meu *smarthphone* logo cedo eu olhava as notificações. Onze grupos diferentes das CDSGs possuíam mensagens. Em três grupos falávamos das cartilhas, em outro, do “Projeto Holofotes” e da visibilidade LGBTQ+ em Ponta Grossa, em outros definíamos as postagens que teríamos que fazer para alimentar o “*feed*” da CDSG-MGA, em outros debatíamos os encaminhamento do projeto de lei de implantação do conselho LGBTQ+ em Maringá. No Canva eu realizava artes para as postagens no Instagram, do Google Docs editávamos o projeto de lei de fundação do Conselho Municipal LGBTQ+ maringaense, em simultâneo; no Google Drive organizávamos

tabelas e documentos temáticos para a cartilha; no Gmail enviávamos os ofícios aos políticos aliados pedindo suporte para votação respectiva ao conselho.

Tudo isso era acessado do meu quarto-escritório, enquanto outras muitas mensagens e tarefas eram encaminhadas. Minha filha de seis anos de idade na época, ao meu lado, assistia aulas pelo Microsoft Teams. O Google Agenda me notificava que minhas aulas do doutorado estavam para começar. No jornal, o escândalo relacionado as compras das vacinas⁵⁰ assolava a população desolada pela pandemia de COVID-19.

No ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, escolhida a dedo como ministra do governo bolsonarista, espalhava *fakenews*⁵¹ e opiniões controversas sobre gênero e sexualidade. Nas CDSGs o trabalho era de redução de danos — a cartilha almejada funcionaria na busca do alinhamento argumentativo da prática da advocacia sensível à pauta LGBTQ+ em tempos de progressivo extremismo e certa outorga para ofensas motivadas pela suposta “ideologia de gênero” que eram reverberadas dos discursos estruturados no governo daquele momento.

Assim, as ações coordenadas mediante os grupos de WhatsApp, as *lives* com temas interseccionais à pauta LGBTQ+ como saúde mental e solidão em tempos de pandemia, as postagens com temas abrangentes voltados à busca por direitos de LGBTQ+ e demais ações

50 (i) RODRIGO RESENDE. **Relatório acusa governo federal de atraso na compra de vacinas e de negociações ilícitas no caso Covaxin**. Brasil, Rádio Senado, 22 out. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/22/relatorio-acusa-governo-federal-de-atraso-na-compra-de-vacinas-e-de-negociacoes-ilicitas-no-caso-covaxin>>. Acesso em 10 jan. 2025.

(ii) AFONSO BENITES. Compra de vacina Covaxin arrasta Bolsonaro para sombra da corrupção. Brasília, 23 jun. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-24/compra-de-vacina-covaxin-arrasta-bolsonaro-para-sombra-da-corrupcao.html>>. Acesso em 10 jan. 2025.

(iii) BBC NEWS BRASIL. CPI da Covid: Quem é quem no escândalo Covaxin. Brasil, 29 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57647163>>. Acesso em 10 jan. 2025.

(iv) FOLHA DE SÃO PAULO. Governo Bolsonaro pediu propina de US\$ 1 por dose, diz vendedor de vacina. 29.jun.2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml#:~:text=O%20que%20Bolsonaro%20j%C3%A1%20disse%20sobre%20a%20CPI%20da%20Covid&text=A%20comiss%C3%A3o%20suspeita%20do%20contrato,US%24%2015%20a%20dose>>. Acesso em 10 jan. 2025.

51 (i) BERENICE BENTO. Damares: uma metáfora de ministra? São Paulo, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/damares-uma-metaphora-de-ministra/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

(ii) LU SUDRÉ. Ao declarar guerra à “ideologia de gênero”, Bolsonaro elege inimigo que não existe. São Paulo <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/09/ao-declarar-guerra-a-ideologia-de-genero-bolsonaro-elege-inimigo-que-nao-existe>>. Acesso em 10 jan. 2025.

(iii) ANA RITA CUNHA. Desvendamos as notícias falsas de Damares Alves contra a ‘ideologia de gênero’. 19 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/desvendamos-noticias-falsas-de-damares-alves-contra-ideologia-de-genero/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

(iv) FOLHA DE SÃO PAULO. Ministra disse que mulher nasceu para ser mãe e que ideologia de gênero é morte; conheça. São Paulo, 6.dez.2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ministra-de-direitos-humanos-diz-que-mulher-nasceu-para-ser-mae-e-ideologia-de-genero-e-morte.shtml>>. Acesso em 10 jan. 2025.

desenvolvidas, reverberavam de intentos conectados aos cotidianos os quais os integrantes dessa rede constituíam — cotidianos que poderiam render por si só um estudo autônomo.

Mesclavam-se, portanto, dimensões de diferenciação espacial sem separações entre o que seria virtual ou o que seria materialmente constituído. As angústias e as táticas locais, estabelecidas no tempo do acontecimento cotidiano, tensionavam as políticas abstratas e instrumentais de homogeneização da velocidade da modernidade. Afinal, se “estar” na rede é uma tática para acessar recursos; e, se subverter a homogeneização por meio da potência do cotidiano, é uma tática política e uma forma de contestação definida pelo espaço, isso imbrica variadas formas de ação e de organização, rompendo a distinção de espaço público-privado e material/virtual, contribuindo à organização da luta LGBT+.

Não tínhamos naquele momento pretensões de nos estabelecermos como um grupo de ativismo online. Mas, na CDSG, o emprego das ferramentas ocorreu conforme a oportunidade, diferindo, a modo comparativo, do que foi observado na Parada Cultural LGBTQIA+ dos Campos Gerais, que já utilizava as plataformas e ferramentas digitais como parte inerente das ações do grupo, possuindo, inclusive, estratégia de marketing e uma comissão dedicada exclusivamente a este assunto.

Segundo Nicholls (2007), os tipos de ações empreendidos demandam de mecanismos de coordenação que variam conforme as necessidades dos movimentos sociais, justamente pela exigência de reunir um grupo disperso e heterogêneo de pessoas e instituições em torno de um objetivo ou prática organizada. Desta forma, a necessidade compulsória de interação para o desenvolvimento das ações faz com que a virtualidade promova a aproximação (ainda que não presencial) de pessoas e instituições, servindo como dimensão espacial de definição tática e coordenação.

Para Silva e Tancman (1999), o espaço virtual é constituído de relações sociais que utilizam de localizações virtuais estabelecidas mediante um domínio ou endereço eletrônico identificável. Estas relações são simultâneas e imediatas, sendo estabelecidas de variados locais no mundo e gerando uma ‘sociabilidade eletrônica’.

Para os autores, ainda que este tipo de sociabilidade seja caracterizada pela inexistência do contato presencial (face a face), sua existência deixa marcas no cotidiano e no local onde vivemos, haja vista a modificação de hábitos, especialmente nas relações com a cidade e com as outras pessoas. Para os autores, a possibilidade de poder estabelecer relações em vários locais ao mesmo tempo, bem como a busca por combater a solidão justificam o apelo do “ciberespaço”. O entendimento de Silva e Tancman (1999), já desde o final da década de 1990, oferece elementos que contribuem para a elaboração de interpretações sobre o espaço virtual,

ou, ciberespaço, e suas reverberações no cotidiano. É válido ressaltar que naquele momento, os autores, embora já reconhecessem os redimensionamentos ocasionados pelo uso das tecnologias, especialmente em relação ao espaço geográfico e sua relação com a cidade e com o lugar, consideravam esse espaço virtual como vazio, uma simulação do real, instrumento utilizado para otimização do tempo relacionado com os objetivos da modernidade.

Segundo Graham (2019) a compreensão comum do ciberespaço como algo separado da realidade decorre de percepções de que as atividades na internet não são espacializadas e corporificadas. No entanto, mesmo nas perspectivas que enfatizam uma separação, entre o considerado real e virtual, destacam-se os argumentos de “rede”, “aldeia global”, “encurtamento de distâncias” e outras expressões que, direta ou indiretamente, remetem à alteridade, às práticas (inseridas na tríade de ações encarnadas, sociais e técnicas defendida por Graham) e à inter-relacionalidade.

Dessa perspectiva, apoiada por Massey (2008), desponta a substituição das noções de *insiders* e *outsiders* (considerando aqueles que estariam dentro/fora do ciberespaço), e assume-se a existência de uma justaposição de trajetórias, em que o espaço entrelaça fluxos e trajetórias, fundindo realidade e virtualidade. Nessa abordagem, a metáfora da 'rede global' é assimilada em uma amálgama composta por fluxos, movimento, porosidade e camadas de espaços-tempos complexos, nos quais o espaço virtual e o físico são contínuos e mediados pelas relações.

De acordo com Chen et al. (2023), é possível compreender haver uma influência mútua entre as dimensões física e virtual, caracterizada pelas formas de ação no espaço. Esta noção, que se aproxima em muito da discussão de Massey (2008) sobre o espaço geográfico, é delineada pelos autores, enfatizando, primeiro, as infraestruturas do mundo físico; depois apontando a necessária ação humana e a sua relação com o espaço físico e as nuances ligadas ao lugar. Portanto, o argumento dos autores aponta que a ação humana é mediadora deste contínuo espacial, em que a dimensão virtual do espaço influencia, vide o argumentado por Silva e Tancman (1999) e é influenciado pela espacialidade física (Chen et al. 2023).

Se em Massey (2008) o espaço não se difere ou se opõe ao lugar, mas, pelo contrário, é constituído pelos fluxos complexos e interações que ocorrem nos lugares, o espaço virtual, se desvela como potencialidade que congrega em um só lugar várias pessoas, oportunizando contatos, interações, relações, atividades, e demais elementos importantes e necessários para a ações coordenadas de movimentos sociais.

Na CDSG não foi diferente. Os elementos destacados neste breve compêndio acerca da dimensão virtual do espaço foram amplamente observados. As tecnologias não foram meros apoios ou elementos secundários das mobilizações. Pelo contrário, as tecnologias

possibilitaram o acesso a uma dimensão virtual do espaço liberta da necessidade da co-presença. Não me aprofundo⁵² nos méritos e deméritos da utilização em ampla escala de tecnologias e da interação em espaços virtuais, apesar de não estar totalmente alheia a eles⁵³ e de seus efeitos.

Entretanto, no contexto de pandemia, estes recursos foram essenciais para que não ocorresse a total paralisação das ações do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa. Por meio das tecnologias e do espaço virtual conseguíamos manter contato, aprofundando as relações, pela partilha de sensações comuns àquele contexto e pela intencionalidade em comum de coordenar e mobilizar ações para as pessoas LGBTQ+ cujas vidas estavam ainda mais vulnerabilizadas em decorrência da COVID-19.

No que tange especificamente a pandemia, ela dificultou as mobilizações do movimento LGBTQ+. Ainda que conseguíssemos estabelecer táticas mediando com o uso de ferramentas digitais, a vida por si tornava-se em certa medida impraticável. Não pretendo me enveredar para argumentações filosófico-existenciais a respeito do tema, apesar de ser importante enfatizar a pressão que aquele contexto exerceu expondo a fragilidade da existência humana na superfície terrestre.

A vida de pessoas LGBTQ+, já ameaçada, em um contexto geral, naquele momento foi impactada por um maior agravante. A triste ‘novidade’ da pandemia agudizou situações, condições e problemas inerentes as outras trajetórias. Pessoas naquela rede tinham filhos pequenos que devido ao fechamento dos estabelecimentos de ensino passaram a ter aulas em casa. Concomitantemente, pessoas daquela rede também tinham problemas de saúde que agravaram a situação de risco a saúde e dificultavam ainda mais o deslocamento para locais necessários, mesmo em caso de serviços emergenciais.

Neste contexto, perguntei-me em mais de uma situação se conseguiria conciliar o ativismo LGBTQ+ com o contexto geral de vida pessoal privada, afinal, como eu poderia agir em favor de algo quando minha vida passou a ser ameaçada ou imensamente complexificada? Estendi essa reflexão aos demais integrantes daquelas duas comissões com as quais eu interagia

52 Contudo, é válido destacar o trabalho crítico do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, em especial no livro “Sociedade do Cansaço (2015)” no qual o autor advoga que existe uma hiperexposição dos sujeitos nas redes virtuais, assim como, um excesso de positividade, o que no limite leva há uma auto-hiperexploração dos indivíduos. A exemplo da necessidade incessante de estar atuando no movimento LGBTQ+, ainda que em uma situação pandêmica que exigia o isolamento social.

53 Aproximações sobre o tema em comento realizadas em Harvey (2008) e Han (2015; 2017; 2018), vide:

(1) HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. (Trad) SOBRAL, Adail Ubirajara; GONÇALVES, Maria Estela. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. (2) HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2017. (2) HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2018.

na dinâmica em rede. Constantemente colegas se afastavam das atividades em decorrência de terem “pego COVID” ou de estarem sofrendo por pessoas próximas terem sido acometidas pela doença. Colegas que possuíam escritórios de advocacia sofriam pela suspensão dos prazos processuais pelos tribunais e pela adequação do regime telepresencial de trabalho; outros, relacionados a universidade, sofriam pelas suspensões de calendários, engessamentos em pesquisas que exigiam trabalho de campo e por conciliar a rotina acadêmica com o espaço da casa - muitas vezes desprovido de condições estruturais (livros, acesso à internet, computadores e afins) para realização de trabalhos ou mesmo para acessar as aulas online.

Neste caso, destacou-se uma outra dimensão do espaço que mediava essas ações para além do virtual. A casa se tornou lugar multifacetado. Os termos “*homeoffice*”, “*homeschooling*” glamorizavam a superutilização e redimensionamento do lar para atividades de trabalho e de educação. A amálgama estava ainda mais complexa, por congregar neste lugar múltiplas trajetórias em simultâneo - trabalho, família, lar, virtualidade, individualidade, ação no movimento LGBTQ+. Era difícil precisar quando uma coisa terminava e outra começava, especialmente quando as tecnologias e a virtualidade permitiam um contato irrestrito com o outro (e dos outros comigo), na instantaneidade de um clique, enquanto estivéssemos online.

Diário de tese n.40 - CDSG/PG
Ponta Grossa, 16 de março de 2021

“Neste momento, a preocupação com a pandemia era latente. Estávamos com restrições e suspensões progressivas, e o fato do Fórum de Ponta Grossa ter suspenso as audiências presenciais e semipresenciais (vide: Justiça Estadual de Ponta Grossa suspende audiências presenciais e semipresenciais e prorroga prazos - OAB/PR) bagunçou toda a agenda de prazos e perspectivas que tínhamos, já que afetava diretamente a mediação da agenda da OAB e que foi um pontapé inicial para várias restrições e engessamentos que teríamos que enfrentar - em relação a espaço, estrutura, andamento de projetos e afins.

O debate sobre COVID-19 e saúde mental era latente, entretanto, todos estávamos cientes das rotinas uns dos outros. Eu e a Vênus temos crianças pequenas e eu sou asmática - no contexto da pandemia, era complicado, menos por mim, mas especialmente pelo “homeschooling” da minha filha de 6 anos em 2021. Calisto era do grupo de risco por questões de doença crônica [particular] e Júpiter também devido a sua fibromialgia” (Chagas, p. 70, 2022).

Nesta situação, a casa tornou-se lugar de várias coisas. Se penso neste espaço **da casa** por meio dos escritos de Massey (2008), consigo facilmente associar que este é um espaço de multiplicidade e coexistências de trajetórias (abertas). Essa perspectiva da autora, então, acompanha com facilidade as complexidades de contextos como este descrito nos excertos anteriores.

Massey (2008) ressalta que assim como o espaço não é determinado, nem as trajetórias que o compõem o são. As reflexões da autora partem da **possibilidade** e do **devir** para argumentar que não se trata de trajetórias retilíneas e contínuas, nem de multiplicidades pré-determinadas. Pelo contrário, embora a autora não utilize a palavra ‘contingente’, a faceta de incerteza e indeterminação conotam a este espaço uma característica ‘em constante processo de devir’. Para a autora, o devir se relaciona a temporalidades tão abertas e indeterminadas quanto o espaço.

No caso em comento, a casa é atravessada por coexistências de trajetórias, e o tempo, ou melhor, os tempos neste lugar são delineados complexamente. O tempo efêmero de que trata Hiernaux (2007) ou seja, o tempo dos eventos da vida cotidiana, das trajetórias que constituem e caracterizam aquele espaço como “casa” é invadido, simultaneamente, por eventos repentinos - mensagens em redes sociais, uma ligação, um chamado a manifestar-se em algum grupo no espaço virtual. Esses eventos aleatórios, não previstos, correspondem principalmente às características do espaço virtual, o que acaba por ampliar a complexidade desta amálgama, que naquele contexto concentrava-se na casa.

Compreendo que este panorama delineou, ou melhor, devido à alta pressão opressora daquele contexto, seria mais acertado dizer que aquele contexto forjou novas táticas neste grupo, das quais a superutilização da casa, a imbricação de tempos e a criação de estratégias virtuais eram apenas um fragmento. Naquela conjuntura, as videochamadas, as *lives* em redes sociais, os *posts* em formato de carrossel, os documentos digitais e a extrema preocupação com a saúde mental e com a solidão permearam as práticas na CDSG - OAB/PG.

Portanto, a imersão na CDSG OAB/PG permitiu vivenciar um trabalho em rede que eu não havia ainda experimentado no âmbito do movimento LGBTQ+. Se em retrospecto posso afirmar que aquela rede não durou mais que o ano de devido a mudanças de composição das comissões, posso afirmar que foi uma exitosa tentativa de redimensionar o trabalho relacionado a pauta LGBTQ+ no âmbito das seccionais da OAB envolvidas, ainda que este esforço (e os méritos e deméritos reverberados) sejam das comissões; ademais, não vejo com estranheza a duração relativamente curta daquela rede. O entendimento adotado para esta reflexão sobre o espaço e suas formações, imaginações e relações parte do movimento imanente e processual, logo, pressupõe a transformatividade e a provisoriedade.

Compreendo que a organização política, as expressões e disputas por poderes, as articulações para o encaminhamento das ações, as desestabilizações de coesões e, sobretudo, o esforço direcionado a manutenção do movimento LGBTQ+ em meio a um cotidiano complexificado pela pandemia de COVID-19, especialmente no que tange a apropriação da

dimensão virtual do espaço formaram uma importante força tática de contestação, resistência e sobrevivência, adensando a miríade de táticas espaciais do movimento LGBTQ+ ponta-grossense e evidenciando sua abrangência, não em termos de distância, mas de relações com outros lugares e com o **próprio** lugar, fazendo da casa, espaço complexo, multidimensional e inserido no movimento LGBTQ+, amalgamando pessoalidade, institucionalidade, afetos, temores e intentos por meio de ações coordenadas.

2.3 IMERSÃO 3 - FÓRUM MUNICIPAL DE DIREITOS DE PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS

Era uma manhã do ano de 2021. Em meio a pandemia de COVID-19, eu aguardava para uma consulta com um médico oftalmologista. As movimentações nos grupos do movimento LGBTQ+ estavam agitadas. Eu acompanhava tudo da sala de espera que, mesmo com as restrições de distanciamento social, estava bastante cheia de pessoas. Dentre as crescentes notificações, recebi uma ligação de Calisto. Eu já imaginava o assunto, ainda assim fui pega de surpresa pelo atravessamento que aquilo representou na monótona espera:

Diários de tese - Fórum Municipal LGBTQ+ PG

****** Notas reflexivas***

Minha inserção no Fórum LGBTQ+, ao contrário do que aconteceu na Flor de Lis e na CDSG, não vinha de contatos relacionados a trabalhos anteriores, ao menos, não diretamente.

Tal comissão, formada na metade do ano de 2021, tinha objetivo próprio e duração definida - o grupo existiria para desenvolver o processo eleitoral do Conselho Municipal LGBTQ+ de Ponta Grossa, que no momento estava inativo. Assim, logo que cumprida a demanda, a comissão organizadora seria desfeita.

A organização do grupo ficou sob a responsabilidade do Calisto, que no momento trabalhava como consultor dos conselhos de Ponta Grossa, sendo escolhido como primeiro representante governamental da comissão e o responsável pelas indicações da sociedade civil que iriam compor a equipe de atuação.

Antes de realizar qualquer convite, Calisto me ligou e informou que foi encarregado pela prefeitura a conduzir a situação do Conselho Municipal LGBTQ+ e, que indicaria meu nome para representar a sociedade civil na comissão do Fórum Municipal LGBTQ+. Junto de um apelo para que eu aceitasse, informou que chamaria Vênus para a comissão; também me pediu para realizar um parecer das entidades LGBTQ+ de Ponta Grossa que estariam em funcionamento, um parecer que pudesse ser encaminhado à gestão, para justificar e embasar o encaminhamento das atividades do Fórum LGBTQ+.

Neste momento, acreditei ser uma boa oportunidade para acessar um espaço que até então me era interdito — a esfera executiva, especialmente junto às pessoas ligadas a minha esfera de pessoalidade em escalas profissionais, amistosas e ainda com o suporte de Dafne — a advogada do poder executivo que respaldaria as ações de nossa comissão (CHAGAS, 2022, p. 12–13).

O Fórum Municipal de Direitos de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos — o Fórum LGBTI+, é uma comissão formada em composição paritária, tendo em sua formação 50% de membros governamentais e 50% de membros não governamentais. Acontece a cada dois anos e é responsável pela elaboração de eventos, decretos, normativas e demais categorias de ações necessárias para a realização da escolha dos conselheiros do CMLGBT — Conselho Municipal LGBT+ de Ponta Grossa.

Os processos organizativos do Fórum LGBTI+ foram, como esperado, singulares, quando comparados as práticas desenvolvidas pelos grupos da sociedade civil organizada. Embora a composição paritária na formação deste Fórum permitisse a identificação de práticas semelhantes àquelas desenvolvidas na Associação Flor de Lis, CDSG e Parada Cultural LGBTQIA+, uma vez que eu e Vênus compúnhamos o grupo e também estávamos presentes nos demais, outras lógicas, relações e tensionamentos foram vivenciados e mediados no grupo da comissão organizadora do Fórum LGBTI+.

Como nos demais grupos, a pessoalidade foi elemento importante para a definição da comissão organizadora desta edição do Fórum⁵⁴. Todavia, neste caso, não apenas os laços de amizade, mas as trajetórias individuais de cada um de nós influenciou as indicações. A atuação de Vênus como presidente da CDSG não era sequer questionada. Sua gestão vinha colhendo bons frutos do trabalho daquele grupo sob sua coordenação. O trabalho de Calisto na assessoria dos conselhos e na atuação no campo dos direitos humanos no município legitimava a sua prática. Eu era sem dúvidas a pessoa mais inexperiente no propósito daquela comissão, mas minha trajetória como pesquisadora contou a favor para a escolha/indicação.

No caso desta comissão, a “marca da pessoalidade” - para referir-me a Prado (1995), foi o primeiro elemento destacado na minha práxis *in situ*. Naquele contexto, as relações estabelecidas antes da criação da comissão foram decisivas para a indicação de nomes. As indicações não foram aleatórias; elas foram fundamentadas em relações de proximidade, considerando diversas trajetórias, não se limitando apenas ao ativismo LGBT+. A confiança não foi depositada apenas no trabalho, mas também no conhecimento relacionado às afinidades e potencialidades, garantindo, pelo menos *a priori*, o andamento coeso das ações.

Ocorre que a prática naquele grupo, devido seu objetivo único — a realização do Fórum LGBTI+ — e sua temporalidade curta e pré-definida, demandava uma coordenação de práticas

54 No ano de 2023 a mesma composição de comissão se repetiu. Devido ao revezamento previsto na regulamentação do CMLGBT, neste ano Calisto presidiu o grupo como representante governamental. A Vênus assumiu a vice-presidência e eu fiquei com o cargo de secretária, tendo sido destacadas duas assessoras governamentais para auxílio de todo o processo eleitoral.

bastante alinhada. Aliás, “alinhamento” era o menor dos desafios a que fomos expostos e tivemos que mediar. O ônus e o bônus da pessoalidade foi levado ao extremo em verdadeiros testes de resistências frente a burocracias, protocolos, formalidades, estratégias e táticas políticas e demandas repentinas, como entrevistas e (re)articulações.

A primeira demanda que tivemos foi a de definirmos como nos organizaríamos - em que espaço nos reuniríamos, em quais horários atuaríamos. Tínhamos extremos engessamentos, principalmente em decorrência à pandemia de COVID-19, mas também devido ao trabalho em horário comercial, sem possibilidade de destacamento de horas extras por parte dos representantes governamentais. Não que nós da sociedade civil estivéssemos isentas de preocupações desta seara, a do tempo, especialmente pelas rotinas com filhos pequenos, casa e trabalho em um contexto de rígidas restrições em favor da saúde pública e contenção da transmissão da doença.

Deliberamos por realizar o evento e todas as reuniões desta comissão virtualmente, seguindo a abordagem que já vinha sendo bem-sucedida na CDSG (grupo no qual eu, Calisto e Vênus também participamos em conjunto), ajustando-nos aos horários de disponibilidade dos participantes governamentais. A comparação com o que articulamos na CDSG contribuiu para uma experiência positiva com o uso de plataformas digitais no desenvolvimento das ações. Na organização do Fórum LGBTI+, deparamo-nos com desafios adicionais além da elaboração/organização de atividades no espaço virtual.

Na CDSG, empregávamos a tecnologia para realizar atividades nativas das plataformas utilizadas (como Google Meet, Zoom, redes sociais, Gdocs, por exemplo), cada uma delas com uma estrutura específica projetada para o desenvolvimento de ações específicas para determinados nichos. Isso incluía a realização de lives e *posts* em formato de carrossel no Instagram, reuniões e palestras via Google Meet ou Zoom, além de *stories* e posts nos *feeds*/linhas do tempo do Instagram e Facebook sobre eventos ou atividades realizadas. Também utilizávamos documentos de edição compartilhada para elaborar textos colaborativos.

Na organização do Fórum, no entanto, não tínhamos uma plataforma específica para a realização de eleições online. Preocupações latentes com a transparência de todo o processo eleitoral e a garantia de um justo procedimento de escolha de conselheiros, incluindo o asseguramento do voto secreto e condições éticas para a realização do evento, constituíam desafios constantes no processo de organização. Ademais, o acesso a tecnologias e a internet por parte dos candidatos e votantes também figurava entre as nossas preocupações -

Diário de tese n.17 — Fórum Municipal LGBTI+ PG
Ponta Grossa, 27 de julho de 2021

No dia 27, nos reunimos via chat do grupo da Comissão para tratar especificamente da condução do Fórum e do processo eleitoral em termos gerais. [...] Neste momento, também deliberamos que o Fórum seria realizado integralmente de maneira online.

O Calisto reiterou que este encaminhamento seria fundamental em respeito aos protocolos sanitários de distanciamento social relacionados a pandemia de COVID-2019, bem como reiterou a necessidade de agilidade na realização do Fórum, de modo que online não precisaríamos de requisição de espaço. Uma discussão sobre acesso à internet por todos os candidatos foi levantada pela Dafne, que sugeriu que, para aqueles que não tivessem acesso à internet, poderia ser montada uma estrutura na sala dos Conselhos localizada no Centro Municipal de Assistência Social (CMAS). O Calisto reiterou que isso seria possível desde que houvesse respeito à pré-definição de limites de pessoas na sala de reunião do CMAS para manter o distanciamento social. Calisto ainda ressaltou que a transmissão do evento online seria uma melhor escolha devido à baixa adesão dos eventos que estavam sendo realizados presencialmente.

Neste dia todos optaram pela versão online do evento, especialmente por questões de acesso, visto que nem todos poderiam estar presentes. A preocupação com a pandemia era múltipla. Estávamos passando por um momento de diversas redefinições — grande parte da população estava em homeoffice, houve um ‘boom’ de lives e eventos realizados, predominantemente por meio de transmissões ao vivo, e organizar uma eleição nestes moldes não era necessariamente algo de nossa zona de conforto.

O Calisto tinha acabado de sobreviver ao vírus da COVID-19, após ter passado mal o suficiente para ficar debilitado. Por isso, era imperativo na imposição de segurança máxima relacionada à pandemia — decisão acompanhada pela Comissão, não apenas por empatia, mas por necessidade de sobrevivência. Por sorte, todos na nossa Comissão eram muito bem familiarizados com redes sociais e execução de lives em redes sociais, o desafio agora era o de converter nossos esforços em não apenas transmitir algo, mas transformar o espaço virtual de interação, em um espaço deliberativo e democrático de participação social — o que imprimiu um peso na Comissão maior do que o esperado (CHAGAS, 2022, p. 16–17).

Diante das premissas estabelecidas, iniciamos nosso trabalho. Enquanto a personalidade proporcionava ao grupo a coesão necessária para as negociações, vários outros elementos exerceram pressão sobre todos, culminando em negociações que, ao longo do tempo, se transformaram em disputas de pontos de vista em relação à coordenação.

Isso se deve ao fato de que todo o andamento das ações desta comissão foi negociado em duas esferas: a institucional e a pessoal. Uma interpretação unidimensional que elaborei em momentos anteriores sobre os escritos de Tarrow (2011) e Delanda (2016), me fez acreditar que a união em torno de um objetivo comum “estabilizaria” o grupo, constituindo assim um conjunto coeso e harmonioso. No entanto, a observação participante permitiu-me concluir que tínhamos um grupo **institucionalmente** coeso, dedicado a realizar o Fórum e empossar os eleitos, e que se defendia diante de intempéries e barreiras.

Diferentemente, na **pessoalidade**, os diálogos acalorados destacavam a heterogeneidade do grupo, revelando que a coesão, neste contexto, não implicava em uma interpretação ou

sinonimização de ‘homogeneidade’, muito menos de “união harmônica”, mas sim em uma coordenação orientada a uma finalidade e dotada de intencionalidade, para novamente fazer referência a Le-Moigne (2007).

A “pessoalidade” não se trata, portanto, de uma redução simplificadora que justificaria a reunião de esforços esvaziada de dissensos. Na verdade, a pessoalidade, continuava sendo um fator predominante no potencial mobilizador, quer seja pelos denominados ‘*personal beliefs*’ (Delanda, 2016), ou seja, características que confeririam a pessoas posições privilegiadas em lógicas de negociação devido ao ‘*know how*’ de conhecimento de causa e centralidade política, quer seja pelos vínculos amistosos e afetivos.

Isso ficou bastante evidente durante o desenvolvimento das questões burocráticas. Enfrentávamos uma extensa demanda de elaboração, publicação e rigoroso cumprimento dos dispostos nas minutas, diários oficiais, cronogramas, formulários e regulamentos publicados pela comissão. O grupo estava sob grande pressão, tanto da sociedade civil, que solicitava esclarecimentos e informações mais acessíveis, quanto do Poder Executivo, com seus obstáculos e protocolos relacionados a publicações, prazos e documentos.

Neste contexto, os tensionamentos entre consensos e dissensos moldaram muitas das práticas desta comissão. Internamente, os posicionamentos e envolvimento políticos e as dinâmicas interpessoais dos membros da organização, em muitos momentos, divergiam e complexificavam o andamento das ações. Cada pessoa naquele grupo, devido às suas trajetórias distintas, possuía variadas formas de negociar as atividades, de estabelecer contatos e acessar a recursos. Essa diversidade nas formas de atuação política, embora tenha gerado momentos de esvaziamento no grupo, também delineou as táticas empregadas para o andamento do processo eleitoral.

Diversas vezes, os protocolos e burocracias rígidas exigidas pelo Poder Executivo não apenas engessaram, como de fato ceifaram possibilidades de participação e de mobilização por parte da sociedade civil organizada, ainda que se compreenda a importância dos protocolos e exigências como salvaguarda que garante alinhamento com os ritos públicos e mesmo à nossa posição de mediação da eleição. Ademais, em várias ocasiões estas burocracias foram utilizadas como base de sustentação de discursos por parte dos representantes do Poder Executivo para desmobilizar as táticas dos representantes da sociedade civil na busca por angariar candidatos.

Tão evidentes foram esses obstáculos que os dois meses inicialmente destinados para a realização de todo o processo eleitoral, acabaram se estendendo para seis meses. Aliás, levando em consideração que os candidatos foram empossados apenas em maio de 2022, pode-se dizer que o processo eleitoral perdurou por quase um ano. O esvaziamento de candidaturas, a

necessidade de reabrir todo o processo eleitoral por exigência da Procuradoria Geral do Município — PGM, bem como as dificuldades pessoais e interpessoais enfrentadas no desenvolvimento das ações, tornaram o processo mais complexo.

Desta situação foram produzidas táticas e mobilizações que buscavam mediar a situação de modo a não esvair o propósito da comissão. Abordagens pessoais, pedidos de suporte externo, campanhas e correntes de apoio mútuo, criação de materiais de divulgação, expansões de prazos e flexibilização das possibilidades de candidaturas foram apenas algumas das táticas que utilizamos para driblar o engessamento institucional —

Diário de tese n. 21 — Fórum Municipal LGBTI+ PG
Ponta Grossa, 27 de julho de 2021

Neste momento enfrentamos um paradoxo na organização do Fórum. Apesar de sabermos que precisaríamos de quórum para a realização da eleição, a alta evasividade e hiato de dois anos anteriores do CMLGBT pesavam negativamente nas decisões. Isso porque, atingir números de candidatos suficientes para a constituição paritária do CMLGBT é um desafio enorme e recorrente [...].

De todo modo, tínhamos Calisto de um lado defendendo a participação de pessoas independentes de movimentos sociais. De outro havia eu e Vênus advogando pela necessária participação em instituições ou ativismos sociais. No fim das contas, mantemos as duas possibilidades em aberto, desde que os requisitos estabelecidos em edital fossem cumpridos. A preocupação, era de tentar afugentar pessoas oportunistas políticas que utilizariam da pauta para fins eleitorais [...] (Chagas, 2022, p. 16–17).

Com base no observado e vivenciado, compreendo, com apoio em McCormack (2010), que a prática política envolve a mediação das diferenças e pluralidades. Seja por meio de posturas mais incisivas em relação à estrita conformidade com os documentos oficiais da comissão e ao rigoroso cumprimento dos protocolos estabelecidos pelo Poder Executivo, ou pela flexibilização documental e protocolar através de táticas em prol do processo eleitoral, todas as ações, em última instância, buscavam concretizar os objetivos da comissão.

Desta forma, durante a minha imersão naquele contexto, busquei naturalizar as diferenças, os consensos e dissensos, compreendendo, conforme Clève (2012), que, apesar da sociedade poder ser caracterizada como plural e complexa, ela também é marcada pela busca de afirmações de singularidades. Para McCormack (2010), a alteridade catalisa as diferenças inerentes à prática política, ao justapor pessoas, identidades sociais, subjetividades políticas, processos discursivos e desejos, constituindo o que o autor chama de ‘a encruzilhada do nós’.

Portanto, a relação estabelecida naquele grupo, entre concordâncias e discordâncias, possibilitou que encaminhássemos a demanda estabelecida explorando as potencialidades individuais que possuíamos.

A proximidade nas relações pessoais que estabelecemos, tanto interna quanto externamente à comissão, foi um elemento crucial, não apenas nos estágios iniciais, nos quais o conhecimento das rotinas e vidas pessoais dos outros membros da comissão influenciou diretamente nos acordos de condução. O acesso a recursos e a pessoas desempenhou um papel importante. Sabíamos que Calisto poderia acessar e contatar pessoalmente indivíduos do Poder Executivo e de círculos políticos locais. Ao mesmo tempo, sabíamos que a Vênus poderia ter acesso a palestrantes de grupos influentes nos quais ela desempenhava ações voltadas a comunidade LGBTQ+. No que diz respeito a mim, os integrantes da comissão estavam cientes de que poderiam solicitar estudos, redação de documentos (como fizeram mesmo antes da formação oficial da comissão, solicitando um parecer sobre as instituições voltadas para as pessoas LGBTQ+ no município) e contato com pessoas do movimento LGBTQ+.

Ademais, o acesso a pessoas por meio do apelo ‘boca a boca’ destaca mais uma vez a multidimensionalidade da pessoalidade em um contexto no qual as relações estabelecidas para além da comissão, possibilitaram o acontecimento do Fórum LGBTQI+, garantindo um mínimo de quórum e candidaturas -

Diário de tese n. 24 — Fórum Municipal LGBTQI+ PG
Ponta Grossa, 27 de agosto de 2021

Neste dia nos reunimos via chat do WhatsApp para discutir sobre o número de inscritos na eleição, bem como para acertar os detalhes para a vindoura reunião de homologação das inscrições; tínhamos apenas 3 inscrições. Precisávamos de pelo menos 12 inscrições para a implementação do Conselho — apesar de Calisto ter dito que a posse e funcionamento do Conselho aconteceria de qualquer forma, mesmo com corpo da sociedade civil incompleto, fazendo a implantação com os candidatos inscritos, independente do número, visto que a lei permitia.

Neste momento, a Vênus disse que iria “cutucar as pessoas nos grupos” (sic) e a Dafne sugeriu como estratégia “conversar individualmente com as entidades” (sic). Calisto sugeriu que a Rafisa publicasse mais um material de divulgação, enfatizando ser o último dia de prazo de candidaturas. Eu estava fazendo a gestão e conferência dos documentos das inscrições que tínhamos até o momento (a constar Renascer, Parada e Aliança) e respondendo dúvidas de entidades via chat do WhatsApp, especialmente manobrando a participação de instituições com a Júpiter. Cada integrante do grupo estava realizando alguma função (Chagas, 2022, p. 16–17).

A imersão nesse grupo evidenciou, como enfatizado por Hinchliffe (2010), a complexidade de conciliar ações para alcançar um único resultado, dada a diversidade de formas de atuação e a reunião de diferentes ideias, planos e aspirações em relação ao futuro almejado, que no nosso caso, tratava-se da bem-sucedida realização de todo o processo eleitoral.

Além da pessoalidade, que constitui o cerne das reflexões nos diários de campo respectivos ao Fórum LGBTQI+, diversas questões importantes e correlatas a esta noção se

destacaram. Problemas latentes e de grande relevância para o movimento LGBTQ+ emergiram como centrais nos tensionamentos enfrentados. As dificuldades de institucionalização de organizações da sociedade civil, como aqueles constatados na imersão da Associação Flor de Lis, reposicionaram a comissão em relação à realidade desse movimento na cidade de Ponta Grossa. Na maioria dos grupos, a ausência de CNPJ implicava na inexistência de documentos de planejamento, avaliação e monitoramento das ações, documentos esses exigidos para a participação no processo eleitoral.

Ademais, a relação do movimento LGBTQ+ com a política partidária causou estranhamentos e discordâncias. Mesmo diante do extremo esvaziamento de candidaturas, a participação de partidos políticos em muitos momentos gerou tensionamentos devido à dicotomia existente no possível oportunismo político e o esvaziamento da representação social em conselhos de direitos.

Apesar de serem desgastantes em termos de organização e interpessoal, todos esses elementos acabaram aprimorando a percepção que eu tinha sobre a realidade do movimento LGBTQ+ na cidade. Enfrentávamos um momento de esvaziamento nas representações institucionais, e mesmo com o CMLGBT de Ponta Grossa em hiato, havia ausências de candidaturas. A aproximação político-partidária, embora pudesse ser compreendida como sendo de ‘oportunidade’, representava uma via de mão dupla que proporcionaria uma oportunidade de tirarmos o CMLGBT de seu hiato. Continuamente, destacou-se a majoritária existência informal, no que tange a estrutura organizacional, de grupos e instituições do movimento LGBTQ+ da cidade, de modo que se dependêssemos ou nos restringíssemos apenas aquelas instituições com CNPJ, apenas dois grupos poderiam se candidatar. Neste sentido é que destaco uma vez mais que o contexto demandou reconduções em sentido tático para viabilizar e contornar aquele panorama do movimento LGBTQ+ ponta-grossense.

2.4 IMERSÃO 4 - PARADA CULTURAL DE PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, QUEER, INTERSEXUAIS, ASSEXUAIS + (LGBTQIA+)

A Parada Cultural LGBTQIA+ dos Campos Gerais é um grupo composto por pessoas predominantemente residentes da cidade de Ponta Grossa (PR), contando também com integrantes de outras cidades da região. O grupo realiza eventos de cunho político-cultural, destacando-se a Parada Cultural LGBTQIA+, um evento que ocorre regularmente, uma vez por

ano, reunindo membros da comunidade LGBTQ+ e seus aliados na região central de Ponta Grossa para celebrar o orgulho LGBTQ+.

A Parada Cultural LGBTQIA+ dos Campos Gerais atua em diversas frentes. Embora a mobilização de rua seja seu principal foco, ela não restringe sua atuação à realização da Parada em si. Ela também organiza e integra diversas outras mobilizações em torno da pauta LGBTQ+ e de temas correlatos, como a pauta feminista ou da agenda política contrária ao fundamentalismo religioso e seus representantes.

No ano de 2021, respectivo ao registro dos diários, a “parada”, este movimento tipicamente de rua, aconteceu virtualmente, em respeito as restrições sanitárias relacionadas a COVID-19. Assim como no Fórum LGBTQ+, minha experiência na organização de uma parada foi vivência inédita, que apenas conhecia por relatos de pessoas como Vênus e Urano devido às entrevistas realizadas em outros momentos de pesquisa.

Foi surpreendente integrar esta comissão organizadora⁵⁵, grupo que me fez chegar no entendimento sobre multiplicidade que apresento já no primeiro capítulo desta tese. Com isso, não quero dizer que os outros grupos não apresentam também multiplicidades. Ocorre que cada uma das imersões me chamou atenção para aspectos específicos que, após apreendidos *in situ* e nos processos reflexivos dos diários, foram elaborados/interpretados em relação às demais impressões.

Essa apreensão aconteceu em movimento, aliás, movimento este com característica assustadora e arrebatadora de *tsunami*. Eram múltiplas e latentes as práticas nas variadas frentes de ação. Coordenadorias diversas com tarefas diferentes que deveriam trabalhar com certa organização e interação; campanhas e estratégias de marketing voltadas ao engajamento nas redes sociais; ativa participação política; propósito cultural; representações identitárias como demanda latente; performances de gênero fluídas e desconstruídas; cronogramas apertados; amplo leque de parcerias; projetos correlatos; necessidades específicas relacionadas a “festa”, como as participações de artistas, os *setlists* e as ordens de apresentação; o respeito a diversidade, não apenas de gênero, mas também de raça, chamando atenção para as interseccionalidades.

Clève (2012) pondera em sua argumentação acerca dos avanços e desconstruções no campo do direito sobre “dimensões da pluralidade”. O autor destaca que muitas das conquistas voltadas aos direitos humanos, sobretudo de minorias sociais, se relacionam com expressões políticas que **invadem o espaço impondo conquistas**.

55 Comissão que integro até o momento de escrita desta imersão (dezembro de 2023).

Mas a que isso se relaciona a Parada Cultural LGBTQIA+ dos Campos Gerais?

A observação deste metafórico *tsunami* demanda uma extrapolação do espaço jurídico abordado por Clève (2012), mesmo porque, sua argumentação enfatiza uma prática jurídica intrinsecamente conectada a pluralidade e complexidade da realidade social. Interseções com Souza (2013) destacam a indissociabilidade dos fenômenos de sua dimensão espacial. O encontro dos argumentos de Clève (2012) e Souza (2013) oferece interessante modo de perceber como este *tsunami* plural e massivo de ações da Parada Cultural LGBTQIA+ dos Campos Gerais visa a conquistar avanços no campo dos direitos por meio de invasões, ocupações e demais performances corporificadas diretamente relacionadas a conjuntura socioespacial da cidade de Ponta Grossa e, a indissociabilidade cultural e política estabelecida com outras escalas.

Já há muito tempo que esta pretérita fala de Urano⁵⁶ reverbera em minha prática neste grupo:

E o modo que eu enxergo a primeira Parada LGBT é de que, enquanto pedagogo em formação, é a de que as crianças e adolescentes vão crescer numa cidade que culturalmente vai ter todo ano a Parada LGBT, então mesmo que o debate não seja qualificado dentro de casa e na família, a mídia e a cidade, os movimentos sociais vão trazer isso, vai ressoar dentro de casa, mesmo que de uma maneira ruim vai existir, e acho que isso serve pra gerar nestas novas crianças que estão nascendo este sentimento de se sentir aceito, se sentir pertencente, se sentir resistente, um agente político na cidade. E a Parada vem trazer este divisor de águas do movimento social da diversidade, dos LGBTs na cidade.

Ainda que o objetivo desta pesquisa não seja a de confirmar (isso seria, inclusive, violento epistemologicamente) as falas das pessoas com as quais estive em relação nos últimos anos, seria inevitável negar que muitos dos elementos centrais desta afirmação foram também observados em minhas participações neste grupo. Participações, no plural, visto que até o ano de 2024 integrei esta comissão buscando contribuir para a organização das atividades propostas pela Parada, embora as interpretações baseadas nos diários correspondam aos registros de 2021.

Primeiramente, com base na fala de Urano, destaco a permeabilidade da Parada em variados espaços. Este aspecto que aparece discursivamente na fala de Urano como ‘ressonância’ é diretamente articulado a dinâmica completamente diferente de organização e estruturação das ações, se comparada com os outros grupos em que estive inserida.

Na Parada Cultural LGBTQIA+ dos Campos Gerais não havia uma definição clara de hierarquias ou divisões de cargos. O grupo era distribuído em comissões, a constar, (i) de

56 Informação fornecida por Urano durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 05 de junho de 2019.

formação política; (ii) de comunicação; (iii) de eventos e de (iv) secretariado. Cada uma dessas coordenadorias resultava em ações responsáveis por essa ressonância que permeia a sociedade de diversas formas.

No que tange a coordenação política, esta comissão buscava criar postagens informativas sobre temas abrangentes em relação ao cotidiano de pessoas LGBTQ+; manifestar-se em relação a acontecimentos proeminentes, favoráveis ou desfavoráveis a pauta LGBTQ+; participar de reuniões com outros grupos da sociedade civil; participar, em momentos de flexibilização das restrições relativas à pandemia de COVID-19, de passeatas e ocupações de rua; elaboração de documentos; realização de palestras e pronunciamentos e demais táticas ligadas a prática política em amplo aspecto.

A coordenação de comunicação também agia politicamente, ainda que não da mesma forma que a comissão de coordenação política. Suas táticas é que eram diferentes e predominantemente marcadas pela forte presença online, especialmente nas redes sociais. Nesta comissão a identidade visual da Parada foi definida, bem como o cronograma de postagens, as formas de coordenação de engajamento e de manejo de algoritmo. A movimentação de todas as redes sociais, bem como a estratégia de marketing, era de responsabilidade desta coordenadoria.

A coordenadoria de eventos, ainda que menos movimentada que as anteriormente citadas, foi essencial para o estabelecimento de parcerias, especialmente com as casas noturnas e baladas, que deram suportes - materiais, financeiros e de engajamento para ações como sorteios e gravações de vídeos, cedendo equipamentos e espaço de gravação.

A equipe do secretariado, era mais uma ‘comissão’ burocrática, responsável pela elaboração de relatórios de reuniões e de ofícios. Formada inicialmente por duas pessoas, número muito menor do que constava em outras comissões, era importante em um nível formal e de organização/sistematizações inerentes aos processos de planejamento, desenvolvimento, monitoramento e posterior avaliação das ações desempenhadas.

Se de uma perspectiva compreendíamos ter uma massiva demanda de trabalho e um conjunto de práticas extenso para ser organizado, de outra, tínhamos uma necessidade latente de exercer algum controle que permitisse que todas as pessoas integrantes do grupo pudessem manifestar suas demandas e suas concepções a respeito do que realizaríamos enquanto ‘Parada’.

Em minhas observações participantes ouvi em mais de um momento a máxima “a Parada são as pessoas”. Depois de três anos compondo essa comissão, acredito poder afirmar que sim, a Parada **também** são as pessoas. Em uma de suas facetas, são as pessoas integrantes

da organização do grupo que viabilizam os conjuntos táticos de ações coordenadas que podem ser compreendidas/lidas como “comissão organizadora da Parada”.

Em outra faceta, a Parada é composta não apenas pelos participantes diretamente envolvidos no evento, mas **também** pelas pessoas que fortalecem o movimento. Isso inclui parcerias, sejam elas institucionais ou relacionadas à captação de recursos; voluntários que dedicam seu tempo no dia da Parada; artistas que contribuem com suas performances; e o público que prestigia as mobilizações desse grupo, seja durante a própria Parada ou em outras iniciativas, sendo este público composto por membros da comunidade LGBTQ+ ou por seus aliados.

Uma terceira faceta da Parada pode ser compreendida pela “festa”, ou seja, pelo encontro que celebra a diversidade e que busca redefinições político-culturais através da manifestação pública da existência LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa.

Considerar a Parada como um grupo que “são” várias coisas e não que “é” algo, remete, além da estranheza gramatical, para as dificuldades encontradas na pesquisa sobre a definição precisa do grupo com o qual estou trabalhando. Ora, estou falando do “movimento LGBTQ+”. No entanto, o que é o movimento LGBTQ+ senão uma união nominal para definir duas complexidades - “movimento” e “LGBTQ+”. O termo “movimento LGBTQ+” implica mais do que um simples jogo de palavras. Refere-se a processualidades ligadas a uma luta pela redefinição da sociedade em termos estruturais, logo, não pode ser e nem é estagnado. Pelo contrário.

Constantemente a Revolta de Stonewall de 1969 é citada como marco, ou melhor, como um rompante do que viria a ser caracterizado como a origem do movimento LGBTQ+. Todavia, essa revolta é apenas o estopim, um levante de pessoas dispostas a “existir” que já vinha se posicionando publicamente. A existência posta em movimento de subversão denunciava as condições marginais, a violência e a repressão sofrida por aqueles corpos que não correspondiam aos padrões sociais “[...] por vestirem menos de três peças de roupas do seu gênero de nascimento” (Romão e Cavalcante, 2017, p. 04).

Aqueles corpos em movimento foram reprimidos não apenas pela estética “anormal”, ou “*queer*” (Alós, 2020). Foram reprimidos por movimentarem-se pelas urbes hegemonicamente condicionadas por padrões sociais heteronormativos (Butler, 2003) que ditam socioculturalmente que os “*queers*” deveriam ser não apenas rechaçados, mas reprimidos.

O extenso apanhado de Losurdo (2015) acerca do liberalismo e a constituição de hegemonias, denuncia as manobras de homens, brancos e ricos para a manutenção de uma ‘normalidade’ hegemônica no ocidente ao longo do século XX, criada nos polos de dominação,

Inglaterra (não cito a Europa toda, devido aos próprios conflitos e dominações internas expostas pelo autor) e Estados Unidos.

Eram corpos abjetos, naquele momento, todos que não fossem homens, heterossexuais, brancos, pertencentes à cúpula social considerada “nobre”. Esses corpos eram punidos, dominados, condicionados e tomados a força, sob a justificativa da manutenção da ordem social, permitindo assim o uso de diversas artimanhas violentas para promover um desenvolvimento social que fosse considerado 'sadio'. O que importa de Losurdo para este argumento reside no aspecto da institucionalização e normalização da violência aplicada àqueles corpos considerados abjetos.

Conforme Laqueur (2001) este padrão de violência estabelecido e disseminado no ocidente possuía um forte apelo ligado ao essencialismo do isomorfismo, que sustentava, com apoio das ciências naturais, o discurso do sexo único, cuja centralidade residia no homem como expoente máximo da evolução e desenvolvimento sexual, ratificando um discurso falocêntrico.

Interseções entre as reflexões de Louro (2004); Scott (1995) e Butler (2003) permitem compreender que as diferenças estabelecidas entre os sexos demarcaram o gênero como mecanismo que reverbera em lógicas desiguais de poder, circunscrevendo corpos em ordenações e normatizações hegemônicas. Isso, pois, o gênero, como mecanismo, estabelece padrões performativos lineares de sexo, gênero, desejo e performances relacionados a feminilidades e masculinidades sustentados por discursos médicos, jurídicos e biológicos (Butler, 2003). Diante disso, Louro (2004) argumenta que o padrão, converte-se também em convenção do que seria aceitável em uma lógica que implica que a linearidade entre sexo, gênero, desejo e performance é necessariamente heterossexual. Desta forma, a transgressão a heteronormatividade é punida com a marginalização, ou, nos termos de Butler (2003) com a abjeção destes corpos subversivos.

Com apoio em Scott (1995) compreendo então que as mudanças angariadas pelo movimento LGBTQ+ ocorrem por meio de movimentos em busca de desconstruir os eixos de poder hegemônicos, compreendendo que “[...] as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional” (Scott, 1995, p.86).

Se a relacionalidade é um dos pilares que sustentam esta pesquisa, é por meio das relações, ou mais especificamente, pelo embate dos corpos subversivos contra as estruturas condicionantes que determinam as formas ‘normais’, ou socialmente aceitas de ser no mundo, que emergem as correntes e contracorrentes de fazer e desfazer “o gênero”. Portanto, é no movimento multidirecional desses embates que se revelam as táticas do movimento LGBTQ+.

Nesta conjuntura fundamenta-se a necessidade de demarcar e representar as identidades que compõe o que “são” o movimento LGBTQ+, ou seja, os corpos que desafiam a lógica heteronormativa.

Os recortes desta pesquisa permitem observar como estes embates se desenrolaram na microescala do acontecer cotidiano. Nesta escala, a busca pela representatividade nos termos expostos, reflete no alinhamento da Parada com as agendas de promoção de visibilidade para as demandas das mais variadas identidades congregadas sob a alcunha de “movimento LGBTQ+”. Este fato poderia ser facilmente constatado pelo aumento da sigla pela Parada ao longo destes três anos que fiz parte da comissão organizadora. O ano de 2021, de que se tratam os registros dos diários, levam a variação da sigla LGBTQIA+, ao passo que em 2022 cresceu para LGBTQIAP+ e em 2023 aumentou mais uma vez para LGBTQIAPN+.

A busca por ‘desfazer o gênero’ e pela crescente acolhida da diversidade expressa pelas siglas, alinhada à demanda de promover visibilidade acerca de vivências LGBTQ+ — um tema que, inclusive, tem permeado as políticas públicas específicas para esta população desde o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), em diversos momentos constituiu desafio e gerou dissensos:

Diários de tese — Fórum Municipal LGBTI+ PG

***** Notas reflexivas**

[...] Como faríamos uma Parada LGBTQ+ online, precisávamos de um perfil com alcance e relevância. A ideia era de que tivéssemos um engajamento orgânico e, para isso, precisávamos de postagens frequentes. A ideia foi sempre ouvir o feedback do público, e as acusações de que havia um embranquecimento da Comissão organizadora da Parada estava latente. A queixa vinha de pessoas que acusavam publicamente nossa comissão em comentários do Instagram afirmando que a Parada só favorecia histórias e romances “G” e, que não se posicionava suficientemente politicamente [...].

Fomos acusados de excluir identidades negras, acusados de privilegiarmos a representatividade G, fomos acusados de excluir outras orientações sexuais e isso desgastou os ânimos. Obviamente que ouvimos as críticas, diversificamos as postagens e no fim, as pessoas tinham sim razão em nos apontar o óbvio, mas é complexa essa relação entre ação x intenção. Obviamente que ninguém tinha intenção de apagar nada nem ninguém, mas acho que estávamos condicionados. Ninguém disse que desconstrução é fácil, e as críticas acusatórias não ajudaram em termos de sensibilização.

Seguido a isso, a discussão sobre o post de ‘Dia dos Namorados’ no dia 12/06/2021 animou o grupo que queria chamar a atenção de celebridades com um post sobre relacionamentos de influencers LGBTQ+ que os assumiram publicamente. Foram pedidas recomendações de casais diversos que representassem o espectro “LGBTQIA+” de forma mais abrangente possível e a estratégia seria a de marcar estas figuras públicas na postagem para aumentar o alcance da publicação. Recebemos retornos positivos com likes (e até comentários) de influencers relevantíssimos para o cenário, como a Tammy Miranda, o Fiih do canal “Diva Depressão” e do ícone trans Popo Vaz.

Apesar disso, o post reverberou negativamente dentro e fora da comissão. Fomos acusados uma vez mais de racismo pelo público, acusação que enfureceu o Deimos que deu uma bronca coletiva na Comissão Organizadora, tendo em visto ser crítica reincidente. [...] Já a externa apontava utilização de privilégios hegemônicos para exaltar casais brancos, seletividade, isenção de debates raciais e afins. [...] No geral, a timeline da Parada continuou sendo diariamente alimentada por posts de participação, indicação e representatividade.

[...] O Ymir advogava que precisarmos de cadeiras de movimentos sociais para compor a organização do evento - ponto o qual eu já vinha comentando em reuniões anteriores também, especialmente pelas atuais lideranças (Mercúrio, Júpiter e Vênus) estarem fora da organização - o que do meu ponto de vista refletia neste estigma da Parada ser um movimento “GGG”. A ideia do Ymir era a de completar as [três] vagas remanescentes da Parada com estas cadeiras, visando a fortalecer as parcerias e colocando a Parada como centro de articulação de entidades. Sugeri inclusive que fossem representadas pelo Renascer, o Marie Curie e a Flor de Lis, visto que neste momento a Parada estaria restrita a um público/e ou organização mais “elitista” de forma que essa composição mista poderia contribuir para “aumentar a legitimidade da Parada” (Chagas, 2022, p. 114).

O alinhamento da Parada com as lutas por representatividade que caracterizam o movimento LGBTQIAPN+ também exerceu aspecto dicotômico. Ao mesmo tempo que buscávamos representar e produzir um local de promoção de visibilidade com a página do Instagram da Parada, indicando filmes, livros, documentários e artistas da comunidade LGBTQIAPN+, acabamos esbarrando nos limites dos marcadores sociais de sexo, gênero, raça e etnia, aspectos muito caros ao debate de gênero e feminista pautado na lógica interseccional.

Com isso, apesar do grupo ter atuado em direção a um consenso — o de produzir um espaço que destacasse existências LGBTQIAPN+ acabou se deparando com as próprias limitações frente a condicionamentos introjetados pelos discursos hegemônicos que estava se propondo a enfrentar. A própria comunidade LGBTQIAPN+ acabou apontando nosso dissenso em relação às postagens, reverberando em uma grande pressão, primeiro em relação a assumir que nós mesmos, como integrantes daquele grupo, estávamos em processo de desfazer/desconstruir as noções hegemônicas a qual estávamos condicionados não apenas em relação aos discursos de gênero, mas também em relação as suas intersecções. Depois pelo fato de sentirmos que não estávamos correspondendo com a comunidade que nos dava suporte e que adensava nossas ações.

Ao contrário do que possa parecer, o destaque a essa dicotomia não tem intenção negativa. Pelo contrário. Não apenas na Parada Cultural LGBTQIAPN+ que tensionamentos e dissensos serviram como oportunidades para reconduções e avanços em termos táticos. Além de que, a Parada é uma forma de manifestação cujo propósito assume deliberadamente enfrentar as complexidades referentes a representatividade na comunidade LGBTQIAPN+. O próprio *leitmotif* deste grupo se insere em uma luta subversiva contra-hegemônica que coloca em cheque práticas e discursos dos quais não estávamos imunes.

Para concluir, destaco que no aspecto da desconstrução de gênero, a Parada Cultural que se afirma representativa das pautas LGBTQ+ é apenas um dos grupos que responsável e legitimamente se coloca nesta lógica de embates. Todavia, dentre as pluralidades que constituem os movimentos de desfazer o gênero, considero também igualmente legítimos os questionamentos a que fomos submetidos, uma vez que estávamos todos no mesmo lado, aquele que Clève (2012) chama de ‘dimensão plural’ em que diversas concepções válidas sobre ideais de vida digna são justapostos e que por isso geram tensões, embora direcionem para o mesmo lugar-comum: o da instituição de conquistas e mudanças.

Em vias de encerramento desta seção, rememoro e reitero a fala já citada de Mercúrio. A prática no movimento LGBTQ+ é possível apenas em movimento. “Porque movimento, é quem faz o movimento”.

Quando realizei a pergunta que ensejou tal resposta para Mercúrio no ano de 2019, estava na busca de uma definição de ‘qual’ seria o conceito melhor aplicável para a atuação das pessoas que atuam nestes grupos LGBTQ+. Ativistas? Militantes? Tratava-se de um ativismo social ou de um movimento social? Não cheguei a um consenso com esta busca. Ativistas, aliados, militantes, todos eles foram enunciados nas falas. No fim das contas, a escolha de um conceito em detrimento de outro cabia ao trabalho como um sapato apertado.

A pesquisa continuada nestes anos revelava a profundidade a perspicácia da afirmativa de Mercúrio. O que importava era o movimento em si, aliás, a multiplicidade de movimentos. Por eles que se apreenderiam as táticas, as relações, os deslocamentos, as organizações. Acolher o movimento, foi essencial para as elucubrações deste estudo e é o ‘fio condutor’ dos demais substantivos que denominam os capítulos desta tese. A fala de Mercúrio ressoava quase que como um chamado para a prática. A imersão nos grupos revelou um intento semelhante. Entre necessidades, manobras, solidariedades, todos os grupos movimentavam-se em torno do objetivo comum — a luta pela vida digna, existência e direitos de LGBTQ+.

CAPÍTULO 3 – [RE]IMAGINAÇÕES

Posso sair daqui para me organizar
Posso sair daqui para desorganizar
Posso sair daqui para me organizar
Posso sair daqui para desorganizar
(Da lama ao Caos - Chico Science)

Este capítulo propõe uma discussão baseada nas teorias não-representacionais como uma possibilidade de (re)imaginação de formas de apreensão de dinâmicas espaciais. Não há nenhuma intencionalidade em “reinventar a roda”, a proposta, é, como parece a especificação de possibilidades de “fazer geografia”, destacando a vida cotidiana, as performances e as relações, com especial atenção às formações espaciais.

Considerando que a teoria não-representacional se insere em uma lógica (re)imaginativa da geografia, reverberada da geografia cultural, seu potencial interpretativo, destaca-se na interseção com outros campos do conhecimento. Autores centrais à discussão “não-representacional” como Thrift (2008), Anderson e Harrison (2010) afirmam que já há algumas décadas - com ênfase a emergência da abordagem na década de 1990, que os intangíveis aspectos daquilo que não se podia representar apenas por produções baseadas no sentido da visão, inquietam e provocavam imaginações e ensaios sobre Geografias concebidas, ao menos do ponto de vista de paradigma científico, como banais ou inadequadas frente a critérios objetivos de cientificidade.

Destaca-se que a alcunha “não-representacional” remete à contestação em relação à representação e às reverberações do emprego da palavra, no campo da ciência Geográfica, como sinônimo de “síntese imagética”. A busca da teoria não-representacional que se insere, na apreensão do extraordinário no ordinário, negando as reduções, as descrições e modelos descritivos gerais, demonstra a crucialidade da apreensão da realidade e dos acontecimentos sem reduções.

Bennet (2010) desenvolve argumentação aproximada, em alinhamento à teoria não-representacional, por meio do princípio da “matéria vibrante” que enlaça corpos, energias, estados físicos da matéria, emoções e propensões em uma lógica de co-implicação na qual desde o que ocorre em âmbito celular teria potencial de afetar a realidade.

Portanto, a tônica do trabalho é direcionada ao foco das teorias não-representacionais na vida cotidiana, nas práticas corporificadas e nas ações intencionais, de modo que a produção de sentidos a partir destas categorias é realizado por meio de um pensamento direcionado, aos contextos, às práticas e às relações e as suas Geografias e às co-implicações e pontencialidades reverberadas desde um movimento social que intencionalmente opera em relação.

O debate que cerca a dimensão geográfica na compreensão da realidade e na produção de conhecimento específico, identificado como “o fazer geográfico”, não é recente. Da descrição baseada no exercício do olhar e dos traçados que demarcam a distância entre elementos do/no espaço, as reflexões geográficas se ampliaram o suficiente para considerar outros elementos e formas de apreensão da realidade que não apenas aquelas dependentes da descrição da materialidade apreendida pelo olhar.

A Geografia em sua gênese é uma ciência de cunho visual, no qual sua própria definição enquanto etimologia remete à “descrição da Terra”. Assim, as representações produzidas ao longo da história da ciência geográfica, são frutos de uma sistematização de como o conhecimento geográfico é compilado, produzido e descrito. Entretanto, as representações não necessariamente representam a realidade, mas sim um recorte intencional em uma pesquisa, afinal, a descrição extrapola a posição estabelecida entre a visão e o olhar e transborda pelo ato da escrita por meio da apreensão de suas geografias.

A Geografia manteve historicamente a primazia do olhar, destacando esse sentido sobre os demais para a criação de sistemas explicativos. Autores como Cosgrove (2008) afirmam que a visão é o principal sentido humano desenvolvido no fazer científico da Geografia, sendo este, responsável por moldar e construir o conhecimento geográfico, considerando que em sua base é representacional e performativa.

No significado longo e agora em grande parte superado da Geografia como a prática de explorar, relatar e registrar a variada superfície da Terra - suas terras e mares, seus climas e ambientes - o conhecimento testemunhal e a verificação da verdade da observação visual eram características cruciais da ciência geográfica.

Autores como Thrift foram fundamentais nesse desenvolvimento, propondo uma abordagem que não se limitava à interpretação de representações visuais ou simbólicas, mas que focava os processos, as práticas e as atividades cotidianas. Emergindo como uma abordagem que buscava explorar aspectos que extrapolam aquilo que era capturado pelo olhar, a aposta em buscar compreender fenômenos transitórios, efêmeros e intangíveis provocavam formas de apreensão específicas, contestando a centralidade “representacional-visual” para

apostar em uma geografia que articula o cotidiano, as práticas, as subjetividades e as afetações na compreensão de acontecimentos.

Para Lorimer (2005), as interpretações realizadas em relação à apreensão deste cotidiano por meio da teoria não-representacional, geralmente coloca em foco um acontecimento em um espaço-tempo estabelecido, estudado como um recorte de uma cena que aconteceu, um contexto, não em sentido de deslocamento ou afastamento dual de “objeto x pesquisador” ou “sujeito pesquisador x sujeito pesquisado”, mas considerando a complexidade e os atravessamentos de temporalidades e de espacialidades, evocando a coetaneidade inerente à realidade.

Sem abdicar da perspectiva de que as relações e organizações espaciais são mutáveis e conectadas às performances e aos discursos e sem descartar a influência fenomenológica, especialmente em relação às abordagens que tratam de subjetividades corporificadas e da emergência de mundos particulares, a teoria não-representacional na geografia apresenta alguns pressupostos centrais, como destacado nas obras de Thrift (2008), McCormack (2010) e Anderson e Harrison (2010): (i) a preocupação com o cotidiano e as práticas; (ii) o desejo de desenvolver novas formas de apreensão geográfica; (iii) uma abordagem interdisciplinar na produção de inteligibilidades sobre os fenômenos; (iv) a interação entre elementos materiais, imateriais, energéticos e emocionais; (v) uma abordagem relacional e associativa do social; (vi) a complexidade imanente no entrelaçamento de temporalidades e espacialidades; e (vii) a contingência das relações e das organizações sociais e espaciais transitórias.

Dessa forma, a abordagem não-representacional implica no desenvolvimento de formas criativas de apreensão da realidade, implicando em respostas teórico-metodológicas concretas frente a problemáticas de investigação acadêmica que voltem sua atenção ao intangível, imensurável, impalpável e mesmo ao incerto. Essas respostas dependem de considerar interdependências e interseções com outros campos do conhecimento e com reimaginadas formas de conceber grafias que não dependam exclusivamente daquilo que é apreendido pelo olhar. Trata-se, portanto, de partir do olhar e dos outros sentidos ao mesmo tempo, reconsiderando as formas pelas quais a realidade pode ser apreendida.

Um dos desafios que a teoria não-representacional enfrenta é justamente a devida tradução teórico-metodológica daquilo que é apreendido em relação, na prática de pesquisa. A busca por remediar a disjunção entre produção de conhecimento e a transmissão dos saberes, exige a ressignificação de metodologias que permitam a imersão no trabalho de campo. A utilização de entrevistas abertas, a observação participante, o acompanhamento de eventos ordinários, as caminhadas, as experiências sensoriais, a produção de materiais audiovisuais, a

interação com as artes e com a música são alguns exemplos de como a prática foi repensada em favor de uma prática de pesquisa reimaginada e que permitisse apreender as dinâmicas imanentes às táticas espaciais do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa.

3.1 DAS REDES “INDISCIPLINADAS”

Muito se enfatizou da bibliografia de Massey (2007; 2008) ao longo do trabalho. Foi inspirada pelos seus escritos, que primeiramente voltei meu olhar para a empiria, “mergulhando” nos grupos e apreendendo **em movimento e pelas relações** as “táticas espaciais do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa”. Não é obscurecida, então, é a constatação que meu ‘qualificativo de geográfico’ é dado pelo conceito de espaço estabelecido pela autora.

A discussão de Massey teve importância muito maior para o andamento da pesquisa do que a já importantíssima contribuição basilar reverberada de seu conceito de espaço relacional. Primeiro que a ligação dos escritos de Massey com a agenda política global provocava a um pensamento sobre o espaço conectado a formulação de argumentações políticas.

O que a autora chama de ‘imaginações espaciais’ e ‘imaginações políticas’, parte de uma perspectiva simultânea e **em constante construção**.

A perspectiva imaginativa da política é suposta no argumento de Massey como contrária a imutabilidade de identidades, portanto, o foco do argumento é centrado na **constituição das identidades por meio das relações**. O que a autora denomina de ‘construtividade relacional’, nada tem a ver com a cristalização fixa que possa ser rotulada como ‘identidade’ imutável. Em realidade, o seu argumento trata de práticas justapostas.

Em Geometrias do Poder, Massey (2007) argumenta no sentido de que o espaço, enquanto constituído por meio do processo de inter-relações, é aberto à política e as diversas formas de poder que se relacionam a identidade de cada significante e de cada lugar, enquanto “[...] produto de negociação, conflito, contenda, entre grupos distintos, grupos com interesses materiais e posições sociais e políticas diferenciadas” (Massey, 2007, p. 152).

Em ‘Pelo Espaço’ a autora inclui também nesta lógica imaginativa da política variadas formas de expressões políticas atreladas a “[...] subjetividade política e clientelas políticas” (Massey, 2008, p.30). Neste entendimento, o espaço só existe por meio das identidades (nos termos mutáveis por ela estabelecidos) e de suas relações.

A elaboração de Massey acerca do espaço é categórica ao afirmar que a espacialidade **pode** ser parte integrante da constituição de políticas transformativas, posicionamento ampliado por Anderson e Harrison (2010) por meio da teoria não-representacional. A adição dos autores e a potente perspectiva para pensar nestas constituições políticas como ligadas ao cotidiano e na performatividade inerente aos sujeitos políticos que animam/afetam este espaço. Nesta lógica, o espaço não é dado, mas produzido. Assim, o pressuposto que guia as análises dessa tese considera que este espaço “animado” esteja sempre em processo de fazer-se.

Ocorre que mesmo em sua forma de conceber o espaço, Massey (2008) destaca e ressalta que a abertura (no sentido de devir) não significa a inexistência de ‘pontos de ancoragem’ e de estruturas. Reverbera, portanto, da teoria de Massey e da leitura da Geografia não-representacional algumas possíveis interpretações específicas sobre a dimensão espacial abordada nos capítulos anteriores deste trabalho.

McFarlane (2011) em seu texto voltado ao aprendizado como meio para apreensão do espaço urbano articula exemplarmente a perspectiva do espaço inter-relacional e a teoria não-representacional, argumentando no sentido de destacar o ‘extraordinário’ no cotidiano. Para o autor, essa apreensão, realizada **pelo aprendizado**, é estabelecida por particularidades percebidas nas performances, nos atravessamentos que interrompem o cotidiano - ou mesmo que surpreendem e desestruturam o “conhecido” e o “normal”.

Partindo de uma abordagem que prioriza a apreensão por meio dos sentidos, McFarlane (2011) destaca que a apreensão do espaço se refere a uma variedade de encontros através de múltiplos espaços-tempos. O autor considera desde os espaços formais de tomadas de decisão (salas de reunião, espaços de conferências e afins), até sites e encontros cotidianos, como as conversas durante o café.

O conteúdo das imersões apresentados no capítulo 2 deste trabalho, de modo geral, se alinham aos escritos de McFarlane (2011) e não foi à toa que foram organizados anteriormente a esta discussão no trabalho. Destacar o extraordinário de um movimento imanentemente complexo como o LGBTQ+ definitivamente não é tarefa para uma só pesquisadora. No que tange as minhas (tentativas de) contribuições, entendo, com base no exposto até então, que estas complexidades são apreendidas por meio de estabilizações/âncoras **apreendidas por meio do que aqui se chamam táticas espaciais**.

Em meus exercícios interpretativos, em muitos momentos, em meio a um trânsito intenso de informações desordenadas que emergiam ao mesmo tempo, algumas coisas me chamavam atenção. Eram “lugares-comuns” de questionamento, apreensão e, caminhos para interpretação. A dupla funcionalidade dos cafés, as amizades e inimizades oportunas, os

encontros, a multidimensionalidade da internet e da casa, as burocracias, as organizações políticas, as dinâmicas espaciais todos estes tinham seus arremates ligados, na minha compreensão, a redes ou arranjos provisórios como formas (des)estabilizadores.

Para além, o “movimento” “LGBT+” foi um ponto de estabilidade/desestabilidade comum. Ora, se os pressupostos desta tese **também** consideram **a propensão e a contingência** como fundamentais à processualidade e ao próprio movimento, não parecia correto determinar que as pessoas LGBT+ sempre estariam relacionadas ao **movimento LGBT+, ou mesmo que toda ação das pessoas do movimento LGBT+ diziam respeito a busca por alguma mudança estrutural**. Por vezes o café era só um café.

Foi na apreensão do movimento no movimento, então, que se traduziram tais lógicas de [des]organização. Entre estabilidades e coesões, contrastadas pelas instabilidades e fluxos, as práticas despontaram como aspecto fundamental, destacados em Massey (2007; 2008) e em McFarlane (2011) como materialismo relacional.

Como já apontado, ao tratar o “movimento LGBT+” como uma junção de palavra e sigla que denomina um grupo “organizado” (ou, no mínimo, coordenado), conduz-se, por vezes, a impressões e interpretações que partem do referente de um **grupo homogêneo** de identidades fixas, descritas e representadas pelas letras na sigla.

E, apesar da sigla estar em constante expansão para incluir mais identidades, refletindo a busca por representatividade política, acesso a políticas públicas e maior visibilidade, a sigla, encerrada nela mesma, em suas diversas flexões possíveis, apesar de refletir uma luta, ao menos no campo identitário, apenas delineia uma forma, cujo conteúdo é constituído por diversas práticas e performances.

As formas de atuação deste movimento LGBT+ são constituídas por variados significantes - possibilidades de atuação, centralidade em dinâmicas de sociabilidade, acessos a locais e recursos e, como bem apontado por Massey, a subjetividade política intrínseca a essas táticas também implica desejos e intencionalidades.

No entanto, considerar o contexto deste movimento social como uma bolha que aprisionava as pessoas LGBT+ em uma dinâmica exclusivamente opressora, como se essa fosse a única motivação que permeasse suas vidas, seria negligenciar a presença de alegrias, emoções, afetos, desafios, conquistas e outros elementos cotidianos associados à existência humana. Essa abordagem, embora pudesse ser justificada pelos recortes na pesquisa, poderia conduzir a interpretações que reduziriam as pessoas envolvidas nos movimentos LGBT+ a uma coisificação, em que a pessoa seria essencializada como militante ou ativista e destacada de suas outras trajetórias.

Isso, pois, as pessoas não estão fazendo da sua vida “o tempo todo militância”, nem mesmo aquelas pessoas, como Júpiter e Saturno que residem na sede da Associação Flor de Lis de fato estão o tempo todo pensando nas agendas LGBTQ+. Ademais, correria o risco de, simultaneamente, reduzir as ações dessas pessoas em um viés, ora muito romantizado, em que uma verdadeira cruzada anti-hegemônica se estabeleceria nos seus cotidianos; ora os relegaria a mera subalternidade/precariedade.

Portanto, é importante considerar dois pontos estruturantes de argumentação pautados neste contexto - primeiro, que no movimento LGBTQ+ as pessoas não agem pautadas apenas por espontaneísmos. Em se tratando de uma política relacional, há a necessidade de denominadores comuns para ação e coordenação. Segundo, ainda que reunidos em torno de denominadores comuns para ação e do mesmo contexto (Brasil -> estado do Paraná -> cidade de Ponta Grossa), cada pessoa pode manifestar desejos e intencionalidades de modo diferente.

Logo que para além dos contextos que catalisavam as ações, havia também as dinâmicas internas de consensos e dissensos. Nesta perspectiva, as práticas que produziram esta forma de conceber o espaço e a política, assumiram um fazer consciente no âmbito de um “movimento” imanentemente heterogêneo.

Isso pode ser melhor visualizado por meio da realização de exercícios comparativos como os propostos por McFarlane (2011) - não em um sentido de operacionalização geral da tese, mas como modo de pensamento para apreensão de informações sobre dinâmicas espaciais urbanas, especialmente aquelas de reivindicações sobre/pela cidade. Este exercício é interessante, especialmente porque seria impossível afirmar que a forma de se organizar, que a estrutura de grupo, que as dinâmicas institucionais e que os resultados obtidos por cada instituição eram iguais em termos gerais.

Se na Associação Flor de Lis eu encontrava uma instituição com CNPJ, corpo diretor, com funções claras e distribuídas em uma estrutura organizativa hierárquica, que possuía como forma de atuação o *advocacy* voltado a luta por direitos e sensibilização da pauta LGBTQ+, na Parada Cultural LGBTQ+, não havia lógicas institucionais, nem hierarquia definida. O objetivo da Parada era o de atuar na cena cultural da cidade de Ponta Grossa, desenvolvendo e apoiando também ações de cunho político.

Enquanto na Flor de Lis, havia uma casa sede, ou seja, **um lugar** para o desenvolvimento das ações, o que facilitava em muito os encontros e realizações de eventos, na Parada Cultural LGBTQ+, as ações majoritariamente eram realizadas no espaço virtual ou em locais públicos relevantes, como as principais praças da cidade de Ponta Grossa, ou na Câmara Municipal e demais espaços ligados ao governo em âmbito municipal.

Se eu adicionasse a essa comparação também a CDSG-OAB/PG, que possuía sede física, outras dinâmicas entrariam neste jogo político-tático. Mesmo tendo sede para o desenvolvimento das ações, não havia a mobilidade, disponibilidade e segurança que tínhamos na Associação Flor de Lis. Ocorre que o espaço, obviamente que não era exclusivamente voltado às pessoas LGBT+, mas contava com uma outra lógica institucional que demandava que todas as ações fossem aprovadas pela diretoria da OAB, ou seja, havia uma outra negociação política que por vezes engessava as práticas de modo que se tornava conveniente que a execução das reuniões fosse realizada em outros espaços. Isto posto, os locais de realização dos encontros e as reuniões, por exemplo, não figuram uma mera localização, um ponto hipotético em um mapa, mas ao contrário são localizações que conotam um sentido geográfico específico as ações políticas.

Lógicas de negociações políticas também constituíram enfaticamente as práticas no Fórum LGBTI+, mas também, em análise comparada, não se assemelhava àquelas vivenciadas na OAB. As negociações com o poder executivo e com a sociedade civil de Ponta Grossa tinham especificidades e demandavam constantes reconduções para a ação. Cronogramas, apelos políticos, documentos oficiais, autorizações e constrangimentos entravam nesta conta.

O ensaio de análise comparada feito a modo de exemplo nos parágrafos anteriores, ou mesmo as imersões detalhadas no capítulo 2 conferem apenas mais um fragmento da resposta à provocação colocada sobre as táticas espaciais do movimento LGBT+. Referem-se a coordenações, movimentos de organização, que se estendem muito além de lógicas funcionais [óbvias] dos espaços e das práticas.

Assim, as mesmas práticas que borram a percepção dos limites claros entre público-privado e material-virtual nas táticas do movimento LGBT+ ressignificam os espaços, em uma microescala do cotidiano (as casas, os cafés, as praças) **naquele universo de significações pelas quais as pessoas do movimento passam a enxergar certos lugares como espaços de militância**. Isso envolve uma organização política com dinâmicas espaciais específicas, uma vez que não se trata de **qualquer** casa, ou **qualquer** parque, ou **qualquer** café. Então, é que se adicionam às lógicas de organização deste espaço as trajetórias que se estendem para muito além dos recortes desta pesquisa, mas que se desvelam como uma dessas ancoragens como as destacadas em Massey (2008) -

“[...] o argumento é de que a simples possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e heterogeneidade em si mesmas depende de um reconhecimento da espacialidade. O corolário político é de que uma genuína e completa espacialização da teoria social e do pensamento político pode forçar, na imaginação, um reconhecimento mais completo da

coexistência simultânea de outros, com suas próprias trajetórias e com sua própria história para contar” (Massey, 2008, p. 31).

Daí que a relação entre materialidades e as imaterialidades destaca-se na constituição deste universo próprio de significados. Neste entendimento, a apreensão do espaço se complexificaria ao propor que a relacionalidade não ocorreria apenas entre pessoas, mas também entre os aspectos materiais e imateriais que constituem os espaços.

McFarlane (2011) argumenta primeiro sobre o espaço materialmente constituído. Para o autor, a estrutura de tijolos, telhado, portas, janelas e piso transformam-se a depender de sua justaposição. Logo, para além do alinhamento entre os elementos que compõem a casa em sentido material, o seu uso, a sua forma de “habitar” representa, da esfera da possibilidade e da propensão, um caminho relacional definido pelo contexto - ou seja, pelas inter-relações que constituem e são parte daquela estrutura material.

Para McFarlane (2011), trata-se de uma apreensão de um sentido imediato, inserido no "contexto" do movimento LGBTQ+. Por exemplo, o espaço da casa de Júpiter e Saturno é percebido prioritariamente como a sede da Associação Flor de Lis, um local de convivência, deliberação e sociabilidade seguras, em vez de ser entendido apenas como uma residência no sentido tradicional. Essa percepção ressalta a casa como um espaço estratégico e simbólico de organização dentro do movimento social.

Análise semelhante pode ser realizada quanto às espacialidades virtuais. Quando se pensa em táticas desenvolvidas no âmbito virtual, prioriza-se, na apreensão de sentido imediato, a presença virtual (estar online, curtir uma postagem, engajar em uma *live* virtual e afins). Isso ocorre em detrimento da noção de que a presença virtual está diretamente conectada a dispositivos materialmente constituídos - gabinetes, teclados, mouses, telas, estes que, em última instância, não “flutuam no espaço”, localizam-se em casas, prédios e são manuseados por pessoas.

O que importa desse debate para tese é a argumentação sobre as diferentes capacidades materiais e imateriais em justaposição, a depender das relações estabelecidas pelo espaço contextos específicos. Não se trata de pensar as “funções” transformativas do espaço, mas em compreendê-lo como propenso e aberto a uma miríade de arranjos e organizações relacionais apreendidas nos atravessamentos de espaço e tempo que aqui são delimitados/ancorados como “táticas espaciais” e temporalidades efêmeras e fugazes.

Propõe-se com isso que a forma de pensar a política e o espaço transformativo, construído por performances do cotidiano e atravessamentos (de tempos, espaços, histórias,

desejos, etc.), viabiliza um entendimento que pode responder às premissas dos argumentos sobre o fazer geográfico estabelecido no início desta reflexão.

O trabalho no movimento LGBTQ+, desde que comecei a vivenciá-lo *in loco*, proporcionou um generoso campo para ‘reflexões geográficas’. No fatídico momento persistentemente citado ao longo desta reflexão, no início do mestrado em 2018, o questionamento central desta seção, sobre o “qualificativo de geográfico”, permeava minha prática acadêmica com urgência. Ao mesmo tempo, o trabalho de campo exigia que eu me debruçasse sobre os elementos do conhecimento científico geográfico, conforme apontado por Gomes (2013), especialmente no que tange ao ‘qualificativo de geográfico’, a fim de compreender a organização do espaço e as relações.

Em busca de organizar o pensamento em torno deste qualificativo, minhas primeiras aproximações com o movimento LGBTQ+ vinham de uma hipótese relacionada a existência de uma rede de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa. Não me estendo em retomar a discussão já realizada no capítulo 1 desta tese, embora o resultado dessa pergunta⁵⁷ seja extremamente pertinente para a discussão proposta.

Como já mencionado, a resposta a existência das redes de garantia de direito veio em forma de questionamento (que rede?) ou de uma positivação paradoxal (a rede quem nos dá é a nossa população mesmo).

Este problema teria sido facilmente contornado se a pergunta posta a realidade observada fosse outra, afinal, com alguma certeza posso responder que no âmbito do movimento LGBTQ+ não há garantias de direitos, mas lutas e insistências deste grupo que constantemente pressiona pela manutenção e avanços de suas agendas e por fazer valer os seus direitos.

Ademais, as respostas, sejam elas negativas ou paradoxalmente positivas em relação às redes, indicavam elementos importantes. Considerando o contexto da cidade de Ponta Grossa como uma cidade interiorana, que enfrentava uma série de embates em relação aos setores fundamentalistas religiosos e, que, apesar de estar relativamente próximo da capital do Paraná (Curitiba) se via isolada na região dos Campos Gerais em termos de envergadura de ações voltadas a pessoas LGBTQ+.

Diante do exposto, eu me vi em uma encruzilhada. Eu não podia afirmar com certeza a existência das redes, uma vez que a pergunta posta àquela realidade era determinista em sua finalidade de estabelecer um fio condutor. Do mesmo modo, todas as saídas explicativas

57 A pergunta realizada foi “como funciona a rede de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa”.

possíveis que se revelavam possuíam as redes como uma estrutura espacial, ainda que mescladas a outras possíveis interpretações.

Partindo então da premissa de que não haveria redes (no sentido de garantias de direitos) e que a rede seria estabelecida pelas próprias pessoas do movimento LGBTQ+. O estabelecimento daquela rede remeteria a constituição de fluxos, de trocas e movimentações de informações e de recursos.

Ora, o apelo de Júpiter sobre a necessidade de ampliarmos nossa participação em instâncias representativas do âmbito estadual, ou a busca de parceria de outras comissões de diversidade sexual e de gênero em outros municípios, refletia a busca de estabelecer uma maior tessitura política por meio do estabelecimento de parcerias e trabalhos conjuntos com grupos de outras cidades do interior. A demanda não era apenas de uma atuação esporádica, mas do estabelecimento de um fluxo constante, de uma parceria recíproca. Em outras palavras são atores do movimento que reconhecem que a provável constituição de uma rede geográfica potencializa a ação política a partir da múltipla interferência locacional, tensionar as assimetrias de forças, em especial na orquestração dos interesses do movimento em virtude que os “ataques” a comunidade LGBTQ+ claramente articulavam uma dimensão espacial que extrapolavam as localidades.

Ainda que talvez não fosse a intenção de Júpiter, ela estava pensando geograficamente. Não apenas em relação a uma suposta redução de distâncias pelo estabelecimento de uma rede. Não se tratava apenas de distância ou de proximidade. Tratava-se de escala de envergadura política e de redimensionamento de ações, de trocas e, acima de tudo, de tática.

O que estava em demanda não era o alcance de diferentes espaços em sentido estrito. Tratava-se de participação e coordenação. Estar em contato e ter ações coordenadas com outros grupos de lutas por direitos de pessoas LGBTQ+ era tático.

Nesta integração tática o isolamento, em aspectos gerais, poderia ser contornado por um trabalho de abrangência e permeabilidade. Ademais, a troca de informações sobre formas de atuar, formas de negociar relações entre si (em Ponta Grossa) e com grupos externos a cidade resultaria em um processo de imersão *in situ*, como a feita nessa tese, abrindo novas possibilidades para atuação e para trocas.

A aproximação com as CDSGs dos municípios de Maringá, Paranavaí e Curitiba, bem como a inserção em espaços deliberativos de âmbito estadual, como o Comitê Estadual LGBTQ+ representaram esforços neste sentido. Trabalhos foram realizados entre as CDSGs destes municípios ao longo de 2021. Campanhas voltadas a temas importantes da agenda LGBTQ+,

apoios em eventos realizados, materiais informativos foram organizados e um grande grupo foi montado no espaço virtual, mediante WhatsApp, para a reunião de todas essas pessoas e grupos.

No que tange ao Comitê Estadual LGBTI+, a inserção não se deu apenas no ano de 2021, se estendendo até o ano de 2024, visto que a Associação Flor de Lis se mantém como membro representante da sociedade civil organizada, tendo, inclusive, expandido sua permeabilidade ao Conselho Estadual de Direitos Humanos com a participação de Vênus, como representante da Flor de Lis nesta instância deliberativa.

O trabalho em rede refletia o adensamento das relações entre pessoas do movimento LGBT+ não apenas na cidade de Ponta Grossa, mas em outros lugares. Em uma primeira instância, a organização tática em rede refletia um fluxo particular, interpessoal, das pessoas integrantes do movimento LGBT+ na cidade de Ponta Grossa. O apelo de Júpiter, uma das lideranças do movimento LGBT+ no município, estabeleceu a organização dessa rede por meio da pessoalidade.

Compreendo que a intenção de Júpiter em estabelecer estes contatos seguia a lógica de Certeu (1998) a respeito do estabelecimento de estratégias de ‘virada do jogo’ em relação às estruturas hegemônicas e ao contexto de Ponta Grossa. Se estávamos isolados no interior do estado, com pouca abertura de diálogos com outras cidades interioranas com situação semelhante à nossa, e ainda sem diálogos com os representantes da capital, a melhor saída era fortalecer os vínculos.

Considerando que as táticas criam condições para afetar a realidade em uma perspectiva de “virada de jogo” entendida como oportunidade, e, considerando ainda a realidade comum de “ser LGBT+” e de “estar em um grupo organizado de lutas por direitos de LGBT+”, a rede almejada e em grande parte viabilizada por Júpiter se referia àquelas formas de ser e de fazer específicas, ou seja, nas maneiras que as práticas eram coordenadas e organizadas como ação contra hegemônica, ou mesmo como forma de enfrentar o cotidiano. De McFarlane (2011) depreende-se que o mote que animou estas redes em uma perspectiva tática foi a troca de informações, de imaginários políticos e adiciono a reflexão do autor, a partilha de utopias em relação ao espaço urbano - desejos sutis como o de transitar em segurança, andar no espaço público de mãos dadas com a pessoa com quem se deseja andar, usar as roupas que bem entender, ou seja, não possuir interdições e constrangimentos no simples viver cotidiano.

Para além, considera-se que o estabelecimento de parcerias no movimento LGBT+ foi em muito relacionado a personificação/pessoalidade. Insistindo no apelo realizado por Júpiter, isso ficava evidente. Ela taticamente posicionou duas pessoas as quais ela conhecia em âmbito pessoal e de atuação no movimento LGBT+ para ocupar espaços de representação no Comitê

Estadual LGBTI+ e no Conselho Estadual de Direitos Humanos, sendo membro suplente em ambos casos. Ademais, tendo se juntado a CDSG/OAB-PG, conseguiu articular por meio de minha inserção na CDSG de Maringá e da posição de Vênus como presidente da CDSG/PG os fluxos de informações necessários para desenvolver a demanda.

Claro que se faz necessário enfatizar que Vênus, ou mesmo eu, não nos inseríamos naqueles fluxos entre lugares ou instituições apenas para tal propósito, uma vez mais destacando que não se tratavam de peças alinhadas em algum tipo de jogo funcional em que partes formariam um todo, sendo este todo resultante, uma rede. Pelo contrário, era interessante estarmos em rede. Para Vênus, por motivos profissionais de ativismo. Para mim, por motivos acadêmicos e de ativismo. Em realidade, cada pessoa, autonomamente, articulou desejos e intencionalidades para uma atuação em rede.

Ao modo de exemplo - minha inserção na CDSG de Maringá ocorreu graças a um evento no qual fui palestrante, no ano de 2019, a partir de um convite realizado por Vênus. Na ocasião, conheci a Helene, presidente da CDSG Maringá. Naquele momento, trocamos breves palavras sobre trabalho junto de Vênus. Durante a pandemia, permaneci em constantes fluxos entre Ponta Grossa e Maringá (locais nos quais residiam as duas partes da minha família). Naquele contexto, uma iminente mudança definitiva de cidade me afligia. Estando longe do movimento LGBT+ de Ponta Grossa, me preocupava a operacionalização *in situ* da tese, o que, em primeiro momento, pensei contornar me inserindo em algum grupo organizado do movimento LGBT+ daquela cidade. Sem maiores dificuldades, o estabelecimento do contato custou apenas algumas mensagens por WhatsApp para ambas presidentes, Vênus e Helene. Logo passei a integrar a CDSG/MGA. Minha inserção neste grupo se deu, primeiro, pelo contato estabelecido por Vênus. Depois, por Helene ter me reconhecido da palestra dada anos atrás. Além disso, o estabelecimento do ativismo virtual do movimento LGBT ponta-grossense revelou-se ativo e efetivo, de modo que a imersão *in situ*, apesar da especificidade do contexto, restou-se produtiva. No entanto, não me retirei da CDSG/MGA uma vez que a acolhida e o ímpeto pelo trabalho daquele grupo me encantaram.

Durante meu período compondo ambas as comissões, consegui intermediar demandas e contatos entre as comissões de Ponta Grossa e Maringá, sendo que a abertura para outros municípios aconteceu graças as presidentes de ambas as seccionais que conheciam os presidentes das demais citadas. Além disso, houve a possibilidade da realização de comparações que me permitiram identificar especificidades nas performances políticas do movimento LGBT+, aspecto que, embora não abordado na tese em respeito aos recortes de pesquisa

estabelecidos, foi importante para qualificar as interpretações realizadas para produção do texto de tese.

O exemplo, ainda que banal frente a outros que estão presentes no próximo capítulo desta tese, evidencia que a pessoalidade foi um fator de maior importância no estabelecimento de relações no movimento LGBTQ+ e importante recurso tático, haja vista que opera pelo reconhecimento de certas pessoas proeminentes no movimento LGBTQ+. Este reconhecimento funciona em uma perspectiva particular política que é pautada em trocas de informações, de se saber quem é quem - para remeter à Prado (1995), pela designação nominal, onde nomes e pessoas são automaticamente vinculados às instituições a que pertencem em suas trajetórias profissionais, gerando identificação imediata, conhecimento mútuo e ratificação.

Fala-se em proeminência considerando que este reconhecimento/personificação ocorre pela ratificação de uma pessoa ao ser elencada enquanto ‘ativista-chave’, ou seja, aquela pessoa central, reconhecida pelos demais enquanto pessoa articuladora e mediadora no movimento LGBTQ+ em âmbito local e para além, ou seja, que possui um domínio translocal (Cumbers, Routledge e Nativel, 2012; McFarlane, 2009) de informações, posicionamentos políticos e conhecimentos, ampliando o escopo de trocas recíprocas que movimentam a pauta LGBTQ+ para além do local.

McFarlane (2009; 2011) destaca em seus estudos a importância de agentes na “apreensão dos movimentos da cidade”, enfatizando as trocas⁵⁸ como elementos potencializadores da organização das lutas de movimentos sociais urbanos, uma vez que são capazes de projetar/amplificar sua posição de poder, seus contatos e conexões pelos diferentes recursos que podem angariar em âmbito local e além dele.

Apesar de reconhecer que existem pessoas com certo destaque no movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, considerando os recortes de pesquisa vivenciados, não me refiro a um sentido funcional, muito menos busco criar um sistema em que diferentes pessoas teriam diferentes graus de atuação ou de conexões que resultariam em um quociente “x” de ‘efetividade’ ou de ‘potencialidade’ em relação às trocas. Muito menos cria-se um binômio entre “incluídos/excluídos”, **aqueles com informações e aqueles sem informações**, os *insiders* e os *outsiders* das malhas globais de informação.

58 O autor argumenta em um sentido de trocas recíprocas semelhantemente as observadas neste trabalho, que aqui foram tratadas como ‘contraprestação’. No movimento LGBTQ+ ponta-grossense as ‘trocas’ sejam elas de posicionamentos, informações, inserções em espaços, marcam enfaticamente as práticas das pessoas ‘proeminentes’ neste movimento na cidade.

Investe-se na perspectiva de Massey (2008) na qual se entende que o fazer político considera a constituição relacional do espaço, assumindo não haver **excluídos**. Para a autora as relações de poder entre as escalas do local ao global, são variáveis, ou seja, existem variáveis formas de poder inerentes as configurações espaciais. Esta posição é acompanhada por Mcfarlane (2009; 2011) ao argumentar que a centralidade/proeminência é um **recurso de apreensão das dinâmicas espaciais urbanas**.

Se o pressuposto é o acesso e trocas pela primazia de informações, ainda que a lógica de interioridade e exterioridade se ofusque neste caminho reflexivo, a essência pautada nos fluxos e na integração se mantém, ainda que nos termos de propensão e contingência estabelecidos na teoria do espaço relacional de Massey (2008).

Isso, pois, assume-se neste trabalho a perspectiva imanentemente **instável** daquela rede e daqueles fluxos — ainda que contrariando McFarlane (2011) que aposta na reciprocidade e na elaboração de um “sistema recíproco”. No movimento LGBTQ+ ponta-grossense verificava-se a rede como tática espacial pela qual o movimento era potencializado. A virada de jogo, em realidade, constituía-se no posicionamento **em jogo**. Alternativas de colocação no mundo informacional, estabelecimento de diálogos e de aprendizado tático entre locais, facilitações e amplificações de projetos e ofensivas políticas constituíam e caracterizam aquela rede enquanto tática espacial indisciplinada.

A forma da rede observada no movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa se assemelhava as redes de justiça global (do original *global justice networks* - GJNs) explicadas por Cumbers, Routledge e Nativel (2012). Para os autores, este tipo de rede é descentralizada e não hierárquica (em um sentido oposto a verticalidade, ou de comando central). São caracterizadas pelo foco nos fluxos, pela multidimensionalidade e por intensidades variáveis de interação, portanto, contingentes.

Novas aproximações com a teoria não-representacional são identificadas nesta perspectiva sobre as redes quando são elencados e mesclados os integrantes desta rede que não era animada apenas por pessoas. Pessoas, ONGs, comissões, partidos políticos, grupos religiosos, empresas, órgãos da administração pública - havia complexidade de relações entre materialidades/imaterialidades, humanos/não-humanos na constituição daquelas redes.

O interessante era apreender como essa relacionalidade em rede ocorria. Seguindo a lógica das geometrias do poder de Massey (2008), afirma-se categoricamente a existência de discrepâncias na intensidade de exercer poder e influência nos fluxos e relações estabelecidos nessa rede. Curioso foi perceber que, ao contrário do que se poderia supor, instituições como

partidos políticos ou órgãos da administração pública não adquiriam centralidade. Isso reiterava o caráter tático dessa rede.

Disso posto, é possível evidenciar (e reforçar) alguns aspectos enfáticos a respeito daquelas redes em relação ao movimento LGBTQ+.

Primeiro que as redes serviam a um propósito voltado as mobilizações LGBTQ+. Eram um aspecto tático e possuíam finalidades bem definidas. Eram táticas de subversão que espacialmente visavam, se não virar o jogo, equilibrá-lo em relação ao esvaziamento numérico do movimento LGBTQ+, ao mesmo tempo que diminuindo o isolamento que tínhamos.

Se as redes não deviam remeter apenas a distância (ou ao discurso do encurtamento das distâncias) como mote, nem aos ‘estabelecidos e os *outsiders*’ no que tange o acesso de informação, a maior potência das redes em relação ao movimento LGBTQ+ residia na constituição do fazer político como forma de confrontação das estruturas hegemônicas que afetavam o cotidiano de pessoas LGBTQ+.

As redes do movimento LGBTQ+ eram constituídas por diversas intencionalidades. Isso incluía a potencialidade de responder rapidamente a um ataque LGBTQfóbico e a habilidade mobilizar-se em situações específicas. Frente a dificuldades imprevistas, por exemplo, Vênus conseguia acessar a recursos ou informações mediante contatos com pessoas, ou instituições para encontrar uma nova solução. Um exemplo enfático de apreensão desta dinâmica pode ser observado nas eleições do CMLGBT-PG. Vênus, ao perceber que não conseguiríamos o número mínimo de candidaturas, colou-se em contato com grupos relevantes ligados ao movimento LGBTQ+ da cidade. Visando a ampliar o alcance de possibilidades de candidaturas, entrou em contato com Júpiter, confiando que essa, por sua vez, angariasse novas possíveis candidaturas.

Em apertada síntese, portanto, as redes referiam-se às práticas—sejam as de planejamento, operacionalização, adaptação e aplicação tática voltadas a luta por direitos de LGBTQ+ que constituíam, pela justaposição destas práticas, uma possível forma de (des)organização.

Em segundo lugar, as redes representavam um conjunto articulado de conhecimentos e práticas movimentados por fluxos desiguais de poder. Se a argumentação dessa tese estabeleceu que todas as pessoas possuíam um poder imanente, bem como diversas potencialidades/intencionalidades de atuação, as performances das pessoas envolvidas nessa rede não eram homogêneas, nem recíprocas, ou estáveis. Eram tão diversas quanto poderiam ser. Ademais, não se tratavam apenas das pessoas que compunham essa rede. Mesclavam-se as

instituições e os grupos, de modo que havia, mesmo nas lógicas próprias do movimento LGBTQ+, uma subversão em relação aos lócus de poder ‘comuns’, verticalizados, de poder.

Um bom exemplo dos movimentos destes integrantes da rede pôde ser observado com relação ao processo organizativo da Parada Cultural LGBTQIA+ dos Campos Gerais. Todos os anos, durante a reunião geral para determinar os encaminhamentos necessários para a realização do evento eram elencados procedimentos, parcerias, atividades. Eram variadas as frentes de atuação: alvará, parcerias, financiamentos, apresentações.

Mais do que um mero cumprimento de atividades, todas as etapas eram vencidas taticamente. Para o alvará, conversamos com ‘aquela’ pessoa da prefeitura que conseguia nos explicar os pormenores que poderiam facilitar e maleabilizar as burocracias. Ou ainda, conhecemos ‘aquele’ profissional que poderia prestar um serviço documental mais barato, desonerando os recursos financeiros da Parada.

O acesso facilitado a órgãos da prefeitura da cidade, ou de pessoas que integram de alguma forma instancias de participação social (como os Conselhos de Cultura e Assistência Social), também figuravam como fluxos importantes. Importantes e não unidirecionais. Os fluxos eram retroalimentados por necessidades e intencionalidades de todos os envolvidos nessa rede.

Para as parcerias, este aspecto era elevado a outro patamar. Primeiro, não podíamos esquecer de nenhuma pessoa proeminente na dinâmica do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, por respeito às trajetórias de constituição do movimento LGBTQ+ na cidade. Depois, porque os apoios reverberados dessas pessoas, abriam novas portas, ou melhor, novos fluxos e relações.

Partidos políticos progressistas, predominantemente do espectro político da ‘esquerda’ e sindicatos profissionais com este mesmo perfil constituíam força numérica, alcançando a mais pessoas e fortalecendo o argumento político da Parada Cultural. Deste modo, os convites se tornavam essenciais para ambos lados, visto que as respectivas organizações também possuíam suas próprias demandas e coordenadorias LGBTQ+ que demandavam de manutenção.

Ainda havia as casas noturnas e baladas que possuíam DJs e Drag Queens⁵⁹ como artistas principais dessas empresas. Estabelecendo-se como ‘baladas’ LGBTQ+, esses locais contribuem com diversos recursos (principalmente monetários, mas não exclusivamente). As

59 Parte da cultura LGBTI+, drag é uma forma de arte e entretenimento que se utiliza do exagero para realizar uma sátira. Feito com objetivo profissional, de expressão pessoal ou de crítica social. As performances envolvem música, atuação, dança, comédia, entre outras expressões artísticas. Drag queens são personagens femininas, drag kings são personagens masculinas e drag queer são personagens que mesclam características femininas e masculinas ou se utilizam de outras fontes de inspiração. Pessoas de todas as orientações sexuais ou identidades de gênero fazem drag. Também são conhecidas como transformistas (ABGLT, 2024).

casas noturnas e baladas promovem eventos Pré-Parada para levantar fundos, doando toda ou parte da bilheteria do evento. Além disso, doam itens para sorteios a fim de arrecadar recursos.

Mas por que cito a todos esses elementos organizacionais? Justamente pela enlace de rede que tínhamos. Ora, os apoios institucionais, de parcerias e de financiamento eram mediados pela pessoalidade ou pelo potencial institucional que tínhamos com o ‘nome’ Parada LGBTQUIA+ dos Campos Gerais.

Neste caso, tínhamos dupla forma de conexão, primeiro como ‘grupo’ Parada LGBTQUIA+ dos Campos Gerais, depois, individualmente, pelos alcances, conexões, relações que cada um dos integrantes viabilizava. Cada pessoa no grupo possuía suas próprias relações e propensões ao desempenho de um ou outro assunto com maior ênfase.

Se, por um lado, Anthe se destacava na estratégia de comunicação e possuía relações de proximidade com baladas e casas noturnas, de outro, Elara era influente em um determinado partido político e secretarias municipais da cidade de Ponta Grossa. Se por um lado Urano possuía vasta envergadura com movimentos sociais LGBTQ+ e estudantis, em partidos políticos e no setor cultural da administração pública, eu era a pessoa habilidosa com as burocracias necessárias para o estabelecimento formal de parcerias e contato com instâncias representativas em âmbito municipal e estadual.

Deste modo, as pessoas que ocupavam essa rede apresentavam diversas possibilidades de ação, a depender de suas experiências e trajetórias pessoais. No movimento da luta por direitos para pessoas LGBTQ+ em Ponta Grossa, enredou-se uma trama complexa. A pergunta posta no começo desta sessão era respondida pelas dinâmicas espaciais vivenciadas, ao passo que as intencionalidades se justapunham, coordenadas pela busca por direitos, constituindo-se como tática espacial. Essa rede moldava-se às necessidades e desafios do movimento em suas diversas frentes de atuação. Ao contrário de modelos tradicionais de organização, no qual o poder se concentrava em instituições ratificadas como centrais — como o Estado —, as redes LGBTQ+ se caracterizavam por sua descentralização não hierarquizada. Essa fluidez de poderes permitiu que diversas pessoas e grupos contribuíssem, por meio de suas intencionalidades e potencialidades, constituindo uma trama de ações que se entrelaçavam e se complementavam em uma ação coletiva (des)organizada.

Essas redes não se limitavam ao âmbito local. Entremeava em seus fluxos pessoas, grupos, instituições e mesmo agendas de outros lugares. Suas principais características eram a sua impermanência, mutabilidade e adaptatividade, contrastando as lógicas de integração estável “de malha”. Não se trata de descontinuidade. Se trata de indisciplina como

potencialidade de manter-se complexamente inteligente para desorganizar-se e reorganizar-se taticamente.

Terceiro – nos caminhos de produzir uma apreensão que desse conta, ou pelo menos se aproximasse dos desafios postos pelos referentes estabelecidos no que tange a compreender essa rede do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, encontrei em Corrêa (2012) uma boa forma de apreender sem simplificar a sua complexidade. Ainda que o texto elencado não possua similaridades teóricas relacionadas a Teoria Não-Representacional, espaço relacional ou mesmo se alinhe a temática LGBTQ+, e ainda, considerando que muitos dos autores que trabalham com *assemblage*, como é o caso de McFarlane (2011) declinem da abordagem em rede para investir nestas últimas como conceito explicativo geral.

Tratava-se, como proposto por McFarlane (2011) de uma atividade de apreensão - que ainda que não opere diretamente alinhada ao corpo teórico-metodológico basilar do trabalho, funciona instrumentalmente para apreender os movimentos da cidade.

Ocorre que a perspectiva de Corrêa (2012) ao tratar de “formas” e “arranjos” espaciais foi que, junto de Massey (2007; 2008) me permitiu refletir sobre essa rede, especialmente por seu esforço em apresentar e instrumentalizar uma forma de análise entre as dimensões geográficas de uma rede, aspectos fundamentais para a síntese aqui proposta:

As redes geográficas, como qualquer construção social, são passíveis de análise segundo diferentes dimensões. Sugerimos que três dimensões básicas e independentes entre si, cada uma delas incluindo temas pertinentes para análises específicas, podem descrever a complexidade da rede geográfica: a organizacional, a temporal e a espacial, envolvendo a estrutura interna, o tempo e o espaço. No que tange à dimensão organizacional, sugeriu-se que se considerássemos agentes sociais (Estado, empresas, instituições e grupos sociais), a origem (planejada ou espontânea), a natureza dos fluxos (mercadorias, pessoas, informações), a função (realização, suporte), a finalidade (dominação, acumulação, solidariedade), a existência (real, virtual), a construção (material, imaterial), a formalização (formal, informal) e a organicidade (hierárquica e complementaridade). A dimensão temporal, por sua vez, envolveria o conhecimento da duração (longa, curta), da velocidade dos fluxos (lenta, instantânea) e da frequência (permanente, periódica, ocasional). Finalmente, a dimensão espacial abrangeria o conhecimento da escala (local, regional, nacional, global), da forma espacial (solar, dendrítica, circuito, barreira) e das conexões (interna e externa) (Corrêa, 2012, p. 205).

Reservadas as especificidades de reflexão, como o caso de eu não apreender uma definição de forma de rede como aquelas descritas por Corrêa (2012), o autor estabelece guias de orientação interessantes no que tange às suas dimensões:

a) dimensão (des)organizacional: a partir do estabelecido em Corrêa (2012), pode-se apreender que a rede do movimento LGBTQ+ é constituída por uma multiplicidade de interações. Essas interações não ocorrem **apenas** na esfera da pessoalidade ou **apenas** na esfera da institucionalidade, são relacionais. **A mesma rede articula pessoas, instituições, grupos sociais, partidos políticos, órgãos da administração pública e empresas** em torno de objetivos comuns relacionados a pauta LGBTQ+. Sua **origem** é tática e intencional, respectiva a promoção da agenda LGBTQ+. Todavia, as relações que acontecem na/pela rede **são espontâneas e contingentes**, ou seja, a intensidade dos fluxos e mesmo a forma da rede é constantemente mutável. Estes fluxos possuem por natureza uma similaridade com o teorizado nas abordagens clássicas sobre as redes, tendo em vista que o que é movimentado nesta trama são recursos - materiais, imateriais, informacionais, monetários. Sua **função, em uma perspectiva tática**, é a de possibilitar às mais diversas práticas, eventos, ações e mobilizações do movimento LGBTQ+, em que as relações nela/por ela estabelecidas viabilizam tais ações pela articulação de potencialidades posta em relação. Estas potencialidades não são alinhadas ou justapostas homogeneamente. A depender da demanda e do contexto, certos integrantes desta rede adquirem maior proeminência, de modo que a **organicidade/plasticidade** desta rede é também mutável, visto que ao passo que a demanda mude, novas proeminências são estabelecidas e outras lógicas de poder são constituídas. Sua existência é informal, não há definição de fluxos de referência e contra referência, embora o ‘saber a quem procurar’ (pessoalidade) seja elemento enfático o suficiente para a manutenção das interações.

b) dimensão temporal: a temporalidade desta rede é complexa. Como formação que depende das relações estabelecidas e considerando que estas relações são espontâneas e mutáveis, é necessária uma metáfora ou imaginação que considere tal mutabilidade. Assim, a **perspectiva temporal aproximada** segue o sugerido por Massey (ano, p. 119), ou seja, de que a constituição desta trama é feita por “[...] constelações temporárias de tempo espaço”, sendo que a frequência dos fluxos é tão contingente quanto as formas que ela pode adquirir.

c) dimensão espacial: a dispersão espacial nesta rede é também múltipla. Seus fluxos amalgamam variadas escalas e se conectam, materialmente e imaterialmente, com pessoas, instituições, grupos e agendas articulando o local ao global. Este transbordamento em rede entre escalas (translocalmente) ocorre devido aos integrantes ponta-grossenses desta rede se conectarem e usufruírem de recursos e influências adquiridos na relação com outras redes e outros lugares. Sua forma se aproximaria ao que Massey (2007; 2008) sugere como uma constelação de espaço-tempo — possui graus e intensidades multifacetados. Seus nós, e seus arcos (e suas intensidades, potencialidades) alteram-se constantemente a depender das

proeminências de poder relacionados às reconfigurações da rede em relação a uma determinada ação.

Reforço, a respeito da rede do movimento LGBTQ+, a interdependência em relação a algumas outras redes, como a de internet. O entrecruzamento da rede do movimento LGBTQ+ com a internet viabilizou a tão demandada aproximação com outros lugares do Paraná ao mesmo tempo que permitiu a integração com outras escalas.

Ao mesmo tempo, essa rede é constituída por múltiplas escalas de relações, desde aquelas que se desenrolam nos eventos do cotidiano, geralmente referentes à pessoalidade, até aquelas que permeiam a atuação política LGBTQ+ em diversas instâncias. Embora a internet componha a maioria das táticas estabelecidas nesta rede, os contatos pessoais e a presença física não foram abdicados ou substituídos.

Apesar de ser possível falar de uma rede do movimento LGBTQ+, ela possui uma diferenciação interescalar. Na escala dos acontecimentos cotidianos, essa rede se estabelece pela proximidade e confiança, rompendo as fronteiras entre o público e o privado. Por outro lado, o jogo político expande essa rede além da microescala do cotidiano, conectando pessoas da mesma cidade, de outros municípios e estados em uma mesma rede de mobilização política.

O destaque dado a rede neste trabalho é relevante, visto que começa a arrematar uma possível resposta à pergunta posta a esta tese. Nesta interpretação, o conceito de rede reverberou da vivência *in situ* e da apreensão daquele movimento por meio sentidos, nos quais os variáveis encontros através de múltiplos espaços-tempos puderam ser elucubrados.

A insistência nas redes se baseia no entendimento de que existem temporalidades diversas inerentes às formações espaciais. Não se trata da amputação do sentido do tempo contínuo pelo enclausuramento a uma forma espacial ou outra. Trata-se de amálgama e emaranhamento, tanto de espaços, quanto de tempos. Logo, minha aposta não é de um fio condutor conceitual, um tempo ou uma dimensão do espaço. Opto pelo plural, em que o “conceito-chave” da geografia do movimento LGBTQ+ é a complexidade espacial e de suas obrigatórias implicações em relação a temporalidades e as formas de produção de inteligibilidades.

Esbocei com esta sessão, uma noção de rede como uma destas formas de apreensão, especialmente porque elas conotam integração. Não se trata de permanência ou estabilidade contínua, mas da resposta encontrada a uma necessidade. Sejam nestes quatro anos de tese, ou nos dez em que já pesquiso com/no movimento LGBTQ+ o aprendizado, as informações e as ações desenvolvidas foram viabilizadas pelas trajetórias e potencialidades elaboradas nesta dinâmica em rede.

Nesta reflexão não trabalho isoladamente com o conceito de rede, como já informado ao longo do texto até este momento, mas considero que elas funcionam como uma possível concepção sobre as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, manifestando formas particulares de (des)organização em torno do objetivo de buscar por direitos a essa população. Disso posto, as próximas sessões avançarão no debate sobre imaginações geográficas e as formas de apreender o espaço, com destaque às organizações espaciais provisórias.

3.2 IMAGINAÇÕES – OUTRAS FORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

Pensar o espaço como esfera da propensão e da multiplicidade conduz, primeiramente, a uma forma enigmática de pensamento. Quando Massey (2008) reflete em “Pelo Espaço” sobre caos, acaso, contingência, heterogeneidade e atravessamentos, a impressão é a de que, assim como no cinema, se é demandada uma ‘suspensão da descrença’ na qual um potencial imaginativo e de abstração são necessários para compreender suas proposições.

Quais suspensões? Quais descrenças?

Já foi argumentado no contexto desta tese que a centralidade dos discursos hegemônicos, sejam eles a respeito do fazer geográfico, seja a respeito da estrutura de normas que regem as formas de ser, determinam com elas as formas de fazer e de pensar. As regras e ritos do fazer científico, as abstrações, os binômios de ‘nós’ (pesquisadores) e ‘eles’ (pesquisados). Na Geografia, a primazia do olhar e a busca pelos sistemas explicativos fechados na tarefa de dar conta de representar (conter?) e descrever o espaço observado se consolidaram como sinônimo de ‘grafar a terra’.

Sem o recurso idílico das representações imagéticas que ainda permeiam o senso comum acerca das belezas “geograficamente” naturais ou a possibilidade de poder grafar toda uma tese apenas na forma de diários de campo, a prática acadêmica, por vezes, demandou dessa suspensão da descrença para que as folhas brancas e hermeticamente formatadas de um trabalho acadêmico pudessem se aproximar e produzir inteligibilidades acerca de uma realidade.

Novamente - que suspensão da descrença?

Ora, mesmo no caso da natureza idílica representada em seus mais diversos formatos, ela não deixou de ser impermanente. Nem o espaço o deixou. E quem é que se ocupou de tornar conhecido, de **colocar em relação** aqueles espaços que jamais seriam vivenciados?

Neste caso a suspensão da descrença se refere a transposição do limiar que limitaria tangibilidade e intangibilidade.

Nogué e Romero (2006) argumentam que a Geografia, via de regra, “[...] trata do visível, do tangível, do tempo de média e grande duração” (Nogué; Romero, 2006, p. 38), das leis, das descrições visuais, empíricas e cartesianas. Esta ciência baseada na racionalidade e objetividade rejeita o incerto, e impulsiona, quase que obsessivamente, à eliminação do que é considerado contingente, portanto, fora de controle, sem legitimidade, uma vez que não corresponde a seu método de escrutínio.

A ideia de descontrole seria facilmente evocada se eu elencasse uma vez mais o suposto inicial da teoria de Massey (2008). Ocorre que é justamente pelo caminho de abraçar o espaço em toda sua multidimensionalidade que a autora é essencial para essa reflexão.

Em minha busca pelo ‘qualificativo de geográfico’ a respeito do movimento LGBTQ+, empreitada de longa data, os contornos de uma ‘forma’ geográfica que fosse facilmente assimilada por um dos conceitos-chave da Geografia não foram identificados. Havia redes, mas não apenas redes. Aliás, a rede, embora fosse autônoma e merecesse um trabalho todo dedicado a ela, não correspondia **totalmente** a minha busca, ainda que potencializasse as ações. A atuação em rede por si, apesar de tática, não representava a todos os aspectos observados *in situ*.

Ora, não apenas as redes que seriam meritórias de possível análise. Articulada a elas, as escalas se destacaram como forma de apreensão pela riqueza de similitudes e diferenças que podiam, mesmo que de uma perspectiva geral, serem apreendidas acerca da envergadura e enraizamento do movimento LGBTQ+ com instituições, pessoas e movimentos nacionais e globais específicos desta agenda. Todavia, os necessários recortes da pesquisa, que se referem a microescala do acontecer cotidiano, contiveram o quanto deste atravessamento ‘interescalar’ fora possível de apreender, ainda que sua presença imanente nas táticas espaciais não pôde passar despercebida às interpretações.

Apesar de ter aparecido fundida à interpretação sobre as redes do movimento LGBTQ+ elaborada na seção anterior deste capítulo, elas não são meros apêndices ou acessórios destas redes. Por mais que se fale de uma rede que atravessa as múltiplas escalas, por certo isso não implica que este atravessamento signifique uma homogenização do que é encontrado nas escalas local, regional, nacional e global em termos de movimento LGBTQ+.

Com isso, não se sinonimiza as escalas a níveis de análise. Como ponderado por Castro (2000) as escalas são formas de apreensão da realidade a partir da seleção de uma parte do real,

sem abdicar ou dissociar a parte destacada de suas relações, interações e da multiplicidade imanente a realidade.

Essa perspectiva de escala leva-me a regressar aos recortes estabelecidos para a reflexão em adição à perspectiva de trabalho de campo adotada. O trabalho *in situ* permitiu a elaboração de interpretações na microescala do fazer e do presente. Os processos de organização, as articulações táticas, a permeabilidade do movimento e sua inteligência ao constituir e apropriar-se de fluxos e movimentos estabelecidos em rede e pelo atravessamento de diversas escalas.

Neste caso, a perspectiva de escala que acompanha o acontecer do cotidiano, estava focada no movimento e na multiplicidade de relações e de performances - nas dinâmicas, interconexões e inter-relações realizadas nas trocas de recursos através de diferentes locais, não necessariamente ocorrendo sempre em uma relação global – local, mas em uma relação que extrapola o local, entre locais, comportamento que, conforme Massey (2008) borra os limites de diferenciação espacial.

Essa inteligência tática fluída, cuja escala centrava-se no cotidiano, permitia-me observar, a despeito do qualificativo de geográfico, uma espantosa capacidade de mudança de formas e de conceber e constituir arranjos espaciais efêmeros e autônomos (em finalidade) em relação às redes e as escalas.

Dentre o leque tático desenvolvido e performado por este movimento, havia mais uma forma espacial, que se fazia e desfazia, marcada por uma provisoriedade distinta daquela imanente às redes, conforme a perspectiva elaborada por Massey (2008), Cumbers, Routledge e Nativel (2012). Essa forma possuía uma intensidade contingente que determinava sua impermanência — tratava-se das organizações espaciais provisórias.

Seguir a lógica de simultaneidade irrestrita que caminha pelos trilhos da consideração daquilo que extrapola o olhar acabou por não me possibilitar a redução a **um** qualificativo de geográfico. Afinal, o que eu faria com aqueles acontecimentos provisórios, efêmeros, com temporalidade definida realizados pelo movimento LGBT+? Como eu poderia deixar passar despercebida a estabilização de uma identidade de ‘movimento LGBT+’ que surgia nesses acontecimentos ‘organizados pelo movimento LGBT+ ponta-grossense’? E ainda, como eu ignoraria o arranjo de pessoas, grupos, instituições para a realização de tais empreitadas?

Neste contexto, eventos, atos, palestras, ações coordenadas de postagens em redes sociais e comissões — todas práticas marcadas pela provisoriedade, efemeridade e pelo agrupamento coordenado em torno de uma finalidade, com dinâmicas claras de agrupamento e reagrupamento — assumiram importância capital para a compreensão das táticas espaciais do movimento LGBT+ de Ponta Grossa.

3.2.1. Das Organizações Espaciais Provisórias

Neste ponto do texto, emerge o desafio de abordar a intangibilidade intrínseca às “organizações espaciais provisórias”. O título desta subseção, estabelece um desafio e um fio condutor para guiar a apresentação do conceito.

As **organizações espaciais provisórias**, são, como implica sua alcunha, arranjos relacionais, nos moldes estabelecidos para essa interpretação, ou seja, considerando as inter-relacionalidades, processualidades, co-implicações e devires que a teoria de Massey (2008) se utiliza para interpretar o espaço geográfico. Em adição, considera-se igualmente a principiologia não-representacional no campo da Geografia, ou seja, considerando a intangibilidade dos acontecimentos do cotidiano, das performances e da imbricação entre materialidades e imaterialidades.

São uma forma espacial que organiza em sua constituição princípios contrários: construção-desconstrução, arranjo-desarranjo, territorialização-desterritorialização.

O termo ‘organização’ é compreendido conforme o estabelecido por Morin (2007) como uma descoerência na qual a associação de princípios opostos resulta em uma **forma de organizar** elementos de **uma mesma realidade** em uma relação de implicação mútua entre as partes, ou seja:

Então, damo-nos conta de que é preciso chegar a uma complexidade lógica, porque precisamos de unir noções que normalmente se repelem logicamente, como a unidade e a diversidade. E mesmo o acaso e a necessidade, a desordem e a ordem, se combinam necessariamente para conceber a gênese das organizações [...] (Morin, 2007, p. 45).

As organizações espaciais provisórias aqui apresentadas resultam de uma interpretação baseada nos conceitos de agenciamento desenvolvidos nos Mil Platôs de Deleuze e Guattari (1995) e na teoria das 'assemblages' elaborada por Delanda (2016) no campo da sociologia, e abordada na Geografia por Anderson e McFarlane (2011) e McFarlane (2011).

Conforme Deleuze e Guattari (1995), os agenciamentos são formas explicativas que contrastam as teorias de sistemas de totalidades que buscavam explicar a realidade em uma metáfora orgânica em que cada componente cumpriria uma função específica para compor

um “todo” social e/ou político⁶⁰. Os autores argumentam que os agenciamentos são formas em desenvolvimento contínuo. São constituídos por fluxos convergentes (semióticos, materiais e sociais) conectando multiplicidades. Também são provisórios na medida que se fazem e se desfazem na superfície.

Os agenciamentos coletivos de enunciação — aqueles dedicados à faceta “social” do universo possível de agenciamentos expostos pelos autores em suas interpretações, exemplos e metáforas — possuem como motes o “ato” e o “enunciado”. Cada agenciamento possui seus atos e enunciados próprios. Os atos se tratam das transformações promovidas por esses agenciamentos e atribuídas aos “corpos”. “Corpo”, para Deleuze e Guattari (1995), não se restringe à corporeidade física do ser humano, abrangendo também os corpos sociais — sejam eles físicos, sociais, culturais, etc.

“Ato” e “enunciação” são duas faces de uma mesma moeda na teoria dos autores. O ato representaria a transformação que ocorre entre os corpos que compõem o agenciamento, podendo ser física, social, cultural ou política, ele confere sentido ao agenciamento. Por outro lado, a enunciação é o processo pelo qual o ato é expresso, comunicado aos outros e torna-se público. Assim, o ato é o conteúdo do agenciamento, enquanto a enunciação é a expressão desse conteúdo.

Deleuze e Guattari (1995) delineiam a especificidade dos agenciamentos como uma forma espacial, destacando as dinâmicas de territorialização e desterritorialização. Para os autores, é por meio da territorialização que os agenciamentos são criados, sendo, assim como ato e enunciação, princípios fundamentais e estruturantes deste conceito. Ato, enunciação, territorialização e desterritorialização são pilares que destacam dinâmicas essenciais do movimento LGBT+. A leitura complexa dos autores se enlaçava a interpretação proposta ao princípio de organização de Morin (2007).

Neste contexto, McFarlane (2009) define o conceito de “assemblage” e sua proximidade com outros conceitos geográficos, como rede, território e espaço. As ‘assemblages’ são compreendidas pelo autor como possíveis formações espaciais observadas nos movimentos urbanos. As interpretações de McFarlane (2009; 2011) e Anderson e McFarlane (2011) enfatizam fenômenos como resultados de práticas e ações em processo. Conforme Anderson e

60 Segundo Delanda (2006) desde a Idade Média foram elaboradas analogias que comparavam o funcionamento do organismo humano ao do Estado, da sociedade e da política. Essas comparações foram reelaboradas pela teoria das totalidades orgânicas ou teoria organicista. Na teoria organicista, as partes componentes de um todo seriam constituídas pelas várias relações que mantinham com as outras partes desse todo, em uma relação de interioridade. Se uma parte deixasse o todo, ela deixaria de ser o que é. Já um “todo” cujos componentes subsistam por si mesmos — ou seja, cujas relações sejam externas umas às outras não possuiria uma unidade orgânica, uma totalidade orgânica.

McFarlane (2011), essas interpretações deslocam o foco para a multiplicidade de expressões de poder, desejo, interações e tensões. A associação com a teoria não-representacional não passa despercebida neste caminho reflexivo, visto que estabelece guias claras para a elaboração de uma geografia pensada em consideração aos movimentos e processualidades comuns ao cotidiano.

Se as assemblages são uma forma espacial, reitera-se na interpretação de McFarlane (2009) e Anderson e Mcfarlane (2011) o estabelecido por Deleuze e Guattari (1995) acerca dos processos de territorialização e desterritorialização como essenciais para a definição dos contornos destas ‘composições’.

Essa concepção destaca a processualidade como um elemento-chave pelo qual as performances dos agrupamentos e suas trajetórias de transformação em movimentos de união, desunião e propensão para novas uniões produzem essas composições de pessoas, grupos e instituições, constituindo esses agenciamentos ou assemblages como “organizações espaciais provisórias”.

Avançando à seara das teorias não-representacionais, o entendimento de “organizações espaciais provisórias” proposto visa contribuir às discussões sobre agenciamento e assemblage, valendo-se de sua principiologia em uma interpretação inerente ao experienciado no movimento LGBT+ ponta-grossense em que se enfatiza a tríade práticas-contexto-cotidiano para buscar explicá-las. Para isso, realizei algumas aproximações pertinentes à apreensão da proposta, a constar, em relação a: (1) metáfora da concha; (2) alteridade e contexto; (3) dinâmica A-D-R.

Apesar dos pressupostos basilares para sua compreensão, as aproximações serão realizadas considerando as noções de multiplicidade, impermanência, atravessamento e relacionalidade, que enfatizam a simultaneidade das organizações espaciais provisórias, considerando a potencialidade de tudo que elas podem ser: diversas, criativas, caóticas, confusas, conflituosas...

Não me demoro o suficiente para constituir desta aproximação subseção. Todavia, a metáfora, introduzida por Le-Moine em “Sobre a Inteligência da Complexidade, entrelaçando epistemologia e pragmática” (Morin, Le-Moigne, 2007), invadiu minhas reflexões sobre processualidades.

Referindo-se ao texto “O Homem e a Concha” de Paul Valéry, Le-Moigne (2007) enfatiza a transformação incessante entre forma, substância e ação. As categorias elencadas pelo autor, sintetizadas a partir do texto de Valéry, são essenciais para uma possível redução na abstração teórica até então apresentada, afinal, se a proposta deste capítulo parte de suspender a descrença e apostar no potencial imaginativo e complexo para apreender as formações

espaciais que coadunam em sua organização aspectos contrastantes, como organização e desorganização, materialidades e imaterialidades, coesão e descoerência, há uma inevitável demanda operacional no que tange a compreender as organizações espaciais provisórias.

Valery (2018) em sua prática interpreta uma concha, primeiro, através da síntese descritiva acerca da forma — seus contornos, seus alongamentos e sua estrutura, para então discutir seu conteúdo, sua constituição e seu “milieu”. Ademais, assume as limitações da apreensão humana em relação à complexidade de “coisas” aparentemente simples, mas que, por sua complexidade inerente, jamais se repetem ou sobrepõem -

Esta concha que mantenho e giro entre meus dedos, e que me oferece um desenvolvimento combinado dos temas simples da hélice e da espiral, leva-me, por outro lado, a uma admiração e uma atenção que produzem aquilo que podem: observações e exatidões totalmente exteriores, questões ingênuas, comparações poéticas, imprudentes teorias do estado nascente... E sinto que meu espírito presente vagamente todo o tesouro infundido das respostas que se esboçam em mim diante de algo que me detém e que me interroga...

Tento primeiro descrever esse algo. Ele me sugere um movimento que fazemos ao confeccionar um cartucho de papel. Criamos assim um cone no qual um canto do papel marque uma rampa elevando-se para a ponta, ou determina depois de algumas voltas. Mas o búzio mineral é construído de um tubo e não de uma folha simples. Com um tubo fechado em uma de suas extremidades, e supostamente flexível, posso não apenas reproduzir muito bem o essencial da forma de uma concha, mas ainda representar muitas outras, sendo que umas estariam inscritas em um cone como este que examina; enquanto as outras, obtidas com a redução do passo da hélice cônica, acabariam enrolando-se em espiral e dispondo-se como a bola de um relógio. Assim, a ideia de um tubo, de um lado; a distorção, de outro, bastam para uma espécie de primeira aproximação da forma considerada.

Mas essa simplicidade existe apenas em princípio. Se eu visitar uma exposição inteira de conchas, observarei uma maravilhosa variedade. O cone se alonga ou achata-se, estreita-se ou dilata-se; as espirais se destacam ou misturam-se; a superfície se cobre de saliências ou de pontas, às vezes muito longas, que brilham; algumas vezes ela engrossa, incha-se de bulbos sucessivos, separados por estrangulamentos ou gargantas concavas, sobre as quais os traçados de curvas se aproximam. Entalhados na matéria dura, sulcos, rugas ou estrias se perseguem e acentuam-se, ao mesmo tempo que, alinhadas sobre geradoras, as saliências, as espinhas, os florões se sobrepõem, correspondem-se a cada volta, dividindo as rampas a intervalos regulares. A alternância deses “enfeites” ilustra, mas do que interrompe, a continuidade da *versão* gral da forma. Ela enriquece, sem alterar, o motivo fundamental da hélice em espiral.

[...]

Hélice, espirais, desenvolvimento de ligações angulares do espaço, O Observador que os considera, esforçando-se traduzi-los para seus meios de expressão e de compreensão, não deixa de perceber uma característica essencial das formas desse tipo. Como uma mão, como uma orelha, uma concha não pode ser confundida com uma concha simétrica (Valery, 2018, p. 106–107).

Esta metáfora, que tratava da concha, também convidava à imaginação. O autor, ao extrapolar o exercício de se pôr em relação com “a coisa encontrada” (seja ela qual for), provocava a realização de perguntas que excediam aquelas realizadas nos postulados acadêmicos. Para além de “onde, quando, como e por que” Valery (2018) adicionara mais uma questão essencial — “o que/quem a fez a coisa”? Tratava-se de colocar em cheque as produções exclusivamente humanas.

A metáfora de Valery (2018) foi importante, justamente por permitir aproximações com as organizações sociais provisórias sem a redução de sentido ou simplificação de sua complexidade, uma vez que abraçava a imaginação como possibilidade de produção de conhecimentos.

A sua metáfora funcionou como uma provocação para conhecer a constituição das organizações espaciais provisórias por meio da apreensão de seus significantes. Aproximava-se em certo aspecto, inclusive, da proposta de “epistemologia sociomaterial de deslocamento e de mudança” argumentada por McFarlane (2011), não no sentido de modelização proposta pelo autor, ou seja, da criação de sistemas funcionais de aprendizado, mas no sentido de permear a complexidade com sensibilidade, percebendo as distribuições relacionais, traduzindo-as como reverberações.

Por exemplo, na segunda semana de setembro de 2021, o presidente do país, na ocasião, era Jair Messias Bolsonaro (PL). Enfrentávamos no Brasil a desolação da pandemia de Covid-19. Em Ponta Grossa (e no estado do Paraná) enfrentávamos o apoio crescente e incondicional de uma direita política reacionária, ligada ao fundamentalismo religioso e todo o conjunto de pânicos morais relegados à lógica dos ‘patriotas’ aficionados pela figura política de Bolsonaro e seus ideais políticos.

Naquele contexto, instalava-se na cidade outdoors em apoio à figura do então presidente, especialmente como forma de reação aos constantes protestos sobre a negligência em relação à condução de políticas de saúde e aos posicionamentos, opiniões e determinações notadamente nocivas que marcaram as práticas de seu governo.

Os grupos de comunicação no Whatsapp e Facebook dos seus apoiadores estava em polvorosa. Nós, tínhamos nossos “infiltrados”, acompanhando as mobilizações ‘do outro lado’. Uma “motociata” havia sido marcada para ser realizada na cidade. O presidente, ostentaria sua ‘famosa’ prática de demonstrar proximidade com sua base de eleitores desfilando pelas principais ruas da cidade de motocicleta, acompanhado em procissão por motocicletas e outros veículos de apoiadores.

Com a vindoura chegada de Jair Bolsonaro em Ponta Grossa, Elara sugeriu que montássemos um outdoor de repúdio ao então presidente para estampar alguma rua que sua motociata fosse passar. A inspiração veio justamente da série de outdoors favoráveis a Bolsonaro instalados nas principais ruas da cidade. Para tanto, foi proposto pela Parada LGBTQIAPN+ dos Campos Gerais que fizéssemos uma “vaquinha”⁶¹ online para angariar os recursos de instalação do outdoor, sendo que as artes seriam realizadas pelos designers da Parada LGBTQIAPN+ dos Campos Gerais. Não houve muita discussão, a proposta foi apresentada, festejada e aprovada rapidamente.

Constituímos assim uma organização espacial provisória. Aqueles atores, conhecidos entre si, foram facilmente contatados através da rede do movimento LGBTQ+. Os designers da Parada se mobilizaram com propostas de artes. A comissão de formação política acessou pessoas, grupos e instituições de sua rede para o angariamento de fundos. Partidos políticos, pessoas interessadas e consoantes a proposta, integrantes da nossa própria comissão, as casas noturnas, sindicatos de classes profissionais, várias pessoas uniram-se para o financiamento e elaboração.

A postagem nas redes sociais, foi taticamente pensada para causar alvoroço e reconhecimento entre a base contrária. “Desgoverno” e “gado bolsonarista” conferiam o tom da ação de contestação. As ações, todas, convergiam a um mesmo propósito. Ato e enunciado estavam imbricados, mas a finalidade ainda não havia sido atingida. Como parece, e, remetendo à McFarlane (2009; 2011) constituímos uma “formação resultante”, **um arranjo relacional provisório**.

Nas primeiras vezes que realizei algum tipo de metáfora visual sobre a forma destas organizações espaciais provisórias, assim como o proposto na atividade de Valery (2018), a síntese em imagem era quase que como um novelo: múltiplos fios entrelaçados, emaranhados, adquirindo contornos claros e densidade de conteúdo. Os contornos bem delineados daquela forma não me agradavam, nem a lógica de linhas. Não apenas por preciosismo, mas porque pareciam destoar dos estabelecidos para interpretação. Se cada linha anovelada seria correspondente a um dos atores envolvidos nesta amalgama, então haveria um *continuum*, uma única linha do tempo, uma única trajetória. Isso não correspondia ao princípio de propensão e de atravessamento que eu buscava. As assemblages naturais e as assemblages artísticas indicaram outros elementos pelos quais a síntese se desenhava, até figurar o formato aproximado do apresentado na figura 05:

61 Trata-se de financiamentos coletivos online intermediados pelo uso de alguma plataforma virtual.

Figura 05: Aproximação 1: *assembling* (reunião e organização)



Fonte: a autora

O apresentado na figura 06 é, assim como o exposto em forma de texto, uma síntese. Uma primeira aproximação, especialmente acerca de sua dissimetria, que, ao mesmo tempo, organiza as práticas, no sentido delineado por Morin (2007). Assim, a assimilação de suas primeiras formas, **a reunião e a organização**, demarcam a especificidade conceito em relação ao exame dos agrupamentos e suas trajetórias de transformação. A síntese visual apresentada na figura XX representa o movimento de **estabilização** de ações em torno de uma finalidade. A reunião e a organização, são o que Anderson e McFarlane (2011), McFarlane (2009) e Delanda (2016) denominam como “*assembling*”.

Conforme os autores, as organizações espaciais provisórias são formadas por uma tríade transformativa de movimentos constituída por “*assembling*” - sendo o momento de reunião, arranjo, enlace em torno de um objetivo comum; “*desassembling*” - sendo momento de descoerência, desestabilização e espalhamento; e “*reassembling*”, ou seja, a potencialidade de novas uniões imanentemente movida pelos desejos, intento e lógicas de poder inerentes aos atores envolvidos. Apesar de expor um esquema geral de funcionamento deste conceito, não ousou propor interpretações ou mesmo exemplos e metáforas que fujam ao escopo do tema deste trabalho. Deste modo, quando me referia a estabilização em torno de uma ação (organização) referia-me a canalização/junção de forças para o desempenho tático no âmbito do movimento LGBT+ de Ponta Grossa.

Introduzir o princípio da reunião/arranjo (*assembling*) à discussão, nada mais é do que reforçar os estabelecidos de Butler (2003) e Tarrow (2001) acerca das performances intencionais, de contestação contra-hegemônica. Afastada a hipótese da ação espontânea e esvaziada de sentido, a constatação apontada é a mais óbvia possível. As pessoas se reúnem porque querem /ou porque precisam. Afinal, como poderiam alterar os contextos opressores contra a vida de LGBT+ senão por uma união de esforços? “Querer” e “precisar” remetem a máxima de Deleuze e Guattari (1995) sobre os desejos e as paixões como essência da associação, mas não apenas a elas. Direccionam também à =intencionalidade performativa de Butler (2003) e ao intento de desafiar e contrapor a reprodução de normas e imposições sociais de mecanismos de hegemonização social, conforme o estabelecido por Tarrow (2011).

Neste sentido, nas relações estabelecidas durante o processo de *assembling*, há uma associação entre a dimensão política referente à conquista de direitos, à ocupação de espaços de representação e ao estabelecimento de relações de pessoalidade como política de reconhecimento e fortalecimento existencial social, manifestadas pelas performances. É durante a reunião/arranjo que a organização espacial provisória gera uma estabilização de intentos, fazendo emergir a sua identidade que não é definida apenas pela sua finalidade.

Segundo Delanda (2006), os processos de estabilização de identidade das assemblage correspondem a processos de territorialização. Para Heidrich (2009) a territorialidade é uma construção humana, resultante do estabelecimento de vínculos, das invenções humanas e das práticas sociais. O território é produzido por estes processos. De acordo com o autor, as ações são atributos da expressão territorial. Os vínculos territoriais, por sua vez, relacionam à apropriação e demarcação e apresentam uma variedade de usos (palestras, atos, paradas, passeatas, etc), sentimentos, percepções e finalidades.

Se a performance é, como definido por Butler (2003), o enlace entre ato e enunciado e se refere a um intento, então o foco nas ações como formas de territorialização se destacava. A premissa é tática, ou seja, esses territórios correspondem diretamente à relação entre os atores, seus poderes e suas práticas na qualificação territorial do espaço geográfico. Desta forma, interpreta-se, com base em Heidrich (2009), que a ação intencional de apropriação (tática) cria o território por meio do tensionamento com o espaço, seja ele performado, expressado, praticado ou disputado.

Retomando o exemplo ora iniciado - para a instalação do outdoor, acessamos a rota da motocicleta de Bolsonaro que havia sido divulgada na mídia local. Dentre as ruas pelas quais o trajeto se deslocaria selecionamos as de maior movimento de automóveis e pessoas, sendo elas (1) Avenida Visconde de Taunay, onde se localiza a prefeitura da cidade, bem como as

importantes vias de entrada e saída da cidade; Avenida João Manoel dos Santos Ribas, via de amplo movimento, em frente a um supermercado; Avenida Visconde de Mauá, outra via de amplo movimento e de acesso para entrada e saída de Ponta Grossa.

Uma votação foi instaurada pela comissão organizadora da Parada LGBTQIAPN+ dos Campos Gerais a respeito da localização. Dentre as possibilidades possíveis a Avenida João Manoel dos Santos Ribas foi a escolhida por conter o melhor custo-benefício - ao mesmo tempo que entregava ótima visibilidade, apresentava menor possibilidade de depredamento, visto que o supermercado possuía câmeras de monitoramento que possivelmente poderiam ser acessadas. Ademais, distanciava-se da prefeitura apenas o suficiente para não causar furor odioso destrutivo em relação a nossa ação, afinal, queríamos visibilidade e para tanto, precisávamos que o outdoor resistisse o máximo possível. Nos dias seguintes, realizamos por intermédio de uma empresa e, com alguma resistência, a instalação do outdoor.

O que queríamos com a colocação daquele *outdoor*? Promoção de visibilidade? Expressão de nosso descontentamento em relação a uma figura política notadamente nociva à existência de pessoas LGBT+? Manifestar-nos contra o Estado e a morosidade em relação a políticas específicas a LGBT+ no Brasil? Nos localizarmos no interior de uma agenda global de militância como um movimento LGBT+ interiorano que se fazia presente em uma cidade conservadora e violenta contra LGBT+? Escolher apenas uma destas alternativas seria, no mínimo, simplificador. Ademais, queríamos tudo isso e **fizemos** tudo isso. Apropriamo-nos de um elemento da paisagem da cidade, em um local de ampla visibilidade. Nos expressamos em nossos termos, inclusive utilizando expressões típicas da cidade:

Figura 06: Outdoor de manifestação contra o Bolsonaro



Fonte: PARADA CULTURAL LGBTQIAPN+ DOS CAMPOS GERAIS. Já passou na Visconde de Taunay hoje fazer o seu registro? Ponta Grossa, 16 set. 2021. Instagram: <https://www.instagram.com/paradalgbtpg/>. Acesso em 10 jan. 2025.

Mas o território não se traduzia pela apropriação daquele lugar. Em realidade, ele se constituía na relação direta entre as performances e o espaço. O espaço não foi desfeito ou substituído, não houve mudança de dimensão, houve uma organização espacial que estabilizou a relação direta entre atores e espaço.

O que se interpreta a partir do exemplo é a síntese dessas táticas intencionais constituídas para disputa, manifestação e apropriação, onde a instalação do outdoor é um construto dessa ação como apropriação material do espaço. Ademais, apesar de minha descrição e interpretação estarem direcionadas às ações do movimento LGBTQ+, elas não se desvinculam de contextos extrínsecos de disputas. Isso ocorre porque o outdoor e as ações estabelecidas pelo movimento LGBTQ+ contestavam a lógica de mobilizações da base eleitoral bolsonarista, que visavam promover visibilidade e apoio ao seu governo. No que se refere à lógica de disputas, seu sentido mais literal foi evocado quando a ação promovida pela Parada Cultural LGBTQIAPN+ dos Campos Gerais se inseriu em um confronto literal de outdoors.

Por mais inusitado que pareça, este confronto ilustrava com precisão o aspecto de apropriação do espaço e de sua relação intrínseca com lógicas desiguais de poder. Não é novidade nessa reflexão o estabelecido de que há um contexto opressor em relação à vida das pessoas LGBTQ+ reverberado de discursos LGBTQfóbicos.

As assimetrias de poder no sentido evocado em Massey (2008) e abordados, ainda que em outra perspectiva em Heidrich (2009), apontam um mesmo sentido reflexivo em relação à existência de tensionamento de poderes e de disparidades relacionadas aos fluxos de poder que promovem persistências dominantes no espaço. No argumento do autor, o Estado como ator territorial vincula-se a uma política de sociedade que não afeta todos os atores sociais da mesma forma no exercício de influência e controle sobre uma sociedade ou grupo de pessoas.

Essa forma do Estado, como ator territorial, influenciar a política social de maneira desigual entre diferentes grupos sociais potencializa uma arena de tensionamentos entre correntes e contracorrentes de projetos de manutenção de sociedade. Ora, como se opor a um projeto de governo que se utiliza do aparato do Estado senão pelo desenvolvimento de táticas que fragilizasse, ao menos na microescala, os efeitos desta dominação que se abala aos corpos? Ademais, a violência não se abalava apenas aos corpos.

Se tratando do outdoor elaborado pela Parada Cultural LGBTQIAPN+ dos Campos Gerais, este foi vandalizado, tendo sido rasgado e posteriormente retirado do local. Logo, extrapola-se a alcunha banal de “confronto de outdoors” para a sua real dimensão. Não era uma mera disputa de outdoors, era, em realidade, uma disputa pela manutenção da dominância por

parte dos setores alinhados com a política social dominante, contra aqueles grupos sociais que buscavam subvertê-la.

Ademais, considerando que o espaço, enquanto relacional, justapõe diferentes e assimétricas lógicas de poder, colocam também em relação eixos de disputa que extrapolam o tensionamento em relação ao espaço social dominante. Em uma multiplicidade como a encontrada no movimento LGBTQ+, é comum encontrar discordâncias em relação à condução de táticas. A associação a uma ou outra letra da sigla promove experiências similares, ou dissonantes, que reverberam em formas diversas de planejar e compreender as ações no âmbito do movimento LGBTQ+. Na constituição de territórios, essas dissonâncias são colocadas de lado em prol das ações intencionais.

Na emergência das táticas espaciais de contestação, é comum haver projetos paralelos acontecendo em simultâneo no movimento LGBTQ+, por vezes causando tensionamento interno. A modo de exemplo cito um acontecimento mais recente, ocorrido na terceira semana de janeiro de 2024 e pertinente ao assunto em comento.

Uma animosidade marcou os grupos relacionados à Parada LGBTQPIAN+ dos Campos Gerais. Uma notícia pegou a comissão organizadora da Parada de surpresa - estávamos sendo associados a um evento alheio às nossas organizações. A surpresa veio do fato do evento em questão ter sido anunciado como um “esquenta da Parada”. Tratava-se de um bloco de carnaval voltado à população LGBTQ+.

Nós da comissão sabíamos da realização do evento, mas não tínhamos nenhuma parceria estabelecida. O fato do bloco de carnaval ter sido divulgado como “esquenta da Parada” em portais de comunicação locais, bem como a amplitude do alcance daquela notícia inesperada, causou mobilização. Tínhamos que nos posicionar a respeito do anúncio por variados motivos: primeiro que não podíamos correr o risco de acabarmos responsabilizados por reverberações negativas relacionadas ao bloco, visto não termos firmado nenhuma parceria — aspecto que se tivesse sido realizado poderia contribuir para alinhamento de condutas, como proibição de consumo de bebidas alcoólicas, definição de faixa etária e demais regras que estabelecíamos como necessárias para a participação na Parada.

Ademais, nos últimos anos a comissão organizadora do evento vem enfrentando progressivas dificuldades para emissão do alvará e apoios no âmbito do Poder Executivo, fato que nos preocupava imensamente em relação a sermos associados a outro grupo, especialmente pela demanda “recebida” de que a Parada não citasse figuras políticas pejorativa ou negativamente em seus protestos.

O encaminhamento para a situação da notícia foi a solicitação de retificação a respeito da conexão com a Parada e a realização de uma postagem no perfil oficial do grupo retificando a informação. A postura da comissão organizadora da Parada não foi bem vista pelo outro grupo e por parte da comunidade LGBTQ+.

Ataques sob a justificativa de que estávamos sendo elitistas e de que estaríamos de alguma forma nos apropriando da parada (como forma de mobilização) foram desferidos e a acusação de que estávamos fragilizando e fragmentando a militância LGBTQ+ em Ponta Grossa foram estabelecidos, sendo adensados por uma onda de comentários negativos nas postagens do perfil da Parada LGBTQPIAN+ no Instagram.

A situação não se resolveu facilmente, tendo escalonado para conflitos interpessoais. As pessoas se conheciam da rede do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, então, sabiam onde se encontrar em meio a contatos, grupos, partidos políticos, afetos e desafetos. O conflito terminou tão abruptamente quanto começou. Retaliações foram feitas de ambas partes, mas o evento continuou a ser divulgado como um esquentar da Parada, e os resultados disso, caberão a outra temporalidade.

O primeiro desafio do ano de 2024 veio acompanhado de um tensionamento interessante para o debate acerca dos territórios. Estive diretamente envolvida no acontecimento em questão e por isso não me debruço sobre os méritos e deméritos de ambos grupos. Entretanto, destaco uma questão que me coloquei em muitos momentos enquanto atuava no movimento LGBTQ+ - “não haveria espaço para todas as iniciativas nesta lógica de disputas contra um poder esmagadoramente maior em abrangência e potencial coercitivo do que o nosso?”.

O primeiro desafio enfrentado pela pergunta, que pode parecer ingênua à primeira vista, é considerar que, em termos gerais, poder-se-ia afirmar que sim. A concepção do espaço como uma esfera de múltiplas propensões sugere uma potência de criação e performance tão ampla quanto possível pelos atores envolvidos. No entanto, é através de Massey (2008) que se delineiam as ancoragens, os pontos que precisam ser estabelecidos.

Se as pessoas do movimento LGBTQ+ se organizam em uma rede composta por diversas formas de exercer poder e influência nos fluxos e relações estabelecidas, os diálogos e conflitos que emergem da (falta) de vínculos territoriais e da urgência em conquistá-los permeiam a questão da legitimidade. Segundo Massey (2008), a legitimidade é construída por meio de expressões de poder, em um processo de negociação implícito que, na microescala do cotidiano, está relacionado à manutenção de vínculos. Essas dinâmicas são elucidadas por Delanda (2016), que discute as demonstrações de solidariedade manifestadas por meio de promessas, votos, sacrifícios, ajuda mútua, além dos processos de legitimação e ratificação que ocorrem quando

se obedece a comandos sem coerção física, indicando aceitação da autoridade e centralidade de determinadas pessoas, legitimando assim lideranças e ativistas chave. No caso de instituições e grupos, a legitimidade é reforçada pelo engajamento com os objetivos institucionais.

Para Delanda (2016), as legitimações são explicadas pelos 'personal beliefs', ou seja, um processo de ratificação promovido por uma trajetória de reconhecimento. No caso de instituições, isso envolve o escopo e a missão institucional, uma estrutura de direitos e obrigações que a instituição se compromete a cumprir, e o carisma de seus líderes na execução de suas proposições e deveres. O autor avança argumentando que, no caso das pessoas, a ratificação ocorre pela identificação, similaridade de conversas, memórias e vivências, e pelo estabelecimento de vínculos de confiança e reconhecimento das capacidades pessoais que conferem centralidade à pessoa, podendo ser reconhecida como pessoa em destaque e predominância.

Estes processos de legitimação e do estabelecimento de predominâncias - ainda que mutáveis — geram, dicotomicamente, estabilizações e desestabilizações. Ao passo que as lideranças deste movimento avançavam em suas ações direcionadas a tensionar contextos e estruturas opressoras na macroescala, acabam afetando a projeção de outra, gerando tensões também na microescala.

Retomo a questão. Não haveria espaço para todas as iniciativas nesta lógica de disputas contra um poder esmagadoramente maior em abrangência e potencial coercitivo do que o nosso?

Havia um segundo desafio posto a essa pergunta, que consistia justamente em assumir que embora o espaço fosse aberto e propenso a todas as ações e relações, nem todas elas seriam ratificadas como tal. Neste aspecto, um trecho de Deleuze e Guattari (1995, p. 15-16) é pertinente:

[...] Em primeiro lugar, é necessário fazer intervir as circunstâncias: Benveniste mostra que um enunciado performativo não é nada fora das circunstâncias que o tornam o que é. Alguém pode gritar “decreto a mobilização geral”; esta será uma ação de infantilidade ou de demência, e não um ato de enunciação, se não existir uma variável efetuada que dê o direito de enunciar. O mesmo é verdade em relação a “eu te amo”, que não possui sentido nem sujeito, nem destinatário, fora das circunstâncias que não se contentam em torná-lo crível, mas fazem dele um verdadeiro agenciamento, um marcador de poder, mesmo no caso de um amor infeliz (é ainda por vontade de potência que se obedece...). Ora, o termo geral circunstâncias não deve fazer crer que se trata somente de circunstâncias exteriores. “Eu juro” não é o mesmo se for dito em família, na escola, em um amor, no interior de uma sociedade secreta, no tribunal: não é a mesma coisa, mas

tampouco é o mesmo enunciado; não é a mesma situação de corpo, mas tampouco é a mesma transformação incorpórea

Apesar da jocosidade do trecho, a escolha refere-se ao caso descrito no segundo exemplo. O grupo em comento, apesar de constituído por pessoas com certa proximidade com a pauta LGBTQ+ de Ponta Grossa, não era reconhecido. Isso não seria um problema em si, visto que no movimento LGBTQ+ ponta-grossense mesmo as instituições “mais conhecidos” sofrem por fortes aspectos de personalização. Ocorre que se o envolvimento com a pauta por parte dos integrantes daquela organização também era distante — eles atuavam mais como apoiadores esporádicos.

Ora, nada os impedia de estabelecer-se na cidade como nova frente do movimento LGBTQ+. Isso seria muito frutífero, inclusive pensando no esvaziamento deste movimento. O gatilho da questão residia no **uso da legitimidade de um grupo já instituído** para a constituição de uma outra territorialidade, o que pode ser compreendido como engodo, ou mesmo como tática, se extrapolarmos o sentido do argumentado em Certeau (1998).

Tarrow (2011) e Delanda (2016) argumentam em um mesmo sentido, afirmando que ações coletivas necessitam de coesão gerada pelas relações, decorrentes principalmente de confiança e cooperação. Ocorre que o que é aqui compreendido como “organização espacial provisória” é ambivalente e como já mencionado, não são um alinhamento linear e coerente, tampouco, são algo organizado, são mais uma congregação dinâmica e contenciosa em que cada participante possui suas próprias trajetórias, influências e formas de exercer suas capacidades. Então este processo de tensões e contingências é natural e é por ele que se constituem as dinâmicas de agregação e desagregação (*assembling e dessembling*) que constituem e desconstituem os territórios

Segundo Heidrich (2009), a vinculação territorial é compreendida como resultante da apropriação do espaço por atores sociais. O autor argumenta a respeito da degradação do vínculo com o espaço, resultante da limitação e de restrições em termos de uso e ocupação do espaço público. Complementarmente, afirma que apropriação do espaço é limitada pelas normatizações.

O que importa da noção de vínculos é o caráter de ‘engate’ de territorialidade explicitado pelo autor. Este “engate” ambivalente é que promove tanto os diálogos, quanto os tensionamentos que desembocam em territórios. Todavia, esta precarização a respeito dos vínculos territoriais promovem disputas entre as próprias frentes de atuação do movimento LGBTQ+. Assim, emergem nos processos de organização, disputas mediadas pela lógica assimétrica de poderes e de relações.

Ocorre que mesmo Valery (2018) em suas observações acerca de conchas aparentemente idênticas e que matematicamente poderiam ser assimiladas por cálculos e formulações, constatou que se sobrepostas, duas dessas conchas idênticas jamais se sobrepõem. No mesmo intuito, compreendo que organizações socioespaciais com a mesma finalidade **não iriam se sobrepor**.

Meu argumento, entretanto, situa-se nas táticas espaciais, sendo que as organizações espaciais provisórias são compreendidas como **uma formação resultante** de movimentos, sendo que o território (ou melhor, a territorialização e a desterritorialização) compõem seu acontecimento.

Neste intento, tanto a provisoriedade da dinâmica espacial em constante transformação quanto a conflituosidade inerente às lógicas de disputa pelo direito de agir e de enunciar-se, manifestadas tanto na macro quanto na microescala do movimento LGBT+, assim como a multidimensionalidade dos atores que compõem o movimento, estabelecem as bases para observar os movimentos de união e dispersão que podem ou não resultar em territorialidades.

O que determina a constituição dos territórios é a estabilização e coesão do agrupamento. Estes territórios não são fixos nem estáveis; são formações que se destacam pelo forte vínculo entre seus elementos, mas que, ao servirem a uma finalidade tática inerente à organização socioespacial provisória, se desfazem ao alcançar seus objetivos ou quando não conseguem mais manter a coesão necessária para uma atuação coesa de seus atores. A este processo de desintegração, desestabilização e, consequentemente, desagregação, Delanda (2016) denomina de “dessembling”.

Figura 07: *Dessembling* (de reunião e organização à desagrupamento e dispersão)



Fonte: a autora

A figura XX, apesar de destacar a forma em que os processos de *assembling* e *desassembling* são assimilados a partir de minha interpretação, é, como parece, uma síntese. Não se encerrando em seu conteúdo. Apesar da separação em estágios apresentada na imagem, as lógicas de reunião e desagregação, bem como a relação entre territorialização e desterritorialização compõem uma única forma aberta. Massey (2008) pondera acerca de que as formas nuas importam menos que seu conteúdo relacional. Logo, a ênfase reside na **processualidade**.

E se a realidade desafia os modelos formais se faz pertinente em vias de encerramento desta discussão, afinal, enquanto a realidade social e política constituir-se como um **problema**, no tensionamento entre o mundo vivido e o mundo desejado, haverá projetos de contestação. Mas os contextos “problema”, ou mesmo os anseios individuais das subjetividades políticas não garantem a constituição de um modelo **fixo e perpétuo** de atuação política.

Os problemas vão se reconduzindo e se transformando de acordo com os contextos. Afinal, seria determinista dizer que os atores do movimento LGBTQ+ atuam sempre da mesma forma, contra os mesmos grupos, pessoas e instituições. Como se os governos não mudassem, as táticas não se transformassem e os mecanismos hegemônicos não reconduzissem sua estrutura. De mesmo modo, seria igualmente determinista afirmar que as pessoas envolvidas nas ações do movimento LGBTQ+ **sempre estariam** envolvidas em todas as ações. Heidrich (2009, p.35), a este respeito, destaca que “Os ativistas são vistos muito mais como ‘missionários de um projeto de sociedade’ do que ativadores de uma política urbana”. O autor chama atenção que os próprios atores envolvidos desconstituem essa lógica ao se segregar das dinâmicas de agrupamento.

Em síntese, portanto, retoma-se uma vez mais a noção de performance e intento para considerar que nestas táticas espaciais:

(1) Não há *continuum*, visto que essas organizações espaciais são provisórias justamente porque são processuais. Estes arranjos relacionais, ainda que voltados à mesma finalidade, não são os mesmos. Os significantes podem alterar-se ou envolver-se de diferentes formas nas mais variadas organizações espaciais;

(2) Não há causalidade linear. Os contextos são fatores extrínsecos que catalisam o acontecimento das organizações espaciais, mas as formas de organizar são contingentes - podem acontecer com maior a menor intensidade em certos períodos e deixar de acontecer em outros (discussão elaborada no capítulo 4);

(3) As pessoas não vivem **apenas** para/no movimento LGBTQ+, logo, o “exercício das capacidades” de que argumentam Mcfarlane (2009) e Delanda (2016) não se trata da

funcionalização de pessoa em “peça” em um jogo de poderes, mas do exercício de suas capacidades e limitações como possibilidade de atuação em certos contextos, o que produz, a partir de processos de ratificação, assimetrias nas potencialidades políticas no âmbito do movimento LGBTQ+;

(5) O princípio de organização estabelecido a partir de Morin (2007) imbrica e admite simultaneidade irrestrita de organização e desorganização, territorialização desterritorialização e agregação e dispersão em uma **mesma formação espacial**.

Todos estes elementos que conferem a proposta imaginativa do espaço geográfico de Massey (2008) uma possível interpretação são as bases de debate acerca das táticas espaciais do movimento LGBTQ+ ponta-grossense.

CAPÍTULO 4 - TÁTICAS

A temporalidade nesta tese foi uma questão **complexa**. Por mais que eu tenha em muitos momentos declarado, tanto a anarquia em relação ao tempo linear em nome do tempo coevo (Fabian, 2013), ou mesmo reiterado os anos em que venho trabalhando no movimento LGBTQ+, não pude abdicar dos recortes temporais da tese.

Com o objetivo de detalhar os movimentos de organização e relacionalidade imanentes ao movimento social LGBTQ+ de Ponta Grossa, este capítulo enfatiza a apreensão dos movimentos e dinâmicas espaciais compreendidos como táticas intrínsecas à sua constituição. Pretende-se, assim, demonstrar como podem ser entrelaçadas a posicionalidade, o cotidiano e a relacionalidade em uma trama complexa de trajetórias amalgamadas, na qual não se abre mão nem da aparente banalidade do simples viver, nem da luta de caráter contra-hegemônico.

Neste capítulo, os diários de campo registrados no ano de 2021 constituem o principal subsídio para as reflexões. Contudo, mesmo nesses diários, há imbricações de temporalidades coevas, relacionais e processuais que embasaram as apreensões frente ao vivenciado *in situ*. Assim, predomina a análise dos acontecimentos de 2021, sem excluir outras temporalidades, evidenciando a coetaneidade.

O trabalho nos grupos LGBTQ+ em 2021, registrado nos diários de campo, apresenta discrepâncias quanto ao início formal. Enquanto na Flor de Lis e na Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/PG as atividades começaram 'oficialmente' em março, na Parada Cultural LGBTQIAPN+ dos Campos Gerais, o início ocorreu em abril. Já o Fórum Municipal LGBTQI+ teve início apenas em junho de 2021. Embora essas diferenças estejam demarcadas, um ponto comum nos quatro grupos foi o estabelecimento ou a busca por uma organização/estrutura relativamente formal (Quadro 2) -

Quadro 02: Perfil de início dos trabalhos nos grupos

No ano seguinte, em 2021, Júpiter me chamou para uma visita pessoal [com as devidas precauções respectivas a pandemia - uso de máscara, higienização com álcool em gel e distanciamento social]. Na ocasião, afirmou estar reestruturando a Associação da Flor de Lis.[...]. Desde este momento, Júpiter comentou que deveríamos ampliar as atividades da Flor de Lis, especialmente em sua abrangência interinstitucional. [...] Neste dia, discutimos sobre a necessidade de finalizar a regularização do CNPJ da Associação e montamos

Nesta data realizamos a primeira reunião do ano de 2021. [...] A reunião custou a acontecer, desde o dia 5 de fevereiro estávamos em negociações para definir uma data, mas o grupo, que já estava esvaziado, contando no momento com quatro pessoas, estava demorando para engrenar, de modo que só conseguimos viabilizar uma data no mês seguinte. [...] foi deliberado sobre a realização de eventos pela CDSG, bem como a participação desta comissão em eventos de parceiros para aumentar a pessoalidade,

uma lista do passo a passo necessário, que, em um primeiro momento, seria o de restabelecer a equipe diretiva, projeto de atuação, e portfólio. Júpiter ficou responsável por estabelecer os contatos, sendo que o portfólio e demais aspectos ficaram definidos como assuntos para posteridade.

(Chagas, 2022, p. 03).

especialmente em relação à pauta Trans. Ainda foi debatida a necessidade de articulação da CDSG/PG com as demais CDSG do Paraná - necessidade que já estava sendo dialogada por mim e pela Vênus com os colegas das seccionais (Curitiba, Maringá e Paranavaí).

(Chagas, 2022, p. 68).

Correspondendo ao edital de chamamento de integração de comissão organizadora publicado em janeiro de 2021 a que me candidatei e fui escolhida, fomos convocados para uma reunião de inauguração dos trabalhos e apresentações pessoais no dia 14 de abril de 2021. A reunião aconteceu online, via Google Meet [...] A definição de cargos aconteceu por meio de manifestação de interesse por área [...] Por fim houve o momento de palavra livre em que foram expostas opiniões gerais sobre os posicionamentos e participação da Parada em relação a votações na Câmara Municipal de Ponta Grossa. Foi exposta à questão dos Vereadores Pastores e sua pressão em relação à pauta LGBTQ+ e a realização da semana religiosa e o quanto (e se) isso nos afetaria [...].

(Chagas, 2022, p. 84–85).

O grupo da Comissão do Fórum Municipal LGBTQ+-dos Gerais foi criado no dia 20 de julho de 2021 com o intuito da organização do processo eleitoral do Conselho Municipal LGBTQ+ de PG [...]. Antes de realizar qualquer convite, Calisto me ligou e informou que foi encarregado pela prefeitura a conduzir a situação do Conselho Municipal LGBTQ+ e, que indicaria meu nome para representar a sociedade civil na comissão do Fórum Municipal LGBTQ+. Junto de um apelo para que eu aceitasse, informou que chamaria Vênus para a comissão; também pediu para realizar um parecer das entidades LGBTQ+ de Ponta Grossa que estariam em funcionamento, e que poderia ser encaminhado à gestão, para justificar e embasar o encaminhamento das atividades do Fórum LGBTQ+.

(Chagas, 2022, p. 12).

Fonte: CHAGAS, Bruna Iara Lorian. Diários de Campo: imersões realizadas em grupos do espectro LGBTQ+ De Ponta Grossa, Paraná, 2022.

Os períodos iniciais dos trabalhos nos grupos, no ano de 2021, foram de reorganizações. Como tratado em outros capítulos, especialmente no segundo, a busca pela adaptação do movimento LGBTQ+ em relação ao cenário pandêmico tomava forma à medida que os grupos se estruturavam para suas atividades. Apesar das incertezas sobre como proceder com as práticas reconhecidas em relação à trajetória histórico-política do movimento LGBTQ+ e aos eventos materialmente constituídos, especialmente no caso da Parada, todos concordamos que seriam necessárias reconduções táticas.

As demandas de integração e participação eram urgentes, era necessário demonstrar que resistíamos, ainda que com as ressalvas e pesares do contexto. Para este fim, a aproximação com outros grupos foi uma boa saída. Havia consenso sobre a necessidade de ação. Todos os grupos precisavam justapor suas parcerias e agir em relação à agenda LGBTQ+, ainda que as propedêuticas grupais fossem diferentes nos modos de agir.

Logo, havia um direcionamento geral para ação. Parar sequer foi cogitado e este foi nosso primeiro sucesso naquele ano, uma vez que o intento pela ação fornecia uma plataforma de suporte comum para o estabelecimento ou reestabelecimento de relações. Apesar do turbilhão

pelo qual passávamos naquele contexto, fomos capazes de nos reorganizar. Mesmo nos breves trechos expostos no quadro XX se pode evidenciar os **objetivos** das ações -

- Reestruturação institucional;
- Ampliação da abrangência interinstitucional;
- Previsão de realização de eventos;
- Inserção em instâncias representativas;
- Posicionamento frente ao cenário político fundamentalista-religioso;
- Identificação de ações comuns às pessoas LGBTQ+ na cidade;

Em meio a um contexto atípico, tínhamos referentes comuns para ação. Apesar da alegada complexidade e pressão criativa pela qual passávamos, o desafio foi de recondução/reinvenção das formas de organizar-se e estabelecer-se frente a pressupostos já conhecidos de ação.

Tarrow (2011), ao abordar a apreensão dos movimentos sociais e suas formas criativas de atuação em momentos de crise, destaca duas propriedades principais inerentes a essas ações. Para o autor, em primeiro lugar, observa-se o emprego de conjuntos variados e flexíveis de formas de ação; em seguida, considera-se capacidade transformativa dessas ações diante das mudanças contextuais, especialmente em relação às oportunidades e restrições políticas.

Assim, a necessidade de desenvolver ações em um contexto de crise, já era uma possibilidade prevista nos escritos de Tarrow (2011). Ao enfatizar a processualidade e a mutabilidade dos fenômenos, o autor defende a ampliação das fronteiras do que se entende por prática política, incorporando ações de naturezas variadas como formas legítimas de fazer política.

Retornando ao quadro XX, nos meses que se seguiram, cada grupo, a seu modo, deu andamento às demandas iniciais. Os contatos estabelecidos foram fundamentais para potencializar as ações dos grupos. Por meio das informações trocadas, ainda que predominantemente via redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, uma lógica de ação foi estabelecida.

Se o grande destaque daquele ano foi dado às performances 'online,' no ambiente 'offline' a maioria das ações estabelecidas não eram volumosas ou agressivas. Havia, sobretudo, emergências relacionadas a contornar os problemas daquele “agora”. À luz das demandas coletivas da luta organizada do movimento LGBTQ+ em escala nacional, nosso direcionamento se mantinha relativamente alinhado com as pautas historicamente constituídas respectivas a busca por direitos, com a ressalva de que havia um foco muito maior em saúde mental.

As conexões estabelecidas online não tornaram as ações menos eficazes, sendo, inclusive, o *modus operandi* utilizado para a organização desses grupos nos anos seguintes. Até 2024, momento de redação deste texto, esses grupos continuaram a se organizar por meio de plataformas digitais, com a diferença de que os eventos resultantes desses processos de organização voltaram a ser predominantemente presenciais. Além disso, não se abdicava do aspecto offline necessário para o acesso virtual (não dissociando virtualidade de materialidade), nem da integração das ações do movimento LGBTQ+ com o cotidiano e a vida além das redes.

Ao revisitar os diários de campo, noto que raramente mencionei as pequenas adaptações que fazíamos no cotidiano para participar das reuniões virtuais, como os minutos de atraso enquanto terminávamos de preparar o jantar, buscávamos familiares em atividades ou concluíamos uma tarefa de trabalho. Nosso repertório de atuação era composto daquelas aparentes banalidades, que, de um ponto de vista formal, poderiam passar despercebidas, mas eram fundamentais para nossa experiência coletiva.

Tarrow (2011), em seus estudos sobre ações contenciosas, já considerava aspectos “banais” como diversão, solidariedade e alegria na organização de ações contra-hegemônicas. Seus estudos apontam que, desde os anos 1960, os movimentos sociais na Europa realizavam mobilizações que uniam a aparente banalidade do cotidiano a táticas de mobilização política. O autor destaca os ‘chás’ promovidos em igrejas, audiências e manifestações públicas, entre outras formas de uma política que ele denomina ‘rotineira,’ a qual, inclusive, não se diferenciaria das formas mais agressivas e disruptivas de fazer política, mas se articularia em repertórios de ação que variariam de grupo para grupo.

Embora Tarrow (2011) não compartilhe diretamente da perspectiva não-representacional, suas argumentações possibilitam contextualizar o modo de organização do movimento LGBTQ+ de maneira interessante, viabilizando o posicionamento das táticas desse movimento social, interiorano e subversivo, em um histórico de ações que já borraram as fronteiras entre os tipos de ação pública e privada e o que seria considerado efetivo na organização de ações contra-hegemônicas ou no avanço de pautas. O autor denomina de ‘comportamento contido’ aquelas ações baseadas no cotidiano e nas rotinas, que, por serem menos violentas, estariam sujeitas a menor repressão.

É necessário, contudo, ponderar os rótulos de ‘rotineiro’ e ‘comportamento contido.’ No caso do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, ele não representava necessariamente um comportamento contido no sentido proposto por Tarrow (2011), que se refere essencialmente a um modo pacífico e funcional em relação à organização formal e de institucionalização. Tampouco corresponde estritamente ao conceito de ‘disruptividade’ como sinônimo de ameaça

(violenta) ou intimidação (sutil ou direta). Na experiência naquele movimento, ambos os conceitos de Tarrow (2011) – disruptividade e comportamento contido – mostraram-se mais maleáveis, revelando que a disruptividade podia manifestar-se de formas sutis, sem se limitar à oposição direta, violenta ou visível.

Embora, em muitos momentos, as organizações estivessem 'contidas' ao cotidiano, não no sentido de algo restrito aos limites de um lugar específico, mas como um 'comportamento inerente/imanente ao cotidiano,' isso não as tornava menos disruptivas. A quebra de padrões, frequentemente mencionada nos discursos da pauta LGBTQ+, era por si só uma forma de disruptividade. As diversas manifestações de representação identitária e de agenda das pessoas LGBTQ+ contestavam a normatividade hegemônica heterossexual/afetiva. Da teoria de Tarrow (2011) acerca da disruptividade, o que se destaca para esta reflexão são os aspectos de sinalização de identidade grupal por meio da coesão adquirida nas ações e o entendimento de que as ações disruptivas não precisam necessariamente ameaçar a ordem pública, mas as estruturas sociais e culturais dos mecanismos hegemônicos

Paralelamente à atenção dada ao caráter classificatório presente nos escritos do autor em diversos momentos sobre as formas de manifestação contenciosa (disruptiva, direta, indireta, de solidariedade, violenta, não violenta e outras), o cerne do debate está na criatividade inerente à busca por transformações sociais. A invenção do 'repertório' de ações é alinhavada por objetivos comuns e direcionamentos semelhantes, tendo o intento contra-hegemônico como fundamento.

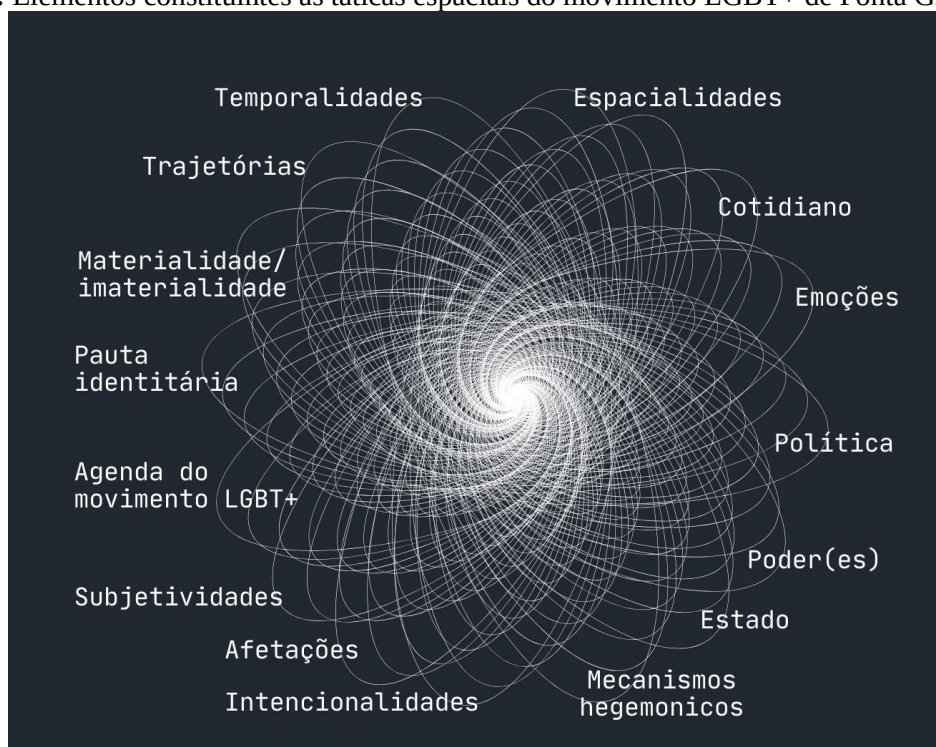
O movimento LGBTQ+ desenvolveu um repertório 'próprio' de ação. No cotidiano e em meio às demandas pessoais e profissionais, emergiam formas organizadas de atuação. Nenhum dos eventos foi violento, nem ocupou as ruas naquele ano. Nos anos seguintes, ainda que houvesse movimentos de rua com o retorno da Parada às avenidas centrais de Ponta Grossa e os eventos presenciais em auditórios institucionais renomados da cidade, não se tratava de um movimento 'desordeiro' – para usar o vocabulário usual da cidade. Tampouco houve confronto físico ou repressão policial. Posso afirmar com alguma certeza que a disruptividade que praticávamos era imanente, expressa por meio de discurso, performance e projeto de sociedade. Ao mesmo tempo, o objetivo era romper com as exclusões e violências às quais éramos submetidos, em lógicas e possibilidades semelhantes às instituídas pelos poderes hegemônicos e padrões sociais.

Almejavamos a institucionalização, a inserção na estrutura da administração pública e a visibilidade por meio de veículos de coleta e análise de dados oficiais. A formalização era uma necessidade que buscava contornar a precariedade a que éramos relegados. Contudo, esse

era um objetivo de 'longo prazo,' conectado às agendas históricas de luta política estabelecidas translocalmente. No curto e médio prazo, enfrentávamos demandas igualmente urgentes. O cenário de embate político frente ao fundamentalismo religioso ponta-grossense, a oposição ao governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) e as demandas específicas relacionadas àquele ano, em especial à pandemia, constituíam objetivos de médio prazo. No curto prazo, eventos em datas comemorativas, demandas inesperadas ou urgentes e chamados para ação relacionados as questões 'do agora' representavam o 'start' para as práticas.

Esta característica do movimento LGBTQ+ ponta-grossense em relação aos múltiplos tempos da ação e dos objetivos projetava ao campo de definição tática, demandas diferenciadas de organização. Essas formas, apresentadas subsequentemente sob os conceitos de “redes” e “organizações espaciais provisórias” amalgamam em sua organização elementos comuns identificados ao longo desta reflexão, vide o constante na Figura 8.

Figura 8: Elementos constituintes às táticas espaciais do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa



FONTE: Chagas, Bruna Iara Lorian. **Diários de campo**. 2022.
Org: A autora.

Com esses elementos, desenhavam-se táticas espaciais com uma geografia própria, constituída por particularidades de agendas, práticas, símbolos e significantes. A partir dessas características, foi possível traçar algumas sínteses imagéticas e tecer considerações sobre as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ ponta-grossense. Essas sínteses dizem respeito aos

processos de organização espacial realizados por meio das práticas, através dos quais o espaço foi tensionado e delineado de diversas formas, justapondo variadas manifestações de poder, negociações, políticas e afetos.

Embora a ideia de 'integração em rede' sugira que todos os lugares estão interligados pelo ciberespaço, encontramos limitações nos nossos próprios fluxos. Mesmo no espaço virtual, eram necessárias organizações e justaposições, de modo que apenas estar conectado na mesma rede social ou pela internet não era suficiente. A noção de um mundo 'em rede,' conectado globalmente pela internet e mediado por fluxos informacionais, não correspondia totalmente ao que observávamos na prática. Tínhamos parceiros espalhados pelo país e pelo mundo com os quais mantínhamos contato pela internet, mas eles não faziam parte direta da rede do movimento social em Ponta Grossa pelo simples fato de estar conectado pela internet. Durante o planejamento das práticas, sentíamos que nossos possíveis parceiros estavam, literalmente, a um clique de distância, mas isso nem sempre se traduzia em uma conexão com o espaço do cotidiano.

Com efeito, a integração que buscávamos na CDSG e na Flor de Lis não alcançou uma escala verdadeiramente estadual - objetivo de ambos grupos. Os fluxos estabelecidos estavam diretamente ligados às trajetórias de tempo coevo, ou seja, às relações construídas ao longo do tempo e ao reconhecimento pessoal, político e profissional de cada integrante destes fluxos que eram postas em relação naquele contexto específico. Naqueles fluxos, as ações e capacidades passadas dos grupos e indivíduos, bem como as potencialidades para novas ações, eram reconhecidas e conectadas às necessidades imediatas de 2021.

Dessa forma, a rede do movimento LGBTQ+ só pôde ser dinamizada pelas relações constituídas em outras temporalidades. Ainda assim, o seu alcance não se estendia para outras regiões do estado do Paraná, como Foz do Iguaçu, Londrina ou outras cidades médias do interior em que possuímos conhecidos e parceiros de trabalho, visto que os direcionamentos para ação eram outros ou mesmo não conhecidos naquele momento. Em resumo, a rede do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa possuía limitações próprias para uma desejada dispersão, mas essas limitações não criavam uma divisão ou relação de interioridade e exterioridade nas redes, mas relações recíprocas com objetivos ou necessidades comuns que se desenharam conforme a Figura 10:

Figura 9: Relações do movimento LGBT+ de Ponta Grossa no Estado do Paraná



Fonte: Google Earth Pró, 2023.
Org: A autora

Éramos quatro cidades justapostas, compartilhando naquele momento objetivos semelhantes: a busca por institucionalização e projeção da pauta LGBTQ+, especialmente em instâncias representativas. O principal objetivo do movimento LGBTQ+ de Maringá, potencializado pela CDSG/MGA, era a implantação do Conselho Municipal LGBTQ. Nesse sentido, a parceria com o movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, que havia instituído o primeiro Conselho Municipal LGBTQ do estado do Paraná, mostrava-se relevante para esse propósito.

Além disso, a proximidade, tanto no que se refere a distância entre cidades, quanto a relacional, entre Ponta Grossa e Curitiba e entre Maringá e Paranavaí favorecia diálogos específicos. No caso em que pude participar mais diretamente, referente à relação entre Ponta Grossa e Curitiba, a parceria de Vênus com o presidente da CDSG-CTBA, em conjunto com a Aliança Nacional LGBTQ+ e o Grupo Dignidade, oferecia uma oportunidade para diálogos constantes, trocas e coordenação de ações conjuntas -

Se as ações na CDSG/MGA fogem um tanto ao escopo destes diários de tese, com toda certeza me fornecem como pesquisadora algumas noções interessantes sobre mobilizações em tempo de crise ou em tempo de estruturação; as pessoas que compunham a CDSG/MGA, neste momento, estavam todas animadas, enérgicas e extremamente mobilizadas em torno da pauta LGBTQ+ no município. Neste grupo, as pessoas não apenas trabalhavam juntas, mas saíam juntas, divertiam-se juntas. A pessoalidade, seja de um jeito, seja de outro, continua sendo um fator predominante no potencial mobilizador. No fim das contas, a afirmativa de que apenas as dores unem as pessoas (retirada da entrevista com a Marte) é, talvez, apenas parcialmente verdade, pois as aspirações, os desejos e os afetos também parecem surtir efeito semelhante (sem determinismos, é claro). Inclusive, foi nesta Comissão que entendi que 'afetar' é uma palavra multidimensional e se desprende do sentido emocional/sentimental amplamente utilizado. Isso, pois, o sentimento de acolhimento extremo e respeito que senti nesta Comissão me chocou de uma maneira que, coincidentemente, veio a calhar com os debates que estavam ocorrendo sobre Geografia e afeto, especialmente através do Ben Anderson (Chagas, 2022, p. 68).

Thrift (2008) argumenta sobre “alianças que possuem consequências geográficas”. A perspectiva é interessante, embora neste trabalho sejam priorizadas as **potencialidades** em detrimento de uma relação causa (relações-alianças) e consequências (estabelecimento de rede). O que importa de Thrift (2008) a esta reflexão, além de toda a sua contribuição no que tange a teoria não-representacional, é a perspectiva de que os ritmos complexos do cotidiano reverberam em geografias específicas, delineadas pelas práticas e pelos seus modos de ordenação. Logo, as relações justapostas forneceriam as condições para a constituição daqueles fluxos, ainda que contingentes ou respectivos a uma temporalidade transformativa.

O caráter efêmero da rede do movimento LGBTQ+ ponta-grossense fazia com que qualquer tentativa de representação imagética parecesse artificial, irreal ou inventada – uma espécie de 'tipo ideal.' Já era o esperado. ‘Incipiente’ e “**uma teiazinha**” foram as expressões

utilizadas por Terra⁶² para a tratar acerca da possibilidade de uma rede do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa. Isso constituiu as reflexões acerca da provisoriedade da forma da rede, mas não impediu a criação de uma síntese visual do que observei em 2021, especialmente em termos de dispersão em escala estadual.

Em retrospectiva, chegamos longe. Embora não tenhamos alcançado todos os lugares que idealizamos nas nossas aspirações de 'aumento de abrangência em âmbito estadual,' estabelecemos uma lógica interessante de trocas de informações, trabalhos conjuntos e facilitação de processos — como nas negociações de autorizações nas seccionais da OAB e no engajamento em eventos, por exemplo. O adensamento de interesses e posicionamentos comuns, em um contexto de isolamento social imposto pela pandemia, criou um cenário em que 'estar junto' e 'estar conectado' ganharam novas conotações. O sentimento de reciprocidade e solidariedade ressoava como *ingenium* – aspecto de 'ligança' (Morin, Le Moigne, 2007) que gerava potencialidades, não apenas nas ações do movimento LGBTQ+, mas também no cotidiano.

Assim, alcançamos um sucesso dicotômico. Estabelecemos fluxos de comum acordo e compartilhávamos objetivos similares. Em relação às CDSGs, a produção de uma cartilha e as diretrizes para a implementação de conselhos de direitos animavam os diálogos e direcionavam as ações. No caso da Flor de Lis, o acesso ao Comitê Estadual LGBTQ+ nos colocou em articulação com grupos de todo o estado. A dicotomia estava no fato de não possuirmos, naquele momento, relacionalidades e intencionalidades comuns com um ou demais grupos pertencentes ao Comitê Estadual LGBTQ+.

A participação no Comitê Estadual LGBTQ+ viabilizava a partilha de interesses comuns representados nas reuniões e permitiam que nossos posicionamentos fossem projetados para outras instâncias e lugares. Isso posicionou nosso grupo em lógicas políticas e na construção de agendas que, antes de nossa participação no Comitê, apenas acompanhávamos por meio de campanhas ou conferências. Assim, essa projeção potencializou a força do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa na representação de interesses que eram alinhavados no Comitê.

Por este motivo, em muitos momentos considerei incluir esses outros membros do Comitê Estadual como parte da rede (especialmente pelos contatos iniciados em 2021 e adensado nos anos seguintes com algumas instituições, como a Casa Malhu, de Foz do Iguaçu). No entanto, o mero contato ou o estabelecimento de diálogos pontuais com essas instituições não garantia uma articulação em rede no sentido proposto neste trabalho. Considerar esses

62 Informação fornecida por Terra durante entrevista realizada em Ponta Grossa em 20 de Março de 2018.

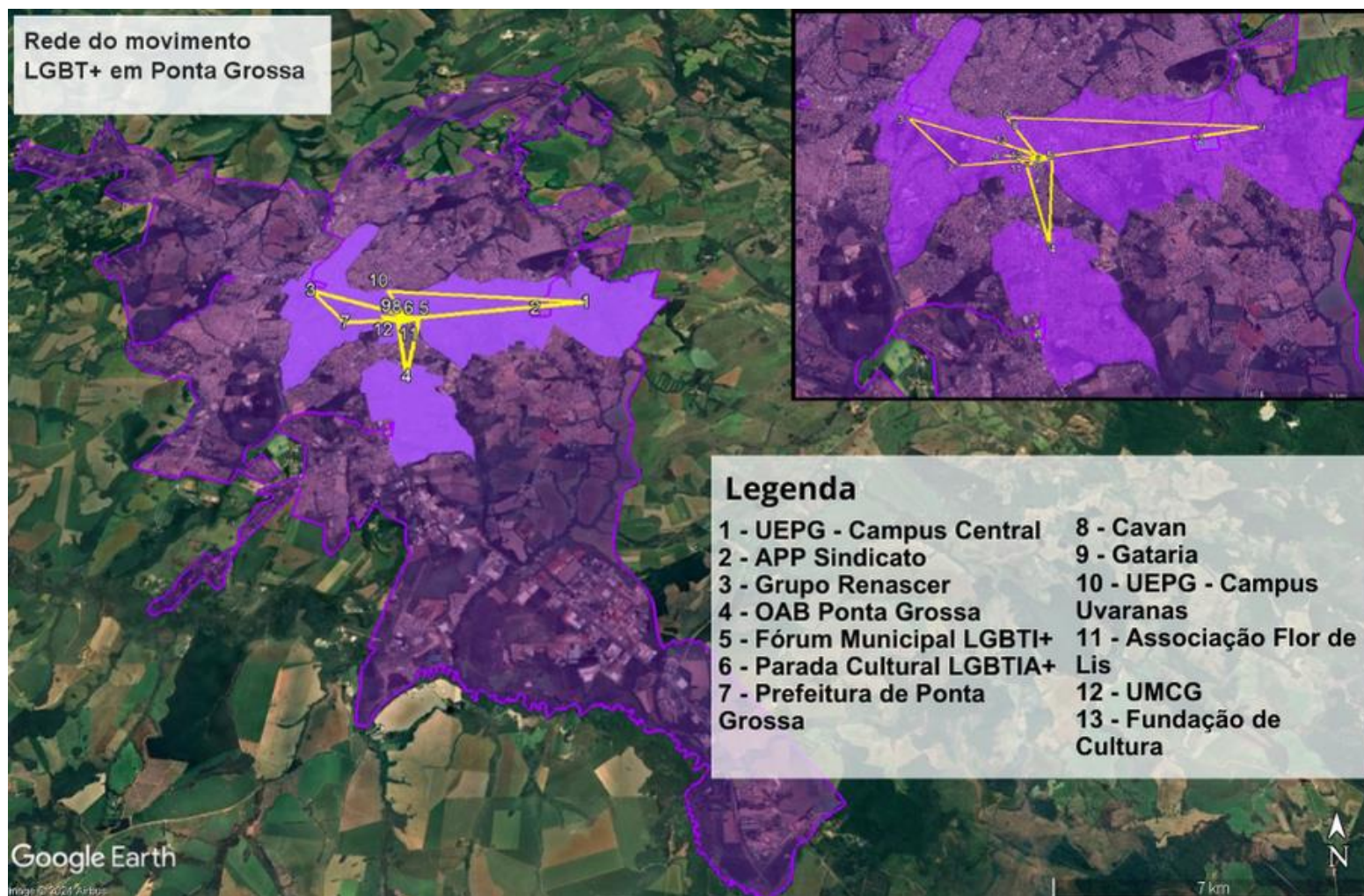
outros⁶³ grupos ampliaria a rede além dos vínculos específicos apreendidos no movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, e essa expansão comprometeria a clareza das análises, dado que a rede assumiria uma escala estadual que extrapolaria os limites da observação focada na cidade. Dada a dicotomia, optei por manter essas delimitações, ocasionalmente extrapoladas apenas para reflexão teórica.

Em Ponta Grossa, essa rede articulava o encaminhamento de interesses, sustentada por uma perspectiva de reciprocidade e/ou contraprestação. A Parada Cultural LGBTQIA+ dos Campos Gerais, por exemplo, era composta por um conjunto complexo de relações. Havia os ‘representantes da comissão’ que, a depender de sua justaposição em relação a certas espacialidades e contextos, eram *performers*, dragqueens, professores, médicos, cabeleireiros, designers. Ademais, casas noturnas, baladas e bares eram aliados confiáveis que adensavam a estrutura da rede do movimento LGBTQ+ ponta-grossense, cujos fluxos eram mantidos pelos interesses em relação à vivência LGBTQ+ - fossem eles — monetários, políticos, solidários e afins.

Embora as principais conexões na rede do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa (Figura 9) estejam concentradas em instituições, são as articulações promovidas na microescala do cotidiano – em grupos menores e espaços de convivência privados, como bares, baladas, cafés e residências – que consolidam essa rede no nível da pessoalidade, transcendendo a divisão entre institucionalidade e pessoalidade, público e privado. Vale destacar que mesmo essas interações pessoais e privadas são co-implicadas pelas conexões com instituições de maior alcance, que funcionam como pontos de referência para a coordenação de ações e para a visibilidade pública. Essa rede, composta por relações institucionais e interpessoais, possibilita uma visualização das dinâmicas que sustentam o movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa (Figura 10).

63 “Outros” grupos de uma mesma pauta, mas que naquele momento não se inseriam nas mesmas lógicas. Se este trabalho considerasse os anos de 2022 e 2023 para os registros de diários de campo teria outras configurações. A entrada de Vênus no Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPED) no ano de 2022 adensou as relações estabelecidas com a Casa de Malhú, cuja presidente também presidia o COPED. Os contatos foram adensados de tamanha maneira que a referida instituição incentivou e orientou a participação da Associação Flor de Lis em editais de fomento. Ademais, objetivos comuns para ação foram redimensionados, não apenas pelo fim do lockdown e retomada das ações presenciais de modo geral, mas pelo alinhamento com esta instituição e a apreensão de formas de ação e posicionamentos que contrastavam os nossos e provocavam mudanças.

Figura 10: Rede do movimento LGBT+ em Ponta Grossa



Fonte: Google Earth Pró, 2023.
Org: A autora

A síntese realizada na Figura 10 evidencia fluxos recíprocos de interação que possibilitam a organização de ações do movimento LGBT+ e promovem o apoio mútuo para situações inerentes à agenda. Aqueles grupos e instituições alinhavados representavam a potencialidade do movimento LGBT+ ponta-grossense, ao passo que viabilizavam a rápida e efetiva mobilização.

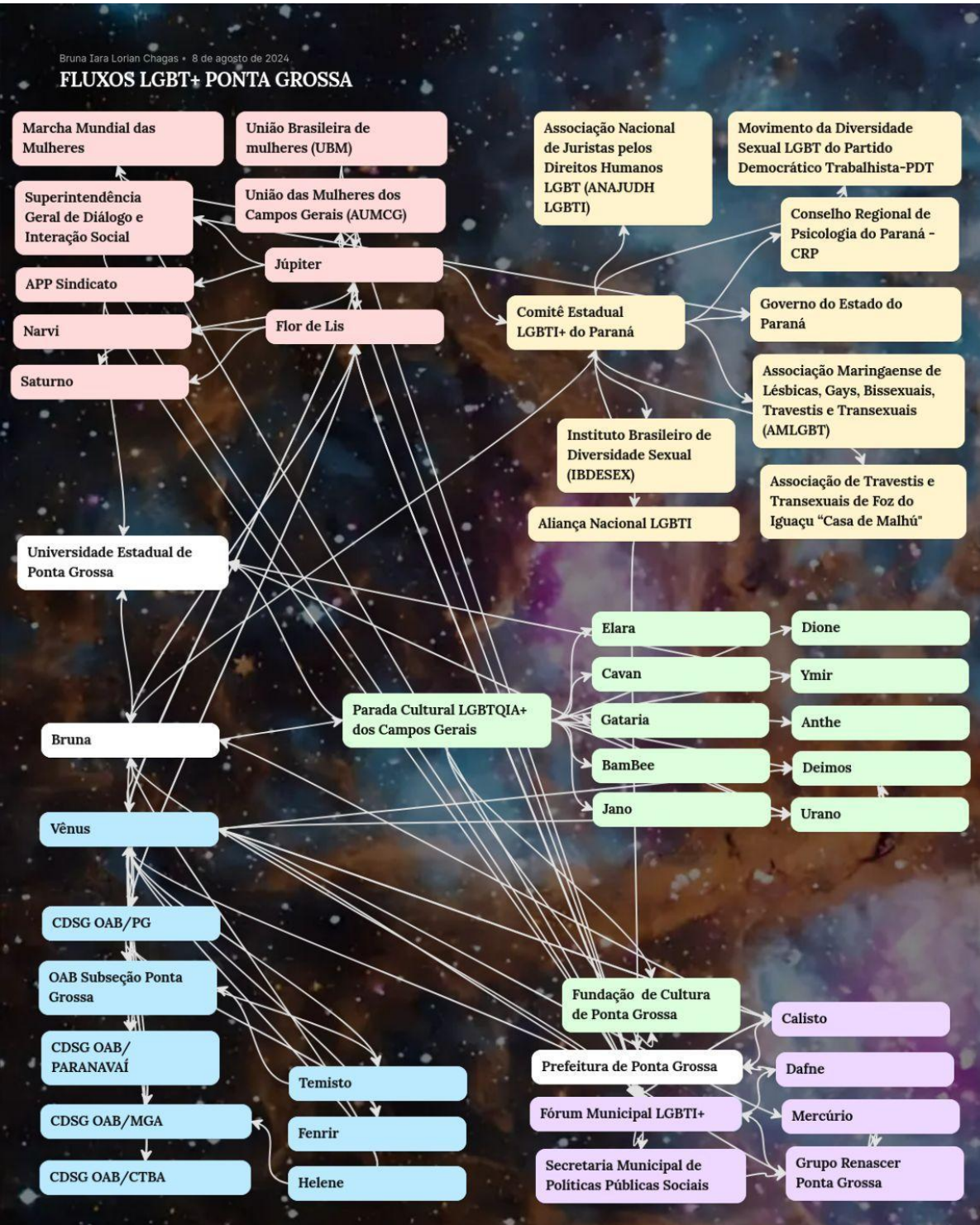
Ainda que efêmeras e transformativas, as relações ‘em rede’ garantiam a possibilidade de continuidade do movimento LGBT+ ponta-grossense. As relações pessoais e profissionais estabelecidas para além do ativismo, eram fundamentais ao contato recíproco projetado à militância. Assim como, as casas não eram apenas ‘as casas’ a depender dos significantes justapostos em determinados contextos, transformando-se em lugares de definição tática, as relações, a depender das necessidades do contexto, eram constantemente moldadas e delineadas. Desta forma, a rede do movimento LGBT+ de Ponta Grossa representava um conjunto articulado de conhecimentos e práticas movimentados por fluxos desiguais de poder, se transformando a cada demanda.

As relações estabelecidas com instituições de maior alcance e promoção de visibilidade eram interessantes, uma vez que garantiam o fortalecimento da rede e a adaptabilidade do movimento. A participação no Comitê Estadual LGBT+ e a parceria com grupos de alcance estadual e nacional ampliaram, ainda que temporariamente o alcance do movimento LGBT+ ponta-grossense para outras regiões do Paraná, mas a sua principal característica tratava-se das relações estabelecidas na microescala do lugar e a pessoalidade das relações, de modo que essa rede era predominantemente focada nas especificidades de Ponta Grossa.

Considerando o fazer político não apenas como performativo, mas também como relacional, os interesses justapostos constituíam a tessitura dessa rede. Com efeito, não eram apenas os interesses que importavam, mas também as lógicas de coordenação pelas quais as ações do movimento LGBT+ eram facilitadas por um conjunto relativamente estável de participantes que compartilhavam compreensões semelhantes sobre a realidade de 'ser no mundo' enquanto LGBT+ em Ponta Grossa (Figura 11).

A Figura 11 evidencia os fluxos recíprocos e as relações que estruturavam o movimento LGBT+ em Ponta Grossa, destacando as relações estabelecidas na microescala e que viabilizaram a organização de ações em situações ligadas à agenda do movimento naquele ano.

Figura 11: Fluxos da rede do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa



FONTE: Chagas, Bruna Iara Lorian. **Diários de campo**. 2022.
Org: A autora.

Assim como as casas e espaços de convivência se tornaram, em determinados contextos, lugares estratégicos de resistência e definição tática, as conexões com as pessoas e grupos

representados na Figura 11 refletem o potencial do movimento LGBTQ+ para a organização tática. Nesse caminho reflexivo, a perspectiva não-representacional permite uma interpretação que vai além da simples troca de informações e da integração geográfica (no sentido de encurtamento de distâncias), apostando em formas de ação e experiências comuns que, por suas particularidades, promovem e exigem enlaces específicos. Esses enlaces tornam visíveis as especificidades dessa rede indisciplinada e atípica. A realidade do movimento LGBTQ+ demanda criatividade para apreensão e organização de seus movimentos e a fluidez de suas articulações.

Como representado na imagem, os enlaces são diversos e despadronizados (embora a organização em pequenos agrupamentos e cores tenha sido útil para a visualização). As casas-instituições-lares, as pessoas-mães-ativistas-trabalhadoras, as instituições muitas vezes constituídas e representadas apenas por uma só pessoa e os espaços transformados constituem, segundo Thrift (2008) um entrelaçamento cinestésico de identidade entre os significantes. Esse entrelaçamento abrange elementos materiais e corporificados, assim como, aspectos imateriais, performativos e simbólicos do espaço.

Thrift (2008) no capítulo “*Driving in the city*” do livro “Non-representational theory” estabelece uma reflexão interessante sobre este tipo de entrelaçamento exemplificando a partir do ato de dirigir como coisas e pessoas se confundem em meio a uma ação. Não é meu intuito adentrar nas especificidades deste seu capítulo, embora deixar de citá-lo seria impossível, em respeito a inspiração desta sua elucubração para a teoria aqui elaborada. Mesmo porque, o autor estabelece um guia de análise bastante interessante. Para o autor, a ação, bem como a afetação dos sentidos produzidos na ação, é que promovem os entrelaçamentos.

Inspirada por Thrift (2008), retomo o exemplo da Associação Flor de Lis, já muito abordado em outros capítulos. A “Associação Flor de Lis” não era apenas uma instituição. Em realidade, em primeira instância, era uma casa. A casa de Saturno e Júpiter, um lar. Quem observasse de fora, enxergaria uma bela casa. Com dois andares, o casarão apresentava uma garagem externa no andar inferior e uma mediana escadaria em caracol que levava ao segundo andar e a porta de entrada da casa. A fachada não parecia a das atuais residências modernas - quadradas e funcionais, quase que assemelhadas a shopping centers. Era uma casa que apresentava claras influências da arquitetura alemã e o abuso de suas vigas de madeira aparentes e imponentes, envernizadas em tons de marrom para valorizar e preservar o material e um telhado inclinado para preservar a madeira da umidade, que vinha acompanhado da pintura das paredes em tons neutros.

Para um transeunte, era uma bela casa que representava as influências culturais da identidade ponta-grossense, reafirmando os valores e a estética herdados dos descendentes de

imigrantes alemães. Para aqueles que faziam parte da personalidade desse espaço, porém, a casa transcendia essa aparência de conformidade com a paisagem hegemônica da cidade e desempenhava um papel contra-hegemônico. Seja pelas atividades do terreiro de umbanda ou pelas ações da Associação Flor de Lis, realizadas naquele mesmo espaço, a casa tornava-se um local de resistência.

Assim, a casa não era apenas uma casa. Da mesma forma, Umbriel, por exemplo, não era o tempo todo uma *dragqueen* apresentadora da Parada Cultural LGBTQIA+. O ato de 'montar' e 'desmontar' sua personagem ressaltava a efemeridade das performances que este movimento social evocava.

O conceito de 'devir' de Massey (2008) e o tempo coevo de Fabian (2013) possibilitam a compreensão de espaços, tempos e performances como instáveis e em constante transformação (Thrift, 2008). Para Thrift (2008), as performances efêmeras criam efeitos e depois se desvanecem, deixando reverberações coevas, uma vez que remetem ao passado, projetam-se em direção ao futuro, mas de fato, se concretizam no acontecer do tempo presente. Assim, quem vê a *dragqueen* Umbriel vê apenas a *dragqueen* Umbriel. Sua existência naquele tempo coevo está imbricada ao cotidiano, sem ser destacada. Umbriel não deixa de ser Umbriel para ser *dragqueen*, nem a casa deixa de ser casa para ser também terreiro de umbanda ou Associação Flor de Lis. Tampouco eu deixo de ser pesquisadora por ser mãe e ativista. A complexidade reside nas multidimensionalidades performadas.

A teoria de Thrift (2008) alinha-se à perspectiva de Tarrow (2011), uma vez que ambos os autores consideram que ações contra-hegemônicas não se limitam a grandes e estruturadas ações coletivas, mas também se manifestam em práticas que permeiam o cotidiano. A especificidade do argumento de Thrift (2008) reside no entendimento da performance como um tensionamento de presença — ou seja, nas especificidades que permitem a apreensão de coordenação tática que criam diferenciações em aspecto espacial, temporal ou simbólicos específicos.

Retomo o intento, o interesse e os aspectos de alianças. No cotidiano **do movimento LGBTQ+**, ainda que este esteja entremeado aos cotidianos pessoais/profissionais daqueles que o compõem, as coisas, os lugares, as pessoas e certas relações integravam o movimento LGBTQ+, ainda que transitoriamente.

Em primeiro lugar, as pessoas vivenciavam as ações no movimento LGBTQ+ como projeções/potencialidades do seu 'ser' em relação a uma sociedade que as oprime, segrega e promove violências contra suas existências. Corpos e espaços eram ressignificados, ainda que momentaneamente, a partir dos significantes do 'movimento social LGBTQ+.' Discursos,

bandeiras, agendas, políticas e problemas a serem solucionados atribuíam significado a certos momentos do cotidiano – durante uma reunião, Parada, palestra ou live – em que a faceta ativista se justapunha com predominância ao dia a dia, sem necessariamente dele se desvincular. Sobretudo durante o período pandêmico abordado neste capítulo, essa sobreposição era ainda mais evidente.

Em segundo lugar, a intensa comunicação estabelecida por meio da internet promovia enlaces recíprocos pelo ciberespaço, atenuando a distância física imposta pelo *lockdown*. Neste aspecto constituímos um repertório de ações composto por postagens, curtidas mútuas, estratégias para ampliar o alcance das publicações, engajamento conjunto em *stories* ou correntes para denunciar conteúdos LGBTfóbicos, além de chamadas virtuais para deliberações. Nesse contexto, com as variadas restrições e limitações decorrentes da pandemia de COVID-19, as ações eram ao mesmo tempo, atenuantes e atenuadas. Como não podíamos desempenhar as ações como gostaríamos, atuamos de forma tática, desenvolvendo maneiras de nos posicionar efetivamente no espaço virtual, ao menos para o público LGBT+, como quando nos organizamos em torno da organização da “Parada em Casa” -

A última pauta foi a deliberação sobre a plataforma pela qual transmitiríamos o evento. A ideia inicial era utilizarmos a plataforma do Streamyard para transmitir em múltiplas plataformas ao mesmo tempo. Discutimos sobre alcance, engajamento, dispersão de público, classificação indicativa, restrições e banimentos de plataformas em situações de semi nudez ou performances com conotação sexual ou que de alguma forma fizesse apologia a violência ou ao uso de substâncias psicotrópicas. Os brainstorms foram extensos. Cada pessoa quis opinar padrões de consumo de redes sociais pessoais e a responsabilização de pais em relação ao consumo de conteúdos. Também foi discutido o uso de trânsito pago para impulsioneamento e os resultados do marketing orgânico. No fim, com o alcance que vínhamos adquirindo com o crescimento diário da página, acreditamos não ser necessária a utilização do Streamyard para focar em apenas uma plataforma e suas diretrizes. Optamos pelo YouTube, com ampla divulgação em múltiplas redes (Chagas, 2022, p. 108).

Além da escolha das plataformas, redes sociais e aplicativos que utilizaríamos, as táticas de engajamento foram cuidadosamente pensadas. Assim como ocorre com as performances, as ações no âmbito da internet e do ciberespaço foram concebidas considerando sua ubiquidade no cotidiano e a ausência de distinção entre o espaço materialmente constituído e o 'ciberespaço' como algo restrito a um mundo utópico/cibernético. Logo, o cotidiano era tensionado-potencializado, assim como as ações do movimento LGBT+.

Apesar de termos nos saído bem no que nos propomos, especialmente em razão das estratégias de engajamento, éramos invadidos, sobrecarregados, bombardeados e expostos em outra faceta da performance, na qual a identidade de ‘ativista’ se entremeava ao que era mostrado nas redes sociais. Não éramos simplesmente um grupo composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não-binários, pansexuais, *queers*. Éramos aquilo que apresentamos (voluntária e involuntariamente) nas redes.

Ao nos alinharmos com uma agenda que extrapolava as dinâmicas do lugar e da microescala do cotidiano, avançamos sobre uma seara que até então era pouco comum na nossa práxis. Tensionamentos quanto à linguagem, apoios políticos, o aparente ‘embranquecimento’ da Parada (tanto pela composição, quanto pelas postagens), e críticas a sermos, supostamente, um movimento ‘GGG’ e não ‘LGBT+’ permeavam os comentários das postagens. Havia uma espetacularização/coisificação do movimento social como produto de marketing e influência nas redes sociais. A despersonalização presente na performance coletiva em torno da organização da Parada e sua atuação nas redes também se refletia em nossas interações com o público. Usuários sem foto de perfil, nome ou qualquer elemento de reconhecimento figuravam entre os visitantes do nosso perfil.

Em um primeiro momento, o receio era de reproduzirmos padrões normativos ou de segregação em nossas práticas e postagens. Em meio à instabilidade pela qual passávamos, especialmente no que se referia ao ativismo online, a necessidade de nos aproximarmos das organizações de base do movimento LGBT+ na cidade parecia demanda ainda mais latente. Ao mesmo tempo, os diversos rótulos apontados pelo público refletiam um antigo dilema: a reprodução do entendimento de um ‘ativismo verdadeiro’ era aquele que contestava as estruturas tradicionalmente (em um sentido de luta coletiva e organizada voltada a grande transformação social e a luta direta contra as estruturas sociais), negligenciando a natureza criativa e ampliada do movimento LGBT+ em relação às ações desenvolvidas na microescala do cotidiano e do não-visto.

As críticas eram todas pertinentes e se alinhavam com o que foi apreendido no trabalho de campo. Conforme ilustrado na Figura 12, a Parada, com exceção da atuação ou trajetória individual dos membros fora do grupo, possuía uma dinâmica de organização que apelava mais enfaticamente ao ciberespaço, à linguagem das *trends* e se conectava, especialmente no contexto de vídeos instantâneos, danças e músicas virais, ao universo das baladas. A proposta virtual apresentava desafios únicos experimentados com ênfase pela Parada e as críticas direcionavam à um reposicionamento de conteúdo e de estratégia de comunicação -

[...] O Ymir advogava precisarmos de cadeiras de movimentos sociais para compor a organização do evento - ponto o qual eu já vinha comentando em reuniões anteriores também, especialmente pelas atuais lideranças (Mercúrio, Júpiter e Vênus) estarem fora da organização - o que do meu ponto de vista refletia neste estigma da Parada ser um movimento “GGG”. A ideia do Ymir era a de completar as vagas remanescentes da Parada com estas cadeiras, fortalecendo as parcerias e colocando a Parada como centro de articulação de entidades. Sugeriu inclusive que fossem representadas pelo Renascer, o Marie Curie e a Flor de Lis, visto que neste momento a Parada estaria restrita a um público/e ou organização mais “elitista”. De forma que essa composição contribuísse para aumentar a legitimidade da Parada.

(Chagas, 2022, p. 111-112)

[...]Seguido a isso, a discussão sobre o post de dia dos namorados no dia 12/06 animou o grupo que queria chamar a atenção de celebridades com um post sobre relacionamentos de influencers LGBTQ+ que os assumiram publicamente. Foram pedidas recomendações de casais diversos que representassem o movimento “LGBTQIAP+” de forma mais abrangente possível e a estratégia seria a de marcar estas figuras públicas na postagem para aumentar o alcance da publicação. Recebemos retornos positivos com likes (e até comentários) de influencers relevantíssimos para o cenário, como a Tammy Miranda, o Fiih do canal “Diva Depressão” e do ícone trans Popo Vaz. Apesar disso, o post reverberou negativamente dentro e fora da comissão. Fomos acusados uma vez mais de racismo pelo público, acusação que enfureceu o Deimos que deu uma bronca coletiva na Comissão Organizadora, tendo em visto ser crítica reincidente. A crítica interna foi de que não nos atentamos o suficiente para pensar em casais negros [...]. Já a externa apontava utilização de privilégios hegemônicos para exaltar casais brancos, seletividade, isenção de debates raciais e afins. A postura do Deimos foi criticar a própria publicação da Parada - postura que não agradou ou contribuiu para a já frágil e desgastada comunicação que tínhamos no grupo geral.

(Chagas, 2022, p. 90)

[...] De modo geral, havia muita tensão neste dia de Parada. O Deimos estava passando mal por colapso nervoso e todos estávamos cansados o suficiente para apenas desejarmos que o evento acontecesse para depois lidar com as eventuais consequências. Sabíamos das nossas falhas e faltas. Sabíamos que pecamos em muitos momentos no processo de organização e que isso poderia reverberar em problemas como strikes da plataforma por violações de termos (pelas performances mais ousadas), baixa audiência (já que pagamos o tráfego do Instagram apenas de um dia para o outro) e possíveis ataques de conservadores no chat da transmissão da live de estreia. No fim das contas, nós da formação política nos organizamos para ficar de prontidão no chat da transmissão para denunciar possíveis comentários nocivos.

(Chagas, 2022, p. 118)

Os eventos ora descritos enfatizaram que a luta estabelecida, bem como a agenda LGBTQ+ não se modificava, em termos gerais, no ‘ativismo digital’. Não estávamos imunes às mazelas que assolavam essa população naquele espaço, pelo contrário. Enfrentávamos perseguições, interseccionalidades e especificidades comuns. Conforme Graham (2019), a

impressão de que a realidade aconteceria de modo diferente no espaço virtual remete a uma percepção de separação/fragmentação na qual o ‘ciberespaço’ seria um lugar utópico e transcendental, desvinculado da realidade materialmente experienciada.

Naquele momento, isso causou uma crise em pelo menos duas frentes. Primeiro, a faceta homogenizadora que enfrentamos como grupo. Depois, o inevitável confronto do ‘outro’ na rede. Ao produzirmos conteúdo como ‘Parada’ para a população LGBTQ+ buscávamos um posicionamento discursivo que se alinhasse com as *trends* de representatividade LGBTQ+. Criamos um cronograma diverso, com indicações de filmes, documentários, seriados e livros. Celebramos as bandeiras, os casais, as datas comemorativas, ou seja, buscávamos uma coesão que fosse além da agenda política de busca por direitos de pessoas LGBTQ+. Adentramos a esfera do mundo pop, produzindo conteúdo que faria sentido ‘para além da militância’. A busca era por não descaracterizar o papel político da Parada, mas ‘modernizar’ a abordagem para uma linguagem das redes como a descrita por Han (2017), ou seja, uma estabilização que buscava a redução das diferenças.

Para Han (2017), em um contexto no qual as pessoas compartilham as mesmas ideias e visões de mundo, a comunicação tende a ser “rasa” ou superficial, uma vez que as diferenças já estariam amenizadas. Todavia, o encontro com o “outro” perturbaria a comunicação rasa, já que promove novas lógicas de amenização e negociação das diferenças — um processo que desestabilizaria a coesão do diálogo raso entre iguais. A reflexão de Han (2017) é relevante para o entendimento sobre a despersonalização que sofremos ao homogeneizar o grupo na criação de um discurso ‘para as redes’.

Em muitos momentos, houve a percepção de que a Parada se tornara um grupo exclusivamente voltado à comunicação, deixando o direcionamento das ações atrelado aos algoritmos das redes sociais. A necessidade de engajar e atrair ‘o outro’ gerava uma pressão constante para se adaptar às dinâmicas das redes, o que, por sua vez, tensionava as ações do grupo naquele momento.

Nesse contexto, a reflexão de Han (2018) sobre a comunicação digital é relevante:

A comunicação digital, em contrapartida, torna uma descarga de afetos instantânea possível. Já por conta de sua temporalidade, ela transporta mais afetos do que a comunicação analógica. A mídia digital é, desse ponto de vista, uma mídia de afetos. A conexão digital favorece a comunicação simétrica. Hoje em dia, aqueles que tomam parte na comunicação não consomem simplesmente a informação passivamente, mas sim a geram eles mesmos ativamente. Nenhuma hierarquia clara separa o remetente do destinatário. Todos são simultaneamente remetentes e destinatários, consumidores e produtores. Tal simetria, porém, é prejudicial ao poder. A comunicação do poder caminha em uma direção, a saber, de cima para baixo. O refluxo

comunicativo destrói a ordem do poder. O Shitstorm é um tipo de refluxo, com todos os seus efeitos destrutivos. (Han, 2018. P.10).

A análise de Han (2018) destaca aspectos importantes para compreender a natureza das redes a partir da teoria não-representacional. A rede do movimento LGBTQ+ interagia diretamente com outra rede – a internet. Considerando que o espaço virtual não se distingue do material e compõe uma mesma espacialidade complexa e relacional, os fluxos da internet se entrelaçavam com outras formas de comunicação e ação do movimento. A tessitura desta rede, afinal, era constituída pelas performances e pelas relações, o que dissolvia a separação entre o virtual e o materialmente constituído.

Se, por um lado, estar ‘na rede’ garantia o acesso prioritário a informações e encurtava as distâncias em um sentido funcional, por outro, também promovia a homogeneização das práticas em favor do engajamento em rede. Éramos bombardeados por afetos efêmeros, simétricos, transparentes (Han, 2017) pelos quais apenas certos discursos eram aceitos. Havia polarização. As gafes tornavam-se imperdoáveis, já que traziam graus de opacidade e dúvidas aos nossos discursos e práticas.

A argumentação de Han (2017) sobre a ‘transparência’ nas redes é essencial para o entendimento destes tensionamentos, visto que, na prática, a transparência implica na eliminação de “negatividade” dos discursos e informações, ou seja, cria-se uma **condição** para a integração, pela qual o fazer em rede **é condicionado** pela planificação dos discursos. Tratava-se de uma imposição de conduta que não tolerava erros.

De fato, por muitas vezes reproduzíamos normas e hegemonias sociais, política e historicamente constituídas. Ocorre que isso não era intencional e, mesmo com as devidas tentativas de reparações, sofriamos ondas de “*hate*” [ódio] que se não fossem contingenciados acabariam em ‘cancelamentos’ [ostracismo coordenado de uma figura pública ou derrubamento em massa de uma página, por exemplo]. Se os termos causam estranheza em um contexto de tese, é porque remetem a uma dimensão espacial que demandava de táticas específicas de mediação. Inclusive, a própria homogeneização era paradoxal, pois, embora fôssemos condicionados a ela para **estar em rede, também a subvertíamos ao nosso favor, nos integrando e permeando um fazer político que extrapolava a microescala do lugar, da casa, da cidade de Ponta Grossa, sem abdicar do elemento mais valioso para essa reflexão - o cotidiano.**

Assim, éramos tensionados no cotidiano. Não nos percebíamos como racistas, machistas ou elitistas. Mas nos integramos e fomos expostos ao crivo das redes sociais. Os tensionamentos causaram reflexões sobre nossas práticas - o que colaborou para uma reformulação tática na

condução das nossas práticas pelo espaço virtual. Paralelamente, enfrentamos temores e ansiedades que até então eram desconhecidos em nosso repertório de ações em que o “eu” ativista que sustentava a Parada era confrontado pelo “outro” usuário, muitas vezes sem rosto e sem nome, mas que tinha o **poder** de afetar as nossas práticas.

Aquele tipo de gerenciamento aberto, realizado por terceiros sobre as informações compartilhadas pela comissão da Parada nas redes sociais, favorecia tanto a busca pela homogeneização quanto a simetria (na possibilidade de comunicar, produzir conteúdo, posicionar-se e manifestar opiniões) entre remetentes e destinatários da informação, o que gerava tensionamentos que se estendiam à constituição de poderes. Assim, naquele contexto, atuávamos em uma outra dimensão dos mecanismos de hegemonização socialmente condicionantes, com reflexos igualmente destrutivos.

Portanto, um dos aspectos cruciais da dispersão espacial tática do movimento LGBT+ permeava um hibridismo que, para além do enlace entre materialidade e imaterialidade, era produzido por corpos e máquinas. Conforme discutido até aqui, essa rede configura-se essencialmente pela performatividade e pelas ações alinhavadas pelas intencionalidades comuns. Destaca-se, então, que a impressão de despersonalização [especialmente em sua nuance híbrida] era equilibrada pelo intento do movimento, que priorizava o agir intencional e as performances contra-hegemônicas estabelecidas na microescala do cotidiano, em vez de focar exclusivamente em sujeitos ou subjetividades políticas. Assim, essa rede assumia centralidade na compreensão das dinâmicas do movimento, ao integrar múltiplas dimensões da ação.

De acordo com Thrift (2008), estas formas híbridas ocorrem, uma vez que vivemos em um tempo de sociedade que privilegia e depende das mídias (e de seus efeitos, como a falta de atenção e engajamento) como forma de manutenção de domínios autoritários. A perspectiva do autor, alinhada ao entendimento de Han (2017), permite concluir que as interações em rede apelam aos afetos e sentimentos. Se Han (2017) argumenta que a positividade e a negatividade funcionam como formas de estabelecer transparência e, por meio dela, simetrias e homogeneidades coercitivas, Thrift (2008), por sua vez, compreende que a tecnologia e a natureza se entrelaçam de tal forma que criam novos ambientes e fisiologias, reorganizando o ser humano em redes complexas de corpos, coisas e espaços.

Retomo o aspecto tático dessa rede. Considerando o fazer performativo como tático e intencional, percebo que o alcance e a potencialidade dessa rede variam de acordo com o que é justaposto. A complexidade dessa rede reside em sua plasticidade tática, por meio da qual seus arcos atingem certos lugares, pessoas e relações.

Isso incluía a escolha de se posicionar internamente, na estrutura do poder executivo, por meio de conselhos e comitês, com o entendimento de que teríamos acesso a lugares, pessoas, instituições e relações estratégicas. Em movimentar e influenciar pessoas com posicionamentos políticos alinhados para compor frentes de ações — como aquelas realizadas nas eleições do Conselho Municipal LGBTQ+. A complexidade das ações do movimento LGBTQ+ ponta-grossense era delineada pela **necessidade de estabelecer relações para coordenar ações**, mesmo quando isso implicava superar desafios dentro do próprio movimento, em prol da agenda de direitos-

Neste dia entrei em contato com a Júpiter solicitando apoio e mobilização em torno da eleição do Conselho Municipal LGBTQ+ da cidade. O Conselho já estava há dois anos em hiato, e como presidente do Fórum, eu não poderia abordar pessoas solicitando por inscrições — este debate inclusive foi elencado em reunião com os representantes governamentais da comissão que foram enfáticos sobre a neutralidade que a presidente da comissão deveria ter. Porém, no penúltimo dia de inscrição — o dia 26, fiz contato informalmente com a Júpiter. Na ocasião, via WhatsApp, expliquei para Júpiter que precisaríamos de 10 integrantes para formar os 50% de representantes não-governamentais necessários para implantação do Conselho, e que naquele momento, tínhamos apenas 3 inscrições. Solicitei que Júpiter divulgasse e usasse sua voz dentro do movimento, e ressaltai meu medo de perdermos o Conselho, tendo em vista a inatividade, e o fato de Ponta Grossa ser o único município do PR com Conselho constituído. A Júpiter se dispôs em fazer o contato e angariou a candidatura de 4 instituições de imediato, majoritariamente grupos de ação voltados às mulheres que possuem recorte voltado às pessoas LGBTQ+, bem como a APP sindicato, a Marcha Mundial das Mulheres.

Ainda que mal vista, a prática do “boca-a-boca” foi o que nos garantiu o aumento de três inscrições para dez. A abordagem de pedido de suporte para as principais lideranças do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa (Associação Flor de Lis e Grupo Renascer) foi acordada informalmente com a Vênus, no momento presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB-PG). Combinamos que abordaríamos as principais lideranças fazendo o apelo, e que nossa contribuição pararia por aí, para não acabarmos implicadas, ainda mais considerando a condição de nossas candidaturas ao conselho, que, em tese, seriam impugnadas, tendo em vista que participamos da comissão eleitoral (condição de candidatura que só passou graças a falta de previsão explícita de não participação de membros da comissão eleitoral na minuta de convocação de eleição e demais documentos de regulamentação do processo eleitoral, mas que é de amplo conhecimento que não é de bom-tom de ser praticada).

(Chagas, 2022, p. 05)

No dia 2 de setembro de 2021 foi realizada a eleição para os conselheiros municipais LGBTQ+ de Ponta Grossa, em evento coordenado por mim na ocasião, devido à posição de presidente do Fórum eleitoral LGBTQ+. Neste dia, mantivemos contato eu e Júpiter antes, durante e após ao evento e as cerimônias de abertura e votação. Dei suporte via WhatsApp para Júpiter e mais duas pessoas que não conseguiam acessar a sala no momento do evento, que também foi transmitido no canal da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Logo que eleitas, comuniquei a Júpiter extraoficialmente. No mesmo dia, posteriormente ao evento, Júpiter mandou a certidão de comprovação de regularização

de CNPJ da Associação Flor de Lis, já avisando que chamaria eleições para nova diretoria da instituição.

No dia do evento os contatos via WhatsApp foram massivos. A falta de divulgação adequada por parte da prefeitura de Ponta Grossa causou bastantes percalços, especialmente pelo fato de não podermos compartilhar artes alternativas em redes sociais pessoais. A falta de comunicação e interpretação dos documentos regulamentadores e de comunicação causou tumulto no e-mail do Fórum, bem como nas redes sociais de nós representantes da sociedade civil organizada. Na ocasião, Júpiter me pedia suporte direto às instituições que ela angariou na estratégia do 'boca-a-boca', afirmando ser responsabilidade nossa a ajuda a estes grupos, já que eles atenderam ao chamado.

(Chagas, 2022, p. 06)

A intencionalidade respectiva a partilha de informações dentre aqueles a que podíamos alcançar era tática no sentido que nos posicionava mais fortemente na configuração de poderes que iam se delineando no percurso eleitoral. Ora, os membros governamentais eram obrigatoriamente indicados. Teríamos composição completa no que tange a representação do poder executivo. E, se desejávamos não apenas a reativação formal, mas prática do Conselho Municipal LGBT de Ponta Grossa, teríamos que nos coordenar enquanto movimento social para efetivar nossas intencionalidades. Na busca pela garantia dos direitos de pessoas LGBTQ+, o fluxo de informações foi o que nos garantiu densidade de representações.

Ademais, durante o processo de organização do Fórum, enfrentamos desafios, como a falta de uma divulgação que considerávamos adequada. Embora todo o processo eleitoral tenha sido publicitado por meio de diários oficiais, que poderiam ser compartilhados pelas redes sociais, eu sabia, especialmente ao comparar com a experiência na Parada LGBTQIA+ dos Campos Gerais, que a disseminação de informações capazes de gerar engajamento precisava ser coordenada. Isso era ainda mais relevante no contexto da pandemia, em que houve aumento do uso das redes sociais. Paralelamente, estávamos limitados a compartilhar apenas as imagens oficiais fornecidas pelo setor de comunicação da prefeitura. Na prática, isso representou o compartilhamento de um único banner para a divulgação (Figura 14). Naquele momento julgávamos que isso não configurava, portanto, uma estratégia de comunicação eficaz, e a responsabilidade pela divulgação recaiu majoritariamente sobre nós, apesar de estarmos restritos ao uso dos *pdfs* dos diários oficiais ou da referida arte.

Figura 13: Postagem de divulgação do Fórum LGBTI+ realizado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa



Fonte: PREFEITURA DE PONTA GROSSA. Lembrete Conselho Municipal LGBTI+. Ponta Grossa, 31 ago. 2021. Instagram, disponível em: <<https://www.instagram.com/prefspg/>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Logo, o assunto que inclusive registrei nos diários de campo como banalidade (vide página 29 dos diários de campo), em realidade não tinha nada de banal. Se estávamos pensando em tática estabelecida por meio da ação organizada pela partilha de informações, a morosidade na elaboração das artes ou mesmo as barreiras na produção independente de artes para a divulgação refletia em uma assimetria entre organizadores governamentais e não-governamentais do Fórum LGBTI+, uma vez que no andamento do pleito eleitoral não gozamos das mesmas possibilidades e condições. Havia uma falsa proporcionalidade condicionada por quem estabelecia as regras do jogo⁶⁴.

Não tínhamos as mesmas condições nos processos de organização e o aspecto tático de Certeau (1997) se manifestaram na imbricação da dicotômica sutileza que (aparentes) pequenas ações, como responder um áudio no WhatsApp ou engajar em uma fotografia em uma rede social, poderiam reverberar enquanto potência de ação política que não se descolava de outros

⁶⁴ Em uma quebra da temporalidade imposta a este capítulo, poderia empreender um exercício comparativo ao processo de organização do Fórum LGBTI+ do ano de 2024. Novamente fiz parte da comissão, desta vez na posição de secretária. Tendo como presidente o Calisto, representante governamental, tivemos muito menos animosidades em relação ao estabelecimento de ações. Novamente não contamos com estratégia de marketing e as representações que conseguimos foram organizadas novamente nos bastidores mediante a tática do “boca-a-boca”. Não para minha surpresa, as representações já estabelecidas naquele ano se mantiveram para mais um mandato por aclamação, já que não houve quórum para votação no evento realizado presencialmente. Nosso alcance restou prejudicado pela baixa adesão da sociedade civil mesmo em um ano de eleições em âmbito municipal que geralmente atrai representações por motivações políticas.

espaços e tempos, especialmente de contextos históricos e políticos ligados às vivências de LGBT+.

O movimento LGBT+ caminhava em uma mesma direção, enfrentando assimetrias não apenas de disputas em relação aos poderes do Estado, mas em relação à sociedade. No entanto, cada grupo possuía suas singularidades. Um possui a tônica da “festa” como norte para as ações. Outro, se inseria em um projeto contra-hegemônico de longo prazo, possuindo estrutura formal de organização da sociedade civil, atuando em associação; outro era transitório, possuía finalidade e duração pré-definidas, e destacava em sua organização o fazer político entre poder executivo e sociedade. Ainda outro era moldado pela representação e suporte na busca por direitos no interior de uma estrutura organizacional própria, paraestatal.

Assim, o movimento LGBT+ se constituía em múltiplos espaços, moldado por uma diversidade de significantes e por diferentes tempos e lugares que coexistiam. Essa multiplicidade era reforçada por nosso “enredamento” e pelas agendas LGBT+ nacionais e internacionais, que, embora extrapolem esta reflexão, ampliam as conexões e os direcionamentos do movimento⁶⁵.

A multiplicidade se manifestava nas formações, ordenações e acontecimentos que permeavam as diferentes táticas nas quais se realizavam as negociações de espaços, de lutas e de lugares. Isso porque, as demandas que reverberaram nas táticas enfatizadas eram igualmente diversas, expressando-se através dos movimentos pelos quais as relações e os acontecimentos se fizeram e se desfizeram, emergiram e se encerraram em suas diversas temporalidades. Se, em um primeiro e persistente 'olhar', a integração e o aprendizado da relacionalidade animada pelos fluxos dessa rede se destacaram, em reflexões mais atentas apreendi a presença de práticas com nuances direcionadas à negociação de lugares de enunciação, identidades, espaços e à proeminência política.

Nessa relação de 'movimento(s)', havia diversas formas de negociação, diferentes espaços, relações grupais, identidades e sentimentos. Ao contrário do que eu pensava inicialmente, não se tratava de densidade ou volume. Nem todas as ações tinham a magnitude de uma Parada ou o apelo de uma reunião em uma instância formal de representação social –

65 Segundo Thrift (2008), as performances permeiam tempos estáveis, ainda que coevos, de modo que não se distinguiriam de outros tempos — o tempo do cotidiano ou da vida e da morte. Assim, as performances destacariam tempos [e adiciono as reflexões do autor também o espaço] entre outros tempos e espaços e uma relação de movimentos dentre movimentos. No primeiro capítulo desta reflexão, quando enfatizava a faceta complexa deste movimento social, era nestes “entres” que pensava. Cada reflexão aqui estabelecida representa um desafio pessoal em relação ao entrelaçamento teórico-prático, bem como aos “movimentos” destes “entre” espaços-tempos.

O mês de junho manteve o padrão dos demais em relação à dispersão das ações. Logo nos primeiros dias deste mês as ações começaram a ser desenvolvidas em torno da Cartilha, e tínhamos pressa, visto que precisaríamos de tempo para as entregas dos textos, revisões, diagramações, etc. [...]. Na ocasião, a Vênus criou mais um grupo no qual estava apenas eu, ela e o Fenrir. Neste grupo foram sendo discutidos ao longo de uma semana (começando no dia 4 deste mês) os encaminhamentos formais da Cartilha, especialmente aparando as arestas e focando na aprovação do projeto de uma vez pela diretoria. As discussões iniciaram delineando o objetivo geral que ficou estipulado como sendo “proporcionar informação aos advogados e advogadas da OAB/PR sobre o movimento LGBTQ+ e suas repercussões no Direito”. Buscamos, posteriormente, algumas referências/modelos de outras cartilhas e o Temisto destacou que seria interessante utilizarmos as Normas Editoriais de orientações aos autores da UENP (vide <Editora UENP - Normas Editoriais - Orientações aos autores Cartilhas>), já que era o documento que ele costumava utilizar como base para suas publicações. Demais determinações foram sendo colocadas em formas de tópicos no chat, tomando como base a supracitada cartilha da UENP [...]

Ato contínuo aos encaminhamentos da Cartilha, houve o encaminhamento do Projeto Holofotes. Devido às readequações no projeto inicial enviado no mês anterior, a iniciativa foi lançada como chamada para participação apenas no dia 10/06 (vide: <https://www.instagram.com/tv/CP9Ho2RnxKP/?utm_medium=copy_link>), enquanto os lançamentos foram programados para serem realizados entre os dias 27 e 28 de junho, remetendo a data do Orgulho Internacional LGBTQ [28 de junho] [...].

Em paralelo, Vênus determinou que a nossa Comissão deveria ter uma reunião, tendo em vista que precisaríamos organizar uma atividade para o Seminário da Advocacia dos Campos Gerais que aconteceria em agosto. A reunião ficou marcada para o dia 23 de junho, às 19h00min, e, no fim das contas, nada foi diretamente encaminhado [...].

No dia 27 de junho começaram a ser lançados os vídeos do Projeto Holofotes na página do Instagram da CDSG/PG. É interessante perceber que esta que foi uma exposição audiovisual realizada, em sua primeira versão, de forma presencial, e ganhou nova roupagem agora quando convertida à versão virtual, tendo sido eternizada nos vídeos em primeira pessoa enviados por LGBTQs de Ponta Grossa [...].

Este mês foi paradoxalmente ‘estagnado’. A impressão é de que fizemos muito sem sair do lugar em algumas questões. Obviamente que considero isso normal em se tratando de um trabalho constituído por várias pessoas que não tem a militância, ou participação política/ativismo em movimento social, como principal atividade da vida. Ainda assim, é impossível para uma pessimista (por vezes imediatista) como eu me animar com um trabalho relativamente simples que já vinha se estendendo por meses a fio.

A verdade é que a história mostra o quanto a energia para se mobilizar é contingente neste grupo. Novamente, falar é mais fácil do que fazer [e com isso não estou julgando, apenas pontuando algo factual], especialmente quando este fazer exige um trabalho não tão prazeroso que é o de pesquisa, escrita, revisão - ainda com fontes, forma, limites. Obviamente que a ‘roupagem’ acadêmica pode ter sido um entrave enfadonho - o que me leva outra vez aquela coisa da burocracia engessando as práticas. Entretanto, todos sabíamos estarmos falando com pessoas com o mínimo de experiência na área, visto que todos ali eram formados em algum campo do conhecimento e tiveram que fazer os seus trabalhos de conclusão de curso e afins [...].

(Chagas, 2022, p. 79-80)

As mobilizações diluídas e sutis, que atravessaram o cotidiano, só puderam ser apreendidas em meu trabalho de pesquisa após um certo distanciamento. Naquele momento,

minha impressão era de uma paradoxal estagnação. No início da minha jornada no doutorado, ao desenvolver simultaneamente prática política e pesquisa, a noção de efemeridade e contingência em meu trabalho estava fortemente ligada à ideia de 'eventualidade', especialmente quando comparo com o entendimento de atravessamento cotidiano que venho buscando construir nesta argumentação.

Se naquele momento eu acreditava que havia uma dispersão no sentido de fragmentação de práticas com começo, meio e fim e que, por serem 'pequenas' não teriam efeito, representando assim uma estagnação, atualmente compreendo que o paradoxo, em realidade, trata-se da falsa estagnação. A impressão de dispersão ocorria pela diluição das práticas de ativismo no cotidiano, **entre as demais atividades que integram a vida dos sujeitos-ativistas-profissionais-pais ...**

De mesmo modo figurava a impressão de que 'não saíamos do lugar'. Talvez fosse o lugar do meu olhar naquele momento que estava deslocado. Ao ansiar por um "grande acontecimento" acabei criando uma "ansiedade política" em muito percebida nos meus diários de campo. Um estalo que se abateu a esta percepção veio da reflexão de McFarlane (2011) sobre o aprendizado das dinâmicas urbanas em diferentes ritmos de tempos. Para o autor, a apreensão sobre o funcionamento das coisas do mundo são adquiridas gradualmente, pelo aprendizado de como funcionam. Ao mesmo tempo, os eventos súbitos perturbam as lógicas processuais de aprendizagem em relação, adicionando aspectos surpreendentes nas relações.

Então, que o desafio proposto, uma vez mais, alinhava-se a proposta não representacional. Me coloquei em posição de questionar-me - "e aquilo que não está apreendido pelo olhar? Ou pelos limites de um movimento social estruturado?", como os espaços e tempos entrecruzados pensados por Trift (2007) e as suas provocações sobre o ser no mundo e o fazer não-representacional⁶⁶.

O direcionamento de McFarlane (2011) em favor da apreensão das relações estabelecidas na cidade por meio dos sentidos – envolvendo medo, esperança, fantasia, diversão, surpresa – e enfatizando uma imersão tátil, em vez de uma percepção apenas cognitiva ou visual, assim como através das dinâmicas de poder e dos gestos nas interações de grupo,

66 Ou ainda a lógica de Bennet (2010) que vai muito além da leitura de imaterialidade que eu busco fazer avançando para a necessária ligação que temos com as moléculas microscópicas, energias, metabolismos e como materialidades e imaterialidades estão ligadas em uma dinâmica intrínseca por uma matéria vibrante constituída de afetações múltiplas e simultâneas. O avanço teórico de Deleuze e Guattari (1995) em uma miríade de possíveis formações processuais, intencionais, que por vezes pareciam impossíveis, já que se tratavam de fenômenos dos mais "concretos", como o processo de agrupamento de moléculas ou organização de cidades, até aqueles mais subjetivos como o amor e o matrimônio. Por fim, as contribuições de McFarlane (2011) foram aquelas que me fizeram me sentir menos solitária no que estava tentando empreender com essa tese.

permitiu-me não só identificar organizações espaciais efêmeras e provisórias entrecruzadas no cotidiano, mas avançar em sua apreensão em respeito à sua natureza contingente. Especialmente relevante é a abordagem do autor, que ao trabalhar com movimentos sociais, busca suavizar as divisões entre processos e formações geográficas, apostando na complexidade do espaço. Ele considera o entrelaçamento de processualidades espaciais e temporais, a emergência, coesão e dispersão de redes, territórios e agenciamentos.

Respeitando as especificidades dos conceitos de território, lugar, rede, escala e espaço relacional, o autor compreende o espaço como algo processual e relacional, moldado pelo vivido, praticado, performado e afetado. Considerando tanto a heterogeneidade quanto a efemeridade para apreensão de emergências [intransitivo, ato de imergir], McFarlane (2011) operacionaliza muitos dos anseios de Massey (2007; 2008) em suas provocações sobre o espaço como devir, aberto e processual.

O movimento que antes eu havia interpretado como esvaziado era, na verdade, em certa medida 'invisível' até mesmo para mim, apesar de estar imersa no campo. Somente ao longo do tempo, e em suas mudanças entre espaços e tempos, essas ações se revelaram como formas de atuação política desse movimento social, com seus aspectos de organização particulares. Compreender os movimentos de reunião, junção e ação coletiva como organizações espaciais provisórias estabelecidas pelo movimento LGBTQ+ permitiu observar como algumas práticas, aparentemente banais, constituem um 'repertório de ações'. Por exemplo, entrar em contato com determinadas pessoas específicas era crucial para que essa 'organização' alcançasse sucesso tático em seus objetivos. Não se trata de afirmar a existência de tipologias fixas de atuação. Entretanto, para a constituição dessas formações espaciais, os saberes e as lógicas de poder e sociabilidade estabelecidos pelas redes de relações – incluindo a própria constituição do movimento LGBTQ+ em rede – permitiram a observação dessas organizações espaciais. Esses movimentos de união, desunião e, impulsionados pelo devir, de 're-união', são percebidos e experienciados em suas dinâmicas.

Por isso o destaque em relação à performance. Se as ações realizadas eram intencionais em relação à pauta LGBTQ+, mesmo uma simples mensagem em algum grupo de WhatsApp integraria as ações políticas. Nos processos de organização de eventos, por exemplo, o contato para integrar uma comissão, a produção de artes e convites, a escolha de qual plataforma utilizaríamos e demais microprocessos integrados ao cotidiano constituíam essa forma de organização, estabilizando estes significantes materiais/imateriais e humanos/inumanos em torno do seu objetivo.

A velocidade da modernidade, em muito relacionada aos estudos do “ciberespaço” não era apenas metafórica. Em muitos momentos, questionei se essas organizações espaciais provisórias não representariam uma resposta tática às exigências modernas de velocidade, nas quais os movimentos sociais precisavam acompanhar o 'tempo' moderno: funcional, “tarefeiro” que avançava de “objetivo em objetivo” para finalidade tática.

Esta perspectiva não é descabida, afinal, não operávamos em um contexto livre das opressões socialmente constituídas. Contestávamos um cenário concreto, marcado por opressões, inclusive as relacionadas à funcionalização do tempo e às imposições do espaço. Não é preciso ir muito longe na arguição. Se o tempo de vida de pessoas LGBTQ+ é menor em relação ao da população não LGBTQ+, chegando ao extremo nos casos de pessoas travestis e mulheres transexuais que possuem a expectativa de vida média de apenas 35 anos (Benevides; Nogueira, 2020), a pressão pelo direito à simples possibilidade de viver se impõe de maneira ainda mais urgente. Neste caso, se estabelecer no âmbito de uma luta historicamente estruturada exigiria criatividade.

A efemeridade notável das táticas do movimento LGBTQ+ não deve ser vista como mero efeito ou resultado de condicionantes sociais em uma relação linear de causa e efeito. Trata-se, antes, do reflexo de uma inteligência complexa, que adapta seus movimentos para permanecer em jogo, assumindo a urgência, a imprevisibilidade e a insegurança a que é submetido para se organizar de maneira prática e crítica. Ao mesmo tempo, essa abordagem pode ser criticada como uma visão romantizada ou paliativa, ou até uma reificação de um viés de subalternidade, na medida em que opera dentro das condições socialmente impostas e busca contorná-las por meio de manobras políticas.

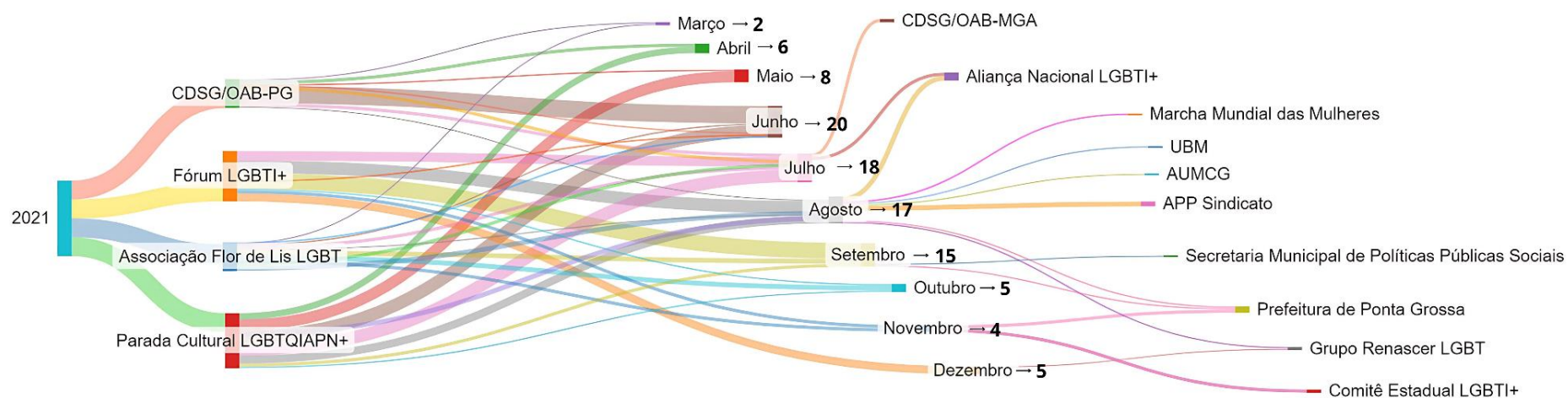
A especificidade das organizações espaciais provisórias se destaca no movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, onde pude observar que todos os protestos tinham um caráter performativo. As ações nem sempre se restringiam apenas ao “corpo humano”, articulando relações entre espaços materiais e virtuais, bem como as tecnologias necessárias para que essa inter-relação acontecesse. Essa adaptabilidade tática evidenciava como essas formas de organização, mesmo na virtualidade, ocupavam plataformas, sites e redes sociais, criando uma presença espacial com ações voltadas à agenda política LGBTQ+. Nos discursos e símbolos desses espaços, ressaltava-se a importância das ações para atender às necessidades da comunidade LGBTQ+. Essa extensão de práticas ao espaço virtual demonstra a inteligência complexa do movimento em contornar as limitações impostas pela realidade social, aproveitando-se da urgência, imprevisibilidade e insegurança para se organizar. Não é à toa,

inclusive, que a expressão virtual da espacialidade tática do movimento LGBTQ+ não se desmantelou no período pós-pandemia.

Imediatamente após os decretos de *lockdowns*, entre os anos de 2020 e 2021, o movimento LGBTQ+ passou por um redimensionamento de ações. Criaram-se comissões, grupos, grupos e alianças por meio de grupos, reuniões em plataformas, encontros em servidores privados e chamadas de vídeo, palestras por meio de lives. Confrontos virtuais, debates e até ataques também se tornaram parte desse cenário. O aspecto visível dessas organizações espaciais efêmeras eram os eventos: as postagens, os debates e as lives que materializavam as mobilizações. No entanto, de uma perspectiva tática, o verdadeiro acontecimento residia na própria organização que tornava os eventos possíveis, criando uma estrutura [provisória] de suporte para a agenda política do movimento.

Durante o ano de 2021, embora os eventos fossem o aspecto visível e mais destacado das mobilizações – resultado dos arranjos efêmeros que nos uniam em torno de objetivos comuns –, o que mais chamava a atenção, do ponto de vista da pesquisa, eram as organizações espaciais provisórias e os esforços concentrados para a ação. Em uma análise dos diários de campo, focada em identificar essas organizações espaciais provisórias nas práticas, observei alguns aspectos interessantes que sintetizei no diagrama de Sankey na Figura 15 -

Figura 15: Diagrama de Sankey das ações do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa



Fonte: Chagas, Bruna Iara Lorian. **Diários de campo**, 2022.

Para analisar os entrelaçamentos e as relações temporais do movimento LGBTQ+ em 2021, utilizei o diagrama de Sankey como uma das ferramentas que ajudam a construir visibilidade a complexidade e a multidimensionalidade desse ‘movimento’. A especificidade do diagrama de Sankey está na possibilidade de representar visualmente os fluxos e interações com base nas quantidades de ocorrência. Para criação do diagrama, usei como variáveis principais o ‘ano’, os ‘grupos’, e as ‘ocorrências de organizações espaciais provisórias’ ao longo do ano de 2021, destacando as inter-relações entre os grupos e suas interações repetidas ao longo dos meses. A síntese visual foi escolhida, já que destaca a dinâmica de entrelaçamentos/justaposições entre grupos em torno de objetivos comuns, representando as práticas que pareciam fragmentadas em ações isoladas.

Em comparação com nossa envergadura em rede, verifiquei que a constituição das organizações espaciais provisórias era mobilizada por certos integrantes recorrentes da rede. Esse ‘*blur*’ conceitual na apreensão das táticas espaciais está diretamente relacionado à característica rizomática do movimento. Isso ocorre porque, apesar da transitoriedade dos arranjos efêmeros criados para mobilizações em torno de uma intencionalidade comum, algumas pessoas e grupos eram constantemente mobilizados e remobilizados nesses acontecimentos.

Ambas formações espaciais, apesar de autônomas entre si, estavam implicadas pelas práticas do/no movimento LGBTQ+ ponta-grossense. Ademais, a participação destes integrantes nas organizações espaciais provisórias é fundamental para as configurações e reconfigurações das dinâmicas de poder. A atuação nas organizações espaciais provisórias pode potencializar a projeção/manutenção política em dinâmicas espaciais mais estáveis, como a rede do movimento LGBTQ+.

Na contrapartida, o enlace micropolítico que ocorre entre essas formações táticas espaciais também promove que haja, no acontecimento de cada nova organização espacial provisória, a negociação entre os significantes, promovendo diferentes arranjos entre seus membros. Portanto, a relação intrínseca entre ambas formas espaciais é de enlace rizomático em movimentos constantes de reorganizações de poder, o que implicava em abdicar de um centro (ou centros) fixo de controle; em vez disso, emergiam múltiplos integrantes proeminentes em cada ação, o que se reconfigurava a cada novo acontecimento.

Por conta do enlace entre ambas formações espaciais [redes e organizações espaciais provisórias] que pude identificar que as relações que mantinham o movimento LGBTQ+ funcionando. Nesta interação entre formas, cada ação intencional direcionada ao movimento LGBTQ+ gerava resultados práticos de avanço, manutenção de agenda ou de

negociações/estabelecimento de contexto para avanços. Essas ações também possibilitavam novas formas de apreender as possibilidades de ação, de movimentos, e das práticas, permitindo ao movimento LGBTQ+ não apenas se enredar, mas territorializar-se/desterritorializar-se em seus arranjos efêmeros, de modo que as **redes e assemblages** se sobrepunham e se reforçavam mutuamente, assegurando a resistência e a reconfiguração do espaço pelo movimento LGBTQ+.

Uma questão essencial que sempre nos assolava em comum, enquanto movimento social, para além da ausência de dados sobre a realidade LGBTQ+ (e que mesmo que existisse, seria sabidamente sub notificada em razão do *status quo* heteronormativo e o panorama nocivo em relação a pessoas LGBTQ+) era o atendimento das demandas do simples viver de pessoas LGBTQ+. O atendimento da juventude LGBTQ+ nos espaços escolares⁶⁷, a atenção às demandas de saúde em respeito não apenas a acolhida, mas a devida anamnese social e médica sobre essa população. O correto procedimento na apuração de queixas-crime e no preenchimento de Boletins de Ocorrência. O direito a existir, permanecer e transitar em espaços públicos, sem represálias, em decorrência de comportamentos compreendidos socialmente como ininteligíveis com base na heteronormatividade. A solidão e falta de assistência que assolava a velhice LGBTQ+ e a vulnerabilidade que demandava urgente ação frente às políticas de assistência e previdência social. Todos estes aspectos permeavam as organizações. O cotidiano e as táticas eram comumente arrematados pelas faltas, ou, ao menos, pelas dicotomias frente a realidade LGBTQ+ na cidade e no país⁶⁸.

Além do mais, a cidade de Ponta Grossa integrava os processos de organizações. As práticas de contestação não aconteciam ao contestar “a cidade”. Apesar das negociações acontecerem predominantemente nos espaços particulares, havia, de fato, uma imbricação de demandas e intencionalidades. Cada grupo possuía suas próprias negociações e micropolíticas, nas apenas com o movimento LGBTQ+. Mesmo que as ações do movimento LGBTQ+ naquele momento, pandêmico, com táticas mais ou menos alinhadas pelos grupos (especialmente em razão da aproximação interpessoal e de se saber onde se queria chegar naquele ano no que tange a não estagnação da agenda frente a pandemia e a recondução das práticas), cada grupo possuía seus interesses particulares frente à população LGBTQ+ e frente à/na cidade.

67 E de suas demandas complexas e específicas, como aquelas trabalhadas por Adelaine Ellis Carbonar dos Santos, nos seus mais diversos escritos acerca do tema.

68 Se as pessoas LGBTQ+ nascidas no Brasil são cidadãs, teriam direito “jusnatural” ao atendimento integral de suas demandas atreladas ao nascimento em solo brasileiro. O poder público nacional, enquanto descentralizado, faria com este direito fosse atendido igual, descentralizadamente. Políticas, programas, projetos, leis. Não deveria haver distinções, mas a este respeito já foi empreendida discussão em outra seção deste trabalho. Entretanto, essa dicotomia é parte do cotidiano dessas pessoas, tal qual é parte do cotidiano da cidade.

O referencial de cidade amplamente reiterado no cotidiano político do movimento LGBTQ+ remete, por um lado, à sua faceta fundamentalista religiosa e, por outro, ao desejo de vivenciar a sua realidade. A fala de Ymir realizada em ocasião de manifestação pública⁶⁹ na Câmara dos Vereadores de Ponta Grossa destaca exemplarmente este sentimento -

[...] O mês de outubro foi marcado em seus primeiros dias pelos preparativos para a fala do Ymir. Havia muita preocupação sobre participação presencial, especialmente em um momento pandêmico. Essa discussão já “tinha dado o que falar” no grupo e, por isso, estávamos discutindo formas de participação alternativas. Ymir decidiu que transmitiria a fala dele em live, com a ajuda de um amigo, para que todos pudéssemos participar, mesmo que de maneira híbrida.

A fala do Ymir foi estruturada com minha ajuda - apesar de que ele é muito bem articulado e toda ajuda que prestei foi em critério formal e limpeza de pontos potencialmente sensíveis. Os highlights de sua fala foram com certeza o direito a cidade e o contraponto ao fundamentalismo religioso.

“O ponto comum defendido pelas entidades mais diversidades associadas ao nosso movimento é a conquista de direitos básicos para as pessoas LGBTQIA+, e garantindo nossa existência, a livre manifestação, nossa livre comunicação e uma vida digna e sem violência, seja ela física ou psicológica, tendo por princípio não a exclusividade, mas para fazer valer o que está na Constituição e que nos é recusado pela sociedade. [...] NÓS somos Ponta Grossa. Essas leis que dizem agradar sua base, a população só servem para dar manchete em jornal. Quando vocês votam com esses projetos maniqueístas, estão fortalecendo essas pessoas que se promovem em base de fake news e boatos sobre nós. São leis equivocadas e mal feitas, que acabarão se tornando processos jurídicos quando não, leis inaplicáveis, sem nenhum lastro no mundo real, resultado do delírio conspiracionista que o fundamentalismo religioso tenta impor como normal. Mas nós estamos vigilantes, e não ficaremos calados diante de tais agressões gratuitas. Vamos contestar cada projeto, ainda que judicialmente, até as últimas instâncias do poder deste país”.

(Chagas, 2022, p. 130)

A Ponta Grossa ordeira, construída sob os auspícios do fundamentalismo religioso e do tradicionalismo, seria contestada taticamente de modo que a diversidade e a dignidade da pessoa humana não seriam apenas princípios formais. O ativismo de interface judicial⁷⁰ que reforçava as táticas do movimento LGBTQ+ em Ponta Grossa estava profundamente enraizado no cotidiano, buscando empregar práticas intencionais para transformar a realidade das pessoas LGBTQ+ sem ignorar o contexto local. Essa ‘virada de jogo’ considerava o uso do aparato do

69 Incluída nos registros dos diários, visto ser documento produzido conjuntamente por meio da Comissão de Formação política da Parada Cultural LGBTQIA+. A fala na íntegra pode ser consultada por meio do link: <<https://www.instagram.com/p/CUqZNTkFXIa/>>. Acesso em 14 de out. 2024.

70 Conforme Barroso (2012) e Verbicaro (2019), o ativismo judicial pode ser considerado um resultado mais profundo da judicialização da política, no qual questões políticas deliberadas no âmbito do Legislativo ou do Executivo podem ser revisadas ou confirmadas pelo Judiciário, por meio da argumentação jurídica orientada pelas normas constitucionais e *infra*, com o fito de efetivar valores constitucionalmente assegurados. Ocorre quando o Judiciário expande o sentido e alcance da interpretação constitucional em razão de um “[...] descolamento entre a classe política e a sociedade civil” (Barroso, 2012, p. 6).

Estado em favor do movimento LGBTQ+, partindo da premissa de que fortalecer essa população era também fortalecer os princípios estabelecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro. Essa abordagem tinha impacto direto no cotidiano, permeando o “simples viver” e valorizando ações aparentemente banais e fugazes que atravessam o dia a dia.

Da [aparentemente] banal troca de mensagens, até a organização política da cidade, as variedades de encontros estabelecidos em variados [ou até nos mesmos] espaços-tempos as práticas do movimento LGBTQ+ constituíram um emaranhado tático efetivo. Se a premissa não-representacional provocava a observar não apenas as táticas, mas a realidade de outros modos que não aqueles referentes exclusivamente à materialidade e ao apreendido pelo olhar, o trabalho no movimento LGBTQ+ revelou muito mais do que o esperado.

O trabalho estabelecido nos espaços formais de tomadas de decisão, nas espacialidades virtuais e nos encontros cotidianos, extrapola a linguagem (fluxo de comunicação/informações) e a integração (nos sentidos de encurtamento de distâncias). A ênfase reside nas formas de ação e nas experiências comuns que possuem particularidades que requerem e promovem enlaces pelos quais é possível distinguir especificidades pela apreensão de suas dinâmicas espaciais.

E, como já reiterado, não se tratou apenas das relações entre seres-humanos. Houve a imbricação entre as características contextuais históricas, políticas e relações de poderes da cidade, bem como os sentimentos, intenções, energias, afetações e mesmo os substratos materiais não apenas compõem, mas significam as relações sociais dos integrantes do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa, de modo que a estrutura material (chão, paredes, teto, móveis, aparelhos e afins) compõem a apreensão das práticas do cotidiano.

As apreensões e significações apresentadas emergem a partir das práticas (significado no próprio viver), implicando em um entendimento alinhado à Massey (2008) em sua argumentação sobre o espaço como esfera de propensão e do devir, ao passo que a realidade é continuamente (re)composta/organizada/constituída no cotidiano, não como uma representação fixa, mas como um evento que se desdobra e reverbera processualmente.

Foram as práticas que constituíram a tessitura pela qual foi possível a apreensão de tempos estáveis, ainda que coevos. A apreensão da geografia emergente e processual delineadas pelas práticas e pelos seus modos de ordenação é que responderam como se constituem as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa e possibilitaram a realização de todo o exposto neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando este percurso de escrita, que arranjou meu corpo em relação com a universidade, com os grupos do movimento LGBTQ+, saberes acessados e contextos transformativos de vida e de sobrevivência, a tese, assim como os acontecimentos apreendidos ao longo do trabalho, são resultados de um arranjo relacional efêmero.

Desde o início, esta pesquisa adotou a complexidade como eixo epistemológico e metodológico, rejeitando explicações lineares ou reducionistas para compreender o movimento LGBTQ+ ponta-grossense. A complexidade permitiu integrar múltiplas dimensões – políticas, culturais, afetivas e espaciais – na análise, revelando a riqueza e a multiplicidade das práticas sociais.

O movimento LGBTQ+ foi abordado como um fenômeno imanentemente complexo, marcado por sua efemeridade, transitoriedade e instabilidade organizacional. Essa perspectiva ressaltou a necessidade de olhar além das estruturas rígidas e modelos fixos, para apreender as dinâmicas emergentes, as redes e as interações cotidianas que sustentam as lutas e transformações do(s) movimento(s).

A escolha do caminho aqui apresentado, como ora introduzido, se refere ao arranjo das minhas paixões teóricas, com o furor encarado em campo. O caminho não foi o mais fácil, nem o correto a depender do ponto de vista e trajetória pessoal, profissional e acadêmica de quem lê. Foi, como parece, uma interpretação possível, entre suas potencialidades e vulnerabilidades, visando compreender as táticas espaciais do(s) movimento(s) LGBTQ+ em Ponta Grossa.

O apresentado é fruto de percurso, de pesquisa, em relação entre eu, as pessoas e as coisas no mundo, o “nós” expandido que considera a realidade em seus significantes materiais e imateriais. Os intentos inerentes aos corpos e que atravessaram as ações deste movimento ao longo dos quatro anos em destaque na tese e dos dez em que estive em movimento junto a elas(es) em movimento.

A apreensão deste movimento social foi desafiador ao impor ao campo e à pesquisa(dora) a inter-relação entre princípios conflitantes, espaços-tempos caóticos, não-representações, poderes paradoxais. Em seu repertório de ação, o movimento LGBTQ+ ponta-grossense destacou, por entre as práticas banais, cotidianas e contínuas, a força de uma luta organizada em um sentido complexo, efêmero e altamente criativo.

A subversão e a transgressão eram demarcados nos discursos e nas práticas, na sua força imanentemente transformativa que levava o movimento à frente em sua capacidade contra hegemônica.

Sendo uma luta organizada que lida com as faltas, com as restrições, interdições e exclusões, o movimento LGBTQ+ ponta-grossense desenvolveu táticas para florescer em solo árido. A não conformidade com as formas hegemônicas de condicionamento do ser em sociedade e com as condições relegadas às vidas de pessoas LGBTQ+ animaram o delineamento de táticas que buscavam viabilizar a humanidade, em suas diversas expressões de ser e de viver. Pouco se fala no trabalho em protagonismo no movimento LGBTQ+ ponta-grossense, de forma direta, mas foi pungente o entendimento de que para contornar a abjeção relegada aos corpos/identidades de gênero e expressões/afetos não heteronormativos havia a necessidade de agir intencionalmente.

E muito se fala nas cores da bandeira LGBTQ+ como respectivas a diversidade da representação identitária, mas em Ponta Grossa, as cores do movimento eram aquelas que davam tons às práticas voltadas à agenda de busca por direitos LGBTQ+ em meio ao cotidiano. Não fomos/somos um movimento “do close”, que ostentou ao longo do ano grandes e poderosos eventos de proporções gigantescas ou repercussões longínquas. Éramos/somos colcha de retalhos, arrematados pela vida.

O esforço coletivo empreendido no movimento LGBTQ+ tomou forma na complexidade dos movimentos e nas multiplicidades que atravessaram e refletiram as trajetórias, interesses, tensões e formas de articulação que constituíram o cotidiano dos sujeitos que os integraram.

A complexidade, como fundamento do trabalho, tratou de calçar o entendimento de que para falar do movimento LGBTQ+ eu não poderia partir de uma única lógica, teoria ou metodologia. O objetivo neste encerramento não é rediscutir o que foi argumentado no corpo do texto, mas destacar a proposta de buscar compreender as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ como força de resistência e avanço.

A compreensão de que o movimento LGBTQ+ era imanentemente complexo em relação a suas características de efemeridade, transitoriedade e pelo fato de estar sempre inacabado, apresentando alta instabilidade em suas organizações foi o ponto de interseção em relação à teoria não-representacional que colocava em cheque ao mesmo tempo que explicava muitas das lacunas de apreensão que encontrei ao longo dos no movimento LGBTQ+.

A aparente ruptura de tempos entre cotidiano, modernidade e efemeridade exigiu e provocou uma forma de interpretação alicerçada de ponta-cabeça. Não poderia partir das

estruturas e das teorias, nem em modelos de existência ou mera acomodação epistemológica por alinhamentos temáticos.

A inteligência complexa do movimento LGBTQ+ ponta-grossense apresentou lógicas que recusavam a subordinação e acomodação. As miudezas, os pequenos e grandes achados foram organizados - provisoriamente - em forma de tese de modo que a pluralidade interpretada a partir das teorias não-representacionais respeitaram os movimentos, os tempos, as relações e possibilitaram, em respeito também ao meu entendimento como geógrafa, do espaço geográfico como uma dimensão dinâmico-relacional, onde as relações se constroem e se transformam continuamente em entrelaçamento/entrecruzamentos de tempos, corpos e práticas, sempre em fluxo/devir.

Deste modo, partindo da imanente relacionalidade que atravessa o cotidiano daquelas pessoas e significantes materiais e imateriais que compõem os movimentos LGBTQ+ de Ponta Grossa, a ênfase do trabalho problematizou como as ações do dia a dia podem ser organizadas, intencionalmente, como táticas espaciais. Não se tratou exclusivamente de uma leitura ou interpretação das ações realizadas funcionalmente como táticas, mas do entendimento *in situ*, de que o cotidiano foi força potencializadora de ações contra-hegemônicas.

Em movimentos de fazer, desfazer e refazer, as práticas contra-hegemônicas, as ações do cotidiano compuseram este estudo como forma de atuação política viva, disruptiva, contenciosa e complexa, baseada em uma articulação de esforços em favor da vida e do viver. Este encerramento de pesquisa talvez deva reiterar o óbvio. A luta por direitos básicos no Brasil é uma pauta comum a movimentos sociais de pessoas negras, indígenas, quilombolas, de mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência. O simples viver não é pauta exclusiva deste movimento social, LGBTQ+, que muitas vezes congrega nas identidades que compõem [e extrapolam] as suas flexões de siglas muitos destes marcadores sociais.

Embora o foco deste trabalho não tenha sido aprofundar-se na epistemologia feminista interseccional, esses marcadores não foram desconsiderados ao se entrecruzarem, ao longo dos anos de pesquisa, nas vidas de Vênus, Saturno, Júpiter, Urano, Mercúrio e demais participantes. A “ligança” (para remeter a Le-Moigne) estabelecida em torno da pauta LGBTQ+ foi ampliada pela relacionalidade, aqui entendida como a afetação recíproca que desestabiliza corpos e significantes, tanto materiais quanto imateriais. Esse aspecto relacional destacou que as conexões estabelecidas não eram meramente funcionais, mas permeadas por uma preocupação genuína com os interesses de todos os envolvidos, de maneira tanto positiva quanto negativa.

Não se tratava de um trabalho frio ou distante. Mesmo diante da consciência de que algumas ações poderiam naturalmente cessar dada a sua efemeridade e provisoriedade, a falta

de continuidade não anulava a intensidade das relações construídas no plano inter-relacional. Essas conexões e desestabilizações tornaram-se fundamentais para compreender as dinâmicas do movimento e a complexidade de suas práticas.

As necessidades emergentes das pessoas LGBTQ+, tanto individual quanto coletivamente, foram consideradas ao longo desta pesquisa. Isso se tornou evidente nas negociações que moldavam as agendas do movimento, onde as pautas eram priorizadas conforme quem articulava a ação e em qual contexto ela se desenvolvia. Desde manifestações públicas e intervenções artísticas até negociações institucionais e interações informais, as táticas espaciais do movimento LGBTQ+ ponta-grossense foram construídas na microescala do cotidiano. Essas táticas transcenderam a dimensão espaço-temporal, envolvendo também subjetividades pessoais e políticas.

Embora a escolha teórico-metodológica tenha enfatizado mais o aspecto relacional do que as subjetividades, isso não implicou a exclusão destas. As subjetividades estão entrelaçadas às ações e às táticas de resistência, permeando os processos que definem as práticas cotidianas do movimento e reforçando a complexidade de suas dinâmicas no espaço urbano.

As interdições e restrições que permearam múltiplos aspectos das vidas de pessoas LGBTQ+, especialmente no espaço urbano de Ponta Grossa, emergiram em um contexto sociopolítico marcado pelo conservadorismo e pela hostilidade. Essa hostilidade está intimamente relacionada à retórica da “ideologia de gênero” e ao histórico político da cidade, caracterizado pela escolha reiterada de representantes alinhados ao fundamentalismo religioso. Esse cenário fomentou a criação de organizações tático-políticas que, embora inseridas na realidade específica de Ponta Grossa, não estavam desvinculadas da conjuntura nacional enfrentada por pessoas LGBTQ+. A articulação dessas táticas reflete tanto a resistência a conjuntura local quanto a integração com um panorama mais amplo de lutas por direitos e reconhecimento em âmbito nacional.

No entanto, a proximidade e o conhecimento acerca do que acontece no “aqui e no agora” viabilizou a organização de formas singulares de resistência que, mesmo efêmeras, se mostraram transformadoras ao desafiar as normas vigentes e propor outras formas de existir e de ser. A força da flexibilidade e do conhecimento tático da política “status quo” ponta-grossense foi potencialidade que viabilizou um aprendizado político reverberado em/por meio de táticas espaciais.

Logo, a “proximidade”, não compreendida aqui como sinônimo de distância, mas como estado de particularidade daquilo que se encontra próximo, refletiu em uma potencialidade tática alinhada a necessidade/intencionalidade política em uma organização que mesclava as

demandas e necessidades relacionadas às subjetividades políticas ao mesmo tempo que constituía um repertório de movimento social voltado a uma visão de “Ponta Grossa” que acolha urbana e socialmente pessoas LGBTQ+.

A busca pela afirmação política, urbana e social, manifestada nas táticas espaciais analisadas nesta tese, reflete um esforço pela restituição do ser e estar no mundo, pela cidadania e pelo poder reivindicado por essas pessoas. Trata-se de uma organização política espacializada, orientada para a dignidade e o reconhecimento das pessoas LGBTQ+ como uma potencialidade política e social, reafirmando suas existências como agentes de transformação do lugar.

A perspectiva humana complexa encontrada no movimento LGBTQ+ ponta-grossense entremeada analiticamente à cidade de Ponta Grossa, ao espaço virtual, às instituições e ao Estado conduziu ao entendimento do espaço como dimensão em constante produção/reprodução relacional, dinamizado por relações e interações humanas e não-humanas direcionadas a uma luta contra lógicas de perpetuação de exclusões e vulnerabilidades. Esse movimento insere-se em lógicas de disputa e apropriação espacial pelo direito de existir, transformando o espaço urbano ao “abrir espaço” de possibilidades para aquelas existências consideradas “abjetas” ou “queers”. Nesse processo, o espaço é moldado e reimaginado em termos de potencialidades, tornando-se um campo de resistência e afirmação de novas formas de estar e ser no mundo.

Assim, a compreensão da constituição tática do(s) movimento(s) LGBTQ+ ponta-grosseses na microescala do acontecer e do presente (coevo) é pressuposto para o entendimento de uma forma de organização político-social com geografia própria, apreendida para além das identificações de identidades de gênero e sexualidade que intervêm no contexto de Ponta Grossa e compõem/representa o movimento LGBTQ+ estadual e nacional em suas ações.

A prática também no/em movimento LGBTQ+ permitiu compreender que há uma lógica política imanente da qual reverberam não apenas os diálogos e as parcerias, mas também as tensões, as disputas e as desconfianças - seja em âmbito de organização de movimento social, seja em relação às assimetrias de poder frente ao Estado e a sociedade.

No encontro das multiplicidades, o movimento LGBTQ+ não se conteve em suas mazelas. “Virar estatística” só era válido se fosse institucionalmente, por meio de censos e levantamentos - ao menos era o que se reivindicava. Os tensionamentos pela produção (processual) do espaço e da política manifestado pelas práticas intencionais dos grupos iam emergindo nos sentidos de apreensão atentos voltados à pesquisa, de forma que as experiências, as intencionalidades, as formas de ser/fazer emergiam em meio as tais multiplicidades de sujeitos, rotinas de

organização, negociações, realização de eventos, acordos táticos e demais formas de atuação deste movimento social.

O movimento LGBTQ+ não era meramente compreendido como “emaranhado arco-íris”. Também não era um grupo [apenas] da festa, do close, do leque estalado e das roupas e “laces babadeiras”. O grupo também não estava exclusivamente a serviço e nem se excluía das lógicas de mercado. De fato, não se excluía do jogo, se inseria, mantendo-se em ação, de modo que a luta pela sobrevivência foi concomitante aos esforços para poder existir tal qual se autodeterminavam os seres em relação as múltiplas possibilidades de performances corporais em espaço.

O fazer do movimento LGBTQ+ implicado na ação, na prática, corporificada delineada por Butler (2003) como “ato” voltou suas práticas a reverter o cenário opressor por meio de ações cotidianas alinhavadas pela reciprocidade expressada por intencionalidades - independente de quais sejam as motivações particulares que estavam mescladas as práticas.

O entendimento aqui apresentado não separa entre prática política-pessoal-profissional no que tange movimento LGBTQ+, apesar de reconhecer as variadas diferenciações de trajetórias que as pessoas que compõem o movimento apresentam a depender de suas necessidades. Neste contexto, a sobrevivência foi compreendida, por si só, como tática, organizada em arranjos relacionais intencionais e por atravessamentos. As múltiplas opressões atravessam os corpos gerando tensão, opressão, aquietamento, apagamento, cerceamento. Mas, como em muito enfatizado, a vida não é um uníssono monofásico de dor e passividade. Estávamos agindo em um movimento social que não se aquietou nem diante do tempo, jogando com e contra a modernidade ao posicionar-se em disputas públicas em favor da manutenção e progresso de suas agendas.

As ações não ocorreram ao acaso, tampouco os acontecimentos foram meras eventualidades cotidianas. Elas compuseram o que é reconhecido, no senso comum, como "o movimento social LGBTQ+ de Ponta Grossa". Ao participar da Parada LGBTQ+ (mesmo que de forma virtual), não se investigava diretamente o contexto da Comissão Organizadora da Parada Cultural LGBTQIAPN+ dos Campos Gerais em seus processos internos de organização. O “resultado” final era entendido como uma ação coletiva do movimento LGBTQ+ pontagrossense.

Nesta feita é que se destaca a importância da microescala do cotidiano, nas ações que individual e coletivamente compõem os processos de disputa que permeiam e lutam pelo direito ao simples viver; os eventos acadêmicos sistematicamente organizados em seus cronogramas e planejamentos, até os atos e manifestações organizados “do dia para a noite”, cafés, conversas

de WhatsApp, efusividades instantâneas motivadas por algum tema, com força avassaladora que promovia reuniões, manifestações, protestos, postagens e demais práticas que alinhavavam aquilo que era visto como “o movimento LGBTQ+ de Ponta Grossa”.

Os movimentos LGBTQ+ de Ponta Grossa emergem entre tensionamentos e esperanças, com práticas que, especialmente no cotidiano, promovem organizações espaço-temporais, arranjos e encontros, revelados pelas geografias do acontecer.

As análises baseadas na apreensão das multiplicidades demonstraram que, no cotidiano, nem todas as pessoas se envolvem nessa política da mesma forma. As negociações no movimento LGBTQ+ produziram formas de resistência e subversão por meio de uma pluralidade de ações. Paradoxalmente, ao fortalecer a luta por direitos das pessoas LGBTQ+, essas ações também intensificaram tensionamentos, tanto os inerentes ao próprio movimento quanto aqueles decorrentes das disputas entre correntes e contracorrentes. Essas dinâmicas refletiram formas de fazer e desfazer os mecanismos de gênero, assim como os condicionamentos e normatizações que eles impõem.

O movimento LGBTQ+ ponta-grossense não apaziguava suas tensões e relação a sociedade, nem os próprios conflitos. Se expressava como ato de querer pertencer à Ponta Grossa, reconhecendo a cidade como lugar, como lar. E os integrantes deste movimento social não aceitariam sem resistir a expulsão de mais um lugar de pertencimento. Se os lares familiares não os acolhiam, se as escolas ou o mercado de trabalho não os acolhiam, a cidade teria de o fazer, seja pelo amor, seja pela reivindicação tática de (re)colocação e posicionamento pelo espaço.

Os atravessamentos dos valores hegemônicos da cidade, ancorados na tríade “família, moral e bons costumes” e sustentados por um discurso fundamentalista religioso persecutório e LGBTQIfóbico, exigiram dos integrantes do movimento LGBTQ+ a elaboração de diversas organizações táticas. Essas táticas incorporavam um repertório disruptivo de contestação, orientado por um fazer político aberto à política e às múltiplas formas de poder, fundamentado nas sabedorias do cotidiano. O conhecimento sobre quem acessar, com quem contar e como agir unia as pessoas em redes de pessoalidade, alinhadas em torno da pauta LGBTQ+, mas que transcendiam a mera necessidade de ação. Amizades, simpatias, energias e afetos mantinham essas pessoas conectadas por experiências comuns, tecidas no âmbito da pessoalidade e da convivência cotidiana.

Se Ponta Grossa servia como palco para o florescimento de um movimento construído a partir de arranjos relacionais contingentes e redes horizontais e fluidas de suporte, as casas, os parques e os próprios corpos tornavam-se dimensões processuais de transformação,

moldadas pelos significantes tecidos ao longo dessas interações. Não havia padrões rígidos, linearidade causal ou pré-determinações. O que se apreendeu do movimento LGBTQ+ pontagrossense foi um conjunto de potencialidades, criatividade e imaginações geográficas que redefiniram as formas de organização e apropriação do espaço.

Entre [re]organizações espaciais táticas, os movimentos LGBTQ+ de Ponta Grossa se expressavam em confluências de ações, relações e de interações transformativas que se manifestaram e puderam ser vislumbradas em suas formações.

No tempo coevo, as táticas foram dinamizadas em espaços-tempos dicotômicos. As trajetórias de longa duração se entrecruzaram aos acontecimentos efêmeros, de modo que as ações apreendidas das travessias/atravessamentos entre espaços-tempos demonstraram sobreposições pelas quais o mesmo espaço pôde ser mais de uma coisa ao mesmo tempo. Logo, os significantes deste movimento social não admitiam essencialismos.

A multidimensionalidade emergiu como fundamento das ações, tangendo as formações, as ordenações, os acontecimentos nestes espaços-tempos coevos, de modo que os atores e os significantes (não humanos, materiais ou imateriais) envolvidos em tais práticas não eram reduzíveis a uma significação, mas apreendidos e interpretados por suas formas de organizar elementos de uma mesma realidade.

Destas formas de organização emergiram, então, dois caminhos reflexivos relacionados às duas principais formações espaciais apreendidas, apontando dinâmicas temporais diferentes, mas que são interdependentes entre si. As redes do movimento LGBTQ+ sustentadas por conhecimento mútuo relacionado à personalidade caracterizava-se por fluxos relacionais mais ou menos estáveis.

Sustentada por afetos, necessidades, simpatias e similitudes essas redes possuíam prerrogativa de projeção política e inserção/disputa nas lógicas de poder. Como uma primeira possibilidade de apreensão apresentada, as redes traduziram “o movimento LGBTQ+” como movimento social em funcionamento coeso. Isso, pois o enredamento que conectava em suspensão, nas suas tramas, todos os grupos voltados às pessoas LGBTQ+ de Ponta Grossa. A coordenação de ações combinava reciprocidade e troca compreendendo e manifestando formas de ser, saber e fazer o movimento LGBTQ+, movimentando conhecimentos e práticas.

A segunda forma de organização foram os arranjos relacionais, efêmeros, que organizaram em sua constituição princípios contrários: construção-desconstrução, arranjo-desarranjo, territorialização-desterritorialização. As organizações espaciais provisórias destacam a fluidez e transformatividade do espaço, bem como a potencialidade do movimento

LGBT+ ponta-grossense em organizar-se frente a demandas espontâneas que exigem similar espontaneidade no desenvolvimento de ações.

Diante do exposto, este trabalho se encerra com a afirmação de que a luta do movimento LGBT+ ponta-grossense, embora marcada por efemeridade, transitoriedade e desafios, delineia e destaca a potência de um movimento social em relação ao cotidiano e às reivindicações pelo direito de mais que existir.

O “acontecimento” a que me refiro quando trato das “geografias do acontecer dos movimentos LGBT+ de Ponta Grossa”, trata-se daquilo que acontece, no tempo complexo estabelecido ao trabalho. Trata-se de focar na ação para apreensão daquilo que não se pode compreender por meio dos sentidos do corpo; destaca-se, portanto, da ação, as relações e suas nuances entre o singular/privado/particular e o público/coletivo, bem como as suas reverberações, compreendendo que, ainda que indissociáveis, possuem suas particularidades pelas quais se faz possível produzir interpretações.

A compreensão das táticas espaciais dos movimentos LGBT+ de Ponta Grossa apreendidos por meio das redes e das organizações efêmeras demonstrou como as formas de ação do movimento são profundamente enraizadas no cotidiano, articuladas a partir de interações, afetos e intencionalidades. Mais do que práticas funcionais, essas ações representam uma afirmação radical da busca por dignidade e cidadania.

O fazer elaborado relacionalmente em movimento(s) delineou geografias que transcenderam os limites impostos pela intangibilidade e aparente banalidade do cotidiano, primeiro, pela institucionalização de uma luta discursivamente compreendida como “subalternizada”, depois pelas transformações promovidas no espaço urbano e contexto social da cidade estabelecidos pela construção de alianças potencializadas por aqueles que integram e agem em movimentos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul. **Taking-Place: Non-Representational Theories and Geography**. Abingdon, Inglaterra: Routledge, 2010. 393 p.

AFONSO Benites. Compra de vacina Covaxin arrasta Bolsonaro para sombra da corrupção. **El País**. Brasília, 23 jun. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-24/compra-de-vacina-covaxin-arrasta-bolsonaro-para-sombra-da-corrupcao.html>>. Acesso em 10 jan. 2025.

ALÓS, Anselmo Peres. Traduzir o queer: uma opção viável? **Revista de Estudos Feministas. Florianópolis**, n. 26, v.28, p. 1-11, fev., 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/fJ96m3tkRTTB8vBfS68Jg7v/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

CUNHA, Ana Rita. Desvendamos as notícias falsas de Damares Alves contra a ‘ideologia de gênero’. **Aos Fatos**. Brasil, 19 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/desvendamos-noticias-falsas-de-damares-alves-contra-ideologia-de-genero/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

A REDE. Bolsonaroistas de PG participam de atos antidemocráticos. Ponta Grossa, 08 jan. 2023. **A Rede**. Ponta Grossa, 08 jan. 2023. Disponível em: <<https://arede.info/ponta-grossa/453810/bolsonaristas-de-pg-participam-de-atos-antidemocraticos-video>>. Acesso em 10 jan. 2025.

A REDE. Evangélicos causam polêmica ao criticar conselho LGBT. **A Rede**. Ponta Grossa, 05 nov. 2014 Disponível em: <<https://arede.info/ponta-grossa/21211/evangelicos-causam-polemica-ao-criticar-conselho-lgbt?d=1>>. Acesso em 10 jan. 2025.

A REDE. Câmara de PG aprova criação do ‘Conselho LGBT’. **A Rede**. Ponta Grossa, 19 mai. 2015. Disponível em: <<https://arede.info/ponta-grossa/28981/camara-de-pg-aprova-criacao-do-conselho-lgbt?d=1>> Acesso em 10 jan. 2025.

A REDE. Vinicius Camargo quer proibir ‘ideologia de gênero’ em PG. **A Rede**. Ponta Grossa, 10 out. 2018. Disponível em: <<https://arede.info/ponta-grossa/233984/vinicius-camargo-quer-proibir-ideologia-de-genero-em-pg?d=1>>. Acesso em 10 jan. 2025.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. **(Syn)thesis**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 5, p. 23-32. 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5498>>. Acesso em 10 jan. 2025.

BBC NEWS BRASIL. CPI da Covid: Quem é quem no escândalo Covaxin. **BBC News Brasil**. Brasil, 29 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57647163>>. Acesso em 10 jan. 2025.

BENNET, Jane. **Vibrant Matter: A Political Ecology of Things**. Durham: Duke University Press, 2010. 176 p.

BENNET, Jane. The Agency of Assemblages and the North American Blackout. **Public Culture**, Durhan, n. 17, v. 3, p. p. 445-465, 2005. Disponível em: <https://jscholarship.library.jhu.edu/bitstream/handle/1774.2/32808/bennet_public_culture.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

BENTO, Berenice. Damares: uma metáfora de ministra? **Revista Cult**. São Paulo, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/damares-uma-metafora-de-ministra/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11º Ed, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. 1330 p. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4197102/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatórios sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2011. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/acoes-de-gestoes-anteriores/biblioteca/relatorios-de-violencia-lgbtobica>>. Acesso em 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque 100 registra aumentos de 127% nas denúncias de homicídios de pessoas LGBT**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/maio/disque-100-registra-aumento-de-127-nas-denuncias-de-homicidios-de-pessoas-lgbt-1>>. Acesso em 10 jan. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 235 p. Disponível em: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/butler-problemas-do-gecc82nero.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar. n. 1, jan.–jun., p. 13–33, 2011. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>>. Acesso em 10 jan. 2025.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo** (trad. Rogério Bettoni). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 199 p.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia (trad. Fernanda Siqueira Miguens). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

CABRAL, Vinicius; ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. Espaços de Morte e Representações Sociais de Travestis na Cidade de Ponta Grossa–Paraná. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, n. 1, v. 4, p. 139-161, jan. / jul. 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/4363/pdf_54>. Acesso em 10 jan. 2025.

CABRAL, Vinicius. Espaço e Morte nas Representações Sociais das Travestis e Transexuais Femininas. 2015. 103 f. **Dissertação** (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. Disponível em

<<http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/567>>. Acesso em 10 jan. 2025.

CACHADO, Rita. Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. **Revista Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro. n. 2, v.11, p. 551–572, mai–ago, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/nXMB9xWnGZmbHNqGf6MM6Ts/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. De mãe de Santo a mulher: invenção e reinvenção de Papéis. **Revista Mandrágora**, n. 17, v.17, 2011, p. 17-37. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6579422/mod_resource/content/1/10.c%20Maidres%20de%20Santo.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

CERQUEIRA, Daniel (Org). **Atlas da violência**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em 10 jan. 2025.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3.º Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAGAS, Bruna Iara Lorian. Panorama das Políticas Sociais LGBTTT no Brasil, entre os anos de 2000 a 2015. 2017. **Monografia** (Bacharelado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

CHAGAS, Bruna Iara Lorian Chagas. As assemblage de garantia de direitos para pessoas LGBT+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná. 2020, 239 f. **Dissertação** (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3084/1/BRUNA%20IARA%20LORIAN%20CHAGAS.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

CHAGAS, Bruna Iara Lorian Chagas; SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar; ORNAT, Marcio Jose. LGBT+ NO BRASIL. Considerações sobre o desenvolvimento de Políticas Sociais entre os anos de 2000 a 2022. In: MOREIRA, Carlos André Gayer; TONINI, Ivaine Maria (Orgs). **Espacialidades Transgressoras: Gênero e sexualidade na Geografia**. Goiania: C&A Alfa Comunicação, 2023, p. 21-56.

CHEN, Min Chen; CLARAMUNT; Christopher, ÇOLTEKIN, Arzu; LIU, Xintao; PENG Peng; ROBINSON, Anthony; WANG, Dajiang; STROBL, Josef; WILSON, John; BATTY, Michael; KWAN, Mei-Po; LOFTIAN, Maryam; GOLAY, François; JOOST, Stéphane; INGENSAND, Jens; SENOUSI, Ahmad; CHENG, Tao; BANDROVA, Temenoujka; KONECNY, Milan; TORRENSR, Paul; KLIPPEL, Alexander Klippel; LI, Songnian; ZHANG, Fengyuan; HE, Li; WANG, Jinfeng; RATTI, Carlo; KOLDITZ, Olaf; LIN, Hui; LÜ, Guonian. Artificial intelligence and visual analytics in geographical space and cyberspace: Research opportunities and challenges. **Elsevier**, Earth-Science Reviews, v. 241, jun. 2023. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0012825223001277>>. Acesso em 10 jan. 2025.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Para uma dogmática constitucional emancipatória**. São Paulo: Fórum, 2012. 108 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes geográficas**: reflexões sobre um tema persistente. In: Revista Cidades, volume 9, número 16, 2012, p.200-220. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br>>. Acesso em 10 jan. 2025.

CORREIO BRASILIENSE. Casal se casa em ato antidemocrático em frente a QG no PR: "Compromisso". **Correio Brasiliense**. Brasil, 08 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2022/12/5057720-casal-se-casa-em-ato-antidemocratico-em-frente-a-qg-no-pr-compromisso.html>>. Acesso em 10 jan. 2025.

COSGROVE, Denis. **Geography & vision**: seeing, imagining and representing the world. New York: I. B. Tauris & Co. Ltd, 2012. 272 p.

COSTA, Benhur Pinós. Geografia e Cotidiano: reflexões sobre teoria e prática de pesquisa. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (Orgs.). **Abordagens e pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016. p. 129-150. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149928/001007747.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 jan. 2025.

COSTA, Benhur Pinós; STÜRMER, Arthur Breno. Território: aproximações a um Conceito-Chave da Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, n. 21, v. 3, p. 50–60. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/2236499426693>>. Acesso em 10 jan. 2025.

CUMBERS, Andy; ROUTLEDGE, Paul; NATIVEL, Corinne. The entangled geographies of global justice networks. **Progress in human Geography**, Glasgow, n. 32, v. 2, p. 183-201, Set, 2008. Disponível em: <<http://phg.sagepub.com/cgi/content/abstract/32/2/183>>. Acesso em 10 jan. 2025.

DELANDA, Manuel. **A new philosophy of society**: Assemblage theory and social complexity. 1º Ed. New York: Continuum, 2006. 142 p. Disponível em: <https://archive.org/stream/30913354DeLandaANewPhilosophyOfSocietyAssemblageTheoryAndSocialComplexityCSOCR/30913354-DeLanda-A-New-Philosophy-of-Society-Assemblage-Theory-and-Social-Complexity-CS-OCR_djvu.txt>. Acesso em 10 jan. 2025.

DELANDA, Manuel. **Assemblage Theory**. 1º Ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016. 198 p.

DELEUZE, Gilles. **Pure Immanence**: essays on a life. New York: Urzone, 2001. 102 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia** (Trad, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, 94 p. (Coleção TRANS vol. 1).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia** (Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, 96 p. (Coleção TRANS, vol. 2).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia** (trad. Suely Rolnik). São Paulo: Ed. 54, 1997, 176 p. (Coleção TRANS, vol. 4).

DEMENECK, Ben Hur; OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim. 31 de Março”: um núcleo habitacional como enunciado e elemento da cultura histórica. v. 1 n. 3 (2016): **Anais do XI**

Encontro Estadual de História da ANPUHGO. Disponível em: <<https://www.anais.ueg.br/index.php/anpuhgo/article/view/4179>>. Acesso em 10 jan. 2025.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto.** Tradução de Denize Jardim Duarte. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. 214 p.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará: Universidade Estadual do Ceará - Centro de Educação. 2002, 124p. Disponível em: <<http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. Governo Bolsonaro pediu propina de US\$ 1 por dose, diz vendedor de vacina. **Folha UOL** 29 jun. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml#:~:text=O%20que%20Bolsonaro%20j%C3%A1%20disse%20so-bre%20a%20CPI%20da%20Covid&text=A%20comiss%C3%A3o%20sus-peita%20do%20contrato,US%24%2015%20a%20dose>>. Acesso em 10 jan. 2025.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder** (Org. e revisão técnica Roberto Machado). 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 295 p.

GARCIA, Pedritta Marihá. Marcha pela Diversidade pode se tornar Patrimônio Cultural Imaterial de Curitiba. 2024. **Câmara Municipal de Curitiba.** Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/marcha-pela-diversidade-podera-ser-declarada-patrimonio-cultural-imaterial-de-curitiba#:~:text=Foi%20em%2031%20de%20janeiro,primeira%20parada%20gay%20do%20Brasil%E2%80%9D>>. Acesso em 10 jan. 2025.

GRAHAM, Mark. There are no rights ‘in’ cyberspace. In: WAGNER, Ben; KATTERMAN, Matthias; VIETH, Kilian. **Research Handbook on Human Rights and Digital Technology: Global Politics, Law and International Relations.** Cheltenham: Edward Elgar Publishing, p. 24-32, 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil:** relatório 2021. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

GEERTZ, Clifford. **O saber local.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1998. 366p. Tradução: Vera Mello Joscelyne.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço** (Trad. Eni Paulo Giachini). Petrópolis-RJ: Vozes, 2015. 78p.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência** (Trad. Enio Paulo Giachini). Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

HAN, Byung-Chul. **No enxame:** perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. (Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves). 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 349.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 271-290.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (Orgs.). **Abordagens e pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016. p. 15-34. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149928/001007747.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 jan. 2025.

HIERNAUX, Daniel. Paisajes fugaces y geografias efímeras em la metrópoli contemporánea. In: NOGUÉ, Joan (Ed). **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007, p. 241-262. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7507917>>. Acesso em 10 jan. 2025.

HINCHLIFFE, Steve. Working with Multiples: a Non-Representational approach to environmental issues. In: ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul. **Taking-Place: Non-Representational Theories and Geography**. Inglaterra: Ashgate Publishing Limited, p. 304-320, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIVERSIDADE SEXUAL. **Manual de advocacy, litigância estratégica, controle social e accountability LGBTI+**. Curitiba: IBDSEX, 2021. 232 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal**, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>>. Acesso em 10 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Unidades da Federação**, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>>. Acesso em 10 jan. 2025.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, Set/Dez, 2018. Disponível em: < http://pep-sic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 jan. 2025.

JUNQUEIRA, Sérgio; BROSTULIM, Edmar Antônio. Tradições Afrobrasileiras. In: REIS, Marcos Vinicius de Freitas; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (Orgs.). **Terreiros, Baracões e Afetos: leituras sobre a homoafetividade nas religiões afro-brasileira**. Rio Branco: Nepan, 2021. Disponível em: < <https://www2.unifap.br/cepres/files/2021/11/COLECAO-ESTUDOS-DA-RELIGIAO-05-HOMOAFETIVIDADE-E-RELIGIAO.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

JULLIEN, François. **Do ser ao viver**. Léxico euro-chinês do pensamento (Trad. organização Maria Luiz Berwanger da Silva). Londrina: EDUEL, 2021, 292p.

LAQUEUR, Thomas Walter. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: **Relume Dumará**, 2001. 299 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/7688339/mod_resource/content/1/Thomas%20Walter%20Laqueur%20-%20Inventando%20o%20sexo_.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

LEFEBVRE, Henry. **A vida cotidiana no mundo moderno** (Trad. Alcides João de Barros). São Paulo: Ática, 1991. 216 p.

LE-MOIGNE, Jean-Louis. Sobre a inteligência da complexidade, entrelaçando epistemologia e pragmática. MORIN, Edgar; LE-MOIGNE, Jean-Louis. **Inteligência da Complexidade: Epistemologia e Pragmática** (trad. João Duarte). Lisboa: Instituto Piaget, 2007, p. 19-35.

LIONÇO, Tatiana; ALVES, Ana Clara de Oliveira; MATTIELO, Felipe; FREIRE, Amanda Machado. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para fundamentalismo religioso. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, Set/Dez, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 jan. 2025.

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo**. Entre civilização e barbárie. Bernardo Joffily (tradução). São Paulo: Anita Garibaldi, 2015 (reimpressão). 160p.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 96 p.

LU SUDRÉ. Ao declarar guerra à "ideologia de gênero", Bolsonaro elege inimigo que não existe. **Brasil de Fato**. São Paulo, 09 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/09/ao-declarar-guerra-a-ideologia-de-genero-bolsonaro-elege-inimigo-que-nao-existe>>. Acesso em 10 jan. 2025.

MACHADO, Isadora Vier. ELIAS, Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues. Democracia, STF e a Ideologia de Gênero. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de; VASCONCELOS, Thamires Nayara Sousa de (Orgs). **Direito: justiça, políticas públicas e as relações entre Estado e Sociedade**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2021. p. 195-212.

MARTINS, Dilermando Aparecido Borges. O processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município de Ponta Grossa – PR. 2019. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Área de concentração: cidadania e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vu-find/Record/UEPG_579ff42b271ef581a3b2a6d5213f3068>. Acesso em 10 jan. 2025.

MARTINS, Rafael Moro. Capital da “Reaçolândia”. **Revista Piauí**. Brasil, 27, out. 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/capital-da-reacolandia/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

MASSEY, Doreen. Imaginando a Globalização: Geometrias de poder de Tempo-Espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, v. 1, nº 3, p. 142-155, maio, 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/867935/Imaginando_a_Globaliza%C3%A7%C3%A3o_geometrias_de_poder_de_tempo-esp%C3%A7o>. Acesso em 10 jan. 2025.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade** (Trad. Rogério Haesbaert). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MCCORMACK, Derek. Thinking in Transition: The Affirmative Refrain of experience/experiment. In: ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul (Orgs). **Taking-Place: Non-Representational Theories and Geography**. Inglaterra: Routledge, 2010. p. 201- 220.

MCCORMACK, Derek. **Refrains for moving bodies**: experience and experiment in affective spaces. London: Duke University Press, 2013. 271 p.

MCFARLANE, Colin. Translocal assemblages: Space, power and social movements. **Geoforum**, Durham, n. 40, p. 561-567, May, 2009. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718509000682>>. Acesso em 10 jan. 2025.

MCFARLANE, Colin. **Learning the city**: Knowledge and Translocal Assemblage. Oxford: Blackwell Publishing, 2011. 218 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, n. 07, abril 2017, p. 01-12. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturation.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

MIRANDA, José. João Miranda. Na capital da “Reacolândia”, audiência pública defende tese sobre “ideologia de gênero”. Brasil, **Pragmatismo Político**, 11 dez. 2027. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/12/reacolandia-audiencia-publica-defende-ideologia-de-genero.html>>. Acesso em 10 jan. 2025.

MITCHELL, Ana Stumpf. Entre corredores ecológicos e salas poéticas: conexões criativas no fazer científico. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (Orgs). **Abordagens e pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016. p. 69-84. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149928/001007747.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 jan. 2025.

MORIN, Edgar. Complexidade restrita, complexidade geral. In: MORIN, Edgar; LE-MOIGNE, Jean-Louis. **Inteligência da Complexidade**: Epistemologia e Pragmática (trad, João Duarte). Lisboa: Instituto Piaget, 2007. p. 36-78.

MORIN, Edgar; LE-MOIGNE, Jean-Louis. **Inteligência da Complexidade**: Epistemologia e Pragmática (trad, João Duarte). Lisboa: Instituto Piaget, 2007. 527 p.

NICHOLLS, Walter. The geographies of social movements. **Geography Compass** n.1, v.3, p. 607–622, 2007. Disponível em: <<https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1749-8198.2007.00014.x>>. Acesso em 10 jan. 2025.

NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan. Otras geografías, otros tiempos, nuevas y viejas preguntas, viejas y nuevas respuestas. In: NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan. (direc). **Las Otras Geografías**. Valencia: Tirant La Blanch, 2006, p.15-49.

NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (Orgs). **A carne mais barata do mercado. Uberlândia**: Observatório Trans, 2018. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/88119586-Dossie-a-carne-mais-barata-do-mercado-observatorio-trans-uberlandia-mg-sayonara-nogueira-euclides-cabral-2018-orgs.html>>. Acesso em 10 jan. 2025.

ORNAT, Marcio Jose. Espaços Interditos e a Constituição das Identidades Travestis através da Prostituição no Sul do Brasil. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 54-73, jan. / jul. 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/download/3336/pdf_6/9396>. Acesso em: 10 jan 2025.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na Geografia II: métodos para uma Geografia do que acontece. *Revista Finisterra*. Portugal, v. 53, n. 107, p. 159-168, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/39208>>. Acesso em 10 jan. 2025.

PARTENOTTE, David; KUHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 503-523, set./dez., 2018. Disponível em: <http://pep-sic.bvsalud.org/scielo.php>. Acesso em 10 jan. 2025.

PERES, Milena Cristina Carneiro (Org). **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. 116 p. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

PG EM DESTAQUE. Projeto que cria o Conselho Municipal LGBT está na Ordem do Dia Ponta Grossa, 2015. **Ponta Grossa em Destaque**. Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <<https://pontagrossaemdestaque.com.br/2015/05/projeto-que-cria-o-conselho-municipal-lgbt-esta-na-ordem-do-dia/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

PONTA GROSSA. Atos do Município de Ponta Grossa. **Lei n. 10.387, de 04/10/2010**. Institui, no âmbito do Município de Ponta Grossa, a semana de conscientização e orientação sexual. Diário Oficial do município de Ponta Grossa, Ponta Grossa, nº 331, p. 01. 06 Out. 2010. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2010/1039/10387/lei-ordinaria-n-10387-2010-institui-no-ambito-do-municipio-de-ponta-grossa-a-semana-de-conscientizacao-e-orientacao-sexual>>. Acesso em 10 jan. 2025.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos. **Decreto nº 5590, DE 10/11/2011**. Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Educação - CME, e dá outras providências, 2011. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2011/559/5590/decreto-n-5590-2011-aprova-o-regimento-interno-do-conselho-municipal-de-educacao-cme-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 10 jan. 2025.

PRADO, Rosane Manhães. Cidade pequena: paraíso e inferno da pessoalidade. **Cadernos de antropologia e imagem**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia e Imagem, n 1, Rio de Janeiro: UERJ, NAI, 1995. Disponível em: <<http://ppcis.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Cadernos-de-Antropologia-e-Imagem-4.-A-cidade-em-imagens.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

RODRIGO, Resende. Relatório acusa governo federal de atraso na compra de vacinas e de negociações ilícitas no caso Covaxin. Brasil, **Rádio Senado**, 22 out. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/22/relatorio-acusa-governo-federal-de-atraso-na-compra-de-vacinas-e-de-negociacoes-ilicitas-no-caso-covaxin>>. Acesso em 10 jan. 2025.

ROMÃO, Luan Duarte; CAVALCANTE, João Victor de Souza. Stonewall: imagens que pertencem à ordem das coisas vivas. In: **Anais... XIX Congresso Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Fortaleza, Ceará. 29/06 a 01/07/2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-1324-1.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

ROSE, Mitch. Envisioning the Future: ontology, Time and the Politics of non-Representation. In: ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul. Taking-Place: **Non-Representational Theories and Geography**. Inglaterra: Ashgate Publishing Limited, 2010, p. 341-361

SALDANHA, Arun. Politics and Difference. In: ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul. **Taking-Place: Non-Representational Theories and Geography**. Inglaterra: Ashgate Publishing Limited, p. 283- 302, 2010.

SASSI, Bruna da Silva; NABOZNY, Almir; CHAGAS, Bruna Iara Lorian. O corpo-sujeito, interconexões entre paisagem, assemblage e a rua - um exercício metodológico propositivo. **PERCURSOS** (FLORIANÓPOLIS. ONLINE), v. 22, p.456-483, 2021

SISMMAC. Câmara de Ponta Grossa rejeita emenda contra direitos LGBTQs no Plano Municipal de Educação. Ponta Grossa, **SISMMAC**, 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://sismmac.org.br/na-midia-camara-de-ponta-grossa-rejeita-emenda-contra-direitos-lgbts-no-plano-municipal-de-educacao/>>. Acesso em 10 jan. 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez. 1995, p.71-99. Disponível em: < https://educi-plinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

SHIMANSKI, Elizabete Fernanda. Conservadorismo e Tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local? 2007, 163 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_0fe812f55ca6f55285f01518efe6c0c4>. Acesso em 10 jan. 2025.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Anais...Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/438.htm>>. Acesso em 10 jan. 2025.

SILVA, Joseli Maria (Org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Geografias Malditas: Corpos, Sexualidades e Espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013.

SILVA, Carlos Alberto; TANCAMAN, Michéle. A dimensão socioespacial do ciberespaço: uma nota. **GEographia**, n. 2, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13351>>. Acesso em 10 jan. 2025.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 320 p.

SOUZA, Patrício Pereira Alves. Viagens ao Centro da Terra ou o mundo visto do lado de cá: questões de teoria e posicionalidade na pesquisa geográfica. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 228 - 253, jan. / jul. 2014. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/4196>>. Acesso em 10 jan. 2025.

TARROW, Sidney. Power in Movement: social movements and contentious politics. 3º Ed. **New York**: Cambridge University Press, 2011. 328 p. Disponível em: <<http://voidnet-work.gr/wp-content/uploads/2016/09/Power-in-Movement.-Social-movements-and-contentious-politics-by-Sidney-Tarrow.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

THRIFT, Nigel. **Non-representational Theory**: space, politics, affect. Oxon: Routledge, 2008. 321 p.

ULRICH, Dolata. Social movements and the Internet: The sociotechnical constitution of collective action. **Stuttgart**, SOI Discussion Paper, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/156395/1/883181339.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2025.

VERBICARO, Loiane Prado. **Judicialização da Política, Ativismo e Discrecionalidade Judicial**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2019. 560 p.

VÁLERY, Paul. **Variedades**. Tradução Maíza Martins de Siqueira. São Paulo: Iluminuras, 2018. 244 P.

WOODWARD, Keith. Events, Spontaneity and Abrupt Conditions. In: ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul. **Taking-Place**: Non-Representational Theories and Geography. Inglaterra: Ashgate Publishing Limited, p. 321-340, 2010.

APÊNDICE A – PERSPECTIVAS SOBRE O MOVIMENTO LGBTQ+ PONTA-GROSSENSE

Aproximação 1: o que é o movimento LGBTQ+ na perspectiva de Mercúrio

Excerto da entrevista realizada com Mercúrio na cidade de Ponta Grossa em 28 de março de 2018. A entrevista na íntegra compõe o trabalho por mim elaborado em momento anterior de pesquisa, intitulado “As assemblagens de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná”. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_3822f32ed350ace1c47be0049a288e64>. Acesso em 17 out. 2023.

“Meu trabalho começou mesmo aqui em Ponta Grossa, foi assim há uns 19, 20 anos atrás, que foi a epidemia da AIDS, onde nós eramos mais de 70 quase 80 travestis na cidade onde que passou um tsunami aqui, que é a época até da “peste gay” que caiu na população mais fragilizada, caiu mais na população fragilizada, caiu mais nas travestis porque é a população que vinha de vulnerabilidade e vive ainda com certeza. É onde que por ano nós perdíamos 5, 6 travestis ou assassinada ou pelo HIV. Aqui na cidade, aí foi pelo...90 e poucos, sabe, final dos anos 80. Então, foi muito triste e não tinha nenhuma instituição direcionada a isso, pra apoiar as travestis, muitos se descobriam soropositivo, sabe ou descobriam a doença quando já tavam com AIDS, né, e já dali duas semanas 15 dias, um mês, já entrava em óbito. Então era muito triste [...] Isso surgiu automaticamente na necessidade dos acontecidos, até mesmo dos assassinatos que muitas não eram daqui, que eram assassinadas, mas ficavam, dois, três dias ou nos hospitais, ou no IML, e eu ia identificar corpo.

Mas como a gente tem a nossa ficha de cadastro pra não ser enterrada como indigente, eu ia lá, apresentava, liberava o corpo, fazia o velório, enterrava, já cansei de fazer isso. Então foi uma parte muito crítica e dura aqui de Ponta Grossa, sabe. Tanto que assim, nós...eu, a Ceres, e uma outra que é mais velha que são as mais velhas de Ponta Grossa, o resto são todas as travestis mais novas, porque as mais velhas já morreram todas. Você me perguntou sobre lei específica, nós não temos nenhuma lei específica que venha condenar certos tipos de assassinatos ou agressões que venham a acontecer a população LGBTQ+.

Nesse segmento de agressões, de assassinatos, os mais fragilizados são a população de travestis e transexuais, que não tem... muitas vezes o apoio da família e automaticamente não

tem oportunidade de estudo e de trabalho, tem que ficar a margem da sociedade sem direito algum. Então a nossa população que vive mais vulnerável, às doenças sexualmente transmissíveis, como também agressões, assassinatos.

Então é isso, eu acho que a nossa população de travestis e transexuais é a mais fragilizada em Ponta Grossa. Mas eu digo que tem duas parcelas de culpa: Uma é da sociedade e outra é nossa. A maior parcela de culpa é da sociedade, que nos ignora, nos exclui, e nos joga à margem da sociedade, que acha mais fácil pegar e passar com o carro e recriminar do que pegar e dar uma oportunidade de trabalho. E nossa, é a menor parcela, porque nós nos acostumamos com isso.

Então assim, a gente tem a portaria 1220 que é a portaria do SUS, que até eu fui a garota propaganda, que nos dá o direito de ser chamada pelo nome social, que foi um avanço muito jóia na área da saúde, porque viemos a perder muitas travestis e transexuais, e até toda a população LGBT, por que não iam procurar ajuda, não iam na Unidade de Saúde, ou até mesmo Pronto Atendimento, né, com medo de passar por vexação, por vergonha de ser chamado por João, sendo que se encontra com vestimenta feminina e identidade de gênero feminina.

Então, assim, todas já fizeram seu cartão SUS, aqui as meninas, então deu um resultado tremendo, e agora, ganhamos também o direito da retificação, né, nos nossos documentos sem precisar fazer a cirurgia de redesignação sexual. Na área da saúde é onde que a gente tem mais avanços, sabe tá direcionado as políticas públicas da população LGBT e também das travestis e transexuais, como a redesignação sexual que nós temos diretos de tratamento hormonal. E também assim, a gente faz palestra, trabalha com os profissionais na área da saúde, sensibilizando o jeito de atendimento, sabe então, todos aqui em Ponta Grossa, os nossos profissionais na área da saúde, se não passaram por mim, ou lá por dentro pelo SAE, passaram por alguma sensibilização, por que eu não capacito, porque capacitados todos são ou quase são, mas poucos sensibilizados.

Então a gente procura pegar passar experiências de vida, muitas vezes também adoeci, com medo de chegar em uma unidade de saúde. Conto minha história de vida. Porque eu acho que é isso, a gente pegar e falar, porque não só os profissionais, mas para a sociedade ter uma outra visão da nossa população, que é tarjada como promiscua, bandida, drogada, prostituída,

sim, claro que sim, mas tem suas exceções. Mas a gente não tem culpa de ser assim e de viver a margem da sociedade né [...].

[...] E então assim, a gente tem uma grande parceria com a nossa Secretaria Municipal de Saúde, e o Programa Municipal de ISTS/HIV-AIDS do nosso município, né, eu fui capacitada dentro do SAE/CTA, onde que eu faço teste rápido de HIV-AIDS, com a nossa população de travestis e transexuais. Aqui dentro do Renascer eu faço, busca ativa. Ai a gente vai nos bares, nas boates, nas BRs, e a gente leva o preservativo, leva informativo. O preservativo a gente usa como estratégia, pra levar as informações nossa, a gente faz também os exames dentro das boates com as meninas que muitas trabalham a noite inteira, não podem vir. Então a gente faz tudo isso, campanha com a secretaria de saúde, com o programa municipal pra fazer o preventivo com as meninas; vamos com o ônibus, fazemos o preventivo, então a gente presta este trabalho. Então assim, o nosso município virou referência até, nosso trabalho de prevenção é um dos melhores do estado do Paraná.

Um monte, quase todas foram...quando muitas se sentem assim, inseguras de como vai tratar a nossa população de travestis e transexuais, entram em contato com o Grupo Renascer, e pedem pra mim pegar e fazer esta sensibilização com os funcionários e aí eu começo desde o atendente da recepção até a que faz a limpeza da Unidade. Nós não fizemos em todas, porque muitas já são sensibilizadas, é que muitas também tem assim, aquela de...pegar e atendem com resistência, sabe?! Muitos sabem como atender, se chegou ali com cartão do SUS, automaticamente vai ver que é nome social. Ou um homem Trans, não é verdade?! Mas tem muitos profissionais que tem resistência em encarar isso. [...]

Então a gente tem que ter o direito de cobrar também, se a gente já sabe os nossos deveres, vamos atrás dos nossos direitos, não é verdade? Eu não quero que você me aceite, mas eu quero que você me respeite enquanto cidadão, não é verdade? Então a gente tá batendo nisso, e até então não temos alguma demanda grave assim de situação de violência ou algo assim.

Aproximação 2: o que é o movimento LGBTQ+ na perspectiva de Marte

Excerto da entrevista realizada com Mercúrio na cidade de Ponta Grossa em 03 de maio de 2019. A entrevista na íntegra compõe o trabalho por mim elaborado em momento anterior de

pesquisa, intitulado “As assemblages de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná”. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_3822f32ed350ace1c47be0049a288e64. Acesso em 17 out. 2023.

“O que é... Assim Bruna essa trajetória é tão longa que a gente conseguiu sair né, de olhar bem para situação das travestis que nunca tinham pisado na universidade para ver travestis e transexuais se formando. Nós saímos de situações de travestis e transexuais, nossas primeiras entrevistas de que não iam ao médico por que eram chamadas pelo nome masculino e hoje ela já tem a carteirinha e elas vão e consegue consultar no posto de saúde consegue ser chamadas pelo nome social não criando constrangimentos nós saímos de situações aonde nós atendemos situações de internamento de pessoas em aulas masculinas, tempo identidade de gênero feminina, e isso não era reconhecido pelos profissionais de saúde. Hoje você tem todo um processo que se você chegar lá e dizer “eu tenho direitos” os profissionais da Saúde acabam acolhendo, então a transformação de todos esses anos ela é brutal do cotidiano dessas pessoas.

O que eu ainda acho que não abriu foi ao mercado de trabalho, e também o exercício cotidiano da relação humana na sala de aula das instituições, mas é só chegar falar alto e bater o pé, eu sei que elas têm direito. Mas existe assim, o nome social sido viabilizado em muitos, muitas instâncias, tanto das instituições escolares quanto de saúde facilitou imensamente para elas e com isso você tem pessoas se formando hoje você consegue ver doutoras transexuais, e isso é muito emocionante assim, para mim né, foi essa a transformação.

Outra garantia que eu acho que foi fundamental e daí não seria para o universo que a gente trabalha especificamente que é travestis e transexuais femininas principalmente, é a garantia do... da união civil entre pessoas do mesmo sexo, acho que isso foi fundamental. A garantia da Lei Maria da Penha em casos de agressão para as mulheres trans e para as travestis. Então assim, acho que em uma década, pouco mais de uma década ouvir assim um avanço que, por mais críticas que nós possamos ter dos governos a gente não pode fechar os olhos para abertura desta última década para conquista de direitos, pelo menos as iniciativas do executivo Federal da Secretaria da Mulher e de uma série de eventos patrocinados, por quê a potencialização dos movimentos sociais via SUS foi impressionante para população.

Se você pegar e for entrevistar os profissionais da ANTRA o quanto de recursos a ANTRA recebe patrocinando evento pelo SUS, e isso é política Federal. Mas vai ter encontro de pessoas LGBT em Porto Alegre, daí você tem hotel para 30 pessoas, você tem palestrantes, você tem passagens de avião, tudo isso é política pública do executivo desses últimos 10 anos. Embora você diga “ai o Congresso não aprovou”, foi aprovado via judiciário, ou Congresso ele é muito conservador e tem uma pluralidade de partidos, inclusive a ascendência dos partidos ligados a religiões fundamentalistas.

O que pôde o Executivo deste período, foi feito bastante coisas, sabe, comparando as épocas anteriores, porque nada tá bom, mas assim, o próprio depoimento das trans quando eu trabalhei agora a questão dor envelhecimento trans. As mais velhas elas dizem “Olha eu queria ver essas novinhas que reclamam da vida lá na década de 70 80, quando a gente viveu, que com 10 ou 12 anos a gente já tava na rua” [...].

Aproximação 3: o que é o movimento LGBTQ+ na perspectiva de Saturno

Excerto da entrevista realizada com Mercúrio na cidade de Ponta Grossa em 25 de abril de 2018. A entrevista na íntegra compõe o trabalho por mim elaborado em momento anterior de pesquisa, intitulado “As assemblages de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná”. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_3822f32ed350ace1c47be0049a288e64>. Acesso em 17 out. 2023.

“Nossa cidade é diferente, a não ser na década de 80 que a 31 de Março era um beco...ainda tem bastante que moravam lá, mas antigamente era um beco, tudo o que era excluído era colocado na 31 de Março, né, tanto que se você ver a 31 de Março é becos né...são vielas, não é nem rua, é viela, né, só que não é posto isto. Mas se você estudar a construção e analisar tudo, você vai ver diferenças [...].

[...] Olha, minha história começou porque eu sofria discriminação na minha família, sofria até violência física na minha família, mesmo não me assumindo, chegando e falando que era lésbica. Daí eu vi que pra fora...quando eu comecei a trabalhar eu vi que começou o preconceito dentro do serviço e então eu comecei a...quando eu me assumi mesmo, lá pelos 20 anos, eu comecei a frequentar os barzinhos que tinha LGBTQ e ali eu conheci o Toni Reis. Toni

Reis chegou pra nós na mesa ele vinha divulgar a parada de Curitiba. Ele chegou pra nós e: “oi meninas, nós temos a parada e então nós precisamos de todo o movimento LGBT pra dar força pra nossa causa”. E ali que eu comecei a saber o que era a militância LGBT. Isso em 94. Toni reis ele tinha cabelo na cabeça ainda (risos). Mas dali em diante eu comecei a...que eu tive conhecimento de pessoas que faziam sociedade pra defender a causa. Que você podia chegar no conselho e exigir seus direitos. Que LGBT também tinha direitos como qualquer outra pessoa e o direito também de não ser discriminado, mas que pra isso tinha que pegar a bandeira e ir à luta pra conseguir seus direitos. Então ali eu comecei a ter mais contato com as pessoas que já eram militantes e comecei a me engajar na luta LGBT.

Tipo na epidemia de AIDS. Se uniram todos, os garotos de programa, as garotas de programa, né, todos se juntaram, só que os gays ganharam mais visibilidade mesmo sendo por um motivo de doença que manchava a imagem dos gays, e esqueceram das meninas, das mulheres, das lésbicas, então a gente, nesse período a gente foi muito invisibilizada...e a gente também contraia HIV e esqueceram, depois que foi descoberto que o HIV não era só uma epidemia gay que começaram a colocar as mulheres na prevenção. E isso foi em 2000. Mas também, foi as mulheres hétero, que as mulheres lésbicas ninguém considerava que ia contrair HIV porque só tinha relação com mulheres e, “de mulher pra mulher não tinha transmissão”, supostamente, então a lésbica ela foi invisibilizada, ela não tinha voz para suas especificidades, ela lutou e não conseguiu a mesma visibilidade que os gays. Então as mulheres gays tiveram a necessidade de ganhar maior visibilidade e erguer sua bandeira de mulher lésbica pra poder brigar pelas suas especificidades de mulher lésbica. [...].

[...] E outra coisa, a gente é marginalizado porque a gente...as pessoas não conhecem o dia a dia da gente, não vê que a gente tem família, vive a vida da gente como qualquer outra pessoa, elas fazem uma fantasia assim, que acham que todo dia da gente é um arco-íris, é, é...purpurina, é festa, e não é assim, a gente é...nós somos pessoas iguais a qualquer uma, só nossa sexualidade que não está nos padrões da sociedade...só isso...Então essas informações quebra muito preconceitos que as pessoas tem por não saber como é a vida do LGBT. Este conhecimento é fundamental pras pessoas terem empatia com a vida dos LGBT e ver que não é toda esta festa, não é nada disso que as pessoas põem na cabeça.